

# ESTUDOS DE GÊNERO

**sexualidade, corpo e representações**

ORGANIZAÇÃO

Rosilene Dias Montenegro

Fábio Ronaldo da Silva



**AMPLLA**  
EDITORA

# ESTUDOS DE GÊNERO

**sexualidade, corpo e representações**

ORGANIZAÇÃO

Rosilene Dias Montenegro

Fábio Ronaldo da Silva



**AMPLLA**  
EDITORA



**2022 Editora Ampla**

**Copyright da Edição** © Editora Ampla

**Copyright do Texto** © Os autores

**Editor Chefe:** Leonardo Pereira Tavares

**Design da Capa:** Editora Ampla

**Diagramação:** Felipe José Barros Meneses

**Revisão:** Os autores

**Estudos de gênero: sexualidade, corpo, e representações** está licenciado sob CC BY 4.0.



Esta licença exige que as reutilizações deem crédito aos criadores. Ele permite que os reutilizadores distribuam, remixem, adaptem e construam o material em qualquer meio ou formato, mesmo para fins comerciais.

O conteúdo da obra e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, não representando a posição oficial da Editora Ampla. É permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores. Todos os direitos para esta edição foram cedidos à Editora Ampla.

**ISBN:** 978-65-5381-029-7

**DOI:** 10.51859/ampla.egs297.1122-0

**Editora Ampla**

Campina Grande – PB – Brasil  
contato@amplaeditora.com.br  
www.amplaeditora.com.br



2022

# CONSELHO EDITORIAL

Andréa Cátia Leal Badaró – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Andréia Monique Lermen – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Antoniele Silvana de Melo Souza – Universidade Estadual do Ceará  
Aryane de Azevedo Pinheiro – Universidade Federal do Ceará  
Bergson Rodrigo Siqueira de Melo – Universidade Estadual do Ceará  
Bruna Beatriz da Rocha – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Bruno Ferreira – Universidade Federal da Bahia  
Caio César Costa Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Carina Alexandra Rondini – Universidade Estadual Paulista  
Carla Caroline Alves Carvalho – Universidade Federal de Campina Grande  
Carlos Augusto Trojaner – Prefeitura de Venâncio Aires  
Carolina Carbonell Demori – Universidade Federal de Pelotas  
Cícero Batista do Nascimento Filho – Universidade Federal do Ceará  
Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Dandara Scarlet Sousa Gomes Bacelar – Universidade Federal do Piauí  
Daniela de Freitas Lima – Universidade Federal de Campina Grande  
Darlei Gutierrez Dantas Bernardo Oliveira – Universidade Estadual da Paraíba  
Denise Barguil Nepomuceno – Universidade Federal de Minas Gerais  
Dylan Ávila Alves – Instituto Federal Goiano  
Edson Lourenço da Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí  
Elane da Silva Barbosa – Universidade Estadual do Ceará  
Érica Rios de Carvalho – Universidade Católica do Salvador  
Fernanda Beatriz Pereira Cavalcanti – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”  
Gabriel Gomes de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas  
Gilberto de Melo Junior – Instituto Federal do Pará  
Givanildo de Oliveira Santos – Instituto Brasileiro de Educação e Cultura  
Higor Costa de Brito – Universidade Federal de Campina Grande  
Isabel Fontgalland – Universidade Federal de Campina Grande  
Isane Vera Karsburg – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Israel Gondres Torné – Universidade do Estado do Amazonas  
Italan Carneiro Bezerra – Instituto Federal da Paraíba  
Ivo Batista Conde – Universidade Estadual do Ceará  
Jaqueline Rocha Borges dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Jessica Wanderley Souza do Nascimento – Instituto de Especialização do Amazonas  
João Henriques de Sousa Júnior – Universidade Federal de Santa Catarina  
João Manoel Da Silva – Universidade Federal de Alagoas  
João Vitor Andrade – Universidade de São Paulo  
Joilson Silva de Sousa – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
José Cândido Rodrigues Neto – Universidade Estadual da Paraíba  
Jose Henrique de Lacerda Furtado – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Josenita Luiz da Silva – Faculdade Frassinetti do Recife  
Josiney Farias de Araújo – Universidade Federal do Pará  
Karina de Araújo Dias – SME/Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Katia Fernanda Alves Moreira – Universidade Federal de Rondônia  
Laís Portugal Rios da Costa Pereira – Universidade Federal de São Carlos  
Laíze Lantyer Luz – Universidade Católica do Salvador  
Lindon Johnson Pontes Portela – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Lucas Araújo Ferreira – Universidade Federal do Pará  
Lucas Capita Quarto – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Lúcia Magnólia Albuquerque Soares de Camargo – Unifacisa Centro Universitário  
Luciana de Jesus Botelho Sodrê dos Santos – Universidade Estadual do Maranhão  
Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Luiza Catarina Sobreira de Souza – Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central  
Manoel Mariano Neto da Silva – Universidade Federal de Campina Grande  
Marcelo Alves Pereira Eufrazio – Centro Universitário Unifacisa

Marcelo Williams Oliveira de Souza – Universidade Federal do Pará  
Marcos Pereira dos Santos – Faculdade Rachel de Queiroz  
Marcus Vinicius Peralva Santos – Universidade Federal da Bahia  
Marina Magalhães de Moraes – Universidade Federal do Amazonas  
Mário César de Oliveira – Universidade Federal de Uberlândia  
Michele Antunes – Universidade Feevale  
Milena Roberta Freire da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Nadja Maria Mourão – Universidade do Estado de Minas Gerais  
Natan Galves Santana – Universidade Paranaense  
Nathalia Bezerra da Silva Ferreira – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte  
Neide Kazue Sakugawa Shinohara – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Neudson Johnson Martinho – Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Mato Grosso  
Patrícia Appelt – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Paula Milena Melo Casais – Universidade Federal da Bahia  
Paulo Henrique Matos de Jesus – Universidade Federal do Maranhão  
Rafael Rodrigues Gomides – Faculdade de Quatro Marcos  
Reângela Cíntia Rodrigues de Oliveira Lima – Universidade Federal do Ceará  
Rebeca Freitas Ivanicska – Universidade Federal de Lavras  
Renan Gustavo Pacheco Soares – Autarquia do Ensino Superior de Garanhuns  
Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília  
Ricardo Leoni Gonçalves Bastos – Universidade Federal do Ceará  
Rodrigo da Rosa Pereira – Universidade Federal do Rio Grande  
Sabrynna Brito Oliveira – Universidade Federal de Minas Gerais  
Samuel Miranda Mattos – Universidade Estadual do Ceará  
Shirley Santos Nascimento – Universidade Estadual Do Sudoeste Da Bahia  
Silvana Carloto Andres – Universidade Federal de Santa Maria  
Silvio de Almeida Junior – Universidade de Franca  
Tatiana Paschoalette R. Bachur – Universidade Estadual do Ceará | Centro Universitário Christus  
Telma Regina Stroparo – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Thayla Amorim Santino – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Virgínia Maia de Araújo Oliveira – Instituto Federal da Paraíba  
Virginia Tomaz Machado – Faculdade Santa Maria de Cajazeiras  
Walmir Fernandes Pereira – Miami University of Science and Technology  
Wanessa Dunga de Assis – Universidade Federal de Campina Grande  
Wellington Alves Silva – Universidade Estadual de Roraima  
Yáscara Maia Araújo de Brito – Universidade Federal de Campina Grande  
Yasmin da Silva Santos – Fundação Oswaldo Cruz  
Yuciara Barbosa Costa Ferreira – Universidade Federal de Campina Grande



**2022 Editora Ampla**

**Copyright da Edição** © Editora Ampla

**Copyright do Texto** ©

**Editor Chefe:** Leonardo Pereira Tavares

**Design da Capa:** Editora Ampla

**Diagramação:** Felipe José Barros Meneses

**Revisão:** Os autores

### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

Estudos de gênero [livro eletrônico]: sexualidade, corpo, e representações / organização Rosilene Dias Montenegro, Fábio Ronaldo da Silva. -- Campina Grande : Editora Ampla, 2022.  
198 p.

Formato: PDF

ISBN: 978-65-5381-029-7

1. Identidade de gênero. 2. Gênero. 3. Sexualidade.  
I. Montenegro, Rosilene Dias. II. Silva, Fábio Ronaldo da.  
III. Título.

CDD-155.3

Sueli Costa - Bibliotecária - CRB-8/5213  
(SC Assessoria Editorial, SP, Brasil)

### **Índices para catálogo sistemático:**

1. Psicologia sexual 155.3

### **Editora Ampla**

Campina Grande - PB - Brasil  
contato@amplaeditora.com.br  
www.amplaeditora.com.br



2022

# APRESENTAÇÃO

Dois anos antes da publicação no Brasil da tradução de *Gênero* – uma categoria útil de análise histórica, artigo da historiadora americana Joan Scott, um dos textos mais importantes para os estudos sobre gênero e sexualidades na historiografia brasileira, Lélia Gonzalez, filósofa e antropóloga brasileira, no ensaio *Por um feminismo Afro-latino-Americano*, já apontava o quanto o feminismo, enquanto teoria e prática, além de apresentar um papel importante nas lutas e conquistas das mulheres, contribuiu para novos questionamentos quem iam além do caráter político e das discussões sobre sexualidade na busca de um outro modelo de sociedade. Graças aos feminismos, o mundo não foi mais o mesmo, apesar de todas as formas de opressões ainda existentes.

Ao longo das últimas três décadas vemos então no Brasil, em específico, uma grande produção acadêmica com variadas abordagens sobre feminismo, feminismo negro, gênero e sexualidades. Mesmo com todo cerceamento que esses temas tem sofrido no país, os estudos sobre eles teimam em existir e resistir. Esta obra que você está lendo, é um exemplo dessa resistência.

Resultado da primeira disciplina sobre Estudos de Gênero oferecida em um programa de Pós-Graduação em História que existe desde 2006, este e-book apresenta trabalhos que analisam as experiências de sujeitos(as) subalternizados(as), quando não assassinados(as), e práticas e saberes excluídos ou marginalizados pelos discursos de pessoas detentoras do saber-poder.

Aqui, mulheres e homens cis, brancas e brancos, negras e negros, gays e lésbicas, que foram “faladas, definidas e classificadas por um sistema ideológico de dominação (...)” (GONZALEZ, 2011, p. 14) agora não apenas escrevem sobre si, mas também apresentam reflexões e provocações que nos permitem diagnosticar avanços e performances que movimentam a História.

Sermos mulheres, homens, pretas, pretos, gays, lésbicas, trans, gordas, gordos em uma humanidade ainda dominada por sistemas de opressão cis-hetero-patriarcal que nos fizeram e a fazem a todas e todos marcadas e marcados por “COISAS QUE VAMOS DEIXANDO PELO CAMINHO”: A PANDEMIA E OS AFETOS. Coisas que poderiam ser vistas, compreendidas e, sobretudo, resolvidas com

amorosidade por sermos diversas e diversos. Mas ainda não é a amorosidade (bell hooks, 2021) a pedagogia que predomina em nossos ambientes sociais, nem mesmo na Escola. É sobre isso que nos remete o artigo FOUCAULT, BUTLER E LOURO VÃO À ESCOLA: REFLEXÕES SOBRE GÊNERO E DIVERSIDADE, de como as subjetividades são tolhidas, reprimidas, destruídas pelos dispositivos que normatizam o que deveria ser “normal”, ou o “deveríamos ser”.

E quando os dispositivos de opressão vão se ampliando, estendendo seus raios de abrangência e recebendo licença para oprimir? Passam, então, a ameaçar não somente o “diferente”, mas enquadrar a todas e todas numa “normalidade” cujo desfecho pode ser antevisto como nos faz refletir o artigo “FILHOS DA INDIFERENÇA”: OS CHAMADOS DISSIDENTES SEXUAIS E DE GÊNERO PELAS LENTES DO JORNAL DA PARAÍBA (1991) E DO MINISTRO DA EDUCAÇÃO MILTON RIBEIRO (2020). Como você se sentiria se tivesse que conviver diariamente com palavras criadas para te quebrar a existência? “SAI BICHA!”: UMA ANÁL(ISE) DO CURTA ERA VERMELHO SEU BATOM (1983) é uma análise que nos faz pensar sobre isso. E somente com coragem para mais do que ‘pensar sobre’ se pode se refazer para se iniciar e avançar em se ‘fazer sobre’ para se estender direitos? DA RARIDADE AO RECONHECIMENTO: LULA EM DOIS TEMPOS (1979-2004) nos traz um pouco dessa história de luta dos LGBTQIA+.

O que perpassa a opressão normatizadora dos dispositivos e sistema chis-hetero-patriarcal? Por que temos que estar enquadradas e enquadrados em corpos ideais (para quem e para o quê?), por que corpos incomodam, são objeto de discriminação com tão forte imaginário estético, cis-hetero? São questões sobre as quais nos ajudam a refletir os artigos GORDOFOBIA E GÊNERO NAS REDES SOCIAIS; CORPOS FEMININOS NAS PÁGINAS DO JORNAL A UNIÃO: A MULHER SAUDÁVEL E A SAÚDE DA FAMÍLIA; e, REPRESENTAÇÕES DO FEMININO NA REVISTA ERA NOVA.

Temos corpos, corpos que são de tal modo negados, vilipendiados, oprimidos, discriminados etc. que somente há pouco tempo, historicamente falando, nos demos conta que não somos somente cérebros. Cérebros que somos em geral alienados de que sustentados e partes de um corpo. E nossos corpos, seja quando desejados e violentados, seja quando enxotados, dizem mais do que de nós, dizem dos sistemas de opressão em que estamos imersos. Sobre isso nos trazem em pedaços de histórias os artigos RETALHOS DE UM CORPO “SANTO”: VIOLÊNCIA E



SANTIDADE FEMININA NO CRIME CONTRA BENIGNA CARDOSO; EPILEPSIA:  
GÊNERO FEMININO NA PARAÍBA CONTEMPORÂNEA.

Em todo o tempo e o tempo todo somos saberes que produzimos, ressignificamos, reivindicamos e muitas vezes nos fazemos ver e ouvir em nossas ações e falas. Algumas no campo do sagrado como as das MULHERES QUE CURAM: PRÁTICAS E EXPERIÊNCIAS COM AS REZAS; e, em outras, quando desafiamos territórios cartografados por desigualdades tão antigas que enfrentá-las constitui já ato de resistência, como podemos ver em AS MULHERES NAS CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS: DESAFIOS DA ESCOLHA.

Agradecemos as autoras e aos autores por acolherem as sugestões de correções, reafirmando a qualidade dos artigos aqui apresentados. Agradecemos ainda a todas aquelas mulheres que estão à margem: negras, trabalhadoras, rezadeiras, indígenas, quilombolas, lésbicas, transexuais, bissexuais, gordas, deficientes, nordestinas e latinas, as que vieram antes de nós e nos ensinaram a (r)existir e a se revoltar!

*Rosilene Dias Montenegro*

*Fábio Ronaldo da Silva*

# SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO I - “COISAS QUE VAMOS DEIXANDO PELO CAMINHO”: A PANDEMIA E OS AFETOS</b>	<b>12</b>
RESUMO	12
1. A PANDEMIA VISTA DE FORA	13
2. A PANDEMIA VISTA DE DENTRO	18
3. CALMA, RESPIRE	23
REFERÊNCIAS	24
<b>CAPÍTULO II - FOUCAULT, BUTLER E LOURO VÃO À ESCOLA: REFLEXÕES SOBRE GÊNERO E DIVERSIDADE NO COTIDIANO ESCOLAR</b>	<b>25</b>
RESUMO	25
1. “NÃO SE LEVAM QUESTÕES PESSOAIS PARA DENTRO DA SALA DE AULA”	26
1.1. “HORA DO INTERVALO! QUAL A PAUTA?”	27
2. “TODOS DE CASTIGO!”	32
3. “CHAMEM O DIRETOR!”	35
4. “HORA DA SAÍDA”	38
REFERÊNCIAS	39
<b>CAPÍTULO III - “FILHOS DA INDIFERENÇA”: OS CHAMADOS DISSIDENTES SEXUAIS E DE GÊNERO PELAS LENTES DO JORNAL DA PARAÍBA (1991) E DO MINISTRO DA EDUCAÇÃO MILTON RIBEIRO (2020)</b>	<b>41</b>
RESUMO	41
1. A LEI DO DISCURSO!	42
2. ENTRE O DITO E O ESCRITO: POR UM PADRÃO CISHETEROPATRIARCAL! (JORNAL DA PARAÍBA – 1991)	44
3. POR UMA POLÍTICA DE EXCLUSÃO! (MINISTRO DA EDUCAÇÃO MILTON RIBEIRO – 2020)	49
4. O <i>CONTÍNUO</i> E O <i>DESCONTÍNUO</i> : UM POUCO DO “FIM”	55
REFERÊNCIAS	56
<b>CAPÍTULO IV - “SAI BICHA!”: UMA ANÁL(ISE) DO CURTA ERA VERMELHO SEU BATOM (1983)</b>	<b>58</b>
RESUMO	58
1. INTRODUZINDO DILDOS TEÓRICOS	58
2. NÓS TAMBÉM SOMOS!	61
3. “EU QUERO UM NOVO BALANCÊ, O BLOCO DO PRAZER”: GÊNERO, SEXUALIDADE, PERFORMANCE E CARNAVAL	66
4. O CLOSE!	70
REFERÊNCIAS	71
<b>CAPÍTULO V - DA RARIDADE AO RECONHECIMENTO: LULA EM DOIS TEMPOS (1979-2004)</b>	<b>74</b>
RESUMO	74
1. INTRODUÇÃO	75
2. SURGE O LAMPIÃO DA ESQUINA	76
3. LULA E A QUESTÃO LGBT+: DE LÁ PRA CÁ, ALGO MUDOU	79
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS	89

<b>CAPÍTULO VI - GORDOFOBIA E GÊNERO NAS REDES SOCIAIS .....</b>	<b>91</b>
RESUMO .....	91
1. INTRODUÇÃO .....	92
2. O CORPO GORDO NA HISTÓRIA.....	93
3. O QUE É OBESIDADE NOS DIAS ATUAIS .....	97
4. GORDOFOBIA E NOVOS PARÂMETROS.....	98
5. MÉTODO DA PESQUISA.....	100
6. RESULTADOS .....	102
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	104
REFERÊNCIAS .....	105
 <b>CAPÍTULO VII - CORPOS FEMININOS NAS PÁGINAS DO JORNAL A UNIÃO: A MULHER SAUDÁVEL E A SAÚDE DA FAMÍLIA.....</b>	 <b>107</b>
RESUMO .....	107
1. INTRODUÇÃO .....	108
2. QUAL É O GRANDE DEVER DA MULHER? .....	110
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	117
REFERÊNCIAS .....	120
 <b>CAPÍTULO VIII - REPRESENTAÇÕES DO FEMININO NA REVISTA ERA NOVA.....</b>	 <b>121</b>
RESUMO .....	121
1. INTRODUÇÃO .....	122
2. REVISITANDO O PASSADO PELAS FOTOGRAFIAS.....	123
3. TRADIÇÃO E MODERNIDADE NAS FOTOGRAFIAS FEMININAS.....	127
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	134
FONTE: 134	
REFERÊNCIAS .....	135
 <b>CAPÍTULO IX - RETALHOS DE UM CORPO “SANTO”: VIOLÊNCIA E SANTIDADE FEMININA NO CRIME CONTRA BENIGNA CARDOSO .....</b>	 <b>137</b>
RESUMO .....	137
1. INTRODUÇÃO .....	138
2. SUA HONRA VALE MAIS QUE SUA VIDA: BENIGNA CARDOSO E A CONSTRUÇÃO DA “VIRGEM MÁRTIR” .....	140
3. A PAIXÃO NÃO MATA, O MACHISMO SIM! .....	145
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	150
REFERÊNCIAS .....	151
 <b>CAPÍTULO X - EPILEPSIA: GÊNERO FEMININO NA PARAÍBA CONTEMPORÂNEA .....</b>	 <b>153</b>
RESUMO .....	153
1. INTRODUÇÃO .....	154
2. EPILEPSIA, RAÇA E GÊNERO.....	155
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	163
REFERÊNCIAS .....	163

<b>CAPÍTULO XI - MULHERES QUE CURAM: PRÁTICAS E EXPERIÊNCIAS COM AS REZAS .....</b>	<b>165</b>
RESUMO .....	165
1. INTRODUÇÃO .....	166
2. OS ENQUADROS DA REZA.....	168
3. A EXPERIÊNCIA DE SER REZADEIRA .....	172
4. SOBRE SER REZADEIRA: OS DITOS DE MARIA JOSEFA .....	173
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	179
REFERÊNCIAS .....	180
<b>CAPÍTULO XII - AS MULHERES NAS CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS: DESAFIOS DA ESCOLHA .....</b>	<b>182</b>
RESUMO .....	182
1. INTRODUÇÃO .....	183
2. QUANTO DE DESAFIO E OUSADIA PODE TER NUMA ESCOLHA? .....	185
2.1. SOBRE AS MOTIVAÇÕES PARA O INGRESSO NAS CIÊNCIAS EXATAS E ENGENHARIAS.....	188
2.2. PERCEPÇÕES DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO.....	190
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	193
REFERÊNCIAS .....	195

# CAPÍTULO I

## “COISAS QUE VAMOS DEIXANDO PELO CAMINHO”: A PANDEMIA E OS AFETOS

DOI: 10.51859/AMPLLA.EGS297.1122-1

Fábio Ronaldo da Silva <sup>1</sup>  
Rosilene Dias Montenegro <sup>2</sup>

### RESUMO

O presente texto faz parte da pesquisa de pós-doutorado realizada junto ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), e apresenta uma reflexão sobre como a pandemia do novo coronavírus evidenciou o governo da necropolítica em vigor no Brasil contemporâneo e como ela tocou a franja do relacionamento amoroso, em especial de casais LGBTQIAP+. Para a produção deste artigo utilizamos da metodologia de História Oral e pesquisa bibliográfica e midiática.

**Palavras-chave:** Covid-19. Relações LGBTQIAP+. Biopolítica. História Oral.

---

<sup>1</sup> Professor substituto do curso de Publicidade do Instituto Federal do Amapá, pós-doutorando em História pelo PPGH-UFCG, Doutor em história pela UFPE, membro do Projeto Memória da Ciência e Tecnologia de Campina Grande – PB. E-mail: fabiocg@gmail.com

<sup>2</sup> Professora da Unidade Acadêmica de História da UFCG, Coordenadora do Projeto Memória da Ciência e Tecnologia de Campina Grande-PB.

# 1. A PANDEMIA VISTA DE FORA

“Solidão apavora  
Tudo demorando em ser tão ruim  
Mas alguma coisa acontece  
No quando agora em mim...”

(Caetano Veloso e Gilberto Gil – Desde que o samba é samba)

“Se puder, fique em casa”. “Uso obrigatório de máscara”. “Tem álcool em gel?” “Seu microfone está desligado”. “2020 não está sendo um ano fácil”. Essas são algumas das frases mais ditas, escritas, lidas e ouvidas no ano de 2020 no Brasil, quiçá no mundo, devido a pandemia causada pelo novo coronavírus denominado SARS-CoV-2, que causa a doença Covid-19 e que foi detectado no último dia de dezembro de 2019, na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China.

O dia 11 de março de 2020, mesmo sendo um dia de sol em grande parte do planeta, passou a ficar nebuloso quando Tedros Adhanom Ghebreyesus, diretor-geral da Organização Mundial de Saúde (OMS), anunciou em uma coletiva de imprensa que o mundo vivenciava uma pandemia, por ter sido detectado 118 mil casos da doença em 114 países, tendo 4.291 pessoas chegado ao óbito por conta da Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) ocasionada pela Covid-19.

Já no Brasil, o primeiro caso confirmado de Covid-19 ocorreu no dia 26 de fevereiro de 2020. O infectado foi um homem de 61 anos residente na capital paulista que fez uma viagem para a Itália em fevereiro. Já Rosana Aparecida Urbano, empregada doméstica de 57 anos, foi a primeira vítima da doença no país. Ela faleceu em São Paulo no dia 16 de março. Desde então, os números de casos não pararam de aumentar. Até o momento de finalização deste texto, aquele dia nublado iniciado em março de 2020 ainda continua existindo na vida de 266 milhões de pessoas no mundo que se encontram infectadas e se tornou inverno para as mais de 615 mil<sup>3</sup> de famílias brasileiras que passaram a vivenciar o luto ocasionado pela doença.

---

<sup>3</sup> Existe ainda o agravante de que esses números podem ser bem mais altos do que os dados indicados. Fora os vários momentos que o governo federal procurou restringir o acesso a dados sobre a pandemia da covid-19, fazendo com que vários veículos de comunicação formassem um consórcio para trabalhar de forma colaborativa para buscar as informações diretamente das secretarias de saúde dos 27 estados do Brasil.

O novo coronavírus causa doenças respiratórias leves ou moderadas nos seres humanos, além de febre, tosse seca, dificuldade para respirar, perda do olfato e/ou paladar, além de outros sintomas que podem ocasionar, dentre outras gravidades, a morte do enfermo. Embora toda e qualquer pessoa possa ser contaminada, o número de letalidade ainda é maior entre pessoas idosas<sup>4</sup>.

De acordo com dados do IBGE, a população brasileira em 2020 era de 212.2 milhões de habitantes<sup>5</sup>, sendo que 13,3% dessa população é formada por pessoas com mais de 60 anos. Sendo uma vasta população em idade de maior risco de contaminação por Covid-19. Por conta disso, esse grupo populacional passou a ser associado ao Covid-19 e logo começou a ser chamado e tratado pelos detentores do saber-poder - governo federal, médicos e mídia -, como grupo<sup>6</sup> de risco ao invés de serem reconhecidos como grupo vulnerável.

Grupo vulnerável<sup>7</sup> é composto por pessoas que estão expostas de forma desproporcional a um risco, entretanto, aquelas outras tidas como não-vulneráveis, em um cenário normal, também podem se tornar vulneráveis dependendo das políticas desenvolvidas para o enfrentamento da pandemia. Logo, não apenas idosos, pessoas em situação de rua ou aquelas que possuem alguma comorbidade estão propensas a contrair o vírus, mas toda e qualquer pessoa que possua ou não essas características, mas, e principalmente, aquelas de baixo poder aquisitivo e que moram em lugares periféricos. E, pensando especificamente no Brasil, o vírus não atingiu a população da mesma forma. De acordo com pesquisa realizada pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), marcadores sociais como raça, gênero sexualidade, territórios, dinâmicas sociais e econômicas influenciaram no número de infectados<sup>8</sup>. Entretanto, nos primeiros meses da pandemia no país, o foco eram apenas pessoas idosas.

---

<sup>4</sup> É válido destacar que, devido à falta de conhecimento sobre o novo coronavírus, o único consenso é que o isolamento e o distanciamento social são as ações mais eficazes para diminuir o avanço da contaminação e o desenvolvimento da Covid-19.

<sup>5</sup> [https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/box\\_popclock.php](https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/box_popclock.php)

<sup>6</sup> Nesta pandemia, a OMS definiu como grupo de risco maiores de 60 anos, pessoas imunodeficientes e/ou portadoras de doenças crônicas ou graves, gestantes e lactantes.

<sup>7</sup> A vulnerabilidade é amplamente definida como a incapacidade de proteger os próprios interesses (CIOMS 2018).

<sup>8</sup> Sugerimos como leitura sobre essa questão o artigo “População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde” de Márcia Pereira Alves dos Santos *et al.* In: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v34n99/1806-9592-ea-34-99-225.pdf> que reflete sobre as assimetrias que a pandemia produz no contexto das desigualdades no Brasil.

Em um momento em que cada vez mais a ideia de envelhecer é desprezada e a jovialidade tida como o estágio da felicidade, devendo sempre ser preservada com o uso de todas as tecnologias disponíveis no mercado estético e de cosmético, o discurso estigmatizante dos idosos como grupo de risco reproduzido exaustivamente pelos saberes médicos, bem como as alocações religiosas, governamentais e midiáticas contribuíram para que, velhos e velhas passassem a ter a Covid-19 como mensageiro que anuncia a sentença de morte. Mas não só isso.

Em uma tentativa de “proteger” esse “frágil grupo”, eles passaram a ser “perseguidos” pela sociedade sendo forçados a um isolamento social sem ter nenhum apoio ou tempo para se programar para tal situação, perdendo o direito de ir e vir<sup>9</sup>. É válido destacar que, em nenhum momento, profissionais da área de gerontologia foram convidados a pensar junto ao governo federal, estadual ou municipal, a melhor forma de como operacionalizar o isolamento social desses sujeitos. É como se não existisse nenhuma preocupação com aqueles que, supostamente, já estariam à beira da morte.

No Brasil a postura do presidente Jair Messias Bolsonaro (sem partido) foi a de negar a gravidade da pandemia, menosprezando a ciência, relativizando a situação e, em vários momentos, desdenhando das vítimas da doença. “Alguns vão morrer? Vão morrer. Lamento, é a vida. Não pode parar uma fábrica de automóveis porque tem mortes no trânsito<sup>10</sup>”, afirmou o presidente do país em um programa de TV.

Da noite para o dia vimos ser desconstruído o discurso gestado no país, entre o final do século XX e começo do século XXI, de uma velhice ativa, produtiva, de idosos como sujeitos políticos. A mídia trouxe de volta a imagem do idoso como pessoa frágil, incapaz, que deve ser cuidada sendo acrescentado o fato de ser este um grupo altamente contaminante pelo coronavírus.

O chefe do Executivo se preocupou mais em tentar deixar viva a economia, que já respirava por aparelhos, do que as pessoas e afirmou ainda não ser o idoso uma responsabilidade do Estado.

---

<sup>9</sup> Em algumas cidades do Brasil, idosos tiveram bloqueado o cartão de gratuidade no transporte público.

<sup>10</sup> <https://veja.abril.com.br/blog/jorge-pontes/a-necropolitica-adotada-pelo-brasil-em-2020-tem-as-digitais-de-bolsonaro/>



Devemos sim, em primeiro lugar, cada família cuidar dos mais idosos. Não pode deixar na conta do Estado. Cada família tem que botar o teu vovô, a tua vovó, num canto, e evitar o contato com ele a menos de dois metros. É isso o que tem que ser feito. O resto tem que trabalhar. Porque o que está havendo é a destruição de empregos no Brasil<sup>11</sup>.

Tudo isso já seria de cortar o coração, mas também vimos surgir práticas de saúde eugenistas. Com a lotação das UTIs a idade se tornou um dos “critérios” para decidir quem ocuparia ou não um leito ou usaria aparelho respiratório, sendo priorizadas aqueles que detinham uma menor idade, pois os idosos já estava na “antessala da morte”. A estratégia e política de controle social implementadas por meio da instrumentalização da morte, decidindo quem vai morrer e quem vai sobreviver é uma expressão máxima de soberania e uma prática necropolítica. Para Mbembe (2018), quando um governo autocriticamente decide quem viverá e morrerá ou de que forma viverão ou morrerão se exerce uma necropolítica na qual as “vidas precárias”, os indivíduos em condições de maior vulnerabilidade, abjetos e indesejáveis devem ser eliminados. Mas devemos sempre lembrar que um corpo nunca será apenas carne.

A Política Nacional do Idoso (Lei 8.842/1994), o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei 10.741/2003) e a própria Constituição Federal de 1988 perderam seu efeito durante a pandemia. Questionamentos sobre quem estabelece esses critérios não existiram. Com cobertura da mídia, vimos várias situações de ageismo e a vida dos idosos ser resumida a nada, se tornaram seres abjetos, que não mereciam respirar.

A mídia, mediadora entre as fontes de informação e o leitor, pode ser percebida como um dispositivo<sup>12</sup> de enunciação, ao noticiar os casos de Covid-19 no país e no mundo, contribuindo para que a doença fosse vista como uma questão da biopolítica, de interesse dos médicos, dos epidemiologistas, dos sanitaristas, dos psicólogos, etc., que a pensarão de forma discursiva e esses discursos serão explicitados pelo dispositivo midiático que fará a doença existir para a sociedade.

Ao denominar a mídia de dispositivo, estamos coadunando com a ideia de Agamben (2014) que, ao dialogar com um conceito foucaultiano, nomeará como dispositivo tudo que possui a capacidade de capturar, orientar, determinar, controlar condutas, discursos e opiniões das pessoas. Então, a mídia deu visibilidade

---

<sup>11</sup> <https://www.cartacapital.com.br/saude/comissao-da-camara-repudia-bolsonaro-por-dizer-que-protecao-de-idosos-nao-e-da-conta-do-estado/>

<sup>12</sup> Como afirma Foucault (2009), o dispositivo é um conjunto de estratégias de relações de força que condicionam certos tipos de saber e por eles são condicionados (p.300).

à nova doença e contribuiu na estigmatização dos idosos, já que era o principal veículo para acompanhar as notícias sobre a COVID-19 e consequentemente auxiliou para que muitos países decretassem *lockdown*.

Foucault (1999) ao falar sobre o dispositivo disciplinar como uma maneira de gerir epidemias nos lembra que “a peste que é desordem, responde à ordem, cuja função é desemaranhar as confusões provocadas pela doença que se transmite quando os corpos se misturam” (p.201). Mesmo falando do dispositivo de imposição de normas e quarentena para com os idosos, nos apropriamos dos ditos do filósofo pois nos ajudam a perceber o poder disciplinar que nos fora imposto na pandemia do novo coronavírus: ficar em casa, usar máscara, usar álcool em gel, manter distanciamento social, etc. Pode-se dizer que a atual pandemia trouxe uma nova reconfiguração das relações de poder com uma estratégia biopolítica centrada no dispositivo de segurança e antecipação do risco, além da valorização da vacina.

No Brasil o dispositivo do isolamento social atingiu mais de 10 estados. Indo de encontro às políticas adotadas pelo governo do presidente da República, os governadores adotaram as medidas e orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) para combater a pandemia do novo coronavírus. Algumas cidades passaram 15 dias praticando o isolamento social, noutras um pouco mais de um mês. Em uma situação inédita, grande parte da população brasileira teve que abandonar a vida pública para diminuir as possibilidades de uma possível infecção do coronavírus e, dentro de um lar, tiveram que aprender, dentre outras coisas, a manusear aplicativos para poder trabalhar, a vivenciar um outro tipo de relação com a família, com a companheira ou o companheiro e a testemunhar o adoecimento e morte, não apenas de pessoas próximas, mas também de relacionamentos. E será sobre isso que falaremos a seguir, apresentando relatos de duas pessoas LGBTQs que tiveram o relacionamento afetado pela pandemia.

## 2. A PANDEMIA VISTA DE DENTRO

“Em tempos de quarentena, nas sacadas, nos sobrados

Nós estamos amontoados e sós”

(Adriana Calcanhotto – *O que temos*)

Mesmo sem saber se atendiam o discurso da ciência ou do Presidente da República, grande parte da população brasileira aderiu, da forma como foi possível, ao isolamento social. Tendo a vida modificada, sem o contato presencial dos colegas de trabalho, dos amigos e da família, foi necessário aprender a partilhar a vivência do desalento e os afetos através de telas de *smartphone*, *tablet*, computador ou *notebook*.

Poderíamos trazer aqui vários cenários particulares que surgiram durante os momentos de isolamento social, como pessoas confinadas com *pets* ou com crianças, acumulando as obrigações domésticas, o trabalho em *home-office* e a educação dos filhos; a sobrecarga feminina ou de pessoas negras, pobres que vivem em locais periféricos, a precarização da vida de modo geral que ficou evidenciada neste momento de pandemia. Mas nos deteremos a intimidade de duas pessoas LGBTQIAP+ que falaram sobre como a pandemia os afetou, em várias instâncias, inclusive no relacionamento amoroso.

Tradicionalmente as entrevistas em História Oral são feitas de modo presencial, previamente marcada com a pessoa entrevistada, e se conversa sobre algum tema ou assunto específico. Mas a pandemia da Covid-19 trouxe consigo uma revisão sobre a prática de entrevistas de acordo com os princípios da História Oral à distância, por meio da internet e suas distintas plataformas de comunicação para chamadas em tempo real. Mesmo esse tema não sendo aqui explorado, é importante informar que as nossas entrevistas, feitas de forma remota, foram realizadas obedecendo os principais aspectos desta metodologia de pesquisa, ou seja, oralidade, imediatez, dialogicidade e a situacionalidade.

A primeira sessão de conversa com Ângela Cordeiro, 41 anos, aconteceu em novembro de 2020. Pernambucana, mas morando em Natal há mais de uma década, é designer e estava em um relacionamento amoroso de onze anos com Amanda<sup>13</sup>. As

---

<sup>13</sup> Nome fictício, pois apenas Ângela foi entrevistada.

duas passaram a morar juntas com três meses de namoro e foi neste relacionamento que ela decidiu falar sobre a orientação sexual para os pais.

Foram muitas coisas que a gente passou juntas, foram muitas coisas boas e também ruins, ela me deu muita força no processo de orientação, nesses processos do mestrado, que foi bem complicadinho, teve muito a coisa do assédio moral, foi complicado, me adoeceu bastante. Ela me ajudou muito e até hoje me ajuda em muita coisa. Ela também passou por muito assédio no trabalho, assédio moral e também adoeceu bastante, então eu acho que a gente vem se curando e se ajudando. (CORDEIRO, 2020, pp. 12-13).

Ângela também relatou o medo de ter sido contaminada nos primeiros meses da pandemia no Brasil. Como na época pouco se sabia sobre o novo coronavírus e como os sintomas são característicos de outros tipos de doenças, ela não conseguiu de fato saber se teve Covid-19.

Eu provavelmente tive, logo no iníciozinho, mas estava tão ainda sem os protocolos, os médicos sem saber, o plano de saúde sem querer (...) foi bem complicado, eu não fiz o teste porque o plano não autorizou, porque eu não estava com febre, eu estava só com [risos] calafrios, tosse, falta de ar e de paladar, eles consideraram que isso não era o protocolo, não era COVID, deu bronquite e infiltração no pulmão também, mas passei dessa. (CORDEIRO, 2020, p. 20).

O vírus pode contagiar qualquer pessoa, independente de cor, raça, idade, situação econômica. Entretanto, as condições de vida dos grupos sociais historicamente marginalizados os vulnerabilizam de forma perversa. Ângela é uma mulher branca e durante a nossa conversa ela estava desempregada. Tinha plano de saúde pois era pago pelo pai, mas acreditava que, por conta das dificuldades financeiras intensificadas pela pandemia, o plano seria cancelado. Em novembro, quando tivemos a primeira conversa, o 39º Boletim Epidemiológico Especial do Ministério da Saúde<sup>14</sup> informava que a raça branca era a mais frequente nos casos de SRAG (37,2%) seguidos de pessoas pardas (33,9%), pretas (4,9%), amarelas (1,0) e indígenas (0,3%). Todavia, se formos observar o número de óbitos a situação se inverte. 36,9% eram pardas, 34,9% brancas e 5,5% amarelas.

Não sabemos quantas dessas pessoas eram mãe, pai ou LGBTQIAP+, por exemplo, mas é possível ter uma ideia do atendimento, bem como o momento de

<sup>14</sup> Disponível em [https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/media/pdf/2020/dezembro/03/boletim\\_epidemiologico\\_covid\\_39.pdf](https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/media/pdf/2020/dezembro/03/boletim_epidemiologico_covid_39.pdf)

vida que cada uma dessas pessoas se encontrava quando se infectaram. Má alimentação, precarização do transporte público, discriminação de raça e gênero, enfim, são algumas das interseccionalidades<sup>15</sup> que podem ser investigadas.

Impossibilidade de acesso à saúde, educação, habitação e políticas de emprego e renda vinculam-se à invisibilidade e exclusão de determinados indivíduos, cujos indicadores sociais sequer são mapeados por parte do poder público, dificultando as iniciativas e ações de enfrentamento à discriminação. Além da subnotificação dos dados, em geral, sistematizados pelas organizações LGBTI, atravessamos uma onda negacionista e persecutória que descredibiliza as pesquisas científicas produzidas no âmbito das universidades e dos institutos de pesquisa. (LACERDA, 2020, p.206).

Depois dessa situação, Ângela nos falou que o medo de se (re)contaminar se tornou mais intenso pois com a doença vem diversos tipos de faltas, como a da presença de alguém ao lado e de ar. “A gente se sente só nesta doença, porque quando você pega, você se sente com medo. Tenho medo de pegar novamente e não ter oxigênio, morrer sem ar, é desesperante”, afirma.

A angústia, a solidão, o medo e a morte se tornaram companheiras de todas aquelas pessoas nesta pandemia. Sêneca dizia que “a morte não se mostra em todos os lugares, mas em todos os lugares ela está” (2013, p. 47) e o medo de adoecer e ser mais uma vítima da Covid-19 fez com que a prática de uso de máscara e álcool em gel se tornasse um hábito no cotidiano de milhares de pessoas. Marcus Silva, 45 anos, negro, paraibano e que mora em São Paulo há quase 20 anos nos fala como ficou o cotidiano com essas normas sanitárias.

Chegava em casa com aquela fixação de “não pode isso, não pode aquilo”. Eu moro com meu cachorro, eu não deixava meu *pet* chegar perto de mim antes de eu fazer minha higienização, eu estava com muito medo, muito medo mesmo, ao ponto de... Álcool gel, cândida, luva, máscara, roupa lavada todo santo dia quando chegava do serviço [suspiro]. Foi complicado. (SILVA, 2020, p.6)

---

<sup>15</sup> Akotirene (2019) pontua que esse termo começou a ter mais visibilidade em 2001 após a palestra da intelectual afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw na Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância, em Durban, na África do Sul. Akotirene chama atenção para o esvaziamento do conceito e afirma que a interseccionalidade se constitui enquanto ferramenta crítico-política e teórica que instrumentaliza de forma “teórica-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cis-hétero-patriarcado”. (AKOTIRENE, 2019, p.14).

A partir desse relato feito por Marcus podemos pensar em um exercício de poder biopolítico, observando as intervenções que estão conectadas às demandas particulares de cada indivíduo. De acordo com Foucault (2008b), essa configuração específica da biopolítica que estabelece o funcionamento do dispositivo de regulação e normatização é o que classifica um conjunto de tecnologias como dispositivo de segurança, neste caso, todas as normas sanitárias para prevenção da doença. Esses dispositivos atuarão nos âmbitos sociais e econômicos, servindo para organizar a circulação, eliminar os perigos, focando a boa e a má circulação de forma que se aumente a boa circulação e a diminuição da má. Ou seja, há todo um discurso produzido por detentores do saber/poder que servirá para, quando posto em prática, a manutenção da saúde das pessoas e a diminuição de casos de infecção.

A preocupação de seguir as normas do dispositivo de segurança era algo que Marcus queria levar para o companheiro e os amigos, a ponto de se tornar um incômodo para eles. Em seu segundo relato, ocorrido em dezembro de 2020, nosso colaborador fala o que ouviu de alguns amigos que têm mais de sessenta anos de idade.

“Você pega muito no nosso pé, para com isso”. Aí eu falei “gente, é a vida de vocês, pelo amor de Deus, parem com isso.” [entrevistado começa a chorar]. Eu me emociono por isso, porque às vezes você quer cuidar e talvez a pessoa não esteja preparada, do querer ser cuidada. (SILVA, 2020, p.6).

A vontade de se cuidar e cuidar dos outros não ficou limitada apenas aos amigos, o mesmo aconteceu com o companheiro que é sexagenário e possui algumas comorbidades. A preocupação aumentou principalmente por ter ouvido que a Covid-19 era uma doença que acometia apenas pessoas idosas.

A princípio falaram que as vítimas seriam nessas condições, por isso meu cuidado foi tanto quanto... me preocupei comigo sempre, mas eu me preocupava também com eles e com ele, pelo fato disso. Passei umas [aspas com as mãos] “tarefa de casa” para eles também. Esse meu companheiro se cuida, mas não como deveria se cuidar. Ele chega do serviço, tira a roupa, mas não coloca no varal, já que não vai lavar a roupa, não coloca no varal, deixa a roupa em um cantinho. Aí já é preocupante. Ele chega do serviço, tira o tênis, deixa lá fora, tranquilo. Mas não lava a mão, então são coisas que eu observo e falo: “está faltando mais alguma coisa, e aí?” Ele toma banho na empresa, mas não toma banho quando chega em casa, então fico mais preocupado com esses detalhes. (...) Ao comprar algo no mercado ele não lava a embalagem ou não passa gel na



embalagem do produto. Fica com esses vacilos que tipo... é complicado. (SILVA, 2020, p.7).

Percebemos que o cuidar de si praticado por Marcus, é também uma preocupação com a estética da existência. “Não se cuida de si para escapar do mundo, mas para agir como se deve” (RAGO, VEIGA-NETO, 2008, p.132). Ao cuidar de si Marcus constitui a própria subjetividade, passando a pôr em prática não apenas novas ações para se manter saudável, não infectado com o coronavírus, mas mudanças em si próprio buscando estendê-las para aquelas outras pessoas que ele tem afeto, mesmo isso causando um incômodo em alguns momentos.

Com a vida totalmente modificada por conta da pandemia, muitas pessoas deixaram de partilhar encontros com a família que foram substituídos pelo medo de não poder reencontrá-los, como nos diz Ângela.

Eu me senti muito angustiada pela dificuldade com o lockdown, eu não poder ver se alguma coisa acontecesse com eles, se adoecessem como eu poderia estar presente. Acho que meu maior medo era essa questão da distância e mesmo estando perto as pessoas não poderiam estar com seus parentes, então isso foi o que me deu mais medo, aquela sensação de “caramba, a gente sempre pensa que tudo vai ficar bem e a gente não pensa no amanhã, que pode ser uma tragédia”. (CORDEIRO, 2020, p.24).

E foi com esses e outros medos que os nossos colaboradores foram vivenciando o primeiro ano da pandemia no Brasil, tendo que aprender a ficar mais tempo em casa apenas com a companheira ou passar muitas semanas sem ver o companheiro. O medo, a ansiedade, as notícias sobre a pandemia ou sobre pessoas conhecidas que morreram, a insônia e o tédio das primeiras semanas de isolamento social foram cedendo espaço para o existir em si mesmo e a expansão da consciência.

Aos poucos, a precariedade da realidade na qual estávamos inseridos também foi se acomodando na relação amorosa de Ângela e sua companheira. Após ela pedir para remarcar algumas vezes a segunda sessão da nossa conversa, conseguimos conversar no começo de dezembro e ela informou que a pandemia fez com que elas olhassem para o relacionamento e, mesmo existindo uma boa convivência entre elas, o amor romântico já não estava mais presente.

Você fica pensando aquelas coisas, em fracionar logo a mente, é tudo muito difícil. Mas a gente tá no momento vivendo um dia após o outro e

tentando cuidar do amadurecimento dessa transformação, desse sentimento. E aconteceu tão rapidamente [silêncio]. Na outra conversa ainda estávamos em um relacionamento e, dois dias depois, estamos em um repensar. (CORDEIRO, 2020, p.17).

A relação amorosa de onze anos que teve com a sua companheira serve para nos mostrar que a manutenção de um relacionamento LGBTQIAP+ nem sempre é o da pressa, ele também se dilata e possibilita a escrita de uma história a dois como elas tiveram. Mas, assim como qualquer relacionamento amoroso, ele também se esgarça com o tempo e, às vezes, não é possível reinventar a história.

Para Ângela, as vivências fizeram cada uma enxergar as situações, as amizades, o amor e a vida de formas distintas. “Ela já passou por muita coisa, um histórico mais sofrido de batalha, então ela passou a ver a coisa sem muito romantismo, mais real e crua. E aí eu acho que a pandemia evidenciou essas questões” (CORDEIRO, 2020, p.17).

Enquanto elas buscavam outras formas de resistências para vivenciar aquele mais recente fato em suas vidas, Marcus e o companheiro tiveram que aprender a vivenciar o relacionamento sem afeto, sem carinho, sem sexo. “Falaram no começo (da pandemia) que não podia [risos]. A gente ficou um mês sem manter relação sexual. Eu fiquei com medo de levar algo negativo para ele em relação à doença” (SILVA, 2020, p.11). Para proteger o seu companheiro sexagenário, o desejo e o prazer tiveram que ser sufocados ou sublimados.

### 3. CALMA, RESPIRE

A pandemia do coronavírus tem afetado drasticamente não apenas o sistema econômico, social ou político, mas também a vida sexual e amorosa de casais e pessoas solteiras. Ela sequestrou os apertos de mãos, beijos, abraços, os toques e fez os espaços de interação social e sexual diminuir causando sufocamento, perda da libido, o desprazer.

Apesar de termos, neste governo, apenas uma política sexual legitimada (heteronormativa, branca, sexista e reprodutiva) as sexualidades dissidentes, descolonizadas tem buscado o direito de ser, de existir e continuar respirando mesmo com uma pandemia e um governo que queira sufocar ou exterminar todas e todos dissidentes. Não sairemos desse governo nem dessa pandemia da mesma



forma. “Tem coisas que são permanentes na gente, tem coisas que a gente vai deixando pelo caminho, mas eu acho que a (nossa) forma de olhar para a vida (precisa mudar).” (CORDEIRO, 2020, p.17).

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O amigo & O que é um dispositivo**. Chapecó, SC: Argós, 2014.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

CONSELHO DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS DE CIÊNCIAS MÉDICAS. **Diretrizes éticas internacionais para pesquisas relacionadas à saúde envolvendo seres humanos**. 4. ed. Genebra: CIOMS; Brasília, DF: CFM, 2018.

CORDEIRO, Ângela Dias. **Ângela Dias Cordeiro**: entrevista [nov. 2020]. Entrevistador: Fábio Ronaldo da Silva. Fortaleza. 148 min.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

LACERDA, Milena Carlos de. “Entre a deriva e o naufrágio”: notas sobre a população LGBTI em tempo de COVID-19. In: LOLE, Ana; STAMPA, Inez; GOMES, Rodrigo Lima R. (orgs). **Para além da quarentena**: reflexões sobre crise e pandemia. Rio de Janeiro: Mórula editorial, 2020.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo. (orgs) **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2006.

SILVA, Marcus Vinícius da. **Marcus Vinícius da Silva**. entrevista [dez. 2020]. Entrevistador: Fábio Ronaldo da Silva. Fortaleza. 152 min.

SÊNECA, Lúcio Anneo. **Aprendendo a viver**. Porto Alegre, RS: L&P, 2013.

# CAPÍTULO II

## FOUCAULT, BUTLER E LOURO VÃO À ESCOLA: REFLEXÕES SOBRE GÊNERO E DIVERSIDADE NO COTIDIANO ESCOLAR

DOI: 10.51859/AMPLLA.EGS297.1122-2

Liliann Rose Pereira de Freitas <sup>1</sup>

### RESUMO

Será que podemos falar sobre questões de gênero e diversidade sexual no espaço escolar? Mas quem fala? Como fala? A escola verdadeiramente vem combatendo toda e qualquer forma de discriminação ou exclusão no espaço escolar? E, não menos importante, de que forma a chamada “ideologia de gênero” vem criando distorções discursivas e disseminando um pânico moral devido às divulgações de informações falsas? É a partir desses questionamentos que este artigo traz algumas reflexões sobre gênero e diversidade no espaço escolar, suas relações de poder e disputas no contexto social e político atual e a emergência de não se invisibilizar essa discussão dentro e fora do espaço escolar. Para isso, as análises apresentadas têm como referências Foucault (1988;1999), Scott (1990), Butler (2008), Louro (2001;2012), Miskolci e Campana (2017), Junqueira (2009), Viana e Bortolini (2020) e marcos legais como a LDB (1996), o BNCC (2020) e o PNE (2010). O presente artigo visa ainda, contribuir na discussão teórica, como também, poder aproximar as questões acadêmicas da realidade social evidenciadas no cotidiano escolar, tendo em mente que somos parte de tudo que pesquisamos.

**Palavras-chave:** Gênero. Diversidade Sexual. Ideologia de Gênero. Foucault. Butler. Louro.

---

<sup>1</sup> Graduada em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Campina Grande. Professora da Educação básica da Rede Estadual de Ensino da Paraíba e Professora do Ensino Fundamental II do município de Pocinhos/PB. Atualmente desenvolve pesquisa na área de História Cultural com ênfase nos estudos de Gênero e Educação.

# 1. “NÃO SE LEVAM QUESTÕES PESSOAIS PARA DENTRO DA SALA DE AULA”

No início do mês de junho de 2021, estudantes da Escola Estadual Aníbal de Freitas, de Campinas/SP, discutiam, em um grupo de WhatsApp, sobre temas para um trabalho escolar. Um dos alunos, uma criança de 11 anos, sugeriu que a turma tratasse da questão LGBTQIA+, considerando ser junho o Mês do Orgulho LGBT. Isso foi o bastante para que ele fosse rechaçado e até ofendido. Falando em nome da família, Danielle Cristina, irmã do aluno, disse que ele “foi massacrado com tanto preconceito como se ele tivesse cometido um crime”<sup>2</sup>.

A primeira reação foi uma tentativa de silenciar, seguida de ameaças. Uma mulher, que afirmava ser coordenadora da escola, ligou para o aluno para que ele retirasse seu “comentário” do grupo. Danielle Cristina relatou que foi dito para ele “retirar (...) senão iria remover ele do grupo (...) que era inapropriado, inadmissível. Que era um absurdo ele ter colocado (...), que ele precisava de tratamento”. A escola parece ter conseguido “enquadrar” o aluno, pois sua irmã afirmou que ele “ficou triste com a situação e pediu desculpas pelo ocorrido, como se tivesse feito algo errado”. Importa notar que Danielle Cristina percebeu o paradoxo de ter sido a escola a rechaçar o aluno, “...logo a escola, que deveria ensinar, dar o exemplo”. Inclusive, a matéria do UOL/Educação reportou o posicionamento da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEDC-SP) quando ela lembra que o “respeito à diversidade faz parte do Currículo em Ação”.

Esse caso é só mais um exemplo de como a escola, como um espaço produtor de conhecimentos e de práticas sociais, também passou a ser um espaço de disciplinamento, confronto e relações de poder, onde se evidenciam contradições, diferenças e desigualdades, baseadas em marcadores de diferença, como gênero, classe e raça/etnia, pois a escola não é um terreno neutro, porquanto nela se correlacionam forças que criam discursos e institucionalizam “verdades”. E é nesse campo de disputa em que as questões de gênero e a diversidade sexual são

---

<sup>2</sup> Aluno sugere trabalho com tema LGBT e é rechaçado, família denuncia. **UOL/Educação**, 14 junho 2021. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2021/06/14/aluno-trabalho-tema-lgbt-escola.htm>. Acesso: 14 de mai. 2021.

evidenciadas, além de um clima de polarização ideológica e de um retrocesso pedagógico no Brasil.

Sabemos que a Constituição Federal (1988) e a Base Legal da Educação (A LDB 9394/96) impõem o enfrentamento desse tema na escola, objetivando superar quaisquer formas de discriminação. A partir da compreensão de que questões de gênero perpassam também as questões de raça/etnia e classe, o Estado e a sociedade devem caminhar em consonância com o objetivo comum sobre a igualdade entre os indivíduos em todos os âmbitos para que se promova o exercício da cidadania.

Mas, como vivenciar, na prática, o que os direitos constitucionais e a LDB colocam sobre o respeito às diferenças e, por consequente, o combate a toda e qualquer discriminação - seja de gênero, classe e raça/etnia, ao sexismo, ao racismo, à homofobia e à lesbofobia? Será que podemos falar sobre questões de gênero e diversidade sexual no espaço escolar? E quem fala? Como fala? E não menos importante, a escola, verdadeiramente, vem combatendo toda e qualquer forma de discriminação ou de exclusão no espaço escolar? Ou o contrário, vem normatizando as exclusões? Partindo desses questionamentos, este artigo aborda reflexões relativas a gênero e diversidade no espaço escolar, suas relações de poder e de disputas, no contexto social e político atual, e a emergência de não se invisibilizar essa discussão dentro e fora do espaço escolar.

### 1.1. “HORA DO INTERVALO! QUAL A PAUTA?”

Em 2014, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) incluiu temas como educação sexual e orientação sexual, combate às discriminações e promoção da igualdade de gênero no Plano Nacional de Educação (PNE). O texto reforçava a promoção da diversidade e a necessidade de se erradicarem todas as formas de discriminação, colocando esses temas como diretrizes do ensino brasileiro. Esses princípios tomam corpo na Estratégia 13 - meta 3, relacionada ao Ensino Médio, que prevê ações para combater a evasão escolar, motivada por preconceito ou qualquer forma de discriminação<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> O Plano Nacional de Educação para o decênio 2014/2024, instituído pela Lei nº 13.005/2014, definiu 10 diretrizes que norteiam a educação brasileira estabelecendo 20 metas a serem cumpridas

Note-se que a aprovação dos planos de educação, como o PNE (2014/2024), foi atravessada por disputas de poder em torno das diferentes concepções e dos interesses que permeiam a educação no Brasil. A meta 3, por exemplo, que visa implementar políticas públicas de combate a quaisquer discriminações, foi amplamente questionada pelos setores mais conservadores da sociedade que não consideram a questão de gênero apropriada ao ambiente escolar. O texto original, que fazia menção ao termo, foi retirado. Depois de muitos protestos, vindos de vários setores da sociedade, liderados por grupos religiosos e pelos defensores da chamada “Escola sem Partido”<sup>4</sup>, o PNE foi aprovado sem que se fizesse menção alguma a questões como gênero e orientação sexual.

Cabe lembrar que, nas eleições presidenciais de 2018, a reação desses setores conservadores foi adiante e se voltou a polemizar sobre a questão de gênero, quando o então candidato, Jair Bolsonaro (PSL), afirmou que o Governo Federal, na gestão da Presidente Dilma Rousseff (PT), distribuiu nas escolas o que foi nomeado de “kit gay”. Contudo, ao contrário do que afirmava o candidato, o material havia sido encomendado pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados ao Ministério da Educação (MEC) e elaborado por grupos de ONGs especializadas conforme as diretrizes do Governo Federal em 2004, ainda sob a gestão do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT), e lançado em 2011, quando o seu oponente nas eleições, Fernando Haddad (PT), ainda não era Ministro da Educação. Segundo Vianna e Bortolini (2020, p. 03),

o conjunto, conhecido como “kit”, era composto de um caderno pedagógico com atividades para uso de professores(as) em sala de aula; seis boletins para discussão com estudantes e três audiovisuais, cada um deles com um guia, um cartaz e cartas de apresentação para gestores(as) e educadores(as).

---

nesse período. A Meta 3 - estratégia 13 no PNE (2014/2024) propõe: “Implementação de políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão”. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso: 12 de Jun. 2021.

<sup>4</sup> O Movimento Escola sem Partido surgiu em 2004, por iniciativa do então procurador do estado de São Paulo, Miguel Nagib. O projeto foi uma reação a um suposto fenômeno de instrumentalização do ensino para fins políticos e ideológicos, partidários e eleitorais, que, em seu ponto de vista, representam doutrinação e cerceamento da liberdade do(a) estudante em aprender. Disponível em: <https://www.infoescola.com/educacao/escola-sem-partido/>

Em 2011, a chamada “bancada da Bíblia”, alentado grupo de deputados federais e senadores ligados às religiões cristãs, atuou fortemente contra o material do “kit gay”. Tratava-se, na verdade, de três vídeos em que se apresentavam narrativas que questionavam os padrões sexuais normativos presentes no cotidiano escolar. Destaca-se, nesse contexto, o projeto “Escola sem Homofobia”, resultante do Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTBs (Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais) e de Promoção da Cidadania de Homossexuais “Brasil sem Homofobia”<sup>5</sup>, que teve suspensa a distribuição de seu material em maio de 2011. O fato, não único, foi que o Governo Federal se viu na iminência de recuar das pautas sociais que envolviam gênero e diversidade sexual (VIANNA; BORTOLINI, 2020).

Assim, com distorções discursivas e a disseminação de vários tipos de notícias falsas (*fake News*)<sup>6</sup>, a maioria com conteúdo de ódio e intolerância às diferenças, no meio educacional e, sobretudo, entre famílias, tornou-se recorrente a ideia de que a discussão sobre diversidade, especialmente a de gênero, seria relacionada à defesa do aborto, da homossexualidade e da pedofilia. Essa situação criou as condições para que se gerasse uma espécie de “pânico moral”<sup>7</sup>.

Para Junqueira (2009), o “pânico moral” tem forte apelo e atrai vários atores políticos que se sentem representados em seus temores. Eles nem precisam ser muito conservadores e preconceituosos para aderir, porém ficam alarmados e radicalizam seus discursos por entenderem que o contexto educacional pode influenciar a sexualidade de seus filhos. Dessa forma, os grupos mais conservadores passaram a lidar com a importância de se tratarem assuntos relacionados a gênero como algo perigoso, que colocaria em xeque a estrutura da “família tradicional brasileira”. Mas, como a escola é um espaço estratégico para (com)formar

---

<sup>5</sup> CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. Brasil sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

<sup>6</sup> Para aprofundar o assunto, consultar BRISOLA, A.; BEZERRA, A. C. Desinformação e circulação de “fake news”: distinções, diagnóstico e reação. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, n. XIX ENANCIB, 2018. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/102819>>. Acesso em: 25/08/ 2020.

<sup>7</sup> Noção utilizada por Stanley Cohen no livro *Folk Devils and Moral Panics* (1987), a propósito da inquietação gerada pelas confrontações e pelos episódios de vandalismo protagonizados por dois grupos juvenis rivais – os Mods e os Rockers – em algumas estâncias balneares inglesas.



indivíduos e grupos, não tardou para que o termo “ideologia de gênero” emergisse no Brasil em contraposição ao que se “deve” ensinar nas escolas.

Segundo Miskolci e Campana (2017), em sua essência, as ideias acerca da chamada ‘ideologia de gênero’ surgiram no seio da Igreja Católica e têm permeado não só na Europa, mas também na América Latina<sup>8</sup>. Um dos grandes representantes desse combate foi o Papa Bento XVI, ainda quando era Cardeal, em 1997, que produziu uma série de textos que demonstravam os perigos iminentes sobre a sociedade, o avanço das pautas feministas e a luta de homossexuais pelos direitos civis. O discurso de Bento XVI irradiou em todas as esferas da Igreja Católica que, rapidamente, compreendeu qual “inimigo” deveria ser combatido e sua dimensão política e ideológica.

Importante ressaltar que a Conferência do Cairo (1994) e a *IV Conferência Mundial sobre a Mulher: igualdade, desenvolvimento e paz*”, organizada pelas Nações Unidas em Pequim, no ano de 1995, são marcos divisores desse debate (VIANNA; BORTOLINI, 2020), pois essa quarta Conferência apresentou um grande avanço sobre os direitos sexuais e reprodutivos para mulheres, mas também a substituição do termo “mulher” em detrimento da categoria “gênero”. Em outras palavras, essa conquista significou um avanço nas discussões teóricas sobre o movimento feminista e proporcionou um alargamento discursivo sobre o papel social e político da mulher (MISKOLCI; CAMPANA, 2017).

Em consequência com essa Conferência, o Papa João Paulo II escreveu a ‘Carta às Mulheres’ e, posteriormente, na Carta aos Bispos, em 2004, o feminismo seria um inimigo em comum para os cristãos, visto que o papel social que a Igreja delegou às mulheres não poderia ser questionado. Como resposta, a ala mais conservadora da Igreja Católica endureceu seu discurso contra as teorias feministas e a agenda da ONU em favor da diversidade sexual e de gênero, acusando-os de serem os responsáveis diretos por difundir o que chamam de ‘ideologia de gênero’, que passou a ser uma espécie de bandeira a ser combatida pelos defensores de determinados padrões normativos que rejeitam a possibilidade de novos arranjos familiares e as identidades de gênero.

---

<sup>8</sup> A noção de ‘ideologia de gênero’ aparece mesmo nas discussões da Igreja Católica latino-americana e na V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe (CELAM) de 2007, conhecido como ‘Documento de Aparecida’.

Ressalte-se, contudo, que, à medida que foi se alastrando a ideia de que a chamada “ideologia de gênero” colocaria em xeque as fixidades dos papéis sociais ocupados pela família tradicional cristã, a contraofensiva ganhou fortes aliados nas organizações evangélicas, com o forte propósito de impedir a luta feminista pelo avanço dos direitos sexuais e reprodutivos (MISKOLCI; CAMPANA, 2017). Além disso, outros setores da sociedade, embora não estivessem, necessariamente, engajados em organizações religiosas, sentiam-se identificados com a luta contra a “ideologia de gênero” e encamparam mais uma fileira de combate contra os perigos da “doutrinação política e ideológica”, especificamente nas escolas.

Esse grupo, que Miskolci e Campana (2017) denominaram de “empreendedores morais”, busca combater toda e qualquer ação que possa infringir as bases normativas do binarismo homem/mulher com forte inserção nas escolas.

Esses empreendedores morais são religiosos, dentro da Igreja Católica, de vertentes religiosas neopentecostais, seguidores laicos dessas religiões, pessoas que se engajam na luta por razões simplesmente éticas, morais e/ou políticas as mais diversas e não são, necessariamente, da sociedade civil, mas podem atuar dentro de instituições e até mesmo do governo. (MISKOLCI; CAMPANA, 2017, p. 730).

Interessante observar que a centralidade nas questões relativas ao corpo e à sexualidade, como marcadores de diferença, demonstram, dentre outras coisas, a dificuldade dessa prática no convívio social. Em se tratando da escola, sabemos que os corpos são depositários de grandes tensões. Conjugados no plural, não são elementos neutros nas relações sociais; são plásticos, fluidos, absorvem e são absorvidos conforme os diferentes contextos que se apresentam. Por serem um construto social, são carregados do que Louro (2012) nomeia de “marcas do corpo”. Para a autora, os elementos que a sociedade elenca como definidores do corpo, os chamados ‘marcadores da diferença’, são inevitavelmente declarados pela cor, pela fisiologia e pela classe social. Essas marcas são, dificilmente, precisadas pela subjetividade que esses corpos carregam. Contudo, marcadores influenciam e são decisivos na construção de identidades sociais, mais precisamente, no que a sociedade quer que seja e não seja.

Pretendemos reconhecer a identidade - aquilo que o sujeito é - e, ao mesmo tempo, estabelecer o que ele não é - a diferença. Desejamos



afirmar, com segurança, que o sujeito é isso, e, conseqüentemente, ele não é aquilo (LOURO, 2012. p. 04).

Nesse sentido, a suposição de que se é ou não a partir dessas diferenças nega e aprisiona identidades dissonantes, assim como incomoda e desnorteia a solidez das certezas (LOURO, 2012). Por outro lado, defensores da igualdade de gênero e da diversidade sexual ligados à educação veem as pautas que tratam do gênero no espaço escolar como uma forma de combater as desigualdades sociais, pois, ao se tratar dessa linguagem nas aulas, aplicando-a aos diferentes (mais diversos) contextos históricos, políticos e sociais, está-se, na verdade, dando visibilidade aos mais diversos atores sociais. Eles consideram que negar as questões de gênero inviabiliza diferenças e promove as hierarquias sociais (JUNQUEIRA, 2009).

De fato, é visível que a disputa do que se ensinar ou não nas escolas demonstra que existem diferentes ideologias, valores e crenças, pois a educação escolar é um espaço que produz várias identidades e relações de poder. Então, urge questionar de que forma esse contexto de retrocesso social e desinformação política repercute nas práticas educativas em sala de aula e na escola como um todo e quais dispositivos legais estão sendo utilizados para que sejam impostos padrões aceitáveis e não aceitáveis de comportamentos no cotidiano da escola.

## **2. “TODOS DE CASTIGO!”**

Como espaço físico, a escola recebe pessoas com identidades e estilos de vida oriundos de contextos sociais e arranjos familiares diferentes. Mas, como espaço subjetivado, convém refletir sobre até que ponto crianças e adolescentes podem usufruir desse lugar, de forma livre e sem constrangimentos, no tocante às questões relativas a gênero e orientação sexual. Embora, em sua essência, a escola deva ser um espaço democrático e plural, contemplada com políticas públicas inclusivas, percebe-se como são tênues as fronteiras que cruzam o discurso sobre gênero e as práticas educativas normativas.

No cotidiano escolar, percebemos bem mais a indiferença às identidades sexuais, assim como uma atitude de resistência para que os valores normativos, pautados na heterossexualidade, sejam reservados. É um negacionismo que contraria a própria essência da escola como um espaço democrático e inclusivo que,

por outro lado, deveria produzir currículos mais abrangentes e menos excludentes. O fato é que muitos jovens não se sentem seguros na escola, pois o espaço que deveria acolher e respeitar é o mesmo que, muitas vezes, oculta a violência de gênero.

Pesquisa realizada pela ABGLT e pelo Grupo Dignidade e Parcerias sobre o Ambiente Educacional no Brasil (2016)<sup>9</sup>, corrobora esse contexto ao tratar de experiências que jovens tiveram, em instituições educacionais, relacionadas a sua orientação sexual e/ou identidade/expressão de gênero. A pesquisa revelou em quais espaços, dentro das instituições, os(as) estudantes se sentem mais constrangidos(as) ou inseguros(as). Para 38,4%, os banheiros estão em primeiro lugar; para 36,1%, as aulas de Educação Física; para 30,6%, os vestiários; e para 22,1%, às quadras ou instalações esportivas. Vê-se que banheiros e aulas de Educação Física, por exemplo, são espaços hostis e com maior exposição para jovens LGBTQIAP+. É nítido que a escola não é um lugar seguro para todos os alunos.

As questões referentes à sexualidade estão, queira-se ou não, na escola. Elas fazem parte das conversas dos/as estudantes, elas estão nos grafites dos banheiros, nas piadas e brincadeiras, nas aproximações afetivas, nos namoros; e não apenas aí, elas estão também de fato nas salas de aula – assumidamente ou não – nas falas e atitudes das professoras, dos professores e estudantes. (LOURO, 2012, p.131).

A pesquisa demonstrou o quantitativo de estudantes que se sentem inseguros(as) devido a características pessoais. 60,2% apontaram sua orientação sexual como o principal motivo; 42,8% identificaram a forma pela qual expressam seu gênero; 29,4% se referiram ao peso e ao tamanho do corpo; 16,6% citaram a opção religiosa; e 14,2%, gênero ou identidade de gênero. Sabemos que o ambiente escolar que reproduz ou acomoda comentários LGBTfóbicos, sexistas, racistas, entre outros, pode tornar insuportável a convivência de muitos jovens. Louro (2001, p. 89) assevera que

---

<sup>9</sup> Dados obtidos em pesquisa realizada pela Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), intitulada 'As experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais' (2016), com 1.016 estudantes, entre 13 e 21 anos de idade, de todos os estados, excetuando Tocantins, e do Distrito Federal. Disponível em: <http://static.congressoemfoco.uol.com.br/2016/08/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf>. Acesso: 17 de Mai. 2021.

o processo de ocultamento de determinados sujeitos pode ser flagrantemente ilustrado pelo silenciamento da escola em relação aos/as homossexuais. No entanto, a pretensa invisibilidade dos/as homossexuais no espaço institucional pode se constituir, contraditoriamente, numa das mais terríveis evidências da implicação da escola no processo de construção das diferenças.

A autora entende que o dispositivo sexual está intimamente relacionado à forma como a sociedade se percebe e percebe o outro. Foucault (1988) já ratificara essa questão quando afirmou que as relações de poder e de dominação estão presentes na escola, e tudo o que se observa, analisa-se e se discute está dentro de uma esfera de controle. Ou seja, a escola é um observatório político que pode legitimar ou punir discursos não alinhados e copos “desviantes”.

Segundo Butler (2008), gênero e corpo são elementos discursivos, e é nas relações sociais e institucionais que suas identidades são construídas, muitas delas conforme o que é interiorizado como natural e o que não é aceitável. Sua existência é moldada em regras de conduta e normatizações do corpo. Assim, o corpo sexualizado é hetero e é adotado como padrão a ser seguido e naturalizado, como

a ordem sexual do presente, na qual todo mundo é criado para ser heterossexual, ou – mesmo que não venha a se relacionar com pessoas do sexo oposto – para que se adote o modelo da heterossexualidade em sua vida (MISKOLCI, 2016, p. 15).

Uma heteronormatividade como única possibilidade de vivência impõe à sociedade um modelo não receptivo a qualquer outro tipo de sociabilidade e pluralidade sexual. Isso exerce um tipo de violência simbólica, pois, além de não se aceitar outras identidades sexuais, a sociedade impõe modelos binários que não correspondem à realidade em que vivemos.

Observamos sujeitos serem chamados para se autodefinir, a partir de um enquadramento, mediante orientação sexual reconhecível em estereótipos - ou você é gay ou você é hétero - eliminando-se outras identidades. Além do constrangimento, forma-se uma manta de preconceitos que definem o sujeito, em sua individualidade, com base em sua orientação sexual ajustável ou não. Dito de outro forma, o corpo ainda é a marca definidora de modelos aceitáveis e modelos “desviantes”. São os “arquétipos” identificados por Scott (1990) socialmente construídos com papéis estabelecidos socialmente.

De acordo com Foucault (1999), é nas relações entre o saber/poder que os discursos sobre corpo e sexualidade são historicamente construídos, resultantes das práticas institucionalizadas e internalizadas como verdades. Esses sujeitos não são silenciosos, são produtos e confessam o que foi deferido não sobre si mesmos, mas também pelo que lhes foi imposto. Isso quer dizer que é nessas relações de poder entre o que é imposto e como se incorpora a essa imposição que se constroem, também, resistências. Assim, por meio da diferenciação e da negação do gênero, a sexualidade é socialmente construída e percebida, considerando-se o feminino inverso ao masculino, sem que haja outra possibilidade de coexistir.

Em se tratando do cotidiano escolar, a invisibilidade dessas identidades plurais, que habitam o espaço escolar, e a naturalização de normas comportamentais hegemônicas, tratadas como naturais, excluem os corpos “desviantes”. Inclusive, essa exclusão não é apenas entre alunos, porquanto se sabe que educadores e funcionários também não se sentem à vontade para experienciar esses espaços receosos de serem alvos de preconceitos. É preciso lembrar que, como sujeitos, esses profissionais carregam as marcas identitárias do ambiente onde foram formados.

### 3. “CHAMEM O DIRETOR!”

Apesar de uma perspectiva progressista, a Base Comum Curricular (BNCC/2020) do Ensino Fundamental lançada depois da definição do PNE (2014/2024), não deixou de reforçar o que já estava disposto em outras leis, no que diz respeito à estreita noção sobre a diversidade na escola, sem discriminação e preconceitos. Optou-se por não inserir o termo gênero nas práticas educativas do cotidiano escolar. Sobre a discussão do Ensino Médio, o termo gênero é citado entre as diversidades a serem abordadas nas ciências humanas, mas sem mais explicações (BNCC, 2020).

Os marcos legais que regem a educação básica retiram de seus documentos normativos questões relativas ao gênero. Então, vemos a reprodução de vários silêncios, como diz Le Goff (1990, p. 145): o documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias”. Não se trata apenas de evidenciar a trajetória de sujeitos negados pela história, como mulheres, negros,

crianças, dentre outros, mas também de invisibilizá-los em seus lugares de fala, normatizar sua inexistência e tornar invisível o que incomoda!

Considerando esse contexto, importa frisar que o Artigo 206 da Constituição Federal fala da liberdade de aprender e ensinar - seu texto estabelece o pluralismo de ideias. Já a Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB), de 1996, coloca, entre princípios básicos da educação, o respeito à liberdade e o apreço à tolerância.

Contudo, recentes decisões tomadas por Câmaras Municipais de cidades como Campina Grande (Paraíba), São Paulo (SP), Tatuí (SP), Londrina (PR), Crato (CE), Jacobina (BA) e Barueri (SP) e pela Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas se contrapõem às definições da LDB ou as rejeitam, pois retiram e, em alguns casos, proíbem as discussões de gênero e sexualidade no âmbito educação pública. Inclusive, a constitucionalidade da aprovação desses projetos de lei, em âmbito municipal, vem sendo questionada na medida em que se antagoniza com o ordenamento jurídico do país.

A popularmente chamada “Lei da Mordaca” demonstra bem a deturpação do conceito de gênero a partir de seu caráter relacional, posto como “ideologia” e, como tal, doutrinária e ameaçadora. Leis como essa expressam o incômodo da própria sociedade em contato com o “outro” em suas diversas formas. É quando o outro adquire o significado do que é divergente do que eu sou e, como consequência, ele deve ser ocultado e controlado.

[...] De certa forma, o silenciamento parece ter por fim "eliminar" esses sujeitos, ou, pelo menos, evitar que os alunos e as alunas "normais" os/as conheçam e possam desejá-los/as. A negação e a ausência aparecem, nesse caso, como uma espécie da garantia da "norma". (LOURO, 2001, p. 89).

A cidade de Campina Grande exemplifica bem o que vem sendo exposto. Sabemos que, em sua natureza, as leis são mecanismos de controle que servem para regulamentar um conjunto de regras normativas para consolidar, na sociedade, comportamentos morais normalizantes. Foi assim que, a partir de um direcionamento político e ideológico, foi legalizado um dispositivo de controle que passou a imperar nas escolas municipais. Trata-se da aprovação da Lei nº 6.950/2018. O Artigo 2º da “Lei da mordaca” impõe que

ficam vedadas as práticas de ensino da ideologia de gênero, bem como, suas exposições públicas de caráter didático, pedagógico e a publicidade e distribuição de material que contenha conteúdo impróprio ou inadequado a crianças e adolescentes na rede municipal de ensino.

Inicialmente, consideremos que é passível de questionamentos a natureza dos termos “ideologia de gênero”, “impróprio” e “inadequado”, porque não possibilitam que se explicita o que se pode ou não aceitar ou o que se pode ou não tratar nas escolas públicas do município de Campina Grande. Aqui, o silenciamento parece querer “eliminar” sujeitos. De fato, percebe-se a intenção de evitar que os considerados “normais” conheçam e/ou possam desejar o que é definido como “anormal”. Como bem nos diz Louro (2001, p. 89), “a negação e a ausência aparecem, nesse caso, como uma espécie da garantia da ‘norma’”.

Esse estado de coisas é lastreado pelos dados da já citada pesquisa realizada pela ABGLT. A amostragem, que evidencia o grau de aceitação de pessoas LGBTQIAP+<sup>10</sup> por alunos de instituições de ensino, teve os seguintes resultados: 31,9% não aceitam muito bem; 26,8% aceitam pouco; 22,4% são neutros; 16,1% aceitam bastante; e 2,8% não aceitam de forma alguma. Sobre o quantitativo de estudantes que puderam, na sala de aula, aprender sobre questões LGBTQIAP+, a relutância é ainda mais presente, pois 56,0% não abordam questões LGBTQIAP+; 20,2% abordam de forma positiva; 16,7%, de forma negativa; e 6,1%, positiva e negativamente. Considerando esse cenário, Louro (2001, p. 75) enuncia que

o processo de ocultamento de determinados sujeitos pode ser flagrantemente ilustrado pelo silenciamento da escola em relação aos/as homossexuais. No entanto, a pretensa invisibilidade dos/as homossexuais no espaço institucional pode se constituir, contraditoriamente, numa das mais terríveis evidências da implicação da escola no processo de construção das diferenças.

Em se tratando do estado da Paraíba, dados estatísticos demonstram o tamanho de nossa responsabilidade ético-científica com a questão de gênero. O Sistema de Agravos de Notificações (SINAN) mostra que, entre 2014 e 2017, houve

---

<sup>10</sup> LGBTQIAP+ é o movimento político e social que defende a diversidade e busca mais representatividade e direitos. O significado da sigla representa os seguintes grupos: L (Lésbicas); G (Gays); B (Bissexuais); T (Transexuais); Q (Pessoas do gênero *Queer*); I (Intersexo); A (Assexuais); P (Pansexuais); e o + (é utilizado para incluir outros grupos e variações de sexualidade e gênero). Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/glossario-lgbtqia-entenda-cada-letra-da-sigla-e-termos-comuns/>. Acesso: 12 jun. 2021.



6.621 casos de violência física e 3.832 de agressão física na Paraíba. Também são indicadores os casos de assassinato de pessoas LGBTQIAP+. Em 2018, vimos a morte de 13 pessoas na Paraíba por motivação homofóbica<sup>11</sup>.

Discutir e compreender a noção de gênero é fazer um percurso longo e complexo que envolve lutas, conquistas e resistências de grupos historicamente discriminados e excluídos que parte considerável da sociedade buscou, e busca, silenciar. E não só isso, é, também, distanciar-se para tentar lidar com o que nunca aceitou, respeitou e\ou não entendeu. Sobre isso, a historiadora Lilia Schwarcz parafraseou, em uma de suas redes sociais, o historiador inglês, Peter Burke (2013)<sup>12</sup>, o qual nos lembrava que devemos falar do que a sociedade insiste em esquecer.

## 4. “HORA DA SAÍDA”

As questões relativas a gênero e diversidade sexual ainda são inquietantes para nossa sociedade. Isso é sentido, de forma substancial, no espaço escolar, mas não podemos deixar de considerar que, entre ofensivas conservadoras e mecanismos de disciplinamento e de controle, temos, também, o engajamento de grupos sociais travando batalhas intermináveis, com o intuito de construir uma sociedade que promova a igualdade de gênero e respeite a diversidade sexual como tema central.

Importa considerar que não devemos deixar a sociedade esquecer o que ela tanto deseja. Os muitos sujeitos que, ansiosos por uma sociedade igualitária, lutaram e lutam para ter sua cidadania respeitada, não podem ser historicamente silenciados, pois um projeto de sociedade não pode ser construído a partir de uma hierarquia de gênero que promove desigualdades. A escola não pode acatar os silenciamentos normatizando toda e qualquer prática excludente. Por isso deve oferecer um ensino pautado no respeito às diferenças e construir práticas educativas - no currículo, no ensino, nas avaliações, na estrutura física e na formação

---

<sup>11</sup> Segundo levantamento da Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH), entre 2011 e 2018, foram registradas 117 mortes de pessoas da comunidade LGBTQIAP+. Os dados mostram que foram assassinadas duas travestis, 34 mulheres trans e dois homens trans, portanto, 38 pessoas, apenas 12 a menos do que as vítimas identificadas como gays entre 2011 e 2017

<sup>12</sup> Entrevista do historiador Peter Burke concedida ao Globo Universidade, em 14\08\2013. Disponível em: <http://redeglobo.globo.com/globouniversidade/noticia/2013/08/em-entrevista-peter-burke-comenta-funcao-do-historiador-no-seculo-xxi.html>. Acesso: 14 de Jun. 2020

docente - que desconstrua a visão sexista e unilateral de convivência e reconheça outras formas de sociabilidades e arranjos familiares.

Os dados estatísticos apresentados neste texto exemplificam bem como a sociedade está recrudescendo, ao poder encarar as dinâmicas de gênero e inter-raciais e suas interligações no cotidiano. Essas impossibilidades chegam e se expressam na escola, seja na linguagem sexista, na imposição de padrões sociais, ou na violência de gênero e racial. Seja como for, se, em sua essência, a escola visa ser um espaço democrático, na prática, os mecanismos de controle cada vez mais sofisticados demonstram o contrário. Por essa razão, é importante não cessar os debates que ampliem e tirem “a poeira debaixo do tapete”.

É preciso, pois, falar, esmiuçar e trazer novos sujeitos para a cena do debate sobre questões relativas a gênero e diversidade sexual. A escola é um espaço de formação, onde normas, valores e crenças caminham juntos. Isso significa que, a depender dessa formação, pode-se imperar sobre crianças e adolescentes um estado de coisas que tenham como consequência uma sociedade mais igualitária ou onde se ratifique a desigualdade.

## REFERÊNCIAS

- BNCC. **Base Nacional Comum da Educação**. 2020. [online]. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso: 15 de Jun. 2021.
- BRASIL. **Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil / Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2010.
- BRASIL. **LDB nacional**: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. Lei Darcy Ribeiro (1996).
- BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil sem Homofobia**: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
- FOUCAULT, M. **Em Defesa da Sociedade**. 2 ed. tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.



- \_\_\_\_\_. **História da sexualidade I: a vontade de saber.** 13 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- JUNQUEIRA, R. D. (2009). **Homofobia nas escolas:** um problema de todos. Em R. D. Junqueira, *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas* (pp. 13-51). Brasília: MEC/UNESCO.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Tradução Bernardo Leitão [et al.] Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios)
- LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 2012.
- \_\_\_\_\_. O currículo e as diferenças sexuais e de gênero. In: COSTA, M.V. (Org.). **O currículo nos limiares do contemporâneo.** Rio de Janeiro: dp&a, 2001.
- \_\_\_\_\_. **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- MACHADO, Carla. **Pânico moral:** para uma revisão do conceito. [online]. Disponível em: <file:///C:/Users/lilia/Downloads/125-Texto%20do%20Artigo-392-1-10-20101106.pdf>. Acesso em: 30 maio 2021.
- MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. **“Ideologia de gênero”:** notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. Soc. estado. , Brasília, v. 32, n. 3, pág. 725-748, dezembro de 2017. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102) Acesso em 21 de Jun. 2021.
- VIANNA, Cláudia; BORTOLINI, Alexandre. Discurso antigênero e agendas feministas e LGBT nos planos estaduais de educação: tensões e disputas. Educ. Pesquisa, São Paulo, v. 46, e221756, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/Tc37WjhH7ywmFCpJJ4NbBCH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 12 jun. 2021.
- SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, vol. 16, nº 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990.

# CAPÍTULO III

## “FILHOS DA INDIFERENÇA”: OS CHAMADOS DISSIDENTES SEXUAIS E DE GÊNERO PELAS LENTES DO JORNAL DA PARAÍBA (1991) E DO MINISTRO DA EDUCAÇÃO MILTON RIBEIRO (2020)<sup>1</sup>

DOI: 10.51859/AMPLLA.EGS297.1122-3

Kaline Leandra Barbosa da Silva <sup>2</sup>

### RESUMO

Incompatíveis com a norma oficial vigente, os chamados *sujeitos dissidentes* da sociedade e suas *sexualidades e gêneros ilegítimos*, tendem a ser subjugados por padrões convencionais que intencionam reconfigurá-los, inserindo-os nos princípios de classificação indispensáveis para a naturalização dos discursos. Neste sentido o presente artigo faz uma problematização entre o discurso do *Jornal da Paraíba* datado no ano de 1991 ao veicular a notícia “*Cresce a comunidade gay em Campina*” (fazendo referência à cidade de Campina Grande/PB), e a entrevista concedida pelo Ministro da Educação Milton Ribeiro, ao jornal *O Estado de São Paulo* em 2020, ao tratar a questão da educação no Brasil, intitulada *Volta às aulas no país e acesso à internet não são temas do MEC, diz ministro*. Priorizamos discutir as possíveis continuidades e descontinuidades inseridas em tais discursos, que se entrecruzam em pontos que tem por finalidade conectar os supostos *dissidentes sexuais e de gênero* a uma certa anormalidade (patologia), como consequência de um possível *desajuste familiar*. Intencionando fomentar tal discussão nos apoiaremos em conceitos formulados por Michel Foucault (1988, 1996, 2015) em suas mais variadas obras, além de diálogos com Green (2000), Sedgwick (2007), Marilac (2020), Favero (2020) entre outros.

**Palavras-chave:** Dissidentes Sexuais e de Gênero, Jornal da Paraíba, Milton Ribeiro, Discurso.

<sup>1</sup> O presente artigo tem em sua “essência” fragmentos do Trabalho de Conclusão de Curso, defendido por mim, junto à Universidade Estadual da Paraíba, intitulado *O Jornal da Paraíba e suas travestis: os estereótipos de ser travesti (1990)*, que teve como finalidade problematizar os estereótipos de *ser travesti* formulados pelo referido matutino em todo o decorrer da década de 90.

<sup>2</sup> Graduada em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), e Mestranda em História no Programa de Pós Graduação da Universidade Federal de Campina Grande (PPGH-UFCG), na Linha de Pesquisa Cultura, Poder e Identidades. Email: leandrakaline352@gmail.com

## 1. A LEI DO DISCURSO!

Enquanto objeto de estudo, a sexualidade que se apresenta como um dos eixos centrais do presente artigo, tornou-se alvo de problematizações das mais variadas ao longo do processo de construção discursiva do homem moderno, apontando que a homossexualidade “apareceu como umas das figuras da sexualidade quando foi transferida, da prática da sodomia, para uma espécie de androgenia interior, um hermafroditismo da alma” (FOUCAULT, 1988, p. 43-44), transformando-o em uma espécie e não em um reincidente como o sodomita, e como tal configurou-se como *anormal*, ainda que em sua normalidade, demonstrando que os discursos enquanto meios de se estabelecer “verdades” absolutas parecem não cessar.

O conceito de *dispositivo da sexualidade* pensada por Foucault (1988), dão ênfase ao caráter estratégico formulado pelo sistema, que se volta para o corpo e não para o sexo, para estabelecer códigos normativos que se vinculam, multiplicam-se e operam de forma sincronizada e quase orquestral com discursos outros, recorrendo a punição quando não atendidos, firmando uma recusa a relação sexual entre corpos iguais, indicando a heterossexualidade como uma imposição. Imposição essa que “silencia”, porém, não extingue em sua totalidade os potentes ruídos inspirados em uma *antidisciplina* (CERTEAU, 1998) dos que com ela não se identificam, estabelecendo um eco de rejeição aos que fogem à ordem estabelecida, como evidencia Leite (2014), explorando enquadramentos rígidos marcados pela manutenção de uma falsa ideia de “moral e bons costumes”, na medida em que instaura “verdades”, perpetuando conceitos cristalizados fortalecidos por olhares cisheteropatriarcais compulsórios, que reafirmam uma obrigação de compartilhamento de desejos normatizados junto ao colonizador, que em busca de um ideal civilizador abriga um controle estatal dos corpos, fazendo cruzar-se como extensão: o fazer morrer da *Biopolítica* (FOUCAULT, 1988), e o deixar morrer da *Necropolítica* (MBEMBE, 2016), que como agentes complementares regulam e normatizam condutas.

Todo e qualquer tipo de discurso, seja este escrito, verbal e até mesmo o não verbal, isenta-se de neutralidade, ocasionando por consequência uma vontade de verdade que busca não somente controlar através de um arcabouço disciplinar esses

corpos, tornando-os dóceis e “regeneráveis”, como lançam sobre estes uma ordem dialética que articula saber e poder, levando em consideração os sistemas de exclusão, sendo estes a *interdição*, a *separação* e a oposição *verdadeiro e falso* (FOUCAULT, 2015, 1996).

A *interdição* funciona de modo a reprimir posições contrárias que não fazem parte do contexto no qual ordens discursivas são difundidas, já que “sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (FOUCAULT, 1996, p. 9). A *separação* por sua vez teria o papel de rejeitar o discurso que não se encaixa ao costumeiramente aceitável e circulante na sociedade como fonte obrigatória. Havendo uma junção entre a *interdição* e a *separação*, a *oposição verdadeiro e falso* entra como figura a exercer a função de se mostrar o que é incompatível com a lei discursiva em exercício, o que demonstra o quão forte se é o discurso, enquanto parte integrante de um sistema de dominação, sejam estes refletidos nos principais veículos de comunicação, sejam estes atribuídos a figuras consideradas importantes a nível nacional, através de tais veículos.

Neste sentido este texto apresenta uma problematização entre o discurso do *Jornal da Paraíba* datado no ano de 1991 ao veicular a notícia *Cresce a comunidade gay em Campina*<sup>3</sup>, (fazendo referência à cidade de Campina Grande/PB), e a entrevista concedida pelo Ministro da Educação Milton Ribeiro, ao jornal *O Estado de São Paulo* em 2020, ao tratar a questão da educação no Brasil, intitulada *Volta às aulas no país e acesso à internet não são temas do MEC, diz ministro*<sup>4</sup>. Priorizamos discutir as possíveis continuidades e descontinuidades inseridas em tais discursos, que se entrecruzam em pontos que tem por finalidade conectar os supostos *dissidentes sexuais e de gênero* a uma certa anormalidade (patologia), como consequência de um possível *desajuste familiar*.

Empregando a metodologia de uma análise do discurso, recorreremos à utilização do grifo em muitos momentos como forma de evidenciar o paralelo simétrico entre os discursos aqui analisados, através de frases como: “travestido da

---

<sup>3</sup> JORNAL DA PARAÍBA. *Cresce a comunidade gay em Campina*. Painei, p. 2, 01 set.1991. Disponível em: [acervo.jornaldaparaiba.com.br/](http://acervo.jornaldaparaiba.com.br/)

<sup>4</sup> Entrevista concedida pelo Ministro da Educação Milton Ribeiro, à jornalista Jussara Soares do jornal *O Estado de São Paulo*, publicada em 24 de Setembro de 2020. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,voltas-as-aulas-no-pais-e-acesso-a-web-nao-sao-temas-do-mec-diz-ministro,70003450120> acesso em: 28 abr. 2021

inveja a qualquer mulher e é capaz de enganar qualquer homem”, “filhos da indiferença”, “fazem parte do grupo de risco da AIDS”, “conflitos existenciais”, “nenhuma preocupação com as exigências da sociedade tradicional”, “adolescentes confusos sem uma base familiar equilibrada”, “não é normal. A biologia diz que não é normal a questão de gênero” e “São famílias desajustadas”, que seguem um padrão de continuidade/complementaridade.

## **2. ENTRE O DITO E O ESCRITO: POR UM PADRÃO CISHETEROPATRIARCAL! (JORNAL DA PARAÍBA – 1991)**

Os jornais enquanto fontes históricas, como pontuado por Barros (2019), carregam em sua essência uma série de aparatos estruturais capazes de sustentar o arcabouço discursivo que fortemente atravessa as fronteiras do dito, transformando-se em escrito enquanto parte integrante de uma lógica discursiva, ideológica e política, transformando o jornal em um veículo de comunicação e não somente um veículo de informação, dada a impossibilidade de parcialidade e neutralidade do mesmo, que confirma seu papel enquanto dispositivo de poder, operando e articulando ideias e ideais em benefício próprio.

Com funções bastantes específicas, sendo estas a de convencer e comover os leitores através de “efeitos de realidade”, construídos e reconstruídos sempre que necessário e conveniente, o jornal como instituição responsável pela fabricação de exemplares seja a nível municipal, estadual ou nacional, centra-se no objetivo único de alcançar uma maior vendagem. Quanto maior o número de leitores, maior a propagação de discursos capazes de manipular a opinião pública, tornando o jornal uma peça política poderosa, que como moeda de troca, atende a interesses.

A tríade formada pelo circuito da produção/polo editor, pela recepção/ polo leitor e pela mensagem/discurso, compõe os elementos básicos de sustentação de um jornal, que ao fazer um elo de ligação entre o polo editor (principal responsável por garimpar as notícias e informações escolhidas e inseridas no jornal), e o polo leitor, faz surgir o produto final, que nada mais seria que a mensagem destinada aos leitores em forma de exemplares impressos. Mensagem essa que leva em consideração uma gama de possíveis leitores em potencial cobiçados pelo jornal, bem como tudo que envolve esse processo.



Com base em tais explicações, iniciaremos as discussões aqui propostas com a certeza de que o *Jornal da Paraíba* não foge a regra. Fundado no ano de 1971, e extinto em sua versão impressa no ano de 2016, funcionando atualmente de forma online, o jornal em questão parece ter refletido de forma direta os anseios discursivos da Ditadura Militar instaurada no Brasil no ano de 1964-1985, já que circulando um Caderno Especial no ano de 1972, o matutino não hesitou em enaltecer a “revolução que salvou o Brasil”. Nesse sentido nos interessa explorar os resquícios desse discurso ditatorial nas notícias veiculadas no jornal em anos posteriores ao golpe, e como este afetou a vida dos chamados *sujeitos dissidentes* da sociedade, a partir do levantamento apontado pelo jornal no ano de 1991, ao afirmar o crescimento da comunidade gay na cidade de Campina Grande-PB, posicionando-se com o seguinte discurso:

A cada dia aumenta o número de membros da comunidade Gay em Campina Grande, que já **ousa** acompanhar a mentalidade dos grandes centros, formando associações para reivindicar seus direitos constitucionais, os quais punem os preconceituosos e garantem a liberdade de opção sexual. No último dia 24, um líder Gay campinense, Francisco Kleber Dantas, promoveu no Bar e Restaurante Vice-Versa, no bairro do Cruzeiro, o primeiro concurso de miss Gay em nível regional e em alto estilo – ‘Miss Nordeste Gay 91’- aberto à comunidade heterossexual também. O evento apresentou travestis belíssimos que representaram 9 estados do Brasil e um território; Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e Fernando de Noronha. Muitos desses jovens já não escondem (ou não podem) suas tendências, outros já assumiram sua homossexualidade totalmente, mas alguns têm o pudor de se apresentar como travestis, razão porque não apresentaremos a foto da miss Gay que ganhou o primeiro lugar, um paraibano, bem campinense, que **travestido dá inveja a qualquer mulher e é capaz de enganar qualquer homem**. Também por uma questão de ética, não citaremos nomes de todos os participantes. A força de vontade de viver o direito de se sentir mulher, desses jovens, é algo impressionante, a despeito dos preconceitos de toda a sociedade e da indiferença da própria família [...] (JORNAL DA PARAÍBA, 1991, p. 2, grifo nosso).

Não se trataria tão somente de evidenciar a ascensão da homossexualidade no território campinense. O artigo intitulado “*Cresce a comunidade gay em Campina*” antecedido pela frase: *ENTRE NÓS* escrito em letras garrafais (JORNAL DA PARAÍBA, 1991, p. 2), segue sem autoria identificada, mostrando-se relativamente extenso, e tomando boa parte do caderno Painel, ao lado do *DITO E FEITO: frases da semana* (que reúne frases proferidas pelo advogado José de Alencar Silva, o jornalista político do JP William Tejo, entre outros). Tecendo um padrão conservador, logo

abaixo no canto direito ao fim de ambos os textos, informações referentes ao nome do editor (José de Arimatéa Souza), coordenadora (Adelma Irineu Freire), diretor gráfico (José Carlos dos Santos), diagramação (Walter Galvão de Carvalho e José Carlos Martins), e revisão (José Vandilo dos Santos e Wellington Silva) são apresentados, nos dando um certo direcionamento quanto a ordem discursiva ali estabelecida e seguida.

No artigo em questão é registrado o lugar de origem (cidade natal), e o espaço de encontro dos chamados *sujeitos dissidentes* da sociedade, que passam a ter lugares redesenhados nos grandes e pequenos centros, a exemplo do bar Vice-Versa, localizado no bairro do Cruzeiro, e que tem como público alvo a comunidade LGBTQIAP+<sup>5</sup>. O agrupamento desses personagens considerados “periféricos” e sua organização funcional na criação de eventos em contextos que partem de suas próprias vivências, sugerem o motivo da aparição do termo “ousa” no fragmento noticiado. Então é aqui, e somente aqui, que a travesti se mostra com um certo pudor, segundo o próprio jornal. Pudor esse, que só é mencionado diante do fato da campeã do concurso (uma travesti), mostrar-se constrangida com a possível divulgação de sua imagem, o que parece ser acatado e visto com concordância por parte do jornal que se utiliza do termo *pudor* para firmar sua posição frente à travesti, ao dizer que: “travestido dá inveja a qualquer mulher e é capaz de enganar qualquer homem” (JORNAL DA PARAÍBA, 1991, p. 2). Esta afirmativa seria uma forma de chamar a atenção do leitor para as “ambiguidades” do corpo da travesti, mais que isso, seria uma forma de alertar o leitor sobre os possíveis “perigos” desse corpo.

Percebe-se então que a travesti e os homossexuais não se distinguem com base nas acepções do jornal, e esta primeira como reflexo maior dessa dita devassidão é colocada ainda que “imperceptivelmente” como exemplo a não ser seguido. Travesti torna-se sinônimo de homossexual, sendo apenas aquela que se veste de mulher para prostituir-se. O jornal nega conseqüentemente uma série de múltiplas outras questões que se amparam na construção de identidades e

---

<sup>5</sup> A sigla LGBTQIAP+ tem por finalidade fazer referência as múltiplas sexualidades e gêneros existentes em nossa sociedade onde: L (Lésbica), G (Gay), B (Bissexual), T (Transexual), Q (Queer), I (Intersexo), A (Assexual), P (Pansexual), + (Utilizado para incluir grupos outros de variações sexuais e de gênero). É válido lembrar que na década de 90 a sigla era apenas GLS e foi mudando ao longo do tempo.



expressões de gênero, além de orientação sexual como marcadores sociais das diferenças que acabam por apontar que as *dissidências de gênero* incomodam tanto quanto (me atrevo enquanto pesquisadora a dizer que mais) as *dissidências sexuais*.

Numa tentativa de explicar a “origem” do *corpo desviante*, o artigo segue atribuindo parcelas de culpa pela “opção sexual”<sup>6</sup> desses grupos aos seus genitores:

[...] Quase todos são filhos de pais machistas e mães batalhadoras. Pais que foram indiferentes a seus conflitos de adolescência e mães que fizeram de seus filhos o centro das atenções, para compensar a omissão dos pais. Enfim, **filhos da indiferença**, da falta de uma educação à base de diálogo e de amor [...]. (JORNAL DA PARAÍBA, 1991, p. 2, grifo nosso).

O pai machista passa a ser supostamente rejeitado no contexto da década de 1990, e as consequências de sua indiferença, unindo-se aos excessos de cuidado da mãe, causam a desconfiguração da família tradicional que o jornal defende, o que acarreta no aumento das *dissidências sexuais* e de *gênero* que desequilibram essa instituição familiar. Interessante que incômodos como estes foram observados por Albuquerque Júnior (2013) ao referir-se às análises realizadas pelo sociólogo Gilberto Freyre, em meados da década de 1930, já que:

Freyre parece, neste momento, lamentar certos excessos de cunho aristocrático que vinham sendo adotados pelas elites, notadamente aqueles que pareciam ameaçar a virilidade dos meninos. A excessiva delicadeza dos comportamentos e dos trajes aristocráticos parecia incomodar ao sociólogo da família patriarcal, que atribui estes excessos, preferencialmente, à predominância das mulheres na educação doméstica dos filhos. O homem ausente de casa, característica do mundo urbano, a vida sem companhia masculina adulta, a falta de atividades físicas ao ar livre tornava as gerações de meninos nascidos na cidade propensos a se tornarem pouco viris, em extremos se entregando ao meio-sexo, tendo seu ‘sexo sociológico distinto do sexo biológico’, deslocados numa sociedade patriarcal. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 78).

Parece que o jornal remontou um manual a se seguir para se ter sucesso na educação dos filhos, trilhando uma linha de raciocínio associada às ideias do sociólogo, na qual é preciso que se tenha a presença dos pais (em especial, do pai), para servir de exemplo ao filho homem, ao passo em que a “virilidade do patriarca” não permitirá que seu descendente se perca no “meio-sexo”.

---

<sup>6</sup> O termo correto a ser utilizado atualmente é orientação sexual.

Indo além, o jornal sugere a interferência do Estado para se ter um resultado favorável às práticas sociais incorporadas ao estilo de vida da década de 90, tendo em vista que esses jovens:

[...] parecem ignorar que **fazem parte do grupo de risco da AIDS** e, dificilmente, se dão tempo para seus **conflitos existenciais**. O grande perigo é que esses adolescentes em grupo, constroem seu universo isoladamente, sem **nenhuma preocupação com as exigências da sociedade tradicional** [...] certamente a falta de educação sexual nas escolas, como disciplina curricular salvaria um grande número de **adolescentes confusos, sem uma base familiar equilibrada**. A falta também de assistência social e psicológica de fato, nos educandários de 1º e 2º, graus é outro fator que contribui para o aumento da homossexualidade. (JORNAL DA PARAÍBA, 1991, p. 2, grifo nosso).

A figura do Estado e da família são habilmente colocadas como únicas responsáveis pela “salvação desses jovens”, se cumprirem com funções que lhes dizem respeito. A família caberia o exemplo, a atenção e o amor. Já ao Estado, sobra a tarefa de proporcionar uma educação de qualidade que tenha na grade curricular uma disciplina voltada a educação sexual para clarear as dúvidas dos jovens, além da presença de assistentes sociais (que previnam a homossexualidade), e psicólogos (que redirecionem seus “conflitos existenciais”, caso estes se mostrem).

Este incômodo pela presença dos “anormais” fará com que no desenrolar da década de 90 perfis degradantes se intensifiquem. Como vimos na notícia o vírus HIV/AIDS é conciliado ao estilo de vida desse grupo, ganhando força e vinculando-se ao discurso médico (que passa a considerá-los agentes transmissores de doenças), religioso (que reproduz a falsa ideia de que o vírus seria um castigo divino a “transgressão” dos mesmos) e legal como nos mostra Green (2000). E foi com o descortinar das sexualidades e identidades de gênero com mais afinco que os estereótipos ligados aos homossexuais e as travestis se efetivaram, provocando ataques violentos contra os chamados *dissidentes*, que postos à margem são construídos discursivamente de forma estigmatizada e caricaturada, em forma de entretenimento nos principais veículos de comunicação, fazendo emergir a luz do dia a obviedade e realidade das palavras de Luísa Marilac (2020, p. 185), travesti nacionalmente conhecida, ao dizer “Nesses dias, nosso corpo te atrapalha o trânsito, a digestão e te arranca umas lagriminhas, talvez, no noticiário da noite. E nosso

suicídio te rouba um quê de humano. Dia a dia. Vocês, que leem, tomem essas dores emprestadas pra ver se é bom”.

### 3. POR UMA POLÍTICA DE EXCLUSÃO! (MINISTRO DA EDUCAÇÃO MILTON RIBEIRO – 2020)

*Volta às aulas no País e acesso à internet não são temas do MEC, diz ministro.* Assim está intitulada a entrevista concedida à jornalista Jussara Soares, do jornal *O Estado de São Paulo*, pelo atual ministro da Educação Milton Ribeiro, em 24 de setembro de 2020. De modo a tratar a situação da educação brasileira no contexto pandêmico<sup>7</sup>, a entrevista que aqui problematizamos tomou rumos outros, trazendo uma série de pensamentos e posturas consideradas retrógradas e inconsistentes por parte de Ribeiro.

Há dois meses na época à frente do Ministério da Educação, Milton Ribeiro, que é pastor presbiteriano, teólogo, advogado e professor, mostrou-se compatível com os discursos que norteiam o atual governo e seus apoiadores. Governo este que tem como Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, eleito no ano de 2018, e considerado atualmente por todos aqueles que o segue como “líder” capaz de refletir os anseios da conservadora extrema direita no Brasil.

Deixando transparecer que não foi preciso mais do que vinte e quatro perguntas e indagações para manifestar sua postura frente à educação e a sexualidade e identidade de gênero de jovens estudantes e seus professores, o ministro em questão quando perguntado se já havia dado uma diretriz para a revisão da Base Nacional Comum Curricular, tendo em vista que este documento direcionado às Redes de Ensino Público e Privado, tem como função regular os currículos escolares e as propostas pedagógicas do ensino infantil, fundamental e médio no país, respondeu o seguinte:

Esse é um ponto que precisamos atacar de maneira urgente. O prazo é 2023, mas não é feito da noite para o dia. Na educação básica, o Enem tem sido um balizador dos conteúdos que a gente requer, porque senão começa a falar lá de ideologia, sabe tudo sobre sexo, como colocar uma camisinha, tirar uma camisinha, sabe tudo. Fica gastando tempo com

---

<sup>7</sup> Desde dezembro de 2019 o mundo vem sofrendo perdas inestimáveis frente à pandemia do novo Coronavírus, que registra seus primeiros casos na cidade de Wuhan na China, vem dizimando milhões de pessoas em todo o mundo desde então.

assuntos que são laterais. As crianças têm de aprender outras coisas. (JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO, 2020).

Lançando mão do termo “ideologia” para se referir ao tão propagado e falso debate acerca de uma “ideologia de gênero”, o ministro provoca-nos uma profunda reflexão sobre o tabu que se instaura em torno do se falar sobre sexo, sexualidade e gênero, e que em espaços considerados aparelhos repressivos, como escolas, instituições militares, entre outros, esse “silenciamento” se faz de modo ainda mais direto, como enfatiza Leite (2014, p. 274) ao falar sobre orientação sexual, dizendo que “a questão da visibilidade da homossexualidade no ambiente militar é vista como uma ‘afronta’ para os militares heterossexuais, bem como para as instituições militares de uma forma geral”, e Sofia Favero, mulher trans ao relatar suas experiências como estagiária (na área de psicologia) em ambiente escolar carregados de risos, deboches e apontamentos, por parte de estudantes, chegando à conclusão que “a ideia de que era engraçado apontar alguém como ‘meu namorado’ fazia parte de uma lógica que situava mulheres trans e travestis à posição de anormalidade” (FAVERO, 2020, p. 29).

A disciplina e o poder que sobre estas instituições se perpetuam realçam que a flexibilidade dos corpos devem se sujeitar a aplicação de medidas “educativas” e punitivas, que visam um padrão estabelecido pelo sistema, onde a sexualidade e o gênero tem papel fundamental na conservação do dito normal em oposição a uma “anormalidade”, que põe na balança o que seria “verdadeiro e falso”, e assim sendo aceito ou não.

Se pensar a sexualidade de modo flexível só se é possível através da desconstrução de tudo que é caracterizado como advento do ser humano, este que por sua vez é fruto de uma construção histórica, como nos mostra os estudos de gênero que teve sua gênese nos anos de 1960 nos Estados Unidos, tendo a figura da mulher e a simbologia do movimento feminista como ponte capaz de abrir caminho e potencializar a sede de se revelar novos campos historiográficos, garantindo discussões mais férteis acerca dos sujeitos sexualmente suprimidos pela organização social majoritariamente aceita no Ocidente, onde a necessidade de rótulos e linearidade faz-se frequente.

Publicado no ano de 2010 e chegando no Brasil posteriormente, o livro de autoria do argentino Jorge Scala, titulado Ideologia de gênero: o neoliberalismo e a morte da família descreve essa ilusória “ideologia de gênero” como sendo “provavelmente a ideologia mais radical da história, já que, se fosse imposta, destruiria o ser humano em seu núcleo mais íntimo e simultaneamente acabaria com a sociedade” (SCALA, 2015, p. 13-14). Esse medo por uma destruição da humanidade no núcleo mais íntimo, é na verdade um complemento da escrita que lhe antecede, já que em seu prefácio as palavras do padre José Eduardo de

Oliveira e Silva, tende a indicar essa “ideologia” como detentora de princípios pautados em um poder político-discursivo que impõe uma “anormalidade” a sociedade.

Surgindo pela primeira vez em textos ligados a Igreja Católica em meados da década de 1990, na Conferência Episcopal do Peru, uma nota com o título “Ideologia de gênero: seus perigos e alcances”, o termo “ideologia de gênero” que difere e muito dos conceitos de estudos de gênero, nos sugere o motivo de toda essa carga negativa e depreciativa, que tem por intuito lançar uma cortina de fumaça por parte de grupos conservadores e religiosos que buscam disseminar a existência de uma conspiração de setores ligados à esquerda para destruir a “família tradicional brasileira”. Junto a isso percebe-se, no entanto, que tal termo tem sido divulgado e propagado na medida em que “discussões que giram em torno da saúde reprodutiva das mulheres, da educação sexual ou do reconhecimento de identidades não heterossexuais, entre outras questões” (MISKOLCI; CAMPANA, 2017, p. 725-726), saem a luz do dia, colocando grupos historicamente excluídos, em especial a comunidade LGBTQIAP+ como detentores de direitos, espaço e visibilidade.

Quando questionado se a educação sexual não deveria ser tratada dentro da aula, inclusive como forma de se proteger as crianças de um possível abuso sexual, o ministro responde:

Nesse particular, sim. Existem temas que podem ser tocados para evitar que uma criança seja molestada. Mas não o outro lado que é uma erotização das crianças. Tem vídeo que corre na internet das meninas aprendendo a colocar uma camisinha com a boca” (Milton Ribeiro 2020). A junção entre o que seria uma educação sexual, confunde-se com uma “ideologia de gênero”. (JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO, 2020).

O trecho acima apenas evidencia que a intenção maior por trás desta fala seria a de fazer uma ligação entre o se debater questões relacionadas a gênero em sala de aula, com uma erotização infantil, que inexistente nesse caso. Se constrói assim um discurso que visa confundir a opinião pública, na medida em que palavras são previamente pensadas e articuladas, nesse sentido é necessário lembrar que ao contrário do que se tenta pregar:

O termo ‘gênero’, além de um substituto para o termo mulheres, é também utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro. Essa utilização enfatiza o fato de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado nesse e por esse mundo masculino (SCOTT, 1990, p. 75).

Continuando a entrevista, a jornalista questiona se a origem do vídeo citado teria sido gravado no interior de alguma Escola Pública, tendo como resposta:

É dentro de uma escola. Está no YouTube, é só procurar. E a professora mostrando como é. Dizem que é para proteger gravidez indesejada, mas a verdade é que falar para adolescentes que estão com os hormônios num top (sic) sobre isso é a mesma coisa que um incentivo. É importante falar sobre como prevenir uma gravidez, mas não incentivar discussões de gênero. Quando o menino tiver 17, 18 anos, ele vai ter condição de optar. **E não é normal. A biologia diz que não é normal a questão de gênero.** A opção que você tem como adulto de ser um homossexual, eu respeito, não concordo. (JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO, 2020, grifo nosso).

O jornal faz uma correção, afirmando que o vídeo citado trata-se de uma gravação feita em uma Universidade no interior da Bahia, o que demonstra um equívoco por parte de Ribeiro, que com a afirmação de que a homossexualidade denota uma “anormalidade”, traz a ideia de que esta se trata de uma patologia, o que nos faz voltar ao tempo em que os homossexuais eram tidos como sujeitos detentores de uma doença, e que aos mesmos caberiam tratamentos, sejam estes de cunho psicológico ou até mesmo espiritual, o que não é verídico, muito embora com muita naturalidade levante-se tal questão, nos permitindo ir de encontro a Leite, quando faz a afirmativa:

No momento atual, notamos que o discurso sobre homossexualidade como sendo “doença”, “pecado”, ou mesmo “aberração” continua se perpetuando nos discursos das pessoas em geral, sobretudo quando são incitadas a “falarem” sobre isso, no momento em que a mídia põe o tema “homossexualidade” na ordem do dia, por meio de seus textos jornalísticos. (LEITE, 2014, p. 261).

Deixando de ser considerado transtorno mental pela Associação Americana de Psiquiatria no ano de 1973, e pela Associação Americana de Psicologia em 1975, a homossexualidade com base na Organização Mundial de Saúde (OMS), saiu de vez da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas relacionados à saúde (CID 10), em 17 de maio de 1990, assim como a transexualidade que não mais é considerada doença mental desde 2019, muito embora na (CID 11) apareça como incongruência de gênero. Nesse sentido o ministro mostra-se “desatualizado”, mas ao que tudo indica não por falta de acesso ou desconhecimento de tal informação, haja vista a facilidade adquirida com o avanço tecnológico que nos é disponível neste



século, mas sim por este carregar em si vontades de verdade que levam em consideração uma agenda política e ideológica em incursão.

Utilizando o termo “opção sexual” e deixando de lado o termo correto a ser utilizado que se denomina como orientação sexual, o ministro faz com que o leitor suponha que a homossexualidade se trata de uma opção (o que não é o caso), e não de uma constituição natural do indivíduo. A violência velada que atravessam frases que denunciam os preconceitos contra aqueles que fogem aos modelos exigidos de sexualidade e de gênero, abrem espaço incentivando as gargalhadas desmedidas, e os buchichos dos vizinhos e familiares que insistem em falar: “tão bonito, mas é biba” ou “engrossa essa voz menino!” no contexto social, se deflagrando em espancamentos e assassinatos que confirmam que a homossexualidade não se trataria de uma escolha, já que segundo o relatório<sup>8</sup> Observatório de Mortes violentas de LGBTIA+ no Brasil, em 2020 cerca de 237 (Lésbicas, gays, travestis, transexuais), tiveram seus corpos violados de forma brutal tornando-se estatísticas que representam uma porcentagem de (94,4%) de assassinatos, e (5,5%) de suicídios, colocando o país no triste Ranking mundial de crimes contra as minorias sexuais e de gênero.

Com base no que se foi posto até o momento compreendemos que “sair do armário”, ou *coming out*, termo norte americano que surgiu entre os anos 70, utilizado para designar pessoas que se identificam como homossexuais (que aqui também servem para os chamados *dissidentes de gênero*), trata-se na verdade de uma *epistemologia do armário*, por este ser considerado um dispositivo de regulamentação que intenciona limitar a vida da comunidade LGBTQIAP+, haja vista que “mesmo num nível individual, até mesmo entre as pessoas mais assumidamente gays há pouquíssimas que não estejam no armário com alguém que seja pessoal, econômica ou institucionalmente importante para elas” (SEDGWICK, 2007, p. 22).

Seguindo com a entrevista a jornalista levanta o fato de que a escola seria um ambiente com prática de *bullying*, levando alunos a depressão e até mesmo a casos mais graves, e se por este motivo não seria interessante se fazer discussões como estas na escola. Ribeiro então fala:

---

<sup>8</sup> Dados disponíveis em: <https://grupogaydabahia.com.br/2021/05/14/relatorio-observatorio-de-mortes-violentas-de-lgbti-no-brasil-2020/> Acesso: 15 mai. 2021.



Por esse viés, é claro que é importante mostrar que há tolerância, mas normalizar isso, e achar que está tudo certo, é uma questão de opinião. Acho que o adolescente que muitas vezes opta por andar no caminho do homossexualismo (sic) tem um contexto familiar muito próximo, basta fazer uma pesquisa. **São famílias desajustadas**, algumas. Falta atenção do pai, falta atenção da mãe. Vejo menino de 12, 13 anos optando por ser gay, nunca esteve com uma mulher de fato, com um homem de fato e caminhar por aí. São questões de valores e princípios. (JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO, 2020, grifo nosso).

Nota-se portanto, jogos de palavras condizentes com o que foi dito no século passado, tanto pelo matutino no qual nos debruçamos no início deste artigo, como pelo sociólogo Gilberto Freyre, a quem citamos, com o agravante de que aqui o termo homossexualismo (termo este não mais utilizado por este estar ligado a uma patologia), é introduzido por um agente do estado, encarregado de estabelecer igualdade entre seu povo, além de ter como função o fortalecimento de um elo que possibilite a construção de um sistema educacional de qualidade que priorize a busca pelo conhecimento, sem reservas e sem discriminação, seja esta de qualquer natureza.

Perguntado se não se trataria de um choque seu posicionamento perante seu compromisso em respeitar a laicidade, que consiste na não atuação das igrejas sob a forma de um poder político ou administrativo sobre o Estado, ele fala:

Não. Tem muita gente que não é evangélico que também não aceita isso. É uma pauta da sociedade mais conservadora. Se eu estabelecesse, por exemplo, uma regra “não vai dar aula se o cara é homossexual” ... temos estados aí que têm professores transgêneros, isso não tem nada a ver comigo. Não terei influência. (JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO, 2020).

Tal fala por parte do ministro apenas revela que “no Brasil o princípio da laicidade foi incorporado pela primeira vez na Constituição de 1891, sem que, no entanto, houvesse um apartamento entre instituições políticas e religiosas” (BIROLI, 2018, p. 148).

Mas afinal, o que seria esse “desajuste familiar”? Seria este a ausência de uma figura masculina como nos apresentam as páginas impressas do *Jornal da Paraíba*, o ministro Milton Ribeiro e até mesmo Gilberto Freyre? Ou seria este a ausência de respeito e acolhimento por parte desta mesma figura, para com quem não corresponde às expectativas sociais?

Dando seguimento à entrevista, a jornalista questiona Ribeiro ao perguntar se ele seria contra um professor transgênero na sala de aula, e ele responde: “Se ele não fizer uma propaganda aberta com relação a isso e incentivar meninos e meninas a andarem por esse caminho... Tenho certas reservas”. Caminho, termo utilizado por Ribeiro para referir-se ao “caminho traçado pelos sujeitos divergentes”, tem como um de seus significados de acordo com o dicionário online a seguinte descrição: *Modo como uma sequência de acontecimentos ocorre; tendência.*

Diante disto resta-nos dizer que o lugar de onde partem nossos discursos são reflexos de nossas experiências no mundo, e eu enquanto mulher/cisgênera/heterossexual, nascida em uma sociedade patriarcal que tem como extensão de seus ideais um padrão heteronormativo, confesso que os marcadores sociais das diferenças que me atravessam passam por questões outras que não a sexualidade e o gênero, entretanto, muito embora essa não me faça experimentar as auguras vividas por grupos LGBTQIAP+, torna-se necessário mencionar que tive como professora ainda no Ensino Fundamental uma travesti, e esta “silenciosamente” mostrou-se resistência, em meio as estruturas enrijecidas do Estado e sua evidente prática de exclusão, delineando espaços de respeito em meio a vontade de viver e não apenas existir no mundo, encaminhando a autora deste artigo na luta por conjunturas sociais equânimes pautadas na empatia, afinal, seus “silêncios” foram ruidosos o bastante para fazer barulho e ecoar em dias atuais e além se juntos estivermos.

#### 4. O CONTÍNUO E O DESCONTÍNUO: UM POUCO DO “FIM”

Concluimos o artigo que nos propomos aqui escrever chamando a atenção para uma possível continuidade no que se refere às imagens discursivas direcionadas aos chamados *sujeitos dissidentes*, na medida em que os discursos aqui analisados e problematizados, separados por um espaço cronológico de vinte e nove anos tendem a frisar que as dualidades categóricas entre o *Mesmo* e o *Outro* pensadas por Simone de Beauvoir, para tratar a submissão e dominação na relação existente entre homens e mulheres, dá espaço a categoria *Outro do Outro* formulada por Grada Kilomba, para se pensar a mulher negra, conforme afirma Ribeiro em *O que é lugar de fala?* (2017), já que os marcadores sociais das diferenças que a elas marcam negligenciam-nas com mais intensidade, tendo em vista o fato de que:

Kilomba sofisticava a análise sobre a categoria do Outro quando afirma que mulheres negras, por serem nem brancas e nem homens, ocupam um lugar muito difícil na sociedade supremacista branca por serem uma espécie de carência dupla, a antítese de branquitude e masculinidade. Nessa análise, percebe o status das mulheres brancas como oscilantes, pois são mulheres, mas não brancas, do mesmo modo, faz a mesma análise em relação aos homens negros, pois esses são negros, mas homens. Mulheres negras, nessa perspectiva, não são nem brancas e nem homens, e exerceriam a função de o Outro do Outro. (RIBEIRO, 2017, p. 23).

Chegando ao fim com esta citação, resta-nos refletir quem seriam, portanto, os chamados *dissidentes sexuais e de gênero* em toda essa lógica sistemática e perversa que sofisticava suas formas de violência através de seus aparelhos discursivos. Se a mulher branca fosse o *Outro*, a mulher negra seria o *Outro do Outro*, quem seriam os homossexuais e as mulheres trans/travestis com base no *Jornal da Paraíba* e no Ministro Milton Ribeiro? Seriam estes os “anormais” do Outro do Outro?

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Na horizontal: as mudanças sociais vistas como feminização. In: **Nordestino: A invenção do “falo”** - Uma história do gênero masculino (1920-1940). São Paulo: Intermeios, 2013, p. 27-76.
- BARROS, José D’Assunção. **Fontes históricas:** introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.
- BIROLI, Flávia. Aborto, sexualidade e autonomia. In: **Gênero e desigualdades:** limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.
- CAMPANA, Maximiliano; MISKOLCI, Richard. **“Ideologia de gênero”:** notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. Revista Sociedade e Estado, v.32, p.725-747, 2017.
- CERTEAU, M. de. **A Invenção do Cotidiano:** Artes de fazer. Petrópolis: Editora Vozes, 1998
- FAVERO, Sofia. **Crianças trans:** infâncias possíveis. Salvador: Editora Devires, 2020.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso:** Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I:** A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. São Paulo: Editora Vozes, 2015.

GREEN, James N. **“Mais amor e mais tesão”**: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. Cadernos Pagu, Campinas, v.15, p.271-295, 2000.

JORNAL DA PARAÍBA. **Cresce a comunidade gay em Campina**. Painel, p. 2, 01 set. 1991.

JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. **Volta às aulas no país e acesso a internet não são temas do MEC diz ministro**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,voltas-as-aulas-no-pais-e-acesso-a-web-nao-sao-temas-do-mec-diz-ministro,70003450120>. Acesso em: 28 abr. 2021

LEITE, Elso Soares. **O discurso da mídia e a homossexualidade**. Cadernos de Letras da UFF, Niterói, v. 24, n. 48, p.257-281, 2014

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Editora Letramento, 2017.

MARILAC, L. **Eu, travesti**: memórias de Luisa Marilac/Luisa Marilac e Nana Queiroz. Rio de Janeiro: Record, 2020.

MBEMBE, A. **“NECROPOLÍTICA”**. Arte e Ensaios: Revista do ppgav/eba/UFRJ, n. 32, p. 123-151, 2016.

SCALA, Jorge. **Ideologia de gênero: o neoliberalismo e a morte da família**. São Paulo, Editora Katechesis, 2015.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, Porto Alegre, v.20, p.71-99, 1995.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **A epistemologia do armário**. Cadernos Pagu, Campinas, v.28, p.19-54, 2007.

# CAPÍTULO IV

## “SAI BICHA!”: UMA ANÁL(ISE) DO CURTA ERA VERMELHO SEU BATOM (1983)

DOI: 10.51859/AMPLLA.EGS297.1122-4

Luiz Gervazio Lopes Júnior <sup>1</sup>

### RESUMO

O presente artigo traz uma análise do curta-metragem *Era vermelho seu batom* produzido pelo então militante Henrique Magalhães do grupo de homossexuais paraibanos *Nós Também*, no ano de 1983, em Baía da Traição, litoral da Paraíba. O presente trabalho se divide em dois momentos, no primeiro problematizo as condições políticas, sociais e culturais que tornaram possível a emergência do grupo *Nós Também*, no estado da Paraíba, projetando luz sobre as tensões, aproximações e deslocamentos entre esses sujeitos dissidentes em plena Ditadura Hetero-militar (QUINALHA, 2018). No segundo momento, me utilizando do alargamento das fontes possíveis a partir da História Cultural, analiso o curta-metragem problematizando conceitos-chave para os estudos Queer no Brasil como o carnaval, o travestismo, performances de gênero e cisheterossexualidade compulsória. A análise das imagens em movimento e dos conceitos produzidos a partir dos discursos atravessados no/pelo curta está ancorada nas discussões trazidas por Napolitano (2019). Por fim, esse artigo se inscreve na incipiente historiografia LGBT paraibana a fim de contribuir para o conhecimento de concepções dadas de existência bicha na Paraíba.

**Palavras-chave:** Movimento LGBT, Historiografia LGBT, Heteronormatividade, Estudos de Gênero.

### 1. INTRODUZINDO DILDOS TEÓRICOS

O atual estado da arte de pesquisas históricas sobre a subcultura<sup>2</sup> LGBTQIAP+<sup>3</sup> no Brasil ainda é pequeno se comparado a outros países como os

<sup>1</sup> Graduado em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Graduando em Pedagogia pelo Cruzeiro do Sul. Mestrando pelo programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) Email: luizgljr@gmail.com.

<sup>2</sup> O uso do conceito de subcultura será desenvolvido no decorrer do texto.

<sup>3</sup> Aqui me utilizo da sigla LGBTQIAP+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, etc) para pensar as dissidências sexuais e de

Estados Unidos, por exemplo. Cidades como Rio de Janeiro, Salvador, Juiz de Fora e São Paulo já deram a conhecer a existência de espaços de sociabilidade homossexual. Por outro lado, congressos, seminários, grupos de estudos e afins têm aprofundado qualitativa e quantitativamente no que hoje podemos chamar de uma Historiografia LGBT no Brasil. A tese de doutoramento do historiador James N. Green intitulada *Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX* defendida em 1996 e publicada no Brasil em 1999, e, mais recente o trabalho de dissertação de mestrado do historiador Paulo Souto Maior intitulado *Assumir ou não assumir O Lampião da Esquina e as homossexualidades no Brasil (1978-1981)*, defendida em 2015 e publicada no ano passado (2020), são exemplos, dentre tantos outros, desse campo frutífero e recente na historiografia brasileira.

Na Paraíba, especificamente, o campo da Historiografia LGBT ainda é incipiente. Este artigo busca menos suprir lacunas que fomentem discussões dentro deste campo do devir historiográfico. Em sua escrita apresento reflexões sobre as condições e elementos históricos que permitiram a emergência do grupo Nós Também, na cidade de João Pessoa, em 1980, problematizando a partir das fontes, sensibilidades e memórias encaixotadas nos arquivos de um dos fundadores do grupo Nós Também, Henrique Magalhães, e relacionando com a dissertação de mestrado em Design de Bruno Santana intitulada *Nós Também: A História da militância através da memória gráfica* e com o artigo intitulado *Levantar bandeira e dar pinta Inflexões etnográficas sobre o movimento LGBT em João Pessoa (1980-2002)* do antropólogo Thiago Oliveira.

O curta compõe uma espécie de convite pelo passeio de desnaturalizar a leitura hegemônica acerca das experiências de homossexuais na Paraíba. Mostra o vai e vem das relações, dos agenciamentos, do poder e das sensibilidades.

Chamo de “*dildos teóricos*” a sessão de introdução deste artigo. Me pergunto: se é algo que carinhosamente introduz o leitor, nada melhor que seja um dildo?! Os dildos aqui introduzidos e desenvolvidos no decorrer do texto têm a função mais de prazer na leitura crítica do que de causar incômodos ou desconfortos com uma ou outra teoria ou experiências analisadas no curta. Ao fim, ao invés de apenas uma

---

gênero e suas articulações na subcultura. Nesse sentido, em alguns momentos, o uso político da sigla permitirá o deslocamento de cada sigla ou apenas o uso do termo guarda-chuva LGBT para me referir às possibilidades de sexualidades não circunscritas na sociedade cisheteronormativa.



conclusão, decidi intitular a sessão de “O Close<sup>4</sup>” não só para fechar as discussões propostas nesse vai e vem de dildos teóricos proporcionado pelo texto, mas pelo close ao projetar estranhamento à norma da cisheterossexualidade compulsória.

O grupo acabou em 1982, porém, para Henrique Magalhães, o curta-metragem *Era vermelho seu batom*, gravado um ano após, é o símbolo do final desse ciclo de vida orgânica do Nós Também. Os momentos históricos não se dão por rupturas abruptas ou cisões cirúrgicas, as memórias, as continuidades e descontinuidades proporcionarão novas experiências correlacionadas às existentes. Os afetos, desafetos e sensibilidades possíveis a partir de um grupo organizado por identificações dissidentes permitiram novas percepções de tempo e de espaço. Permitiram a construção de novos valores e a prática de novos desejos. O tempo cronológico nos ajudará a pensar os fatos no tempo histórico, mas as datas não serão, necessariamente, reflexo daquilo que os/as sujeitos que estão inseridos na trama experienciaram. Como afirma Rolnik

Cada linha de tempo que se lança é uma dobra que se concretiza e se espacializa num território de existência, seu dentro. No entanto, nenhuma concretização, nenhuma espacialização tem o poder de estancar a nascente; outras linhas de tempo vão se engendrando na pele deste dentro que acabarão por desfazê-lo. Cada figura e seu dentro dura tanto quanto a linha de tempo que a desenhou: diversos são os micro universos possíveis, tantos quantas são as linhas de tempo (ROLNIK, 1997 p. 02).

O curta de 1983 será analisado num segundo momento com base na sensibilidade analítica possibilitada por Marcos Napolitano em *A História depois do papel* para problematizar aquilo que está visível, para sacudir o que está dito, o que se projeta ou não como discurso.

Este artigo é fruto da primeira disciplina de Estudos de Gênero do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (PPGH – UFCG), fruto também do empenho dos professores<sup>5</sup> em viabilizarem discussões outras que permitam um novo olhar sobre a História, que privilegia epistemologias

---

<sup>4</sup> Termo em inglês que é usado no Pajubá (dialeto desenvolvido historicamente dentro da subcultura LGBT brasileira) como sinônimo de lacrar, fechar e pode ter vários sentidos, dentre eles “Fazer uma apresentação de tirar o fôlego, seja em um contexto artístico, social [...]”. Disponível em: <https://www.plurale.com.br/site/noticias-detahes.php?cod=17698&codSecao=>. Acessado em 05 mai. 2021

<sup>5</sup> A professora Dra. Rosilene Dias Montenegro e o professor Dr. Fábio Ronaldo da Silva



historicamente negligenciadas, subalternizadas, marginalizadas no regime de privilégio epistêmico do poder-saber das universidades ditas primeiro-mundistas.

Nas academias e nos programas de pós-graduação e pesquisas nós LGBTs respondemos diariamente a pergunta: LGBTQIAP+ tem História? Enquanto isso, nas ruas, lutamos por vida, para que deixemos de ser o país que mais mata pessoas LGBTQIAP+ do mundo<sup>6</sup>, para que sobrevivamos ao genocídio do governo Bolsonaro e pela garantia de dias melhores. Este artigo não tem fim em si mesmo, busca ser reflexo das ruas, das indignações contra as opressões e também dos sorrisos de encontrar na bicha que luta as palavras de ordem que ecoam nossas vozes.

## 2. NÓS TAMBÉM SOMOS!

O imperativo de que “*nós também somos!*” dito por Henrique Magalhães em afirmação ao nome do grupo de estudantes paraibanos que, ao conhecer o grupo *Somos: Grupo de Afirmação Homossexual*, no Encontro da Sociedade Brasileira para Progresso da Ciência (SBPC) (OLIVEIRA, 2012), é precedido por experiências organizativas de sujeitos dissidentes que enxergaram na coletividade a mola propulsora para enfrentamento aos duros dias da ditadura militar no Brasil.

Por onde começar a escrita? Pelas profundas políticas do corpo inventadas pela medicina, sexologia e ciências *psi*, ou seja, pelo sistema poder-saber no século XIX nos caracterizando enquanto personagens (FOUCAULT, 2020), efeitos de um modo de ser homossexual produzido pelo dispositivo da sexualidade? Acredito que para agora não. “Qual a ordem melhor dos escritos em um texto? Iniciamos pelo começo. Mas onde é mesmo o começo?” (SILVEIRA; FERREIRA, 2013, p. 243), compartilhando com mais dúvidas do que com respostas irei partir da metade, a partir do ponto em que esses sujeitos decidem articular-se politicamente enquanto grupo organizado contra as formas de opressão que historicamente os violentavam psicologicamente e fisicamente.

---

<sup>6</sup> No Brasil se mata um LGBT+ a cada 23 horas. O dado é levantado anualmente em relatório do Grupo Gay da Bahia (GGB). Uma das mais antigas associações de defesa dos direitos de homossexuais do Brasil ainda em atuação. Fundada em 1980. Site institucional: <https://grupogaydabahia.com.br/>

Artistas símbolos da resistência aos padrões da ditadura hetero-militar como Caetano Veloso e Gilberto Gil, que performavam e transitavam entre as fronteiras do gênero, partiram para o exílio. A vitória do Brasil na Copa do Mundo do México em 1970 aprofundou a onda de nacionalismo. Época do *slogan* “Brasil ame-o ou deixe-o” de inspiração norte americana, o país estava vivendo o *milagre econômico* (1968-1973), nesse período as taxas de crescimento anuais chegaram a 11%. Comércio com o Japão, fábricas, créditos com os Estados Unidos. Porém o padrão de vida da classe trabalhadora caiu no período, tornando o terreno da mobilidade social ainda mais pantanoso. O controle aos sindicatos e associações de classe também impediam ações organizadas desses trabalhadores. Esse cenário parecia dar base de sustentação à ditadura militar, pois possibilitou a ascensão e maior poder de consumo às classes médias e altas do país, as principais apoiadoras do golpe, ao passo que precarizava ainda mais a vida dos trabalhadores das classes menos abastadas (LOPES JUNIOR, 2020).

O ano de 1964 é atravessado pelo golpe Cívico-Militar em todos os seus aspectos. Em nome de um medo de revolução comunista tomaram nosso país e praticaram crimes contra aqueles e aquelas que lutaram pela democracia, pelo direito de ir às ruas e ao protesto, mas também aqueles que ousaram ser quem são. Que permaneceram nos espaços de *homossociabilidade*. A Ditadura construiu aparatos repressivos, polícia política, Serviço Nacional de Inteligência (SNI), dentre outros. A defesa da família considerada tradicional, ou seja, heterossexual, cisgênera, branca e de classe média alta, constituía valor fundamental na afirmação dos valores nacionalistas. A regulação dos espaços de subcultura que estavam cada vez maiores era alvo da família tradicional brasileira. Em nome de suas (homos)sexualidades funcionários públicos perderam seus cargos e foram perseguidos. Assim podemos falar em uma Ditadura Hetero-Militar “em que houve uma política sexual oficializada e institucionalizada para controlar manifestações tidas como “perversões” ou “desvios”, tais como o erotismo, a pornografia, as homossexualidades e as transgeneridades” (QUINALHA, 2018, p. 31)

Na historiografia brasileira usamos como ponto de emergência do movimento homossexual o ano de 1978 por significar o ponto de inflexão em que emerge um grupo na cidade de São Paulo com vida orgânica e membros ativos

(mesmo que flutuantes), além dele, o jornal *Lampião da Esquina*<sup>7</sup> surge em um mesmo momento, mas não deixando de notar que desde os anos 30 as musas de rádio arrastavam fãs por toda a parte e seus grupos de fãs tinham na sua maioria componentes homossexuais<sup>8</sup> (GREEN, 2019; SIMÕES, FACCHINI, 2009).

Após retornarem de seus exílios para fora do Brasil intelectuais, artistas, jornalistas, dentre outros, voltaram ao país com experiências trazidas de outras organizações internacionais de homossexuais<sup>9</sup>. É o caso do João Silvério Trevisan que junto a Peter Fry, Jean-Claude Bernardet, Darcy Penteado e João Antônio Mascarenhas formavam o conselho editorial do recente *Lampião da Esquina*. O grupo paulista inicialmente se autodenominou *Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais* (NADH), porém, logo mudaria para o nome que carregou em sua trajetória *Somos: Grupo de Afirmação Homossexual*.

Pessoas não heterossexuais e cisgêneras também se organizaram de outras formas durante a ditadura no Brasil. A supressão de direitos, a perseguição e assassinato a militantes e o regime de exceção junto às opressões interseccionais<sup>10</sup> produziram ainda mais opressões a casos de homossexuais organizados nas esquerdas. A leitura de que as pautas de gênero, sexualidade ou raça permeiam as margens e a luta central ou a “luta maior” contra o sistema capitalista limitou as formas de atuação desses grupos organizados, provocando ilhas de atuações específicas, contra formas de opressões específicas, enquanto historicamente fomos atingidos por diferentes e combinadas n(f)formas de poder. Hebert Daniel foi um estudante de medicina, gay, que se organizou no Movimento Estudantil (ME) e atuou na ilegalidade (GREEN, 2018) e na defesa de novos dias melhores, porém atravessado pela masculinidade revolucionária (GREEN, 2012) teve de usar de suas próprias táticas para viver sua (homo)sexualidade e sua dupla clandestinidade

---

<sup>7</sup> Primeiro periódico homossexual de grande circulação no Brasil (1978 - 1981).

<sup>8</sup> Essa característica que parece mais contemporânea ao surgimento de divas do POP internacional como Madonna e mais recente Lady Gaga, Beyoncé e outras, na verdade, atravessa as histórias de vida de sujeitos homossexuais.

<sup>9</sup> Em 28 de julho de 1969, no bar de Stonewall’in, frequentado por homossexuais, pessoas trans, drag queens, lésbicas e outras dissidências sexuais e de gênero, depois de frequentes batidas policiais e perseguições, os/as sujeitas/os decidem por se rebelar contra o assédio policial e promovem grandes manifestações. Atualmente neste dia comemora-se o dia internacional de orgulho LGBTQIAP+

<sup>10</sup> O conceito de interseccionalidade emerge no seio do movimento de mulheres negras e no berço teórico dos estudos de gênero, raça e classe nos Estados Unidos (CRENSHAL, 1985; BRAH, 2006; PISCITELLI, 2008; VEIGA, 2020; PUAR, 2013; COLLINS, 2017). Aqui a noção de opressão interseccional busca focar nesse cruzamento das opressões (HENNING, 2015).

(militando clandestinamente na esquerda, sendo procurado pela ditadura; e vivendo clandestinamente sua homossexualidade em relação a própria esquerda e a si mesmo).

O imperativo, para as esquerdas, de que a homossexualidade era um “desvio burguês” é um elemento presente em toda a história do movimento LGBT, hoje bem menos, sobretudo a partir de leituras de mundo que permitam articular mais de uma categoria ou forma/estrutura de opressão.

Um ponto de inflexão fundamental na leitura do movimento homossexual no Brasil e que aparece como pontapé das profundas mudanças na estrutura teórica, metodológica e orgânica não apenas do *Somos*, mas do incipiente Movimento Homossexual Brasileiro, são as discussões ocorridas em 06 de fevereiro de 1979 no evento “*Minorias*” brasileiras - mulheres, negros, índios e homossexuais promovido pelo Centro Acadêmico (CA) do curso de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (USP). Ali evidenciou ainda mais as contradições existentes entre movimento homossexual e as esquerdas<sup>11</sup>.

Essas tensões existentes no Movimento Homossexual Brasileiro culminaram no ato do dia do trabalhador em 01 de Abril de 1980 e resultam no racha do *Somos* com a saída do grupo de tendências autonomistas liderado por João Silvério Trevisan fundando o grupo *Outra Coisa* (que não consegue manter vida orgânica) e na saída das lésbicas que formavam o *Grupo de Apoio Lésbico Feminista* (LF) dentro do *Somos* e aproveitaram o ensejo para formar o *Grupo de Ação Lésbica Feminista* (GALF).

A cisão interna no *Grupo Somos*, em um primeiro momento, corroborou para a desestabilização do recente movimento organizado, porém, de outra forma, projetou luz para outros coletivos organizados nos diferentes estados do país. Provocou pulverização de vários outros coletivos e grupos homossexuais, por outro lado, provocou também a descentralização do movimento centrado no eixo Rio-São Paulo, para o eixo Rio-Nordeste, tendo no Rio de Janeiro o grupo *Triângulo Rosa* e no Nordeste o *Grupo Gay da Bahia* (GGB).

---

<sup>11</sup> A Facção Gay da Convergência Socialista nasce do grupo revolucionário Convergência Socialista, de leitura trotskista, ao ver a possibilidade de confluir a disputa contra as opressões junto à esquerda. A convergência Socialista depois virou uma tendência interna do Partido dos Trabalhadores (PT) quando da institucionalização do partido e em 1993 saíu do partido e se organiza como Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU)

A escassa Historiografia LGBT na Paraíba se reflete em algumas confusões enquanto a datas, períodos históricos, situações e consequentemente nas análises que levam esses elementos em conta. No livro *Nós Também: A História da militância através da memória gráfica*, Bruno Santana afirma que o encontro da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC), que possibilitou a organização do *Nós Também*, aconteceu em 1980, em Salvador – BA, sendo o 33º Encontro da SBPC, ou seja, alguns meses após a crise que dividiu o Grupo *Somos* de São Paulo. Enquanto isso, no artigo *Levantar bandeira e dar pinta Inflexões etnográficas sobre o movimento LGBT em João Pessoa (1980-2002)*, Thiago Oliveira aponta o encontro da SBPC aconteceu em 1981<sup>12</sup>, um ano após, o que inviabiliza inclusive a participação do Trevisan enquanto representante do *Somos*, visto que há mais de um ano ele teria saído e formado o *Outra Coisa*.

Em miúdos e na tentativa de desembaraçar esses nós, o site da SBPC aponta que o encontro ocorrido em 1980 foi o 32º Encontro, entre os dias 6 a 12 de julho de 1980, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) - Rio de Janeiro, RJ. Já o encontro de 1981 foi o 33º Encontro, entre os dias 8 a 15 de julho de 1981, na Universidade Federal da Bahia (UFBA) - Salvador, BA. A Carta de Princípios do *Nós Também: Grupo de Atuação Homossexual*, segundo cópia no acervo do grupo, é datada de 31 de dezembro de 1980. Esses detalhes, que não são supérfluos, poderão ser melhor aprofundados com o uso da História Oral e das entrevistas com as pessoas organizadas a fim de novos questionamentos.

De todo modo, “ao final do debate, foi passada uma lista para que grupos interessados em articulações nacionais pusessem seus contatos” (SANTANA, 2020, p. 69), inspirados no *Somos*, os estudantes da UFPB criaram o *Nós Também*, dispuseram na lista telefone e endereço da república em que moravam. A ação mostra a influência e referência que o *Somos* tinha em relação aos homossexuais no Brasil (LOPES JUNIOR, 2020).

Na volta a João Pessoa, capital da Paraíba, sem referências de experiências organizativas homossexuais no Estado, mas com desejo de fazer acontecer, decidem por reunir estudantes e professores. O perfil dos/das estudantes delineou o tom da atuação do grupo recém-organizado. "Como a maior parte do grupo já trabalhava

---

<sup>12</sup> Disponível em: <http://portal.sbpnet.org.br/eventos/33ra/>. Acesso em 01 nov. 2021



como artistas, ou amadores na Comunicação, resolveram que usariam das artes gráficas para propagar o discurso. E esse seria o grande diferencial para suas ações posteriores” (SANTANA, 2020, p. 69). O objetivo central era criar um grupo que unisse militância e prazer, inédito no estado da Paraíba. Os encontros serviram como grupo de estudo, apoio mútuo e terapêutico. Em *Devassos no Paraíso* Trevisan reitera com essa percepção quanto à atuação do movimento, pois,

organizado numa pacata e provinciana capital, o grupo se compunha de homens e mulheres ligadas à universidade, tanto alunos quanto professores. Sua combatividade e originalidade constituiu numa ação menos convencionalmente militante, mais voltada para a instigação cultural. Assim, por exemplo, seus componentes interferiram na paisagem urbana, criando outdoors provocadores, e na vida cultural local, com projeção de filmes, debates e panfletagem muito inteligente (TREVISAN, 2018, p. 342)

O número de militantes era flutuante e instável, o grupo manteve atuação até o ano de 1982, porém, como já discutido acima, para Henrique Magalhães o curta *Era Vermelho seu Batom* significa o fechamento desse ciclo do *Nós Também*. Contada uma breve história do grupo, no próximo tópico busco analisar o curta-metragem interagindo com conceitos fundamentais para pensar a *teoria queer* no Brasil como o carnaval, o travestismo, performances de gênero e cisheterossexualidade compulsória.

### 3. “EU QUERO UM NOVO BALANCÊ, O BLOCO DO PRAZER”: GÊNERO, SEXUALIDADE, PERFORMANCE E CARNAVAL

O fim do grupo foi gradativo, sobretudo após a saída progressiva dos que compunham o núcleo central do *Nós Também*. Porém as produções audiovisuais, banners, cartões postais, livros e afins compõem uma espécie de cartografia das políticas engendradas nos corpos desses e dessas militantes, mas não apenas.

O curta aqui analisado foi gravado no município de Baía da Traição, litoral da Paraíba. Em conversa, Henrique Magalhães contou que não havia um projeto para gravação, foi tudo pensado na hora que chegaram à cidade. Os atores não possuíam relação alguma com o bloco “As virgens das Trincheiras”, se inseriram nele e gravaram com uma câmera super 8 as sensibilidades exibidas nas imagens em

movimento. A espontaneidade e o improviso, segundo Henrique Magalhães, compõem uma espécie de documentário do que era o carnaval.

Os blocos de carnaval no Brasil são historicamente espaço de transgressão das normas de gênero, o que, para Green, criou uma vitrine internacional de uma falsa noção de democracia sexual no Brasil, pois “a permissividade aberta do carnaval, assim diz o estereótipo, simboliza um regime sexual e social que aceita a ambiguidade sexual sem restrições, incluindo a sexualidade do homem em relação ao homem” (GREEN, 2019, p. 33).

O município foi escolhido, pois, segundo Henrique, na capital João Pessoa, os carnavais eram compostos por escolas de samba, blocos de orquestras, mas sem grandes blocos de massa. Assim os roteiros eram Olinda no Pernambuco, as cidades do litoral da Paraíba como Lucena e Jacumã ou ficar em casa. No fim da década de 1970 e início de 1980 o roteiro alternativo era acampar nas praias do litoral paraibano.

O filme começa e a primeira cena é de acordo com o descrito acima. O personagem principal, interpretado por Henrique Magalhães está chegando à Baía da Traição, há grande movimentação de carros, ônibus e pessoas chegando à cidade. O personagem caminha em direção à praia por entre casas humildes e logo vai montar sua barraca à beira da praia.

Os personagens da trama não são nomeados e no curta há poucos diálogos, fruto das limitações do processo de gravação e das ferramentas possíveis ao lugar e à época. O personagem principal então vai caminhar na praia e outro homem o segue, ambos estão de sunga. A praia paradisíaca, sem mais banhistas, apenas os dois, vira *locus* privilegiado de afetos, carinhos e desejos.



**Figura 4.1:** Carícias na praia



**Fonte:** Arquivo pessoal de Henrique Magalhães, 2021

Na cena seguinte, já com o sol mais baixo, os dois caminham à beira da praia abraçados. O dispositivo da sexualidade (FOULCAULT, 2020) subjetivou em corpos à heterossexualidade compulsória como única forma de existir no mundo a partir da falsa congruência da interdisciplinaridade do sexo/gênero/desejo (BUTLER, 2019) e prática sexual. Esse aspecto tornou os afetos de corpos e sexualidades dissidentes ou não congruentes, abomináveis. As carícias trocadas em público dessa cena são possíveis pela inexistência de outros sujeitos na praia. Segundo Monique Wittig (1980, p. 2-3) esses discursos

são aqueles que tomam como certo que a base da sociedade, de qualquer sociedade, é a heterossexualidade [...] Essas categorias funcionam como primitivos conceitos num aglomerado de toda a espécie de disciplinas, teorias e idéias correntes a que chamarei o *pensamento hétero* [...] o *pensamento hétero* desenvolve uma interpretação totalizante da história, da realidade social, da cultura, da linguagem e simultaneamente de todos os fenômenos subjetivos.

O conceito de heterossexualidade compulsória será chave nessa análise, pois permitirá problematizar características fundantes na subcultura homossexual da época até os dias atuais. Frases como “discreto e fora do meio”, “não curto afeminados” são consequência dessa política manufaturada que construiu e constrói diariamente nossos gêneros performativamente (BUTLER, 2019).

A cena seguinte se passa já em meio ao carnaval, os atores se divertindo junto ao Bloco das Virgens, inspirado no Bloco das Virgens de Olinda –PE, mas sobretudo na cultura do próprio carnaval, visto que, segundo Green (2019), desde o início do século XX homens pulavam carnaval vestidos de Carmem Miranda. As imagens em movimento compostas por homens de saia, blusas curtas com barriga e pelos à mostra, dançando com outros homens, denota a atmosfera de permissividade que o carnaval trazia e traz. Os personagens da trama pulam com a bandeira do *Nós Também* escrito “libertas que darás também” entre os foliões.

**Figura 4.2:** Sai Bicha



**Fonte:** Arquivo pessoal de Henrique Magalhães, 2021

Na figura 2 o personagem principal interpretado por Henrique está vestido a caráter para o carnaval, usando uma espécie de sobretudo vermelho, a parte de cima de um biquíni, um *short* branco florido, rosas no cabelo e maquiagem. Esses signos do que é compreendido como feminino se entrelaçam com seu cabelo curto, barba e bigode, pêlos no corpo... Seu corpo transita pelas normas e performances de gênero. O outro personagem, o mesmo que estava na praia com ele na figura 1, está com *short* de banho, camisa regata e performa nitidamente nenhuma contradição quanto à relação sexo/gênero/desejo.

Ao encontrá-lo, o personagem principal acena para ele, porém, assustado, o “amante” sai correndo de onde estava a multidão de foliões. O personagem principal corre atrás dele e, na figura 2, vemos o momento em que o personagem principal

segura seu “amante” pelo braço, e o “amante” com gesto brusco solta seu braço e, o diálogo, dos poucos que são proferidos nas imagens em movimento do curta, vem de sua boca ao dizer “sai bicha”.

A potência de ser quem se é no carnaval de 1983 se entrelaça com os novos ares, construídos também por esses corpos políticos, mas também com a manutenção da performance de masculinidade enclausurada pelo armário da cisheteronormatividade e com a violência da ditadura militar.

O alvo desse artigo está sintetizado nestas duas figuras especificamente, pois são eixo central para problematizar o armário enquanto campo epistêmico (SEDGWICK, 2007) produzido pela compulsoriedade da heterossexualidade. Ou seja, afeto, desejo e performance de uma sexualidade dissidente apenas em espaços privados, alheios a outras pessoas, ou se explícitos, demonstrados a partir da assimilação à heterossexualidade, sem feminilidades, o que exclui o personagem principal.

Na cena que segue o personagem principal entra lentamente em um lago, enquanto a trilha sonora de marchinhas de carnaval por cerca de um minuto, sem cortes. Na linguagem dúbia que pode ser interpretada como um fim, como uma tentativa de pôr fim ao sofrimento causado pela marginalização e preconceito (mesmo dentro da própria subcultura), é na verdade uma ressurreição, uma espécie de banho de purificação. A cena seguinte mostra o personagem principal de volta ao bloco, sentado entre as pernas de outro paquera, trocando afeto publicamente sem medo de ser quem se é.

## 4. O CLOSE!

Afeminados são alvo de afeto? Bom, creio que esse artigo tenha mais a função de provocar do que de responder questões. O “sai bicha” é símbolo da marginalização, exotificação e desprezo ao corpo bicha afeminado. É característica fundante da nossa sociedade e reflexo dos dados do Grupo Gay da Bahia (GGB) que mostram que o Brasil é o país que mais mata pessoas LGBTQIA+. O ataque homofóbico proferido contra pai e filho, enquanto andavam na Exposição Agropecuária Industrial e Comercial (Eapic) em São João da Boa Vista, no interior de

São Paulo, ao serem confundidos com um casal gay<sup>13</sup> é também simbólico para problematizarmos o ódio impetrado aos corpos à margem, bem como usarmos o armário como lócus fixo de existência e sobrevivência para as dissidências sexuais e de gênero.

Reitero o uso do conceito de subcultura em alusão às complexidades, tensionamentos, aproximações e deslocamentos existentes nas dissidências sexuais e de gênero, em contraposição ao conceito de comunidade que pode dar a entender uma noção de linearidade e coesão. Assim, o conceito de subcultura poderá proporcionar os desafios existentes na mesma cultura. Quem nos olha como um “algo só”, uma unidade é a heterossexualidade compulsória e colonizadora, daqui somos muitos e diversos.

Este artigo não busca exaurir as possibilidades analíticas desse curta-metragem, muito menos a riqueza de arquivos do grupo Nós Também, pelo contrário, busca ser propulsor de novas críticas, novas análises e percepções. Busca se inserir no incipiente campo da Historiografia LGBT paraibana e trazer para a academia histórias de corpos historicamente invisibilizados e silenciados pela historiografia.

Ao problematizar tais conceitos a partir das imagens em movimento percebi que nossos caminhos são históricos, que bichas paraibanas vêm pavimentando caminhos de existências outras historicamente. Que, ao contrário do que sempre nos disseram, temos histórias e seremos nós a contá-las.

## REFERÊNCIAS

- BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FOUCAULT, Michel. História da sexualidade 1: A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. – 10ª ed. – Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020
- GREEN, James N. Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do Século XX; traduzido por Cristina Fino, Cássio Arantes Leite. – 2. ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2019.

---

<sup>13</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/07/pai-abraca-filho-e-e-agredido-por-homofobicos-em-sp.html>. Acesso em 01 nov. 2021

- \_\_\_\_\_. Revolucionário e Gay: a extraordinária vida de Herbert Daniel - Pioneiro na luta pela democracia, diversidade e inclusão; tradução Marília Sette Câmara. - 1ª ed.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- HENNING, Carlos Eduardo. Interseccionalidade e Pensamento Feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença;
- LOPES JUNIOR, Luiz Gervazio. "As gay, as bi, as trans e as sapatão estão todas organizadas para fazer revolução": uma revisão bibliográfica da emergência do movimento LGBT no Brasil e na Paraíba (1980-2000). - 2020. 33 fls. Monografia em História - Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, 2020.
- MAIOR JÚNIOR, Paulo Roberto Souto. Assumir ou não assumir: o Lampião da Esquina e as homossexualidades no Brasil (1978 - 1981). Porto Alegre, Rs: Editora Fi, 2020.
- NAPOLITANO, Marcos. A História depois do papel. In PINSKY, Carla Bassanezi (org.) Fontes Históricas. 3. ed., 4ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2019.
- OLIVEIRA, José M. D. Mortes violentas de LGBT+ no Brasil - 2019: Relatório do Grupo Gay da Bahia/ José Marcelo Domingos de Oliveira; Luiz Mott. - 1. ed. - Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020.
- OLIVEIRA, Thiago de Lima. Levantar bandeira e dar pinta Inflexões etnográficas sobre o movimento lgbt em João Pessoa (1980-2002) e suas ressonâncias. Revista Bagoas, Natal, n. 16 | 2017 | p. 318-351.
- QUINALHA, Renan. Uma ditadura hetero-militar: notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro. In GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (org.). História do movimento LGBT no Brasil. - 1. ed. - São Paulo: Alameda, 2018.
- \_\_\_\_\_. Somos o que mesmo? In GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (org.). História do movimento LGBT no Brasil. - 1. ed. - São Paulo: Alameda, 2018.
- ROLNIK, Suely. Uma insólita viagem à subjetividade: fronteiras com a ética e a cultura, 1997. Acessado em: 03/06/2021, disponível em <http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/viagemsubjetic.pdf>
- SANTANA, Bruno Leonardo de Andrade. Cultura material e ativismo: o Design Gráfico como ferramenta de militância do grupo Nós Também . 1. ed. - João Pessoa: Marca de Fantasia, 2020.
- SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. Cadernos Pagu (28), Campinas, janeiro-junho de 2007:19-54

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

TREVISAN, João S. Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. – 4ª ed. Ver., atual. E amp. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2018

WITTIG, Monique. O Pensamento Hetero. Disponível em: [https://we.riseup.net/assets/162603/Wittig,%20Monique%20O%20pensamento%20Hetero\\_pdf.pdf](https://we.riseup.net/assets/162603/Wittig,%20Monique%20O%20pensamento%20Hetero_pdf.pdf). Acesso em: 20 jun. 2021



# CAPÍTULO V

## DA RARIDADE AO RECONHECIMENTO: LULA EM DOIS TEMPOS (1979-2004)

DOI: 10.51859/AMPLLA.EGS297.1122-5

Vando Rocha da Silva <sup>1</sup>

### RESUMO

Em abril de 1978 data a criação do jornal *Lampião da Esquina*, o primeiro tabloide de caráter homossexual do Brasil, com engajamento político e debates acerca das questões de gênero, simbolizando um marco histórico da comunidade LGBTQ+. Com o advento da Ditadura Militar, a esquerda brasileira se mostrou progressista, abraçando diversas causas sociais, no entanto, conforme as entrevistas concedidas ao *Lampião*, verificou-se um posicionamento retrógrado da esquerda – sindicalistas – em relação aos LGBTQ+. Diante disso, o presente artigo versará acerca do discurso proferido pelo sindicalista Luiz Inácio da Silva ao jornal *Lampião da Esquina*, em julho de 1979 na edição intitulada “Alô, Alô, classe operária: e o paraíso, nada?”, enquanto o mesmo presidia o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Deste modo, nos propusemos a analisar a postura conservadora e preconceituosa que o sindicalista e os operários possuíam na época das entrevistas, afirmando a inexistência de homossexualidade na classe operária. Ademais, desempenhar-se-á um comparativo entre a postura do sindicalista naquela entrevista e, durante seu governo (2003-2011), mediante a criação de programas e decretos que partiam de uma premissa de reconhecimento da luta LGBTQ+ no Brasil, como o programa “Brasil sem Homofobia” de 2004. Para a elaboração do processo dissertativo e para dar suporte teórico a discussão dos resultados da pesquisa, utilizou-se do método dedutivo, bem como a análise bibliográfica por intermédio de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, utilizando-se amplamente de um referencial teórico-conceitual, documental e jornalístico, com autores como Edward Macrae (2018), Alessandro Hafemann (2012) e James Green (2003), além do próprio tabloide do *Lampião da Esquina* e documentos do Governo Federal.

**Palavras-chave:** LGBTQ+. *Lampião da Esquina*. Esquerda. Lula.

---

<sup>1</sup> Graduado em História pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Especialista em Culturas Políticas, História e Historiografia pela Faculdade do Complexo Educacional Santo André (FACESA) e Mestrando em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), na Linha de Pesquisa Estado e Poder. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES. E-mail: vandosilva129@gmail.com.

# 1. INTRODUÇÃO

O jornal denominado *Lampião da Esquina* foi um veículo de informação e visibilidade da comunidade LGBT+<sup>2</sup> - Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgênero -, que circulou entre os anos da ditadura militar no Brasil, mais especificamente, entre 1978 e 1981, contemplando 41 edições, dentre estas, a edição zero e três extras.

Até o surgimento da mídia alternativa no período da ditadura militar, os jornais da época desqualificavam o movimento LGBT+, empregando termos pejorativos e notícias de cunho pejorativo, como a prisão de homossexuais e possíveis justificativas para os assassinatos de travestis. No entanto, o *Lampião da Esquina* surge com o advento de uma nova percepção do homossexual, sendo escrito pelos próprios sujeitos LGBT+, além de tratar assuntos que englobavam outras minorias sociais, vítimas do machismo, do patriarcalismo, do racismo e do eurocentrismo. Cabe ressaltar que o jornal não pertencia a mídia oficial e, por sua vez, se inseriu na mídia alternativa.

Em uma de suas edições, mais especificamente a número 14, de julho de 1979, uma equipe do *Lampião* entrevistou o sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva, o Lula, enquanto este liderava o movimento grevista no ABC paulista, o qual simbolizou um dos acontecimentos históricos mais relevantes para o término da ditadura militar.

Posto isso, salienta-se que o presente artigo tem o objetivo geral analisar a postura conservadora e preconceituosa de Lula e de representantes da esquerda<sup>3</sup> tradicional em 1979, comparando-a aos posicionamentos do ex-presidente durante seus dois mandatos no Brasil (2003-2011). Para isso, designou-se como objetivos específicos, os seguintes: identificar as falas homofóbicas expressas pelos operários sindicalistas na edição número 14 do *Lampião da Esquina*; e elucidar que Lula não deteve o posicionamento conservador em relação aos LGBT+ durante seu governo.

---

<sup>2</sup> Nessa pesquisa emprega-se o termo LGBT+ como uma sigla padrão da comunidade desde a década de 1990, no entanto, não temos o intuito de excluir os demais sujeitos que não se encontram especificados nesta abreviação.

<sup>3</sup> A esquerda incide em um posicionamento político em busca de uma maior igualdade social. Consoante ao filósofo Norberto Bobbio (2001), a esquerda tende a ser mais inclusiva, por tratar-se de uma ideologia política mais igualitária. O Partido dos Trabalhadores (PT) é uma referência da esquerda no Brasil, considerando que foi fundado em 1980 em São Paulo por sindicalistas e demais militantes em oposição à ditadura militar e em busca da redemocratização no país.

A escolha do tema se justifica pela sua relevância, ou seja, desenvolver uma análise histórica sobre as mudanças de posicionamento da esquerda brasileira, considerada na contemporaneidade, a ideologia política que mais se envolve com a pauta LGBT+. Assim, tem-se também uma abordagem sobre a personalidade de Lula, que embora não discusse pela esquerda em sua totalidade, haja visto ela ser polifônica, é o político que mais se empenhou na luta LGBT+ no Brasil, que, no entanto, anteriormente se apresentava como um conservador, característica principal da direita brasileira.

Posto isso, salienta-se que o presente artigo é composto por essa introdução e pela conclusão, além do segundo capítulo “Surge o Lâmpião da Esquina”, explanando sobre a história do tabloide LGBT+ e seus desempenhos, e o terceiro, “Lula e a Questão LGBT+: De Lá Pra Cá, Algo Mudou”, no qual é desempenhada uma análise comparativa entre a postura da esquerda em 1979 e durante o governo do ex-presidente Lula.

## 2. SURGE O LÂMPIÃO DA ESQUINA

O jornal *Lâmpião da Esquina* emana como uma resistência midiática no tocante à temática LGBT+, assim como a ditadura militar, concebendo-se em uma forma de imprensa alternativa que empregava o humor e a sátira. Consoante ao cientista social Edward Macrae (2018), o *Lâmpião* surge em 1978 no Rio de Janeiro, doravante um amadurecimento de ideias, fruto de um encontro sucedido em 1977 entre Winston Leyland<sup>4</sup> e aqueles que viriam a compor o Conselho Editorial do jornal.

O projeto inicial apresentava-se como um grande crítico da moral vigente e, por sua vez, um veículo de informação voltado para os homens homossexuais, marcado pela ausência feminina nesse debate. Nesse sentido, logo na edição experimental de número 0, o conselho editorial justificou a criação do jornal e o motivo de sua publicação:

Mas um jornal homossexual, para quê? [...] nossa resposta é a seguinte: é preciso dizer não ao gueto e, em consequência, sair dele [...] e uma minoria, é elementar nos dias de hoje, precisa de voz [...] para isso, estaremos

---

<sup>4</sup> O americano Winston Leyland foi editor da revista homossexual *Gay Sunshine*, e viera ao Brasil em busca de contos para compor a literatura *gay* latino-americana (MACRAE, 2018.)

mensalmente nas bancas do país, falando da atualidade e procurando esclarecer sobre a experiência homossexual em todos os campos da sociedade e da criatividade humana. Nós pretendemos, também, ir mais longe, dando voz a todos os grupos injustamente discriminados - dos negros, índios, mulheres [...] (LAMPÍÃO DA ESQUINA, 1978, p. 02).

A justificativa evidencia os intentos do jornal que circulou até o ano de 1981, isto é, a necessidade fazer com que as vozes dos vulnerabilizados, chegassem em outros lugares e fossem ampliadas, pois conforme Lima (2001, p. 04), “grande destaque era dado às cartas dos leitores, que se tornavam legítimos espaços de visibilidade para a comunidade”. Assim, verifica-se que os vulnerabilizados falavam diretamente ao público, mediante seus próprios escritos publicados na seção “Cartas na Mesa”, que recebia diversos relatos de seus leitores, versando sobre assuntos diversificados.

Cabe ressaltar que o tabloide se apresentava de uma forma que não apenas contemplasse a sátira, mas englobasse a cultura, a política, a crítica e o conhecimento em geral. Em síntese, o jornal continha reportagens, assuntos pertinentes ao teatro, ao cinema, aos partidos políticos, ao movimento negro e ao feminismo<sup>5</sup>, além de contos e entrevistas variadas. No entanto, era o assumir-se e o combate a homofobia que tinha palco principal nas edições, considerando que evidenciaram situações cotidianas e “[...] ataques diretos a homófobos ou quem agisse de modo politicamente incorreto em relação aos homossexuais” (LIMA, 2001, p. 04).

Paralelo a isso, estava a luta da comunidade LGBT+ em impetrar seus direitos humanos, civis, políticos e sociais, os quais seriam efetivamente consolidados e respaldados, anos mais tarde, pela Constituição Federal de 1988, a tão esperada “Constituição Cidadã”. Enquanto os direitos eram suprimidos pela ditadura militar, o *Lampião* atuava militante e constantemente, buscando desde sua edição número zero, extinguir a ignorância da medicina que associava a homossexualidade à doença, bem como alterar a concepção padrão e conservadora que se tinha sobre o homossexual, isto é, um indivíduo amaldiçoado, que vive nas sombras e na noite e incapaz de se realizar como ser humano. Macrae (2018, p. 148) elucida que o jornal,

---

<sup>5</sup> Embora o conselho editorial do *Lampião* não englobasse as mulheres, cabe ressaltar que o mesmo, “[...] sempre se mostrou disposto a apoiar as lutas do movimento feminista, especialmente àquelas contra a esquerda stalinista ou instituições preconceituosas” (MACRAE, 2018, p. 146).

“pretendia desmontar a imagem padrão do indivíduo que, sentindo atração física por outros do seu próprio sexo, seria um amaldiçoado, incapaz de auto realização e com tendências a rejeitar a sua sexualidade”.

Permeada por dificuldades, a circulação ocorreu e atingiu públicos e regiões inimagináveis, inclusive, com leitores de outros países, como destaca o historiador Márcio Bandeira (2006), os quais enviaram correspondências para compor a seção “Cartas na Mesa”. Dentre os estados brasileiros, verificou-se através das cartas, que para além do Rio de Janeiro e São Paulo, estavam o Rio Grande do Norte, Amazonas, Piauí, Minas Gerais, Paraíba, dentre outros.

O término das publicações do *Lampião* ocorreu em 1981, marcado pela censura e perseguições da ditadura militar, a crescente imprensa alternativa que englobava os homossexuais e os desentendimentos entre os membros do conselho editorial. Quando o fim se aproxima, o tabloide opta por uma abordagem mais nudista e menos informativa, pois de acordo com Macrae (2018, p. 162), “[...] começaram a ser editadas revistas sem nenhuma pretensão cultural ou política, mas dispostas a preencher suas páginas com fotos de nus masculinos”.

As fotos de homens nus foi uma possível solução para a diminuição na comercialização. Além disso, outra tentativa foi a de comercializar fotos de homens nus por fora do tabloide. No entanto, recorrer ao mercado erótico contribuiu ainda mais para as divergências entre os editores do jornal, conforme evidencia Macrae (2018, p. 162): “alguns dos conselheiros do *Lampião* [...] se colocaram contra o uso de nus para aumentar as vendas do jornal, levando a novas dissensões internas e finalmente à demissão de um dos “senhores do Conselho”. Diante disso, sucedeu-se um declínio no *Lampião*, considerando que se somaram aos desentendimentos internos, a crítica dos leitores, o aumento no preço do papel e os custos de produção, as divergências políticas e a repressão terrorista da direita brasileira.

De acordo com Lima (2001), em seus primórdios o *Lampião* tratava-se de um jornal sério que evitava a publicação de fotografias eróticas. Reitera que “com essa transferência do enfoque, *Lampião* perdeu a credibilidade, já que pornografia a indústria cultural produzia melhor e mais barato” (LIMA, 2001, p. 04).

De fato, as questões políticas, culturais e em defesa das minorias sociais, foram substituídas por assuntos ousados e polêmicos, como os ensaios sensuais, a masturbação, prostituição e o sadomasoquismo. Assim, houve um regresso às



publicações, que no início, pretendia sair do gueto, mas, voltara a ele. É diante desse cenário que ocorre uma diminuição drástica nas vendas do *Lampião*, fazendo com que em junho de 1981, um mês após o aniversário de três anos, saísse a última edição, de número 37, que trouxe como matéria principal “Viado Gosta de Apanhar? Uma viagem ao mundo dos sadomasoquistas”.

### 3. LULA E A QUESTÃO LGBT+: DE LÁ PRA CÁ, ALGO MUDOU

As fontes jornalísticas nos possibilitam uma análise histórica dos feitos do passado, comparando-os ao cenário atual. O *Lampião*, como uma fonte jornalística, permite tal observação, uma vez que evidencia informações que remetem a tempos remotos e podem ser utilizadas a critério de comparação na contemporaneidade. Por intermédio de uma apreciação mais acurada nas páginas do *Lampião*, é perceptível que as opiniões que determinados sujeitos possuíam na década de 70, se alteraram, inclusive, analisar pensamentos do passado, podem gerar um certo incômodo mediante uma leitura contemporânea.

Nesse estudo, nos incumbimos de analisar o discurso do sindicalista Luiz Inácio da Silva<sup>6</sup>, cunhado apenas como Lula, o qual, nas páginas do jornal em 1979, enquanto era apenas metalúrgico, apresentava uma concepção sobre os LGBT+ distinta daquela que se verifica atualmente enquanto político, sendo isso, de suma relevância para compreender suas propostas durante o período em que se manteve no governo, ou seja, de 2003 e 2011. Para além disso, na contemporaneidade, Lula ainda se apresenta como um político em defesa dos grupos vulnerabilizados, como dos LGBT+, assim, podemos entender que suas concepções foram modificadas em benefício de uma sociedade mais plural e democrática.

No século XXI, grande parcela da chamada “esquerda” brasileira possui no âmago de suas ações, a pauta da consolidação da isonomia e do bem-estar social que, por sua vez, atua no combate à discriminação, mediante a defesa das liberdades, tanto individuais quanto sexuais, bem como a luta contra as opressões de gênero. O cientista social Alessandro Hafemann (2012, p. 237), corrobora que “hoje os

---

<sup>6</sup> Além de ex-presidente, Lula é um ex-metalúrgico brasileiro, conhecido por suas ações como sindicalista e pela liderança em grandes greves de operários no ABC Paulista. Ademais, Lula foi um dos principais fundadores do PT – Partido dos Trabalhadores –, o qual se concebe em um dos partidos mais relevantes no tocante aos movimentos de esquerda da América Latina.



partidos e governos de esquerda se posicionam alguns a favor outros não tão a favor, mas também não repudiando esses movimentos, visto que os governos esquerdistas se colocam como favoráveis às causas populares”.

Considerando o exposto, é mister uma análise mais ampla sobre a esquerda para que possamos versar sobre esta, especificamente, no Brasil. Assim, na história da esquerda verifica-se que a homossexualidade não era bem vista no auge das revoluções socialistas, tendo em vista que “[...] houve uma época em que a esquerda latino-americana repudiava os homossexuais chegando a taxá-los de burguesia decadente” (HAFEMANN, 2012, p. 237).

Cabe salientar que os movimentos socialistas possuíam entre os militantes a classe trabalhadora, formada por camponeses e operários. Assim, Green (2003, p. 34), reitera que os líderes “[...] compartilhavam o ponto de vista comum de que a homossexualidade não poderia existir dentro da “verdadeira” classe trabalhadora e entre revolucionários da classe média”. Essa percepção se assemelha a do metalúrgico Lula em sua entrevista ao *Lampião* em 1979, quando membros do conselho editorial do tabloide se deslocaram até as fábricas do ABC paulista, no momento em que diversas greves aconteciam sob a liderança do sindicalista. O intento do jornal nessa empreitada era o de constatar a presença de homossexuais no movimento grevista, no entanto, o que se verificou, foi que uma parcela dos militantes em prol da redemocratização do Brasil, mostrava-se avessa aos homossexuais, disseminando o preconceito entre a classe operária.

Conforme exposto, dentre os entrevistados, estava o sindicalista Lula, que estampou a capa do *Lampião* na edição número 14, intitulada “Alô, Alô, classe operária: e o paraíso, nada?”, de julho de 1979, conforme ilustra a Figura a seguir.

**Figura 5.1:** Edição 14 do Lâmpião da Esquina



**Fonte:** Lâmpião da Esquina (1979)

As entrevistas com os grevistas e militantes se encontram entre as páginas 9 e 11 da edição e, conforme Moretti-Pires, Tesser Júnior e Kovaleski (2018, p. 07), “a mesma ideia de inexistência de homossexualismo entre proletários é difundida entre os entrevistados, [...] incluindo a ideia de que os homossexuais seriam [...] incapazes de agregarem-se na “luta maior”, termo que designa a luta de classes”.

Quando questionados pelo repórter sobre a homossexualidade entre os operários, as respostas apresentavam um cunho bastante conservador, como a do ferramenteiro Jorge Luís da Silva: “Fresco? Olha, esse negócio de fresco é lá em São Paulo. Aqui eu nunca vi não” (LÂMPIÃO DA ESQUINA, 1979, p. 09). A violência aos LGBTQ+, também é perceptível na ameaça do operário Luís Duarte da Rocha: “Viado? Olha aqui, viado, comigo, é na porrada!”. Ao ser indagado se algum homossexual já o afetou de alguma forma, Rocha reitera: “Não, nunca me fizeram nada, mas é bom eles nem tentar!” (LÂMPIÃO DA ESQUINA, 1979, p. 09). O preconceito também fica explícito na fala da montadora Marinete de Moraes, que expõe: “Olha, lá na minha seção tem uma moça meio assim, né, ela usa umas roupas meio de homem, não se pinta nem nada” (LÂMPIÃO DA ESQUINA, 1979, p. 09). De forma análoga a essa última fala, uma pessoa não identificada se espanta: “Mulher Macho? Xi, menina, vira essa boca pra lá! Nunca vi disso, não” (LÂMPIÃO DA ESQUINA, 1979, p. 10).

Estes são alguns dos discursos proferidos pelos manifestantes entrevistados do ABC paulista, os quais se concebiam em membros de movimentos pelo fim da repressão e pela redemocratização do país. Contudo, suas falas exaltam o

preconceito e vão de encontro aos princípios da esquerda atual, isto é, a luta pela igualdade de todos, independentemente de gênero, credo, raça e sexualidade.

Como foco desta pesquisa e da edição 14 do *Lampião*, Lula apresenta um discurso retrógrado em relação às questões sociais, tanto no tocante aos LGBT+ quanto ao feminismo. Dentre suas respostas, o sindicalista explica sobre o papel da mulher na luta pela igualdade entre os gêneros: “Feminista pra mim é desocupada” (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1979, p. 10). Sua afirmação deixa explícito o pensamento conservador do metalúrgico Lula em 1979, que mesmo sendo um forte integrante da esquerda atual, reproduziu concepções de cunho machista de inferiorização da mulher na sociedade.

Sobre os homossexuais, Lula proferiu apenas uma frase: “Homossexualismo na classe operária? Não conheço.” (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1979, p. 09), ou seja, em poucas palavras o sindicalista afiança que não reconhece essa população nos postos de trabalho, sobretudo, entre os operários, uma função marcada ao longo do tempo, pelo uso da força e da masculinidade. Para Green (2000), há uma justificativa para esse posicionamento arcaico da esquerda que caracterizava a homossexualidade como um desvio “burguês” e, além disso “[...] afirmavam que o movimento poderia, por vezes, defender propostas distanciadas dos “interesses” da classe trabalhadora e suas organizações” (GREEN, 2003, p. 36).

O medo de se distanciar de uma luta maior – redemocratização, aumento salarial, melhores condições de trabalho, etc. -, fez com que os sindicalistas proferissem frases homofóbicas e ignorassem as demandas dos LGBT+, uma comunidade vulnerabilizada que, segundo Trevisan – entrevistador de Lula -, existia dentro da classe operária (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1979).

Corroborando, o operário João Borges da Silva é o único que versa abertamente sobre a existência de homossexuais entre a classe operária, afiançando: “Viado? tem sim. Só que dão duro tanto quanto nós, eles têm família também, né? E lá na produção nem tem tempo para viadagem, não. Viado aqui trabalha duro” (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1979, p. 10).

Analisando os discursos de Lula para além da entrevista do *Lampião*, o antropólogo Luiz Mott (2002) revela que por diversas vezes o sindicalista foi homofóbico em suas falas, como no ano de 1991, que indagado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, sobre o matrimônio entre LGBT+, Lula disse que nem

mesmo os héteros o almejam, quem dirá os homossexuais. A utilização de termos pejorativos também fora constatada por Mott (2002), como “viadagem”, ao passo em que Lula desejava se referir à frescura.

Ainda consoante a Mott (2002), no ano de 1981, Lula teria repensado em sua fala para o *Lampião*, e reconhecido os homossexuais na classe operária. Assim, o sindicalista declarou na 1ª Convenção Nacional do PT: “não aceitaremos que no PT o homossexualismo seja tratado como doença e, muito menos, como caso de polícia” (LULA *apud* MOTT, 2002, p. 01). Ademais, Mott (2002, p. 01) expõe que foi no ano de 2002 que Lula teria se aproximado de sua perfeição, ao discursar: “sou a favor do direito de casais homossexuais terem a mesma proteção legal que os heterossexuais. Do contrário, não estaríamos agindo como quem reconhece que o amor é bom e verdadeiro e que toda maneira de amar vale a pena”.

Diante do exposto, verifica-se que os grevistas - que mais tarde viriam a compor a esquerda tradicional -, que estamparam a capa da edição número 14 do jornal *Lampião da Esquina*, possuíam uma visão bastante preconceituosa em relação aos LGBT+. No entanto, algo mudou, considerando que na contemporaneidade, a esquerda atua na defesa dos direitos dessa comunidade, como o próprio Lula, que em seus mandatos presidenciais, buscou propostas e sancionou legislações que beneficiam os LGBT+. Em uma análise mais ampla, Hafemann expõe que

Hoje o movimento homossexual mantém uma relação, relativamente, amigável com a esquerda visto que na Argentina já é permitido o casamento entre pessoas do mesmo sexo, e no Brasil um movimento em prol do casamento está em tramitação, sendo que este ano [2011] foi aprovada a união estável entre homossexuais, no entanto, a história e os fatos revelam que muita luta foi necessária para se chegar aos trâmites atuais, os partidos de esquerda, muitos não reconhecem o erro que cometeram posicionando-se contra os movimentos homossexuais, porém não colocam entraves para a participação de *gays* (HAFEMANN, 2012, p. 244).

Explanando sobre os feitos de Lula e as mudanças em seu posicionamento, cabe mencionar que o ex-presidente governou o Brasil durante dois mandatos, ou seja, entre os anos de 2003 a 2006 e de 2007 a 2011. Durante esse período, Lula se mostrou disposto a consolidar os direitos LGBT+, ponderando que consoante a Bruna Andrade Irineu (2014, p. 194) “[...] é a partir do primeiro mandato presidencial de Lula, marcado por diálogos frequentes com o movimento LGBT, que

surgiram as primeiras iniciativas específicas à população LGBT”. Assim, verifica-se que o então presidente mostrou disposição na luta LGBT+ e, através de projetos, atuou intensamente no combate à homofobia, grande problemática do país.

Diante disso, é mister salientar os dados que explanam a condição de vulnerabilidade do sujeito LGBT+ no Brasil. No dossiê “Assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020”, Bruna G. Benevides e Sayonara Naidier Bonfim Nogueira (2021, p. 07) divulgaram informações referentes aos homicídios contra transexuais e travestis, constatando que nos últimos 12 anos, o Brasil se mantém na primeira posição do *ranking* de assassinatos, totalizando “[...] 184 registros que foram lançados no Mapa dos assassinatos de 2020”. Assim, corrobora-se que o Brasil é o país que mais mata transexuais no mundo. Ademais, o GGB – Grupo Gay da Bahia -, elaborou o Relatório “Observatório de Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil – 2020”, denunciando os homicídios consolidados contra estes sujeitos. Neste, constatou-se que no ano de 2003, 125 pessoas foram mortas devido à sua orientação sexual. Já no ano de 2004, os assassinatos aumentaram, contabilizando 158 vítimas. Nos anos posteriores em que se sucedeu o governo Lula, verifica-se uma redução no número de mortes, como 135 em 2005 e 112 em 2006 (GRUPO GAY DA BAHIA, 2021).

Expostos os dados que ratificam a problemática em consolidar a cidadania LGBT+ no Brasil, torna-se perceptível o anseio dessa população em alcançar suas garantias fundamentais, como o direito de ir e vir e o direito à vida. Foi pensando nisso, que no ano de 2004, Lula deu seu primeiro passo ao desenvolver o programa “Brasil sem Homofobia”, mediante uma articulação entre o Governo Federal e a sociedade civil, sobretudo, com o Movimento LGBT+ e aqueles sujeitos que padeciam com o preconceito. Acerca desse contexto, o então secretário dos Direitos Humanos, Nimário Miranda, expôs que o programa é

Um verdadeiro marco histórico na luta pelo direito à dignidade e pelo respeito à diferença. É o reflexo da consolidação de avanços políticos, sociais e legais tão duramente conquistados. O Governo Federal, ao tomar a iniciativa de elaborar o Programa, reconhece a trajetória de milhares de brasileiros e brasileiras que desde os anos 80 vêm se dedicando à luta pela garantia dos direitos humanos de homossexuais (MIRANDA, 2004, p. 07).



Mediante as demandas e as necessidades básicas da população LGBT+, o Governo Federal representado por Lula, estabelece um diálogo mais aberto e inclusivo com estes sujeitos, que culmina na criação do programa “Brasil sem Homofobia”. Um tanto pretensioso, tendo em vista que, a homofobia se encontra enraizada na sociedade tradicional brasileira, o programa busca combater a violência e a discriminação contra a população LGBT+, almejando assim, erradicar a homofobia e consolidar a cidadania homossexual no país. Para isso, foram estabelecidos como objetivos do programa, os seguintes:

- a) apoio a projetos de fortalecimento de instituições públicas e não-governamentais que atuam na promoção da cidadania homossexual e/ou no combate à homofobia;
- b) capacitação de profissionais e representantes do movimento homossexual que atuam na defesa de direitos humanos;
- c) disseminação de informações sobre direitos, de promoção da auto-estima homossexual;
- d) incentivo à denúncia de violações dos direitos humanos do segmento GLTB (CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO, 2004, p. 11).

Estruturado de maneira bem completa para atingir seus desígnios, o programa institui princípios básicos, como a promoção dos direitos humanos LGBT+ e a criação de políticas públicas e propostas no enfrentamento ao preconceito. Ademais, o “Brasil sem Homofobia” dispõe ainda de uma proposta que contabiliza 53 ações, sendo divididas em 11 eixos, tais como: I - Articulação da Política de Promoção dos Direitos de Homossexuais; II - Legislação e Justiça; III - Cooperação Internacional; IV - Direito à Segurança; V - Direito à educação; VI - Direito à saúde; VII - Direito ao trabalho; VIII - Direito à cultura; IX - Política para Juventude; X - Política para mulheres; XI - Política contra o racismo e a homofobia (CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO, 2004).

Faz-se importante destacar que o programa adverte ainda para a necessidade de uma colaboração mais ampla, responsabilizando todos os órgãos públicos e a sociedade civil, conforme expresso na citação abaixo:

Apesar de o Programa ter a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, como órgão responsável pela sua articulação, implantação e avaliação, a responsabilidade pelo combate à homofobia e pela promoção da cidadania de gays, lésbicas e transgêneros se estende a



todos os órgãos públicos, federais, estaduais e municipais, assim como ao conjunto da sociedade brasileira (CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO, 2004, p. 27).

Pensando nessa responsabilidade que engloba toda a sociedade brasileira, o Governo Federal se atentou a um cuidado específico, explanado pelo historiador Vando Rocha da Silva

Dentre as ações desenvolvidas pelo programa, ressaltam-se os subsídios destinados as ONG's em prol do movimento LGBT; a capacitação e formação dos sujeitos envolvidos na luta, bem como de professores e demais funcionários públicos; a instituição de núcleos de pesquisa em faculdades públicas; projetos em diversos segmentos sociais, como na saúde visando a prevenção da AIDS; e a formação de núcleos de referência em direitos humanos e no combate à discriminação (SILVA, 2019, p. 49).

Assim, sintetiza-se que esse programa intenta promover a fragilizada cidadania dos sujeitos LGBT+ no Brasil, por intermédio da equiparação de direitos, assim como da luta contra a violência e a homofobia. De acordo com o cientista social Gustavo Gomes da Costa Santos

[...] o plano “Brasil sem Homofobia”, elaborado no governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), foi a primeira política pública direcionada especificamente à promoção e defesa dos direitos de LGBT na América Latina. Essas vitórias legais representam importantes avanços na luta pela cidadania plena de LGBT (SANTOS, 2016, p.180-181).

Evidencia-se então, que Lula não manteve em seu governo, aquela postura conservadora de 1979 no *Lampião*, considerando que através desse programa, o ex-presidente determinou que enquanto existirem sujeitos cujos direitos fundamentais não são impetrados por motivos de discriminação, não há como afirmar que a sociedade brasileira é igualitária e democrática.

Outra proposta desenvolvida durante o mandato de Lula, foi a do “Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT”, instituído no ano de 2009, com o propósito de apresentar as diretrizes e ações para o desenvolvimento de Políticas Públicas voltadas à população LGBT+. Segundo seu documento, o plano tem o intuito de “orientar a construção de políticas públicas de inclusão social e de combate às desigualdades para a população LGBT, primando pela intersetorialidade

e transversalidade na proposição e implementação dessas políticas” (SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS, 2009, p. 10).

O plano é de suma importância para a população LGBT+ no Brasil, inclusive, Silva, elucida que

[...] determinadas ações do plano já foram alcançadas, como o direito de casais homossexuais a adotar e registrar o filho em seu nome; o reconhecimento do casal homossexual como um arranjo familiar; a criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais; e o direito ao uso do nome social (SILVA, 2019, p. 52).

Paralelo ao exposto, têm-se ainda inúmeros decretos no tocante a comunidade LGBT+ sancionados por Lula, como o Decreto Nº 7.037/2009, o qual aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos; o Decreto de 4 de junho de 2010, responsável pela instituição do Dia Nacional de Combate à Homofobia; e o Decreto Nº 7.388/2010, que determina sobre o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e funda o Conselho Nacional LGBT.

Mesmo diante dessas conquistas, Santos adverte que

[...] esses ganhos são limitados, dado que o Brasil ainda não possui nenhuma lei em âmbito federal que garanta explicitamente direitos à população LGBT. Em grande medida isso ocorre devido à intensa oposição de setores conservadores (em sua maioria com vinculações a entidades religiosas) dentro do Congresso Nacional, que têm evitado a aprovação de leis favoráveis às chamadas “minorias sexuais” (SANTOS, 2016, p. 181).

Dentre esses conservadores citados por Santos (2016), não podemos mais mencionar o ex-presidente Lula, uma vez que, sua concepção acerca dos LGBT+ fora alterada, sendo corroborada pelas diversas ações que desenvolveu durante seus dois mandatos em prol dessa população que ainda se encontra marginalizada socialmente no Brasil.

## 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo versou acerca da edição número 14, de julho de 1979, do jornal *Lampião da Esquina*, na qual os grevistas do ABC paulistas foram entrevistados e evidenciaram seus posicionamentos conservadores em relação aos

homossexuais do Brasil. Nesse cenário, verificou-se o discurso do metalúrgico Lula, que também se mostrou preconceituoso mediante o não reconhecimento dos homossexuais entre os operários.

Assim, analisamos que a esquerda tradicional durante a década de 1970 não se envolvia nas pautas LGBT+ e, pelo contrário, descriminalizou as ações e atitudes dessa comunidade. Justificando essa postura, compreendemos que os anseios dessa esquerda eram muito maiores do que aquele que abarcava os grupos sociais vulnerabilizados, resultando então, na exclusão desses grupos no movimento ideológico.

No entanto, com o decurso do tempo, sucedeu-se uma mudança na concepção da esquerda, sobretudo, do ex-presidente Lula, que passou a reconhecer os LGBT+ e atuar em prol dos direitos dos mesmos. Nesse segmento, quando se tornou presidente do Brasil, Lula buscou de forma efetiva investir em ações, projetos e decretos que visavam consolidar a cidadania LGBT+ no país, além de atuar no combate à homofobia.

Para isso, durante seu governo, Lula desenvolveu inúmeras propostas, como o programa “Brasil sem Homofobia”, o “Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT”, além de decretos que o Programa Nacional de Direitos Humanos, o Dia Nacional de Combate à Homofobia e o Conselho Nacional de Combate à Discriminação.

Diante disso, constatamos e corroboramos que a postura do ex-presidente mudou de lá pra cá, o que também pode ser evidenciado através de suas entrevistas para os mais diversos jornais existentes na contemporaneidade. Em síntese, salienta-se que Lula, de fato, apresentava um discurso intolerante aos LGBT+ em sua entrevista ao *Lampião* em 1979, enquanto era um metalúrgico e sindicalista, no entanto, mediante sua ascensão política, o ex-presidente passou a ser mais progressista, esquivando-se daquele conservadorismo que lhe permitiu afirmar que não existiam homossexuais na classe operária.

## REFERÊNCIAS

- BANDEIRA, Marcio Leopoldo Gomes. **Será que Ele É?:** Sobre quando Lampião da Esquina colocou as Cartas na Mesa. 132 f. 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp007860.pdf>. Acesso em 22 jun. 2021.
- BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naidier Bonfim (orgs). **Dossiê:** assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021. Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2021.
- BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda:** razões e significados de uma distinção política. 2ª Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO. **Brasil Sem Homofobia:** Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil\\_sem\\_homofobia.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf). Acesso em 02 jul. 2021.
- GREEN, James N. A luta pela igualdade: desejos, homossexualidade e a esquerda na América Latina. **Cad. AEL**, Vol. 10, Nº 18/19, 2003.
- GREEN, James N. “Mais amor e mais tesão”: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. **Cadernos pagu**, (15) 2000: pp.271-295.
- GRUPO DIGNIDADE. **Lampião da Esquina**. 2021. Disponível em: <http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>. Acesso em 10 jun. 2021.
- GRUPO GAY DA BAHIA. **Relatório:** observatório de mortes violentas de LGBTI+ no Brasil em 2020. 1ª Ed. Florianópolis: Editora Acontece Arte e Política LGBTI+, 2021.
- HAFEMANN, Alessandro Ribeiro. A Esquerda e os Movimentos Homossexuais na América Latina. **Anais do X Seminário de Ciências Sociais** - Tecendo diálogos sobre a Pesquisa Social, Universidade Estadual de Maringá | Departamento de Ciências Sociais 22 a 26 de Outubro de 2012.
- IRINEU, Bruna Andrade. 10 Anos do Programa Brasil sem Homofobia: Notas Críticas. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 14, n. 28, p. 193-220, jul./dez. 2014.
- LAMPIÃO DA ESQUINA. **Alô, Alô, Classe Operária:** e o paraíso, nada? Edição número 14. Julho, 1979. Disponível em: <http://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2019/04/18-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-14-JULHO-1979.pdf>. Acesso em 23 jun. 2021.

- LAMPIÃO DA ESQUINA. **Homo Eroticus**: Um ensaio de Darcy Penteado. Edição experimental, número zero. Abril, 1978. Disponível em: <http://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2019/04/01-LAMPIAO-EDICAO-00-ABRIL-1978.pdf>. Acesso em 05 jun. 2021.
- LIMA, Marcus Antônio Assis. Breve Histórico da Imprensa Homossexual no Brasil. **Cronos**, Pedro Leopoldo/MG, Vol. II, Nº 3, 2001. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/~boccmirror/pag/lima-marcus-assis-IMPrensa-HOMOSSEXUAL-BRASIL.pdf>. Acesso em 05 jun. 2021
- MACRAE, Edward. **A Construção da Igualdade Política e Identidade Homossexual no Brasil da “Abertura”**. Salvador: EDUFBA, 2018.
- MIRANDA, Nilmário. Prefácio. IN: CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO. **Brasil Sem Homofobia**: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil\\_sem\\_homofobia.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf). Acesso em 03 jul. 2021.
- MORETTI-PIRES, Rodrigo Otávio; TESSER JÚNIOR, Zeno Carlos; KOVALESKI, Douglas Francisco. Homofobia e os Socialistas Brasileiros em “O Lâmpião da Esquina” (1978-1981). **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 26(3): e45989, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/NHyRMqvnbKvtHqbMPPJVRRv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 24 jun. 2021.
- MOTT, Luiz. Os Presidenciais e os Homossexuais. **Folha de São Paulo**, Tendências/Debates, São Paulo, 26 de setembro de 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2609200210.htm>. Acesso em 26 jun. 2021.
- SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. Movimento LGBT e partidos políticos no Brasil. **Contemporânea**, Vol. 6, Nº 1, p. 179-212 Jan.-Jun. 2016.
- SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009. Disponível em: <http://bibliotecadigital.planejamento.gov.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/1006/planolgbt.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 02 jul. 2021.
- SILVA, Vando Rocha da. **Representações Sociais e Lutas por Direitos**: Uma Historicização do Movimento LGBT no Brasil (1978-2019). Monografia (Licenciatura em História) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Assú, RN, 2019.

# CAPÍTULO VI

## GORDOFOBIA E GÊNERO NAS REDES SOCIAIS

DOI: 10.51859/AMPLLA.EGS297.1122-6

Ivanice Rodrigues Cabral <sup>1</sup>

### RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar os comentários gordofóbicos escritos nas fotos dos perfis de uma mulher e um homem famoso na rede na rede social *Instagram* para avaliar como o preconceito é construído contra uma mulher gorda, no nosso caso é a dançarina Thaís Carla e contra o homem gordo, o ator e cantor Tiago Abravanel, na tentativa de entendermos a pressão estética sobre a mulher que perdura por séculos dentro da história do corpo. Também podemos verificar quem comenta mais de forma preconceituosa, o homem ou a mulher. Seleccionamos quatro fotos onde os famosos mostram os seus corpos em trajes de banho na piscina ou praia, pois são nessas fotos que os gordofóbicos se mostram mais indignados. É a partir desse estudo que podemos verificar a emergência no ativismo gordo a fim de alcançar o respeito para o homem gordo e especialmente para a mulher gorda como cidadãos dentro da nossa sociedade.

**Palavras-chave:** Beleza. Corpo gordo. Gordofobia. Obesidade. Preconceito.

---

<sup>1</sup> Graduada em Educação Física Plena pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), especialização em Atividade Física para portadores de doenças crônico-degenerativas e idosos pela Universidade de Pernambuco (UPE) e mestranda em História, Cultura e Sociedade no Centro de Humanidade da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) na linha de pesquisa História Cultural das Práticas educativas.



# 1. INTRODUÇÃO

“Ela parece um barril de petróleo”, “Balofa”, “Ele é um sapo boi!”, “Você é muito nova, tenha vergonha e vai cuidar da saúde!”, “Volta pro mar baleia!”, “Que corpo horroroso!”, “Vai morrer de infarto!” Essas frases são um pequeno exemplo de mensagens que as pessoas acima do peso “ideal” recebem nas suas postagens de fotos nas redes sociais. Com a internet e o aumento do uso das redes sociais, o preconceito não tem freio e a gordofobia ganhou uma grande repercussão. Os perfis de pessoas consideradas gordas existentes no Facebook, Instagram e YouTube recebem dezenas de comentários preconceituosos, diariamente. E isso pode afetar ‘violentamente’ a vida social, a saúde mental e física dessas “vítimas do ódio”.

Pessoas que possuem o seu peso corporal fora dos padrões de corpo “ideal” propagado pela mídia, o corpo magro, ou o corpo “malhado”, saudável, passam por situações de preconceito e julgamentos na internet e em vários âmbitos da sociedade: na escola, na faculdade, no trabalho, na praça, no shopping, no cinema, no ônibus e até mesmo dentro da sua própria casa. E as mulheres acima do peso, consideradas gordas, sofrem mais ainda, inclusive/também pela cobrança antiga que perdura até os dias de hoje sobre a mulher ter que estar sempre bonita, impecável, bem vestida e com o corpo em “ordem”.

Cada mulher que sofre com esse preconceito pode reagir de um modo a isso, e a partir daí, cada decisão tomada pode levar a um ou a vários caminhos diferentes. Algumas mulheres não se aceitam como são e mergulham em dietas milagrosas, buscam fazer exercícios físicos, outras buscam procedimentos estéticos como plásticas ou lipoaspiração; outras buscam a cirurgia bariátrica; mas outras mulheres não fazem nada disso, elas não aceitam o seu corpo como ele é e passam a ter vergonha dele, deixando de sair de casa, de ter uma convivência social, de ir à praia, piscina, cinema; elas passam a se esconder dessa sociedade gordofóbica a ponto de desenvolverem depressão, e em muitos casos, chegam a pensar até em suicídio.

A forma de ver o corpo, de nomeá-lo, representá-lo ou interpretá-lo tem passado por mudanças ao longo do tempo, sejam essas mudanças biológicas, socioculturais e ambientais, gerando discussões e preconceitos sobre o “meu corpo” e o “corpo do outro”. Desta forma, se faz pertinente problematizar esses temas, de cobranças exacerbadas e preconceitos voltados para o corpo da mulher nas redes

sociais. Vamos pesquisar os comentários gordofóbicos na rede social Instagram de duas pessoas famosas: uma mulher e um homem, considerados acima de seu peso: Thaís Karla, dançarina que já trabalhou com a cantora Anitta e ganhou muita visibilidade, e o ator e cantor Tiago Abravanel.

Nosso objetivo com essa pesquisa é analisar os discursos gordofóbicos postados nas fotos desses famosos na rede social Instagram, avaliar se há diferença nos níveis e nos tipos de cobrança feitos para a mulher gorda (Thaís Karla) e para o homem gordo (Tiago Abravanel), e também, verificar se a maioria dos comentários preconceituosos vêm mais dos perfis das mulheres ou dos homens.

## 2. O CORPO GORDO NA HISTÓRIA

Nos dias atuais, a “moda” que a mídia, que a sociedade e que as empresas de produtos de beleza teimam em propagar, ininterruptamente, é a do corpo magro, sendo este julgado como perfeito, atraente, saudável. Mas nem sempre foi dessa forma. De acordo com Vigarello (2012), a gordura corporal em excesso era bem vista na Idade Média. Em meio a diversas crises de abastecimento na época (cerca de 1.300 crises) decorrentes do esgotamento da fertilidade do solo, da precariedade e lentidão no transporte dos alimentos e tendo um armazenamento inadequado, a maioria da população sofria com a fome.

O ‘gordo’, na intuição antiga, impõe-se de imediato. Ele impressiona. Seduz. Sugere uma encarnação da abundância, indica riqueza, simboliza saúde. Sinais decisivos num universo em que reina a precariedade, senão a fome (VIGARELLO, 2012, p. 19).

Esse mesmo período também foi marcado pela Peste, fazendo com que a população idealizasse um mundo de fartura, repleto de especiarias, pão branco, carne gorda, vinho e cerveja. Sendo assim, a pessoa gorda se impunha e tinha prestígio, barriga cheia era sinônimo de abundância, riqueza, poderio e saúde e a mulher acima do peso era “gorda, tenra e bela”.

Nos séculos centrais da era medieval, críticas ao excesso de gordura corporal, começaram a surgir, mesmo de forma difusa; primeiramente na igreja, no âmbito do clero e suas pregações: a contenção dos excessos, rejeição aos contornos corporais,

vício e culpa são enfatizadas nessa oratória e não por estética, mas sim pelo risco moral e o pecado da gula (VIGARELLO, 2012, p. 24).

Em seguida, veio o discurso médico com os alertas sobre os perigos da gordura. Seus textos não citavam “o gordo” mas alertavam para os excessos e sugeriam maior vigilância. Essas recomendações que antes eram dirigidas à nobreza, passaram a ganhar certa popularidade entre os mais ‘instruídos’.

O corpo também sofreu forte influência cultural da corte através de seus valores e costumes que expressavam restrições aos gordos, já remetendo a maior finura na aparência cortesã. A mulher era associada a delicadeza e fragilidade dos membros, corpo esbelto e carnudo ao mesmo tempo. Nota-se que ainda havia a mistura de finura e vigor, delicadeza e fartura, mas aumentou a pressão por uma aparência mais fina.

Na Renascença, o excesso de gordura corporal passou a ser vista como sinônimo de preguiça e lerdeza, sendo considerado um ‘atraso’ frente ao novo ritmo do mundo, e surgem também os regimes. A medicina ainda tentava entender melhor a gordura corporal, e em meio a muitas confusões entre a abundância de gordura e sangue, a atenção com o gordo aumentava, assim como os regimes, esses, sendo cada vez mais valorizados. Também surgiu a necessidade de contenção das carnes com uso de corpetes e cintas pelas mulheres, para “moldar as formas” a fim de se adequarem aos volumes já impostos na época. Assim, a “negativação do corpo gordo no imaginário social, foi ganhando espaço a partir do século XVIII, devido aos estudos e avanços da Fisiologia e Medicina associarem a gordura corporal às doenças” (VIGARELLO, 2012). Também segundo o autor:

A história do gordo está ligada a essas reviravoltas. O desenvolvimento das sociedades ocidentais promove o afinamento do corpo, a vigilância mais cerrada da silhueta, a rejeição do peso de maneira mais alarmada. O que transforma o registro da gordura, denegrindo-a, aumentando o seu descrédito e privilegiando insensivelmente a leveza. A amplitude de volume afasta-se cada vez mais do refinamento, enquanto a beleza se aproxima mais e mais do que é magro, esguio (VIGARELLO, 2012, p.10-11).

No século XVIII, o desenvolvimento do capitalismo só foi bem sucedido devido a inserção controlada dos corpos nos aparelhos de produção através da disciplinarização dos corpos a fim de aumentar e garantir a eficiência dos mesmos

no mercado de trabalho. E o discurso biomédico colaborou de forma incisiva na formação do biopoder, sendo o biológico refletindo no político.

As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois pólos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida. A instalação, durante a época clássica, desta tecnologia de duas faces – anatômica e biológica –, individualmente e especificamente, voltada para os desempenhos do corpo e encarando os processos da vida, caracteriza um poder cuja função mais elevada já não é mais matar, mas investir sobre a vida, de cima para baixo (FOUCAULT, 1977, p.131).

Os cuidados com a saúde da população na questão anatômica e biológica dentro da biopolítica agem sobre a normalização aos fatores que envolvem os cuidados com a higienização, alimentação e o controle das taxas de natalidade e mortalidade na época e refletem até hoje no discurso contra a obesidade, pois a produtividade da pessoa gorda é questionada e ele passa a ser inferiorizado, atualmente baseado principalmente na sua alimentação e sedentarismo. Esse discurso é um dos pilares que tentam justificar o preconceito até hoje.

Já na Modernidade aumenta ainda mais a relação lerdeza/improdutividade, evidenciando-se o julgamento moral dos “gordos e preguiçosos”, denegrindo e zombando das “grandes e gordas criaturas”. Durante o século XIX a evolução da medicina passou a estudar as patologias pelas suas localizações no corpo, levando a buscar através de pesquisas, a causa biológica da obesidade.

A patologização da gordura corporal se inicia quando o tecido adiposo passa a ser considerado o “foco do problema da doença”. Essa patologização do excesso de gordura se proliferou na sociedade de uma forma jamais vista nos anos 1920 e 1930, fazendo-se uma generalização das doenças relacionadas ao excesso de peso.

É o início do conceito médico moderno sobre a obesidade. A pessoa gorda passa a ser vista como doente do século XX. Junto a essas mudanças de classificação e visão do corpo gordo no âmbito da medicina, também surgem os julgamentos e preconceitos, relacionando as pessoas acima do peso como preguiçosas e incapazes, tristes e fracassadas por não conseguirem mudar seus hábitos a fim de emagrecer.

O fracasso adquire uma nova figura reforçada pela banalização do tratamento e pela ascensão do psicológico. Crescem os relatos dolorosos. Como crescem na cultura contemporânea as autoavaliações e os testemunhos sobre a experiência própria. O lugar assumido pelo magro reforça duplamente a estigmatização. O obeso não é mais apenas o gordo.

É também aquele que não consegue mudar: identidade desfeita numa época em que o trabalho sobre si mesmo e a adaptabilidade se tornam critérios obrigatórios. O que a obesidade revela é na verdade um fracasso em se transformar. (VIGARELLO, 2012, p. 300).

Para o autor, no início do século XX há uma grande mudança na silhueta e padrões de beleza corporal da mulher, juntamente a uma grande transformação social, afinal, a mulher agora ingressa no mercado de trabalho, os corpos se libertam e as formas se alongam. A publicidade nos anos 1930 traz, com a sua influência, a necessidade de se adequar aos novos padrões estéticos: vida ao ar livre, bronzado e ginástica, fazendo os músculos se tornarem visíveis e elásticos.

As revistas da época começam a destacar que a beleza feminina está numa silhueta esbelta e esportiva, com músculos sem gordura e membros finos, tornando a balança um item necessário no cotidiano da mulher, a partir inclusive do uso dos maiôs, os quais ressaltam as qualidades e defeitos corporais.

O peso corporal passa a ser então, um elemento essencial da beleza feminina. O excesso de gordura passa a ser transformado em inimigo número um da elegância e da felicidade e jamais é considerado sinal de saúde, muito pelo contrário, ela passa a ser perigosa.

A partir dessas mudanças, o corpo gordo, especialmente, o das mulheres vêm sendo recriminado pela sociedade de diversas formas e as consequências sociais e psicológicas que essas mulheres sofrem podem ser devastadoras tanto no trabalho, na vida social, na família.

As medidas corporais se tornam uma marca de encanto, elegância, sensualidade feminina, e os concursos de beleza ganham cada vez mais força, exibindo seus corpos perfeitos impondo um novo padrão de beleza. A partir da Segunda Guerra Mundial, o padrão de corpo feminino passa a receber grande influência dos cinemas americanos, novos modismos, novos produtos cosméticos, levando novas tendências a diversos lugares do planeta, tornando agora as pessoas responsáveis pelo seu corpo e por sua beleza. A aparência é um controle do próprio sujeito e da sua vontade ou “força de vontade”, onde qualquer deslize será julgado como preguiça e incompetência, se tornando um dever e uma eterna vigilância. Para Vigarello (2012, p. 127), “o corpo é uma argila que se molda à vontade da cultura física e aos cuidados da beleza”.

Assim sendo, trata-se agora de um controle rígido sobre o próprio corpo com dietas, exercícios físicos, uso de novos medicamentos e cosméticos para não ser estigmatizado diante do excesso de gordura corporal fugindo dos padrões de beleza e saúde impostos pelo corpo magro, levando a “estetização da saúde”.

Portanto, a cobrança sobre a beleza do corpo da mulher não é de hoje, vem sendo construída ao longo da história e atualmente, no século XXI, tal cobrança incessante se faz presente e com procedimentos invasivos ou não, impõem que a mulher sempre deva estar magra, esbelta, bem vestida, maquiada, cabelo e unhas perfeitas, sensual, enquanto que não se nota tanta cobrança com os homens, especialmente em relação ao corpo “barrigudo” normalizado entre eles e na sociedade.

### 3. O QUE É OBESIDADE NOS DIAS ATUAIS

Na nossa sociedade atual, o sobrepeso e a obesidade são definidos como acúmulo de gordura corporal anormal ou excessivo que pode prejudicar a saúde, segundo a Organização Mundial da Saúde. (2020).

Ainda de acordo com a OMS, as taxas de obesidade quase triplicaram desde 1975 e aumentaram quase cinco vezes em crianças e adolescentes, afetando pessoas de todas as idades de todos os grupos sociais em países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Em 2016 quase 2 bilhões de adultos, a partir dos 18 anos de idade estavam acima do peso, e destes, mais de 650 milhões eram obesos. Cerca de 13% da população mundial (11% dos homens e 15% das mulheres) eram obesos.

No Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2019), a proporção da população adulta com excesso de peso subiu de 43,3% entre 2002 e 2003 para 61,7% em 2019, representando quase dois terços dos brasileiros(as). E seguindo a mesma linha, o percentual de pessoas obesas mais que dobrou no comparativo do mesmo período, passando de 12,2% para 26,8%.

Trata-se de um dado extremamente relevante, especialmente para a comunidade médica, a qual afirma que a obesidade é um dos principais fatores de risco para várias doenças não transmissíveis (DCNT), como diabetes tipo 2, doenças cardiovasculares, hipertensão, síndrome metabólica, AVC (acidente vascular cerebral), e algumas formas de câncer.



Para a avaliação do peso corporal, o índice de massa corporal (IMC) ainda é considerado a principal ferramenta de medida e classificação do peso corporal em larga escala da população. O índice é o resultado da razão entre o peso e o quadrado da altura do indivíduo. Dentro da classificação oferecida, os índices entre 25 a 29,9 são considerados ‘sobrepeso’, de 30 a 34,9 são ‘obesidade I’, de 35 a 39,9, são ‘obesidade II’ e acima de 40 é considerado ‘obesidade III ou obesidade mórbida’.

Embora a obesidade seja classificada como doença a nível mundial (Classificação Internacional de Doenças – CID 10 – E66), considerada um problema de Saúde Pública no país, suas causas podem ser multifatoriais: fatores genéticos, metabólicos, comportamentais, sociais e culturais, bem como ao excesso de ingestão calórica e sedentarismo, alguns grupos de médicos já levantam essa discussão, sendo contra essa classificação, colocando a obesidade não como uma doença e sim como um fator de risco para as DCNT (Doenças Crônicas Não Transmissíveis).

## 4. GORDOFOBIA E NOVOS PARÂMETROS

A gordura dos corpos é uma característica que pode variar de acordo com a época e lugar em que vivemos e principalmente na sociedade ocidental moderna atual, pois ser uma pessoa gorda tornou-se um estigma a ser carregado e combatido (LUPTON, 2013, p. 47).

Esse termo surgiu primeiramente nos Estados Unidos em meados de 1969 como *fatphobia* (SYKES, 2011; CAHNMAN, 1968; ALLON, 1981) a partir de ativistas gordas(os) que questionam e passam a lutar contra a estigmatização para com pessoas gordas.

No Brasil, esse termo vem sendo utilizado por ativistas gordas há pelo menos 11 anos (Rangel, 2017, p. 28), servindo para caracterizar pessoas que têm aversão, intolerância contra pessoas gordas, resultando em preconceito e exclusão. Temos o conceito de Gordofobia de uma militante gorda brasileira:

Forma de discriminação estruturada e disseminada nos mais variados contextos socioculturais, consistindo na desvalorização, estigmatização e hostilização de pessoas gordas e seus corpos. As atitudes gordofóbicas geralmente reforçam estereótipos e impõem situações degradantes com fins segregacionistas; por isso, a gordofobia está presente não apenas nos tipos mais diretos de discriminação, mas também nos valores cotidianos das pessoas. (ARRAES, 2014, p. 16).

A autora também chama a atenção para a dificuldade em entender a gordofobia como um preconceito, já que os comportamentos intrusivos na vida da pessoa gorda se justificariam como uma preocupação com a saúde da pessoa. As pessoas acima do peso “ideal” sofrem uma vigilância constante do olhar do outro em atividades simples do cotidiano, em diversos ambientes, especialmente nos ambientes públicos que pessoas magras não tem. “Acontece que, culturalmente, quem é magro é visto inicialmente como saudável, independente de outros fatores.” (ARRAES, 2014, p. 25).

Dentro dos movimentos sociais, especialmente, o movimento feminista a partir das interpretações sociais, refletindo o machismo e o patriarcado como peças centrais da opressão feminina, passou a problematizar a discussão da pressão estética sobre o corpo da mulher, e dessa forma, influenciou na distinção sobre a opressão maior que sofrem as mulheres gordas.

A gordofobia geralmente desponta como pauta secundária incluída dentro do movimento feminista. Segundo Sonia E. Alvarez classificou seria o terceiro momento da trajetória feminista latino-americana, o definindo como “o fluxo horizontal dos discursos e práticas de feminismos plurais para os mais diversos setores paralelos na sociedade civil, e a resultante multiplicação de campos feministas.” (ALVAREZ, 2014, p. 18).

Neste momento, o movimento feminista está inserido em campos interseccionais, procurando não anular uma opressão por outra, mas cruzá-las, reconhecê-las e seguir em busca de táticas para a luta contra essas opressões de maneira diferenciada. Existe o nível de opressão de classes, e em outro nível a opressão da mulher, em outro nível a opressão da mulher negra, em outro nível a opressão da mulher gorda, e assim por diante. A relevância da luta contra a gordofobia dentro dos feminismos é recente sendo necessário a autonomização do ativismo gordo.

A ideia de interseccionalidade é validada por outros movimentos políticos, culturais e sociais como LGBTQAI+ e negro, entre outros que focam em identidades específicas, trazendo problemáticas com representatividade, protagonismo e lugar de fala, sendo entendidos como movimentos pós-modernos por tratarem das questões fragmentárias da identidade. A possibilidade de uma pessoa militar em

várias frentes diferentes para a afirmação de suas múltiplas identidades coopera para a relação baseada na intersecção entre grupos defensores dos direitos humanos.

Enquanto isso, novos parâmetros estão surgindo, como o termo “Estetização da saúde”, o qual busca definir a partir da aparência, e das condições do corpo, dentro dos padrões de beleza, como sendo definidora de um corpo saudável, livre de doenças, ocasionando assim uma “pressão social” na busca pela saúde, através das dietas, realização de exercícios físicos, procedimentos estéticos, medicamentos, cirurgias, na corrida pelo estilo de vida ‘fitness’.

E por um caminho similar à estetização da saúde, inicia-se também o processo de Patologização do Sedentarismo, dentro do discurso biomédico, para designar que as desordens ocasionadas pelo estilo de vida sedentário estão relacionadas a doenças crônicas (DCNT), entre elas está a obesidade, resultando assim em um aumento da mortalidade.

Tais processos de definições, parecem colaborar para aumentar a pressão moralizante que passa pela responsabilização e consequentemente a culpabilização das pessoas que não aderem a um estilo de vida ‘fitness’, em busca da saúde, contribuindo também para o aumento do preconceito.

## 5. MÉTODO DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada na rede social Instagram, nos perfis de duas pessoas famosas consideradas com os seus corpos totalmente “fora dos padrões de beleza” e do perfil de corpo saudável, no quesito peso corporal.

Um dos critérios para a seleção dos famosos, além de estar acima do peso, foi também o número de seguidores próximos, para que o número de curtidas, comentários e engajamentos totais fossem parecidos, para que a nossa avaliação não fosse induzida ao erro analítico pela quantidade numérica de participantes nos comentários.

As fotos escolhidas para a análise e coleta dos comentários gordofóbicos foram as fotos nas quais os famosos mostrassem os seus corpos, como por exemplo: fotos na piscina ou praia com trajes de banho, porque são nessas fotos que as pessoas “gordas” sofrem ataques preconceituosos, são julgadas e xingadas.

Partindo dessas delimitações e critérios, os perfis escolhidos foram: Thaís Carla e Tiago Abravanel. Atualmente, os dois perfis possuem números próximos de seguidores, 2,6 milhões e 2,3 milhões de seguidores respectivamente.

A dançarina e criadora de conteúdo digital, Thaís Carla ficou nacionalmente conhecida quando participou do clipe da música “Paradinha” da cantora Anitta em 2017 e também participou de alguns shows da cantora. As redes sociais refletiram como a ‘quebra de um tabu’ atingiu a mídia, os fãs e a todos que tiveram a oportunidade de assistir. Alguns admirados, outros criticando a decisão da cantora em apresentar dançarinas ‘*plus size*’ como também e principalmente críticas ao corpo das dançarinas.

Thaís é heterossexual, casada, têm duas filhas e mora no Rio de Janeiro. No seu perfil no Instagram, ela faz parte da Militância Gorda, onde defende que as pessoas gordas precisam ser respeitadas e devem viver sem vergonha do seu corpo. Ela também posta fotos e vídeos de moda *plus size*, coreografias, passeios, receitas, vida particular, entre outras coisas.

Tiago Abravanel é cantor, ator, empresário e radialista. Começou a se tornar mais famoso em 2011, quando, entre outros trabalhos, interpretou o cantor Tim Maia no musical *Tim Maia - Vale Tudo* baseado no livro de Nelson Motta, sendo muito elogiado pela crítica. Passou a ser convidado a fazer novelas e outros trabalhos.

Ele é homossexual assumido e atualmente namora um produtor visual. No seu perfil no Instagram, posta fotos e vídeos de seus trabalhos, vida artística, moda e estilo, viagens, bem como sua vida particular.

**Tabela 6.1:** Resultados

	THAÍS CARLA	TIAGO ABRAVANEL
SEGUIDORES	2,6 milhões	2,3 milhões
FOTO 1	685 comentários	706 comentários
FOTO 2	350 comentários	231 comentários
FOTO 3	588 comentários	534 comentários
FOTO 4	1.252 comentários.	980 comentários

Fonte: CABRAL, 2021.

## 6. RESULTADOS

Podemos verificar que o discurso gordofóbico atinge a homens e mulheres nas redes sociais, pois as fotos selecionadas dos dois famosos, continham comentários preconceituosos, mas a mulher, representada aqui pela dançarina Thaís Carla recebe, proporcionalmente, mais que o dobro (178% a mais) de comentários preconceituosos que o homem, que no nosso caso é representado pelo ator e cantor Tiago Abravanel. Vale salientar que os dois famosos não possuem pudor ao postar fotos mostrando o corpo.

Analisando os tipos de comentários direcionados a cada um dos famosos, nota-se entre todos os comentários gordofóbicos, os tipos bem comuns, tanto para a mulher como para o homem, são frases com muita “risada”, (onomatopeia de risada utilizada no mundo digital: kkkkkkkkkk), com um tom de deboche ou emojis (imagens que transmitem a ideia de uma palavra ou frase completa, também muito utilizada no mundo da comunicação digital): chorando de rir do corpo dos famosos, ou chorando, ou vomitando ou de alimentos, ou de vergonha.

Esses símbolos utilizados, neste contexto, têm como objetivo rebaixar a imagem corporal dos famosos, induzindo que seus corpos são inferiores, feios, engraçados no sentido de ridículos, são ‘nojentos’, por estarem fora do padrão de corpo ideal do momento.

Também são comuns comentários de comparação com animais de grande porte: baleia, elefante, sapo boi, jamanta, dragão; objetos: barril, colchão amarrado; como também, comentários preconceituosos e sarcásticos: *“Ficou magérrima nesse biquíni!”*, *“Tá no shape hein!”*; *“Que tanquinho é esse rapaz... barriga sexy... rrsrsrs”*, *“O corpo mais perfeito do mundo...kkkk”*, *“Lindíssima, parece um barril de petróleo perdido no mar...kkkkk”*, *“Tá fininho...kkk”*, *“A corda do balanço que lute...kkkk”*, *“Vai quebrar o balanço”*, *“Se entrar na piscina, a água sai toda pra fora”*, *“Modelando lindo kkkk”*.

O discurso biomédico de cuidados com a saúde do corpo também é muito utilizado como argumento válido para se destilar o repúdio em seus comentários. Para eles, isso é uma ‘preocupação’ e não cabe como um preconceito: *“Cuida da saúde, você é jovem”*, *“Tá precisando de um regime hein”*, *“Os números, as estatísticas, os perigos, os médicos alertam, meu Deus, vamos ter consciência!”*, *“Saúde!!!”*,

*“Bariátrica!”, “Que corpo horrível, vai fazer uma dieta”, “Tá precisando de um jejum urgente!”.*

A partir de meados do século XVIII, quando se iniciou na Medicina o processo de patologização da gordura corporal, a pessoa gorda passou a ser vista como inferior, por ser considerada lerda, fracassada e improdutiva dentro do cenário de crescimento do capitalismo pós Revolução Industrial.

Depois dos anos 1970, quando a classe médica começou a ver a obesidade como um grande fator de risco para diversas doenças, desencadeou uma busca frenética por exercícios físicos, especialmente pela dança aeróbica, que virou febre nos anos 1980, em busca do corpo magro, belo e livre de doenças, aumentando também o preconceito e estigmatização contra as pessoas gordas.

E desde então, a sociedade, embasada no discurso biomédico, reforça cada vez mais o preconceito, fortalecendo a premissa de que pessoas acima do peso são preguiçosas, improdutivas, inferiores, incompetentes para o mercado de trabalho, para a prática de diversos esportes, para seguir e se mostrar no mundo da moda e beleza como diversos outros aspectos.

Os comentários maldosos sobre o peso dos famosos também foram relacionados à vida pessoal. No caso do Tiago, foi encontrado um comentário homofóbico, já nas fotos pesquisadas da Thaís, nos deparamos com vários comentários negativos sobre o seu casamento com o fotógrafo Israel Reis: *“O marido só quer o dinheiro dela”, “Gigolô!”, “Ah me poupe! Com certeza ele deseja uma sarada”, “Ele é gigolô! Ela sabe que a expectativa de vida dela é curta!”*. A possibilidade de ela ser feliz e casada com alguém que a ame é colocada em dúvida devido ao seu peso, como se ninguém pudesse sentir nada positivo em relação a uma pessoa gorda.

Verificamos também outro tipo de comentário muito comum, bem mais presentes nas fotos da Thaís Carla, ou seja, no perfil da mulher, do que no perfil masculino, são pessoas julgando os comentários positivos feitos para a dançarina, como sendo comentários mentirosos, falsos, hipócritas: *“Só tem gente falsa aqui, falando que ela é maravilhosa”, “Brasil, o país da hipocrisia”, “Nossa, quanta falsidade desse povo elogiando, chega a dar nojo!”*

Conseguimos verificar também que os ataques ao corpo da mulher são mais fortes, críticos e agressivos do que os ataques feitos ao corpo do homem, sendo também mais uma evidência da cobrança histórica e machista sobre a beleza do



corpo feminino, o qual precisa estar e se manter perfeito dentro dos padrões de beleza e saúde impostos pela sociedade e mídia, frente a naturalização do corpo gordo masculino, podendo este estar fora dos padrões de beleza e saúde e não ser tão cobrado e tão julgado como o corpo feminino.

Outra questão muito relevante diante desse preconceito é: como as pessoas gordas lidam com tanto ódio, julgamento negativo e intromissão nos seus perfis sociais. Como tais pessoas vítimas desse preconceito reagem psicossocialmente no cotidiano, sendo vistos dessas formas: *“Vai se tratar cara, você tá muito obeso, pode ter um infarto!”*, *“Que horror, ou emagrece ou vai morrer de infarto”*, *“Eu acho ela um canhão!”*, *“Isso de bonito não tem nada!”*, *“Miss diabetes”*, *“Meu Deus, é a visão do inferno!!”*, *Todo mundo apoiando a pessoa se matar aos poucos no Instagram! Depois tá todo mundo batendo palmas no velório...*

Dezenas de estudos revelam as dificuldades que as pessoas gordas sofrem com a gordofobia, afetando negativamente sua vida social, sua saúde, sua autoestima, fazendo com se sintam incapazes de exercer diversos tipos de atividade, como ingressar no mercado de trabalho por exemplo. Ter um dia de lazer na praia, piscina, onde teriam que mostrar mais os seus corpos, é uma forte barreira a ser vencida para essas pessoas.

Dentro dos objetivos do nosso trabalho, verificamos que tanto homens como mulheres possuem esse preconceito e buscam as redes sociais de pessoas acima do peso para registrar as suas indignações contra o corpo gordo.

No perfil do Tiago Abravanel, a maioria dos comentários gordofóbicos foram feitos por homens, 66% do total, enquanto que no perfil da Thaís, 83% dos comentários preconceituosos foram feitos por mulheres.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro de toda pressão que os homens e principalmente, as mulheres sofrem na busca pelo corpo saudável e belo, dentro dos padrões de saúde e beleza impostos pelo discurso biomédico e pela mídia, a gordofobia se apresenta com várias vertentes, atingindo as pessoas acima do peso não só sendo atacados em seus perfis nas redes sociais, mas também no dia a dia, ao sentar num assento pequeno e apertado no cinema, no ônibus, nos aviões, restaurantes, teatros, na difícil missão de

comprar roupas do seu tamanho, nos olhares de repúdio e aversão a sua condição física, nos olhares repressores ao se alimentarem em público.

A não aceitação da sociedade, a falta de políticas públicas de inclusão dessas pessoas ao direito de ir e vir como cidadãos ativos e participativos no mercado de trabalho, no direito ao lazer, no direito de se mostrar, de viver, podem atingir tais pessoas de forma a causar diversos prejuízos a saúde, com dietas com promessas milagrosas, excesso de medicamentos para emagrecer, exercícios físicos sem orientação, processos estéticos cirúrgicos, e também, prejuízos psicossociais podendo levar a diversos distúrbios, traumas, medos, aversão a conviver com outras pessoas, se tornando antissocial e nos piores casos, levando a depressão e risco de suicídio.

Embora nossa sociedade apresenta repressão e preconceito ainda em grande número, o ativismo gordo está crescendo no país. Vários grupos problematizam, discutem e exigem respeito e seus direitos, principalmente na internet, em blogs, perfis com vídeos no *Youtube* e *Instagram*. Já é possível notar comerciais com a inclusão e atenção a pessoas gordas, marcas de roupas com moda *plus size* e desfiles direcionados a esse grupo.

Não é uma questão de se “romantizar” a obesidade, é uma necessidade de respeito a cada um poder possuir o corpo que desejar, emagrecer ou engordar no momento que quiser, e puder ser feliz da forma que achar melhor para si. Podendo viver sem receio de estar sendo julgada, ridicularizada, tendo que se esconder da sociedade como um ser “anormal”. O excesso de gordura corporal possui os seus riscos em relação ao bem estar físico, mas nem por isso, pessoas podem ser “canceladas”, estigmatizadas, rotuladas e oprimidas alterando o seu bem estar psíquico e social, negando o direito de ser quem quiser ser!

## REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, Sonia E. **Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista**. Cadernos Pagu, Campinas, n. 43, janeiro-junho de 2014. Pps. 13-56. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n43/0104-8333-cpa-43-0013.pdf> Acesso em 25 de julho de 2021.
- ARAÚJO, L., COUTINHO, M. **Discriminação baseada no peso: representações sociais de internautas sobre a gordofobia**. Psicologia em estudo, n. 23, p. 1-17.

- ARRAES, Jarid. **Gordofobia como questão política e feminista**. 2014 in: RANGEL, Natália F., A; A emergência do ativismo gordo no Brasil. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017
- CAHNMAN, Werner. **The Stygma of Obesity. Sociological Quaterly**, 1968 ALLON, Natalie. **Psychological Aspect of Obesity: a Handbook. The Stigma of Overweight in Overweight Everyday Life**. Nova York: Van Nostrand Reihold, 1981.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- Campos SS, Ferreira FR, Seixas CM, Prado SD, Carvalho MCVS, Kraemer FB. **Num relance de olhar... a estigmatização das pessoas gordas: do passado aos dias de hoje**. Revista HUPE 2015; 14(3):90-96
- GAUTÉRIO, C. R.; DA SILVA, Méri Rosane Santos. **Corpo gordo feminino: concepções de si**. In: **Anais do VII Congresso Sul Brasileiro de Ciências do Esporte-Secretarias do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul)**. 2014.
- IBGE. **Um em cada quatro adultos do país estava obeso em 2019**. Disponível em: Um em cada quatro adultos do país estava obeso em 2019; Atenção Primária foi bem avaliada | Agência de Notícias | IBGE. Acesso em 20 de julho de 2021.
- JÚNIOR, Renato Marcelo Resgala; DOS SANTOS SILVA, Marinete. **Corpos multifacetados: uma breve história do corpo**. **InterSciencePlace**, v. 15, n. 3, 2020.
- LUPTON, Deborah. **Fat. [Shortcuts Series]**. 1. ed. London: Routledge, 2013.
- FISCHLER C. **Obeso Benigno, Obeso Maligno**. In: SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de (org.). **Políticas do Corpo**. São Paulo: Libertad, 1995. p. 69-82
- RANGEL, Natália F., A; **A emergência do ativismo gordo no Brasil**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's World Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.
- RANGEL, Natália Fonseca de Abreu et al. **Redes da internet como meio educativo sobre gordofobia**. 2017.
- VIGARELLO, Georges. **As metamorfoses do gordo: história da obesidade no ocidente - da Idade Média ao século XX**. Marcus Penchel (trad.). Petrópolis: Vozes, 2012.

# CAPÍTULO VII

## CORPOS FEMININOS NAS PÁGINAS DO JORNAL A UNIÃO: A MULHER SAUDÁVEL E A SAÚDE DA FAMÍLIA

DOI: 10.51859/AMPLLA.EGS297.1122-7

Beatriz dos Santos Batista <sup>1</sup>

### RESUMO

Esse artigo apresenta uma análise de como os corpos femininos foram retratados nas propagandas no jornal paraibano *A União* no período de 1926 a 1935 do século XX. O jornal apresenta um discurso sobre a inserção das mulheres no mundo do trabalho doméstico e buscava ter o público feminino como leitor e consumidor. Seu conteúdo era baseado no enaltecimento das obras públicas realizadas pelo governo vigente, discussões públicas que espalharam a correlação de forças políticas, bem como temas dos mais diversos assuntos que, de alguma forma, engrandeciam os atos do governo nacional e local. A mulher nessas imagens era projetada como aquela que atuava em instituições educativas, sendo generosa e excelente mãe. Para tanto, nos apropriamos da *análise do discurso* aos moldes de Michel Foucault (2014) para perceber nos enunciados, as intencionalidades discursivas que visam emoldurar formas de poder. Utilizaremos as contribuições de Lélia Gonzalez (2017) quando critica que o modelo valorizado e universal de ciência é branco, analisamos isso nas próprias propagandas do jornal *A União* quando traz em suas páginas apenas a mulher branca. Segundo o diagnóstico de Beauvoir, a relação que os homens mantêm com as mulheres seria de submissão e dominação. A intelectual francesa mostra, em seu percurso filosófico sobre a categoria gênero, que a mulher não é definida em si mesma, mas em relação ao homem e através do olhar do homem.

**Palavras-chave:** Jornal A União; Corpos femininos; Propaganda; A mulher saudável.

---

<sup>1</sup> Mestranda em História pela UFCG na linha III História Cultural das práticas educativas. Atualmente é formadora de História e Geografia na Secretaria de Educação de Casinhas-PE. E-mail: beatrizsantosbatista2@gmail.com

## 1. INTRODUÇÃO

O jornal *A União* foi fundado no dia 2 de fevereiro de 1893, no governo de Álvaro Lopes Machado, e seu primeiro diretor foi o industrial e jornalista Tito Silva. *A União* é o terceiro jornal mais antigo em circulação no Brasil. É um referencial histórico que, ao longo desses anos, ficou conhecido como “a escola do jornalismo paraibano”. No passado, escreveram em suas páginas nomes como Augusto dos Anjos, Orris Soares, Gama e Melo, José Lins do Rego e José Américo de Almeida. Inúmeros jornalistas que passaram por sua redação ocuparam ou ocupam redações de outros jornais da Paraíba e do Brasil. Os primeiros redatores da *União* foram Gama e Melo (que mais tarde governou o Estado), Joaquim Moreira Lima, Ivo Magno Borges da Fonseca, José Ferreira de Novais Sênior, Diogo Velho Sobrinho, Antônio Balthar, João Machado da Silva, Dias Pinto e João Leopoldino Loureiro.

O periódico teve também a colaboração de Flávio Ferreira da Silva Maroja, médico, político e intelectual paraibano que desde o século XX escreveu para a imprensa paraibana. As contribuições de Maroja variam da poesia à crônica e textos opinativos sobre diversos assuntos, mas principalmente sobre higiene e educação sanitária, sua especialidade profissional. O jornal teve autoria também de outros médicos como Dr. Frederico Cavalcante, Dr. Oscar de Castro e Dr. João Pereira de Castro Pinto.

Em *A União* a imprensa oficial apresentava uma discussão acerca da higiene da maternidade, os artigos dos médicos, os anúncios de serviços médicos, de medicamentos, de medicina pedagógica, de relatórios da saúde pública, de decretos e de leis que acabou constituindo uma explosão discursiva a demolir velhos costumes e práticas de como se relacionar com o corpo. É importante salientar que o perfil de público que consumia esse periódico era a família burguesa.

A imprensa foi importante no começo do século XX no processo de pedagogia do corpo limpo. Assim, a imprensa, como um meio de comunicação social, também é um elemento dessa sociedade pedagógica, que ensina, propõe reflexões, problematizações, difundindo informações que são de seu interesse e nesse último sentido, agindo como produtora. Certamente é inegável que a imprensa exerce grande influência em meio a essa sociedade pedagógica, pois além de um veículo de informação, a imprensa tende a massificar discussões sobre os mais variados temas,

disseminar comportamentos, ideias e valores dentro do que se pretende afirmar como adequado para a sociedade.

Esses anúncios como campo especializado da veiculação de mercadorias e mensagens destinadas a um grupo foi sendo desenvolvida de maneira articulada com os saberes médicos, pedagógicos, assistenciais e psicológicos. Era difusora e amplificadora das mensagens da indústria e da ciência, fazendo convergir estes dois campos discursivos e técnicos em um discurso mercantil, comercializável. A mulher nessas imagens era projetada como aquela que atuava em instituições educativas, sendo generosa e excelente mãe.

Em uma conferência realizada por Pacheco Silva, sob o patrocínio da ação cívica feminina em 29 de abril de 1933, ele convoca e enaltece o lugar da mulher na sociedade: “Da vossa ação, da vossa sagacidade, da vossa ternura e ao mesmo tempo da vossa energia e da vossa autoridade, muito depende o nosso destino neste momento tão grave da vida brasileira”<sup>2</sup>.

Tendo em vista que o papel social da mulher era a reprodução, muitas políticas eugênicas concentravam-se nelas. A política nacionalista prezava pela união familiar e uma boa educação das crianças, já que estas seriam a próxima geração a administrar e formar a futura sociedade brasileira. Durante as primeiras décadas do século XX uma série de leis e estatutos foram aprovados e colocados em prática. Um deles foi assinado por Getúlio Vargas, e teria sido estruturado no ministério de Capanema. O estatuto previa que os pais tivessem preferência em investidura e acesso a todos os cargos e funções públicas, na competição com os solteiros ou casados sem filhos, exceto em cargos de responsabilidade. Mais ainda, o artigo 14 previa que: “O Estado adotara medidas que possibilitem a progressiva restrição da admissão de mulheres nos empregos públicos privados. Não poderão as mulheres ser admitidas senão aos empregos próprios da natureza feminina, e dentro dos estritos limites da conveniência familiar”.<sup>3</sup>

Geralmente as publicidades referentes à saúde da família eram compostas pela figura da mãe. Qualquer tipo de desvio de comportamento fosse dos maridos ou dos filhos, era porque a mulher se distraiu, se ainda não casou, falta-lhe algo.

---

<sup>2</sup> Pacheco e Silva. A C. A mulher paulista no atual momento brasileiro. Oficinas gráficas do hospital de Juquerí. São Paulo 1933.

<sup>3</sup> Schwartzman S. & Bomeny H M B & Costa V M R. Tempos de Capanema. Paz e Terra. São Paulo, 2000.



A mulher burguesa do século XX deveria ser o exemplo, começando principalmente dentro de casa. Esperava-se bastante dessa figura idealizada e a responsabilidade pelos erros e acertos eram entregues em suas mãos. O corpo deveria ser resguardado para não despertar os excessos da sexualidade masculina. A casa limpa manteria a família saudável, a atenção, cuidados e educação fariam dos filhos adultos saudáveis e brasileiros exemplares. (BATISTA, 2019, p.31).

No entanto, vale salientar que as mulheres negras não eram representadas nas propagandas, pensando a população negra da independência até os dias atuais Lélia González (2008, p. 29-32) constata que toda uma prática política e social direcionada para a questão nacional excluiu os negros de seus projetos de construção da nação brasileira. Além do que o desenvolvimento econômico brasileiro teve por modelo uma modernização excludente e conservadora, deixando a população negra na condição de “massa marginal”.

A imposição de uma boa aparência agregada a recusa do negro está relacionada à ideia da política de branqueamento, que idealizou o branco como um padrão de beleza. Essa ideologia contribuiu para manipulação de uma representação negativa sobre o negro e a padronização do poder branco. A questão da boa aparência está relacionada a limpeza, higiene, onde para os padrões direcionados aos negros lhe é negada essa apresentação, desta forma “[...] a acusação de sujeira física, moral e da “alma” tem sido historicamente imputada ao corpo do negro e da negra em nossa sociedade.” (GOMES, 2006, p. 140).

Dessa forma, a mulher seria retratada no jornal *A União* como a responsável pelo cuidado de seu filho, de seu marido e de sua casa.

## 2. QUAL É O GRANDE DEVER DA MULHER?

Segundo o diagnóstico de Beauvoir, a relação que os homens *mantêm* com as mulheres seria esta: da submissão e dominação, pois estavam enredadas na má-fé dos homens que as vêem e as querem como um objeto. A intelectual francesa mostra, em seu percurso filosófico sobre a categoria de gênero, que a mulher não é definida em si mesma, mas em relação ao homem e através do olhar do homem. Olhar este que a confina num papel de submissão que comporta significações hierarquizadas. (RIBEIRO, 2017, p.22)

Para a filósofa Simone de Beauvoir, a mulher foi constituída como o Outro, pois é vista como um objeto. De forma simples, seria pensar na mulher como algo que possui uma função. Esse olhar masculino, segundo a pensadora, coloca a mulher nesse lugar, impedindo-a de ser um “para si”. E isso também se dá porque o mundo não é apresentado para as mulheres com todas as possibilidades, sua situação lhe impõe esse lugar de Outro.

As imagens oferecem evidência particularmente valiosa dos tipos de trabalho que se esperava que as mulheres realizassem, muitas delas na economia informal que escapa frequentemente à documentação oficial. O importante papel da mulher como mãe instituía uma educação mais adequada para a sua família, sendo a fada zeladora da saúde, do bem-estar e da felicidade do lar. A missão materna era proteger seus filhos e esposo. “A valorização do papel materno difundido pelo saber médico procurava semear nas mulheres que, o amor materno é um sentimento inato, puro e sagrado [...]” (RAGO, 1985, p.79).

O discurso apresentado no jornal *A União* é de uma maternidade comprometida com a construção de uma prole nacional forte e saudável. Os escritos publicados valorizam a mulher sem vaidade, do lar, propagando a vocação natural de ser mãe. Com o pensamento de que a maternidade seria a sua missão, sua realização de vida não era outra, senão a procriação.

Através dos discursos que tornavam politizada a função maternal e complexificavam sua prática, alicerçando-a ao saber racional da medicina higiênica. Não tinham uma vida pública e apenas se preocupavam com filhos e com seu casamento. Essa entrega como resultado, uma prole adulta responsável e vigorosa. (ROCHA, 2016, p. 79).

**Figura 7.1:** De valiosa ajuda para as mães



**Fonte:** Jornal A União- Domingo, 13 de setembro de 1931, p. 03.

Ao analisar a imagem e o contexto é possível perceber que a colocação de uma criança ao colo da mãe não é em vão, visto que as preocupações que aparecem desde o século XIX e atravessam o século XX em relação à saúde das populações tomam a criança como fator primordial deste cuidado com a saúde, já que esta representa o futuro da nação. Na imagem é possível identificar a preocupação que a mulher teria que ter com sua saúde para que pudesse cuidar de seu filho, o que nos remete a afirmar é na descrição da imagem: “Ajuda a restituir as forças que a mãe tem de compartilhar com o filho, e contribui também para que este se desenvolva melhor”. Portanto, a mãe era a principal encarregada do cuidado destas crianças, como nos mostra Rago:

Se, até o final do século XVIII, a medicina não se interessava particularmente pela infância nem pelas mulheres, o século XIX assiste à ascensão da figura do “reizinho da família” e da “rainha do lar”, cercado pelas lentes dos especialistas deslumbrados diante do desconhecido universo infantil e do território inexplorado da sexualidade feminina. (RAGO, 2014, p. 156-157).

Segundo a autora, tanto as crianças quanto as mulheres vão ser os alvos principais do saber médico para melhorar a saúde das populações. A maternidade é significativa na vida de uma mulher. O acesso ao mercado de trabalho para as mulheres restringia-se a atividades relacionadas às prendas domésticas e ao magistério. Atividades que se aproximasse mais do perfil da mulher e das atribuições tidas como “inerentes” e naturais, como cuidar, acompanhar, educar, fazer trabalhos manuais. Na verdade, o que toda família almejava para suas filhas era um bom casamento.

Os textos colocados para seus leitores no *jornal* realçam seu caráter científico e moderno possibilitando um espaço de diálogos com as consumidoras, reforçando a identidade da mãe com o vínculo do progresso para contribuir com a saúde do filho, ao consumir o produto indicado. Percebemos que o discurso deste anúncio estabeleceu relação direta com a política eugênica voltadas para as crianças, idealizadas como o “futuro da nação”, quando direciona a linguagem escrita, de que os cuidados da mãe são para fortificar “a saúde do filhinho”. Identificamos nestes discursos a prática da governamentalidade exercida sobre a mãe para alcançar o bebê, já que ele ainda não era independente.

Dessa maneira, os pensamentos civilizatórios a maternidade e seus cuidados a vida intrauterina, como a fase da vida mais complicada que a criança atravessava; estava sujeito a traumatismos, deformidades, a falta de higiene que poderia acarretar várias irregularidades no desenvolvimento orgânico. Precisava-se de uma mulher informada, com conhecimentos técnicos, orientada sobre a formação e os cuidados com o bebê desde a gestação.

A ideia de maternidade como uma prática científica, colocava as mulheres como partícipes imprescindíveis na construção da nação moderna. Foi necessário o saber médico adentrar nos lares, ficar próximo da mulher, da mãe, difundindo os conhecimentos pensados como masculinos sobre administração, finanças e medicina higiênica, dentro e fora do “lar”, e assim contribuíram para a racionalização da maternidade pela educação e seu potencial civilizatório:

Em um anúncio do jornal *A União* encontramos o seguinte: “Robustez para mãe e filho. Para que a amamentação aproveite ao bebê, a mãe deve cuidar em não perder suas forças. Deve alimentá-las com as valiosas vitaminas fortificantes da *Emulsão de Scoot* do mais puro óleo de fígado de bacalhau da Noruega. Assim, a

amamentação será rica, proveitosa e seu filho crescerá formoso e com robustez para resistir às indisposições do primeiro anno, o mais perigoso". (Jornal A União, 20 de outubro de 1932, p.3).

Mães educadas por excelência teriam filhos vigorosos e sadios, nota-se a preocupação com a amamentação na qual a mãe teria que ter cuidado em não perder suas forças e para que não perdesse era importante tomar a Emulsão de Scott, visto que a amamentação era o principal alimento para a criança crescer sadia, certamente a proposta dos médicos era de que as mulheres deveriam oferecer aos seus filhos uma alimentação o mais natural possível.

Esse modelo apresentado pelo *jornal* de uma esposa-dona-de-casa-mãe-de-família, é uma preocupação especial com a infância, percebida como riqueza em potencial da nação, constituíram as peças mestras deste jogo de agenciamento das relações intrafamiliares. À mulher cabia, agora, atentar para os mínimos detalhes da vida cotidiana de cada um dos membros da família, vigiar seus horários, estar a par de todos os pequenos fatos do dia-a-dia, prevenir a emergência de qualquer sinal da doença ou do desvio. A criança passou a ser considerada como ser especial, que requer todos os cuidados dos médicos, novos aliados da mãe, não obstante sua ampla utilização nas camadas pobres da população. (RAGO, 1985, p.62).

É importante ressaltar que a preocupação com sua educação visa prepará-la não para a vida profissional, mas sim para exercer sua função essencial: a carreira doméstica. Os conhecimentos que adquirisse deveriam, portanto, auxiliar a dissipar os antigos preconceitos que povoavam sua mente fraca e torná-la uma companhia mais agradável e interessante ao homem. Todo o homem deleita-se em que a sua esposa seja forte, robusta e carinhosa e somente uma abundante saúde pode dar esta qualidade. Se essa saúde falta, os medicamentos são a fonte de robustez para os debilitados.



Figura 7.2: A mocidade de hoje



Fonte: Jornal A união, Sábado, 6 de fevereiro de 1929, p.3

De acordo com a imagem fica nítida a preocupação com o corpo da mulher desde a sua mocidade para que estivesse sadio para o futuro, observamos a menina transparecendo ter um corpo forte e saudável isso porque toma o medicamento Emulsão de Scott. Notamos uma menina praticando natação, uma forma de praticar atividade física “na idade de seu desenvolvimento era porque as meninas conseguiriam mais saúde e beleza participando dos exercícios ao ar livre”. Meninas acanhadas ou delicadas, sem o desejo natural por semelhante atividade, devem receber um estímulo para tais exercícios, como o uso de um produto medicinal tonificante, que com a Emulsão de Scott, lhes ajude a criar sangue rico, vivacidade, robustez e formas perfeitas. No entanto, cuidar desse corpo na mocidade permitiria serem futuras mães sadias.



**Figura 7.3:** Gynosédol



**Fonte:** Jornal A União - Sábado, 15 de janeiro de 1927, p.5

O útero, segundo a medicina dos séculos XIX e XX, seria um possível causador de grandes males no funcionamento do corpo. Diante de tamanha fragilidade, o corpo feminino seria um dos principais alvos da medicina no século XIX e início do século XX. Dessa forma, outro aspecto que notamos nas propagandas é a temática das “doenças” causadas pelo sistema reprodutor feminino. É uma constante nos jornais a presença de produtos destinados a curar os “encommodos” das mulheres. O poder do discurso médico tornou os eventos biológicos femininos em doenças e contribuiu para a ideologia das diferenças sexuais de gênero. Este discurso teve como consequência, uma medicalização do corpo feminino, tendo como principal órgão o útero, que trata a “gravidez e a menopausa como doença”, transformando a menstruação em distúrbio crônico. Ter saúde, ter felicidade era ter útero e ovários saudáveis. Conforme o anúncio, o medicamento agia na cura das dores do útero e nos ovários, suspensão brusca das regras, debilidade uterina, regras demasiadas, regras escassas, afecções histéricas, entre outros sintomas.

Assegurar-lhes bem-estar com um desenvolvimento normal para que estejam aptas a cumprir a missão de esposas e mães sem prejuízo de sua saúde e

isso era possível com o medicamento Emulsão de Scott. Destinada pela natureza a gerar a vida, a mulher foi eleita, pelo discurso médico, uma aliada na educação higiênica dos futuros cidadãos, sendo revestida de responsabilidades morais e sociais para com ela e com a família (marido e filhos). A medicalização da família e a normatização da sociedade dependiam fundamentalmente dela, que se tornou figura central na investida do saber médico, uma vez que era responsável pela geração e socialização primária das crianças. Ela não poderia cumprir seu papel se sua saúde não estivesse perfeita.

A representação da mulher na propaganda remete ao papel tradicional da mulher, como mãe, esposa e dona de casa. Os jornais e as propagandas enfatizavam, em sua maioria, a defesa da família brasileira, ou seja, um determinado tipo de família proposto como modelo, caracterizando a tentativa de perpetuar uma forma específica de dominação de relações, papéis e representações sociais. As propagandas de medicamentos no jornal *A União* destinadas à mulher, explora o desejo e o sentimento de felicidade e utiliza do recurso da analogia para comparar os filhos e o esposo ao jardim que ela possui dentro de casa. Porém, sem saúde, a mulher não conseguiria cuidar do seu precioso jardim que necessita de sua atenção para ser regado, podado, cultivado. Entende-se assim que a mulher doente acabaria por colocar a saúde de sua família em risco.

A educação feminina tornou-se ponto-chave para a medicina, pois através dela se pretendia o aperfeiçoamento físico e moral da mulher, da mãe e das futuras gerações do país. A “nova mulher”, submetida à tutela médica, além de se constituir como agente familiar da higiene moral tornava-se o estandarte da moral da sociedade. Dessa forma as normas médicas deveriam ser transmitidas pelas mães as filhas. Existia uma preocupação intensa com as mulheres que transgrediram o modelo de esposa-mãe. Criticavam-se aquelas que não cuidavam bem do filho seja porque seriam mulheres da má índole, negligentes e egoístas, mais preocupadas com os prazeres da vida mundana, em nome do trabalho ou de uma atividade produtiva intelectual.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se no jornal *A União* que o discurso mostra que o lugar da mulher é em casa, no espaço privado. As propagandas destacam as doenças típicas femininas

que tornam a vida da mulher um martírio, atrapalhando o cumprimento de seu papel de produzir bons e saudáveis cidadãos para a Pátria. Dessa forma, a saúde deveria ser restituída no menor tempo possível, usando métodos menos invasivos e perigosos que as cirurgias. Os medicamentos atentos às necessidades de seus consumidores (as) ofereciam o alívio e a cura dos males, usando de uma estratégia constantemente utilizada nas propagandas do período: o depoimento de pessoas que foram curadas com o medicamento ou o aval do especialista que assinava e garantia e a eficácia do produto.

A cooperação da mulher com o futuro tornou-se uma retórica nacionalista, preocupada com o desenvolvimento e com o progresso. Sustentavam a concepção embasada em dupla estratégica-proteção e assistência do Estado ou filantrópica para as mães pobres e difusão da puericultura para as mães das classes média e alta urbanas. Ser mulher significava atender a sua natureza feminina no que se referia a de ser mãe zelosa e boa esposa e assim cumprir sua missão social de formadora e educadora dos futuros cidadãos fortes, sadios e produtivos. Ela também deveria cuidar da sua saúde frágil, o “lado negro” da natureza feminina, que a debilitava e a incapacitava para as atividades físicas, psíquicas e intelectuais. Para isso, contava com as descobertas da ciência e a ajuda dos especialistas em problemas femininos.

Para Margareth Rago, independente da classe social, a “mulher-mãe” passa a desempenhar um papel fundamental na família. Porém, percebemos que as mulheres negras não eram retratadas nessas propagandas. De acordo com Lélia Gonzalez (1984) o modelo valorizado e universal da ciência é branco. Essa reflexão da autora nos dá uma pista sobre quem pode falar ou não, quais vozes são legitimadas e quais não são.

No começo do século XX, apesar de o campo médico paraibano ainda se encontrar pouco institucionalizado, os esculápios locais vão adquirindo mais prestígio e legitimidade como “reformadores sociais” à medida que a doença vai sendo construída como problema social e a saúde passa a ser pensada como um elemento “imprescindível” ao bem-estar coletivo e ao “desenvolvimento” das sociedades. Nesse momento histórico, os conselhos médicos estampam cada vez mais as páginas da imprensa paraibana. Pelo menos na aparência da retórica política, as autoridades locais passam a ouvi-los bem mais – mesmo que na prática

a saúde pública paraibana continuasse caminhando a passos bem lentos. (BATISTA, 2019, p.47).

É certo que a divulgação do saber médico por meio da imprensa ou de palestras realizadas em espaços públicos como teatros, fábricas e escolas, “fazia parte de um projeto médico sanitário que não obteve êxito”, pois “as informações contendo os princípios higiênicos não atingiam a grande massa” (SOARES JÚNIOR, 2014, p.86). Porém, mesmo não conseguindo “medicalizar” o conjunto da sociedade paraibana, essa maior inserção do saber médico nos espaços públicos constitui um passo importante para torná-lo mais aceito, mais legítimo, mais autorizado socialmente, mesmo que no princípio este reconhecimento social tenha ficado restrito a certos grupos sociais, especialmente os grupos dirigentes e as elites locais. (SANTOS, 2018, p.16).

Nas propagandas do jornal *A União* aparecia muito o medicamento Emulsão Scott, no entanto a Emulsão Scott é indicada para prevenção e tratamento das doenças resultantes da carência de vitaminas A e D. O extraordinário sucesso da fórmula Emulsão de Scott pode ser atribuído, entre outras razões, pelas massivas propagandas que se faziam do produto, as quais, conforme se pode perceber nas propagandas, exageravam em demasia em seus efeitos e benefícios. Aqui no Brasil, a Emulsão de Scott passou a ser comercializada já nos primórdios do século XX, atingindo sua máxima popularidade nos anos 20, sendo usada ainda hoje por uma parcela da população. Por esse prisma, também ganharam evidência os discursos dos médicos que atestaram que ter saúde era estar robusto e essa condição era pensada para a mulher, desde a tenra idade. Como medicamento concentrado, a Emulsão deixava transparecer seu, potencial para todos os males, reafirmando sua identidade, o que lhe conferia qualidade, fazendo uso do caráter científico, atribuindo à ciência médica a sua “eficácia”. Colocando a saúde sob a responsabilidade do consumidor, só não a preservava quem não queria. Ou seja, não havia espaço de escolha, para garantir a saúde era necessário fazer uso do medicamento indicado.

Portanto, a mulher se torna a vigilante, atenta e soberana no seu espaço de atuação, responsável pela saúde dos filhos, do marido e pela higiene do lar num momento em que cresce a obsessão contra os micróbios, a poeira, o lixo e tudo que facilita a propagação das doenças contagiosas. A saúde feminina estava ligada, de

acordo com essas propagandas, com a higiene doméstica e a saúde da família, pois elas são mostradas como únicas responsáveis por cuidar dos filhos. No entanto, pelas propagandas percebemos que mulher saudável é sinal de lar feliz e família apta para ajudar o Brasil a se desenvolver.

## REFERÊNCIAS

- GOMES, Nilma Lino. Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- BATISTA, Beatriz dos Santos. A saúde lida e consumida no Jornal A União: a medicalização da criança e da mulher para tornar o corpo robusto e saudável (Paraíba, 1926 a 1935). Campina Grande- PB. 2019, p.97.
- BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo: a experiência vivida. Tradução de Sérgio Millet. 4. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1980a.
- FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- JORNAL A UNIÃO, ESPERANÇA – PB. Edições de 1926 a 1935. Arquivo da Biblioteca Dr. Silvino Olavo.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984. Disponível em: <<https://goo.gl/VFdjdq>>. Acesso em: 25 set.
- RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala?. Belo Horizonte: Letramento, 2017. 112 p. (Feminismos Plurais)
- RAGO, Margareth, Do cabaré ao lar: a utopia da Cidade disciplinar: Brasil 1890-1930. São Paulo, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

# CAPÍTULO VIII

## REPRESENTAÇÕES DO FEMININO NA REVISTA ERA NOVA

DOI: 10.51859/AMPLLA.EGS297.1122-8

Marília Cristina de Queiroz <sup>1</sup>

### RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar as representações do feminino por meio do periódico Era Nova (1921-1926) publicado na Paraíba do Norte, a partir do estudo de fontes imagéticas e de artigos de opinião, os quais reúnem nas suas nuances informações a respeito da vida dessas mulheres no início do século XX. É evidenciado nesse estudo a linha tênue presente nos discursos textuais e imagéticos da Era Nova, de um lado, era instrumento de divulgação da modernização, apresentando em suas páginas um ideal de progresso e inovações, estruturado pelos símbolos da modernidade, mas por outro lado, continuava reafirmando em seus discursos/publicações comportamentos e costumes tradicionais. Os periódicos atuavam como veículos de divulgação de comportamentos, valores e de ideias, desse modo, aqueles defensores da tradição paraibana usavam-no para criticar a modernidade, que estava criando um novo perfil de mulher nessa sociedade, uma mulher considerada perigosa, que com seus novos comportamentos ameaçava as estruturas familiares e sociais, condenando aquelas mulheres que não se contentavam com as liberdades que já desfrutavam, e enaltecendo aquelas que a modernidade não seduzirá por completo e que continuava perpetuando a moral.

**Palavras-chave:** Representações. Fotografias. Mulheres. Comportamentos.

---

<sup>1</sup> Aluna do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande, na linha de pesquisa "História das Práticas Educativas". Graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Email: mariliacristina\_2010@hotmail.com



# 1. INTRODUÇÃO

Abrir as páginas da revista ilustrada *Era Nova* é revisitar os lugares do passado, é uma viagem ao passado da sociedade paraibana. “Através da análise de determinado jornal ou revista de qualquer época podemos ter uma ideia geral de como se comporta uma sociedade naquele período. Neles estão presentes seus costumes, sua ideologia, seus hábitos, forma de vida e costumes” (VALÉRIO; TEIXEIRA, 2008).

Impressa na década de vinte, os leitores saboreavam as matérias publicadas na *Era Nova*, principalmente, as belas fotografias que mostravam os símbolos da modernidade, as reformulações acerca dos costumes e comportamentos da sociedade e as reformas urbanas que ocorriam na Parahyba do Norte endossados pelo discurso do progresso. Partindo da análise dessa revista, este artigo visa às representações do feminino nessa sociedade, a partir dos discursos textuais e imagéticos publicados na *Era Nova*, tendo como recorte cronológico o período de 1921 a 1926.

Nesse contexto de mudanças os periódicos tornaram-se um importante meio de propagação de como se vestir e o que consumir, para ser considerado moderno, moldando assim uma “nova sociedade e um novo perfil de mulher”. Redigida a partir dos códigos de elegância franceses advindos da Belle Époque sob a égide do mito da modernidade. Mas do que isso os periódicos funcionavam como educadores da sociedade disseminando valores e hábitos a serem seguidos, moldando os sujeitos a partir dos seus próprios códigos de sociabilidade. Frente ao processo de modernização que paulatinamente adentrava na esfera pública e privada da sociedade, as mulheres passaram a ser alvo de críticas na *Era Nova* por estarem seguindo as tendências da moda, rompendo a hierarquização vigente.

De acordo com Lapuente (2015), os periódicos, os jornais e as fotografias não representam “o espelho da realidade”, inserido em seu próprio tempo, os mesmos são frutos de construções sociais, políticas e culturais entrelaçados em um jogo de interesses da sociedade, ora convergentes, ora conflitantes, que muitas vezes de modo sutis impõe suas ideologias aos seus leitores, demandando aos historiadores uma análise crítica a esses documentos escritos e imagéticos. “O documento não é inócuo. É antes de mais nada uma montagem, consciente ou

inconsciente, da história, da época e da sociedade que o produziram”. (LE GOFF, 1996, p.548).

Este estudo será pensado na perspectiva da História Cultural “A História Cultural se torna uma representação que resgata representações, que se incumbe de construir uma representação sobre o já representado”. (PESAVENTO, 2005, p.43). As representações são portadoras do simbólico, levam sentidos implícitos que são construídos historicamente, falam mais do que enunciam, compreendê-las é um processo complexo, sendo necessário tecer questionamentos sob o enfoque de novos olhares, as quais o historiador precisa estar munido dos códigos de interpretação, para conseguir ler as representações de um outro tempo, sem cair nas armadilhas discursivas que perpassa o documento.

## 2. REVISITANDO O PASSADO PELAS FOTOGRAFIAS

A foto é passado. Além das capacidades literárias e narrativa da fotografia, a foto afirma algo que, ao ser passado, constitui uma prova verdadeira da realidade. (...) a fotografia está do outro lado. Não há movimentos. A foto é “silêncio e mobilidade”. O tempo da foto é passado. Registro do que já não é. A relação da fotografia com o objeto representado passa por essa circunstância, e se o registro fotográfico muda para um meio dinâmico, produz-se um vídeo. Se a foto for mantida, privilegia-se a representação do tempo que não mais voltará. Desse modo, a foto é tempo que já existiu (ARMANDO SILVA, 2008, p. 98-99).

Desde os primórdios de seu surgimento no século XIX até os dias de hoje, a fotografia vem acompanhando a contemporaneidade das sociedades, registrando suas histórias por meio de uma linguagem imagética para posterioridade. A Fotografia é memória, fonte inesgotável de informações e emoções. Seja como meio de lembranças e documentação da célula familiar, seja como elemento de informação e divulgação dos acontecimentos pelo mundo, ou mesmo enquanto objeto de pesquisas científicas, a fotografia tem feito parte da experiência humana no tempo.

A sociedade do século XIX se viu inserida em um universo de magia com a invenção da máquina Kodak<sup>2</sup> que através dos seus cliques conseguia capturar as

---

<sup>2</sup> De acordo com Beaumont Newhall (2002), os primeiros modelos de câmera Kodak fundada pelo americano George Eastman surgiram em 1888, de fácil manuseio essa câmera resumia o ato de fotografar em três passos: (1) puxe a corda; (2) vire a chave; (3) aperte o botão. Possuindo um rolo filmico que permitia fotografar 100 imagens.

imagens desejadas, congelando-as no tempo para a posterioridade. O retrato fotográfico tornava-se uma necessidade do ponto de vista psicológico, a sociedade perceberá uma possibilidade de perpetuação de sua própria imagem. Segundo Kossoy (2001) “Por que não “congelar” sua imagem de forma nobre? Por que não representar através da aparência exterior – que é, na realidade, matéria-prima para o registro fotográfico – o personagem que ele nunca havia sido e nunca seria?”.

A fotografia era compreendida como uma espécie de espelho, o qual aquele registro apresentava uma prova irrefutável sobre a sociedade e seus acontecimentos ali documentados. Nada precisaria ser dito, afinal como diz o ditado “uma imagem fala mais que mil palavras”. Mas, será que as imagens refletem uma cópia fiel da história ali posta? Segundo Boris Kossoy (2001), toda fotografia tem atrás de si uma história, um discurso ocultado por aqueles que a solicitaram e desenvolveram tal registro. Pois, todo o processo de produção da fotografia, desde sua apropriação e utilização é permeado por elementos ideológicos e de manipulações no qual está relacionado com a visão de mundo, a cultura e os códigos de sociabilidade de cada um dos sujeitos envolvidos. De forma que a imagem faz parte do pensamento, da cultura e da história vivenciada pela humanidade.

A fotografia apresenta múltiplas significações, e é para o historiador, uma possibilidade de descoberta e interpretação da vida histórica. Com a reformulação acerca da concepção de documento e fonte histórica, a partir da *Escola dos Annales*<sup>3</sup>, na França, a história passou a incluir como fonte histórica todo e qualquer rastro que ligasse o homem ao passado. De caráter inovador e impactante, o movimento historiográfico dos Annales coloca em questionamento principalmente a forma como a história era concebida pelos positivistas os quais a consideravam um processo contínuo, linear, inteligível e os únicos vestígios históricos aceitos eram as fontes escritas e oficiais.

---

<sup>3</sup> Segundo Burke (1992) A chamada Escola dos Annales é um movimento historiográfico do século XX dividido em três fases. Em sua primeira fase, de 1920 a 1945, caracterizou-se por ser pequeno, radical e subversivo, conduzindo uma guerra de guerrilhas contra a história tradicional, a história política e a história dos eventos. Essa segunda fase do movimento, que mais se aproxima verdadeiramente de uma “escola”, com conceitos diferentes (particularmente estrutura e conjuntura) e novos métodos (especialmente a “história serial” das mudanças na longa duração), foi dominada pela presença de Fernand Braudel. Por último, sua terceira fase se inicia por volta de 1968. É profundamente marcada pela fragmentação pela História em Migalhas.

Os questionamentos sobre o uso restrito e exclusivo de fontes escritas conduziu a investigação histórica a levar em consideração o uso de outras fontes documentais, aperfeiçoamento das várias formas de registros produzidos. A comunicação entre os homens, além de escrita, é oral, gestual, figurada, música e rítmica. (CERRI; FERREIRA, 2007, p. 72).

Com essa reestruturação da noção de documento, as fontes orais, cinematográficas, fotográficas, pictográficas, iconográficas e periódicas tornaram-se um terreno fértil para as pesquisas os pesquisadores “possibilitando ao historiador acompanhar o percurso dos homens através dos tempos” (CAPELATO, 1988, p.13). O presente artigo incursiona sobre o nostálgico campo das fontes periódicas e imagéticas para compreender a construção social da mulher na Paraíba, década de 1920, ancorada na perspectiva da História Cultural.

Tais marcas de historicidade - imagens, palavras, textos, sons, práticas - seriam o que talvez seja possível nomear como evidências do sensível. Mas, para encontrá-las, é preciso uma re-educação do olhar. O olhar-detetive do historiador da cultura interpretará tais sinais, estabelecendo nexos e relações para tentar chegar ao tal mundo do passado onde os homens, falavam, amavam e morriam por outras razões e sentimentos. (PESAVANTO, 2007, p.27)

As fotografias são indiscutivelmente um testemunho válido, nos informa sobre o mundo e a vida, é também um recorte do passado. Entretanto as fontes imagéticas atuam enquanto campo de discursos, imbricados com os desejos particulares ou coletivos dos indivíduos, que buscam legitimar através dos registros fotográficos os seus interesses ideológicos.

Cabe considerar, primeiramente, que manipulações e interpretações de diferentes naturezas ocorrem ao longo da vida de uma fotografia, desde o momento em que ela foi materializada iconograficamente. As manipulações/interpretações [...] envolvem o fotógrafo, que registra - e cria- o tema; o cliente ou contratante, que lhe confia a missão de retratar ou documentar; a casa publicadora - (se é que a imagem foi veiculada, seja na época de sua produção, seja posteriormente em qualquer outra época), que utiliza segundo determinada orientação editorial; os diferentes receptores (contemporâneos à sua produção, ou que tomaram contato com ela posteriormente à sua realização), que a vêem - seja em sua forma original, seja impressa - e reagem de formas totalmente diversas - emocionalmente ou indiferentemente - na medida em que tenham ou não alguma espécie de vínculo com o assunto registrado, na medida em que reconheçam ou não aquilo que vêem (em função do repertório cultural de cada um) na medida em que encarem com ou sem preconceitos o que vêem (em função de suas posturas ideológicas de cada um). (KOSSOY, 2001, p.72).

As fotografias se encontram entrelaçadas em um campo de saberes e de relações de poderes, a imagem ali registrada mostra apenas um recorte, uma visão sobre a realidade passada. É necessário que o historiador recupere as particularidades daquele momento histórico retratado, o que não está visível. Segundo Ana Mauad (2005), as fotografias estavam sobrepostas em função de diferentes agentes normatizadores como: a família, o Estado, a Imprensa e a Igreja que, determinavam e estruturavam quais os comportamentos e as representações sociais deveriam estar explícitas nas imagens, construindo sujeitos e filtros culturais. Veremos ao decorrer da pesquisa que as fotografias das mulheres paraibanas do início do século XX estavam inseridas em uma teia de códigos sociais, os quais definiam como deveriam se portar para fotografias.

“A tomada de uma fotografia consistia em um processo ritualístico tanto para o profissional como para o fotografado, o retrato exigia todo um ritual de preparação: escolha do vestuário, acessórios, a pose e o cenário”. (LIRA, 1997. p.102). Os registros fotográficos florescem de um desejo, uma necessidade e uma intenção, impressas nos álbuns de família, nos jornais, nas revistas, aqui aprofundada mediante o periódico *Era Nova*, nos porta-retratos e nos cartões postais essas imagens trazem consigo uma linguagem não-verbal, um discurso velado.

Quando buscamos entender o papel da imagem fotográfica na formação humana, é necessário fazer a decodificação das informações encobertas, a busca das relações e dos discursos<sup>4</sup> implícitos. Sabendo da rede de significações, ou seja, os códigos sociabilidade e as representações comportamentais que estão presentes nas imagens, os historiadores adquirem um caráter detetivesco que com seu olhar austero buscam nas imagens pistas imperceptíveis para a maioria das pessoas fundamentados no paradigma indiciário<sup>5</sup> e nos métodos da pesquisa histórica para reconstruir um passado desvinculado do fetichismo dos documentos.

---

<sup>4</sup> De acordo com Foucault (2004) a construção de discursos tem a finalidade de regular certas verdades em detrimento de outras, construindo outras falas de acordo com os desejos particulares ou coletivos dos indivíduos, que buscam legitimar através das fotografias os seus interesses sociais, políticos, culturais e ideológicos.

<sup>5</sup> O paradigma indiciário apresentado por Ginzburg (1989) reflete em torno de três estudiosos Giovanni Morelli com os (signos pictóricos), Sherlock Holmes (indícios) e pelo psiquiatra Sigmund Freud com (pistas e sintomas). Segundo Ginzburg esse modelo epistemológico está voltado para as análises qualitativas, cuja raízes estariam na história de algumas práticas humanas: caça e de adivinhação. Onde o homem aprendeu “a farejar, registrar, interpretar e classificar” as pistas.



As fotografias são assim um duplo testemunho por aquilo que ela nos mostra da cena passada, ali congelada, fragmentada, e por aquilo que nos informa acerca do seu processo de construção. Jamais se poderão decodificar as informações implícitas, se não houver um mergulho naquele momento histórico do registro, tomada do registro, as fotografias são e fazem história.

### 3. TRADIÇÃO E MODERNIDADE NAS FOTOGRAFIAS FEMININAS

Ao folhearmos as páginas da *Revista Ilustrada Era Nova*<sup>6</sup> da Paraíba (1921 - 1926), nos deparamos com as belas fotografias das mulheres dessa sociedade, as quais nos permite visitarmos o passado que nunca vivenciamos, mas que se encontra ali congelado nos retratos para ser descoberto pelo olhar detetivesco do historiador.

As primeiras décadas do século XX representa para o Brasil um período de mudanças, época marcada pelo apego às tradições e de euforia pela modernidade, de modelos urbanísticos que simbolizava a modernidade e a civilidade, os principais centros urbanos brasileiros se embelezavam com a arquitetura e os símbolos da Belle Époque. As ruas que antes apresentavam feições coloniais, foram modificadas, moldadas para o progresso. As modificações iam além da arquitetura urbanística, conforme a modernidade ia sendo posta, no país surgia novos ideais, valores e interpretações que remodelaram o cotidiano da sociedade, mas se esbarravam nas críticas dos tradicionalistas.

Na linha tênue entre tradição e modernidade encontram-se a imprensa, aqui particularmente a *Revista Ilustrada Era Nova*, constituindo-se como um instrumento de divulgação da modernização, apresentando em suas páginas um ideal de progresso e inovações, mas reafirmando em seus discursos/publicações comportamentos e costumes tradicionais. “Mais do que os jornais diários, esses periódicos atuavam como veículos de divulgação de valores, ideias e interesses”, refletindo o novo retrato que se queria ter do Brasil. (Martins; Luca, 2015:105).

---

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: \_\_\_\_\_. Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p.151.

<sup>6</sup> A Revista Era Nova surgiu na cidade de Bananeiras no estado da Parahyba do Norte, fundada pelo jornalista e literato Severino Lucena, que posteriormente transferiu o núcleo da revista para a capital do Estado. De caráter noticioso e literário, a magazine Era Nova circulou entre os anos de 1921 a 1926 representando um símbolo de modernidade para a elite paraibana.



O público leitor dos periódicos era constituído pelas classes médias da sociedade, que vislumbraram as revistas como um instrumento de *status social*, não bastava ler os periódicos, era necessário adquirir os produtos anunciados e se apresentar para sociedade por meio das fotografias publicadas. Tudo isso era parte do ritual do **ser moderno** na sociedade paraibana do século XX, outros tempos se iniciava, onde apenas ser fotografado para os álbuns de família não era suficiente, essas imagens teriam que sair do círculo familiar e estampar as páginas das revistas. [...] fica criada nesta revista uma seção especial onde serão estampados os retratos dos nossos amáveis leitores, mediante exclusivamente paga dos clichês. (*Era Nova, Parahyba, 30 de janeiro de 1924, n° 56*). Modernidade e tradição disputavam espaço nas páginas da revista *Era Nova*, essa linha tênue é perceptível quando observamos criticamente, porém aqui neste trabalho, será analisada a imagem e os discursos sobre as mulheres presente neste periódico. Buscando compreender a permanência de padrões conservadores e das estruturas de dominação acerca do universo feminino, mesmo com a modernidade “**batendo à porta**”.

Pensar sobre a mulher no início do século XX é caminhar por territórios de relações de poderes-conservadores, mas também de conquistas e de visibilidade para as mesmas. Influenciadas pelos movimentos feministas na Europa e pelo novo ambiente socioeconômico brasileiro, que pouco a pouco ia sendo industrializado, onde as novas demandas levaram-na a sair de suas casas, assumindo papéis que antes eram restritos aos homens, no que se refere às camadas pobres da sociedade. E as mulheres pertencentes a classe alta da sociedade? Como esses movimentos feministas e a modernidade advindas da Europa modificaram os hábitos e os valores dessas mulheres?

Ao abrir as páginas da *Era Nova* encontramos uma série de anúncios publicitários dos mais diferentes gêneros: figurinos, perfumes, itens de lazer, maquiagens, joias, artigos para o lar e para fotografia eram alguns dos anúncios direcionados para a presentes neste periódico, informando suas leitoras onde adquirir os produtos da modernidade. Um novo perfil feminino se desenhava na *Parahyba Do Norte*, aquele de consumidoras, informadas dos últimos lançamentos da moda e incentivadas a comprarem os artigos ditos modernos. Dessa forma, a respectiva revista “vendia” o modelo de mulher moderna em suas seções, abrindo um espectro de novas condutas no universo feminino, sendo criticado fortemente

pelos moralistas. Para Velloso (2008) “As publicações desempenharam papel de verdadeiros agentes mediadores no processo de atualização cultural”.

Vejamos no artigo intitulado “O poder da Moda”

Neste século tudo se consegue dentro da moda, nada fora della. Quem não quizer girar no vórtice tremendo do redemoinho social, só ha um remédio: fugir ao embate da onda. [...] Moçoilas e espevitadas desafogam-se de corpinhos e sobem os vestidos e descem os decotes para que os piratas galanteadores analysem em seus contornos a perfeição artística de suas pernas. Insatisfeitas com a liberdade que gosam, disputam o direito de voto e com este o direito da representação. (Era Nova, Parahyba, 01 de maio de 1921).

Essa publicação encontrada na Era Nova, demonstra claramente o incômodo daqueles que eram defensores da tradição. Em uma sociedade regida pelos bons costumes a moda era perigosa, pois poderia romper com as estruturas familiares. Percebemos nesse artigo uma crítica às vestimentas das mulheres, pouco a pouco a compridão das roupas foram sendo substituídas, revelando certas partes do corpo feminino, como as pernas e os seios avolumados. Podemos observar ainda outra crítica tecida nesse artigo: a liberdade das mulheres. Quando nos fala: “*Insatisfeitas com a liberdade que gosam*”. Quais liberdades o universo feminino brasileiro gozavam no início do século XX? Serem tratadas como objetos do homem e com a função de procriar? De poder transitar pelas ruas, mas com restrições de horários e de lugares? A mulher agora buscava romper com certas amarras (dependência e subordinação) impostas durante várias gerações, e o direito ao voto era uma das representações que essas mulheres tanto desejavam.

Em meio às críticas sobre essa nova mulher do século XX, nos deparamos na Era Nova com a imagem da melindrosa e do almofadinha, como a figura 1 nos mostra.

**Figura 8.1:** Melindrosa e Almofadinha



**Fonte:** Era Nova, Parahyba, 15/02/1923, nº10

A palavra melindrosa que hoje está associada com fragilidade, no século XX referia-se às mulheres que estavam sempre seguindo as tendências da moda. Na referida imagem percebemos a representação da melindrosa, ou seja, da mulher moderna, com vestimentas que definia as curvas do seu corpo, os cabelos curtíssimos rompendo com as longas madeixas, nesse período os cabelos longos eram associados às mulheres da classe alta, à burguesia, e essa nova personificação da figura feminina rompe com essa tradição secular. Nas mãos o cigarro e no rosto a maquiagem, andavam pelas ruas consumindo os produtos da modernidade, incomodando aqueles fiéis à tradição e a família patriarcal. As melindrosas no Brasil “[...] Fez estremecer a hierarquização dos sexos, ao mesmo tempo que pregava o nivelamento social” (OLIVEIRA, 2002, p.02).

Na análise da **Figura 1** encontramos ao lado da melindrosa, o almofadinha que modifica as características do sujeito homem do século XX, na imagem encontra-se um homem com calças excessivamente apertadas e curtas, usando sapatos que deixava parte dos seus pés visível, em nada parecia com os sapatos sociais que os homens conservadores calçavam, no rosto percebemos uma tonalidade demasiadamente branca, indicando o uso de algum produto de maquiagem. Essa imagem que para muitos pode passar despercebida, nos fala muito sobre a sociedade do início do século XX. Como nos fala Mauad (1996) “as imagens atestam

de um certo modo de vida e de uma riqueza perfeitamente representada através de objetos, poses, vestimentas e olhares”.

Nessa **Figura 1** ademais as características que já foram aqui levantadas, ao olhar crítico do historiador, percebemos uma mudança importantíssima nas relações de gênero, a mulher que sempre era vista caminhando lado a lado, ou atrás do homem, agora caminhava na frente. Nessa imagem, não vemos uma mulher com vestidos pomposos, cabelos compridos, com aspecto de passividade ou submissão, ou um homem que ostentasse bigodes, roupas sociais, seriedade, que destacasse sua virilidade, e sim duas pessoas que eram adeptos a modernidade, que começava a romper com as estruturas organizacionais conservadores.

Mesmo em meio ao surgimento dessa nova categoria de ser mulher no século XX, os discursos relacionados aos valores e comportamentos tradicionais da sociedade continuam presentes, como veremos nas imagens e nos artigos que serão mostrados aqui posteriormente. Discursos esses que continuamos observando nas falas daqueles ditos defensores da moral e dos bons costumes no Brasil do século XXI. Houve uma grande reação das esferas conservadoras da sociedade paraibana na década de 1920, os mesmos afirmavam que a organização familiar iria ser perturbada, pois as mulheres estavam se desviando das suas reais funções, mas qual seria essas funções?

Observemos a seguinte publicação:

A mulher criatura dócil, nasceu unicamente para ser a companheira amável e dedicada do homem. O que se faz necessário é dar-se-lhe em educação útil à missão sublime que ella há de cumprir no mundo, que é a de ser esposa e mãe, perpetuando a espécie por meio do holocausto divino do amor. (Era Nova. Parahyba, 15 de janeiro de 1922, nº19)

Mediante esse discurso é notório o papel que as mulheres deveriam ocupar para esses conservadores, o de esposa, mãe, do lar e submissa, comprometidas com sua prole e pela preservação da infância, que era vista como o futuro da pátria e perpetuadores da linhagem sanguínea da família, comportamentos que fugissem desse padrão, eram considerados indecentes. Se de um lado tínhamos a imagem das melindrosas, por outro encontramos fotografias de jovens mulheres as quais representavam os discursos tradicionais. *Vejamos a seguir na Figura 2.*

**Figura 8.2:** Mile, Laurita Pessoa



**Fonte:** Era Nova, Parahyba, 15/08/1921, nº10

O historiador das sensibilidades percebe nas fotografias uma “[...] maneira de como as pessoas se representam, em distintos momentos históricos, cabendo-lhe interpretar a coerência, as conexões dessas representações em seu universo.” (ERTZOGUE e PARENTE, 2006, p.17). Na **Figura 2** encontramos a fotografia da jovem Laurita Pessoa, filha do então Presidente da República Epitácio Pessoa, nela percebemos um cenário angelical que nos leva a pensar em pureza. No rosto da retratada a seriedade é visível, “[...] o momento do clique fotográfico era revestido de tamanha solenidade que não havia espaço para o espontâneo e muito menos o riso.” (LIRA, 1997). A presença de joias adornando seu corpo representa o pertencimento a um dado grupo social, ou seja, a elite paraibana.

Os retratos deveriam enaltecer a célula familiar, para isso os modos de se vestir e se comportar das mulheres seguiam os códigos normatizadores da época, era necessário dar a imagem mais honrosa de si mesmo. É comum encontrarmos na *Era Nova* fotografias de mulheres decoradas com flores, como vemos na **Figura 2** para evidenciar a doçura das retratadas. As vestimentas e os adornos nos cabelos sinalizavam informações “[...] é possível ver nas fotografias de mulheres bordados, laços, pequenas estampas, que acabam tornando-se elementos de composição cênica, emitindo sentidos que ressoam desde questões como faixa etária, estado



civil, a elementos de maior subjetividade, como o apelo romântico”. (ABRANTES, 2011).

Vemos uma disparidade quando observamos a **Figura 1** e a **Figura 2** ambas evidencia duas mulheres da sociedade paraibana, as melindrosas que caminhando lado a lado da modernidade rompia com as barreiras impostas pelo discurso tradicional e a hierarquização do sexo, do outro a mulher desejada pelos conservadores: recatada, dóceis, pacientes, senhoras do lar e companheiras do homem, desejo esse que evidencio abaixo na **Figura 3**. O registro é de um casamento, para muitos essa imagem pode representar apenas uma fotografia do enlace matrimonial, mas para o historiador das sensibilidade, ela representa uma continuidade de hábitos.

**Figura 8.3:** O Pharmaceutico Ovidio Lopes de Mendonça e a srta Alayde Simões Lopes



Fonte: Era Nova, Parahyba, 24/02/1924, nº58

Na **Figura 3** encontramos o modelo conservador de casamento, o homem sentado na sua cadeira, comumente relacionada a poder e liderança, e a sua recente esposa do seu lado. Observamos aqui uma noiva vestida com os adereços característicos do casamento, seu vestido apesar de não ser longo, demonstra seriedade, sem marcar sua silhueta. Com o corpo inclinado para o lado, mas ao mesmo tempo ocupando a parte de trás no registro fotográfico, a senhorita Alayde Simões, junto com seu esposo, representava as estruturas da célula familiar sobre o



papel masculino e feminino. “O casamento [...] abriga duas ordens de responsabilidades morais. A masculina é fundada na relação com o trabalho e na virilidade - manutenção econômica da família e atitude protetora para com os seus membros. A feminina está calcada na preservação da sexualidade e no exercício da maternidade - virgindade pré-nupcial, fidelidade conjugal e dedicação ao lar e filhos.” (NEGREIRO e CARNEIRO, 2004).

## 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, percebemos a importância da pesquisa historiográfica dispondo dos registros fotográficos como fonte documental, as fotografias acompanham a sociedade século após século, nelas encontramos a possibilidade de revisitarmos o passado sob olhares e problematizações diferentes, de acordo com o tempo histórico do próprio pesquisador-historiador. Percorrer as páginas do periódico *Era Nova* é contemplar um passado que não vivenciamos, uma sociedade, uma cultura, que pertence aos paraibanos.

Nas discussões aqui levantadas, nos deparamos com o surgimento da modernidade na Parahyba do Norte do início do século XX, a qual proporcionou em uma mudança na vida dos homens e das mulheres, principalmente naqueles chamados de almofadinhas e melindrosas. Identificamos mudanças, mas não rompimentos completos, o discurso conservador continuou latente nas páginas da revista seja por meio dos artigos de opiniões, fotografias, ou piadas, as imagens que compõem o *corpus* deste trabalho, nos permite em partes compreender as representações de *ser mulher e ser homem* nesse período. Tempo este onde a figura feminina encontrava-se em constante atenção da sociedade, afinal as relações de gênero estavam sendo mudadas, e era difícil para os defensores da tradição aceitar que o corpo feminino não pertencia aos homens e sim a própria mulher.

### FONTE:

Revista Era Nova (1921-1925). Paraíba.

## REFERÊNCIAS

- ABRANTES, Alomia. **Imagens de si: Inscrições de corpo e gênero nos Retratos da Revista Era Nova (1920)**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH – São Paulo, julho 2011
- BURKE, Peter. **A revolução francesa da historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)**. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.
- CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.
- CERRI, Luis Fernando; FERREIRA, Angela Ribeiro. Notas sobre a demanda social de representação e os livros didáticos de História. **IN: O livro didático de História: políticas educacionais, pesquisa e ensino**. (ORG) Margarida Maria Dias de Oliveira e Maria Inês Sucupira Stamatto. EDUFRRN, Natal: 2007
- ERTZOGUE, Marina Haizenreder. & PARENTE, Temis Gomes. (Orgs.) **História e sensibilidade**. Brasília: Paralelo 15, 2006.
- FOUCAULT, M. (2004). **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- GINZBURG, Carlo. **Sinais: raízes de um paradigma indiciário**. In: \_\_\_\_\_. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p.151
- KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001, p, 33
- LIRA, Bertrand de Souza. **Fotografia na Paraíba: um Inventário dos fotografos através do retrato (1850 a 1950)**. João Pessoa: Editora Universitária, 1997.
- MAUAD, Ana Maria. **Através da imagem: fotografia e história –interfaces**. Tempo, Niterói, v.1, n.2, p.73-98.1996.
- MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (org.). **História da imprensa no Brasil**. 2ª ed. São Paulo, Contexto, 2015.
- NEGREIROS, Teresa Creusa de Góes Monteiro; CARNEIRO, Teresinha Féres. **Masculino e feminino na família contemporânea. Estudos e pesquisas em psicologia**. Rio de Janeiro, a.4, n1. p. 24- 47, 2004.
- OLIVEIRA, Iranilson Buriti. **Educando pela roupa: a educação do corpo através da moda no Recife dos anos 20**. Anais do II Congresso Brasileiro de História da Educação. Natal, 2002
- PESAVENTO, Sandra Jatamy. **História & História Cultural**. 2º Ed.reimp-Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

TEIXEIRA, Níncia e VALÉRIO, Maristela. **A "nova" mulher: o estereótipo feminino representado na revista Nova/Cosmopolitan.** 2008.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **Fon-Fon! em Paris: passaporte para o mundo. In: FonFon! Buzinando a modernidade.** Rio de Janeiro: Cadernos de Comunicação - Prefeitura do Rio de Janeiro, out. 2008.

# CAPÍTULO IX

## RETALHOS DE UM CORPO “SANTO”: VIOLÊNCIA E SANTIDADE FEMININA NO CRIME CONTRA BENIGNA CARDOSO

DOI: 10.51859/AMPLLA.EGS297.1122-9

Tatiana Olegário da Silva <sup>1</sup>

### RESUMO

O presente trabalho objetiva refletir acerca do assassinato de Benigna Cardoso da Silva. Esta, aos seus recém-completados 13 anos foi estuprada e assassinada após recusar ter relações sexuais com um colega de classe, Raul Alves Ribeiro, de 16 anos de idade. Ela não cedendo às propostas do rapaz é atingida por este a golpes de facão, tendo sua cabeça quase decepada. O fato ocorreu no dia 24 de Outubro de 1941, no distrito de Inhumas, em Santana do Cariri/CE. A partir de então, esse acontecimento despertou a sensibilidade na população e, ao longo do tempo, Benigna tornou-se para seus devotos “heroína da castidade”, de acordo com os mesmos, ela “preferiu morrer” para não pecar contra os mandamentos divinos. Este fenômeno deu origem, a partir do ano de 2004, à peregrinação de romeiros ao local de seu assassinato. E, a partir de então a Igreja local iniciou um processo de construção de santidade em torno da imagem de Benigna ocultando o fato da mesma ter sido estuprada. Sendo assim, discutiremos a influência da Igreja Católica como eixo de problematização desta devoção utilizando como metodologia a história oral, não dispensando o uso de fontes como o processo crime de Raul Alves (1941).

**Palavras-chaves:** Assassinato. Santidade. Devoção.

---

<sup>1</sup> Graduada em História pela Universidade Regional do Cariri (URCA) e Mestranda em História pelo Programa de Pós-graduação em História - Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão-FAPEMA. E-mail: tatianaolegario12@gmail.com

# 1. INTRODUÇÃO

No dia 14 de janeiro de 2021, em Duque de Caxias, baixada fluminense, um crime bárbaro acontece, a jovem Rafaella Horsth de dezenove anos, foi estuprada e morta a facadas. De acordo com a família, Rafaella foi atacada a poucos metros de casa em uma área de matagal no bairro Parada Morabi. A jovem foi encontrada por um vizinho e levada ainda com vida ao hospital, no entanto, não resistiu aos ferimentos<sup>2</sup>.

Narrativas como esta, à primeira vista, nos parecem um caso isolado, mas, violências e crimes semelhantes estão presentes tanto em um bairro da grande cidade do Rio de Janeiro, ocorrido no ano de 2021, como relatado, até em casos de uma época anterior a contemporânea, como a história de Benigna Cardoso que teve sua narrativa semelhante a de Rafaella e de tantas outras. No caso de Benigna o crime ocorreu no ano de 1941 na cidade de Santana do Cariri, sul do estado do Ceará. Em ambos os casos, essas jovens tiveram suas vidas ceifadas por homens que se sentiram neste direito como se estas fossem objetos ou propriedades deles.

Partindo do segundo relato, o texto visa refletir acerca do assassinato de Benigna Cardoso da Silva. Esta, aos seus recém completados 13 anos, ao realizar uma atividade corriqueira na época, pegar água em um poço para uso familiar, foi abordada por um colega que insistia em ter relações sexuais. Ao se recusar, Benigna foi estuprada e assassinada com vários golpes de facão tendo sua cabeça quase decepada. O autor do crime, Raul Alves Ribeiro, tinha 16 anos de idade. O fato ocorreu no dia 24 de outubro de 1941 no distrito de Inhumas, zona rural da cidade de Santana do Cariri, Estado do Ceará. Após o ocorrido, o padre da época escreveu no livro de Tombo que havia sido morta a “santinha” e “heroína da castidade”. As pessoas sentindo-se comovidas com a história de Benigna, em seus momentos difíceis fazem orações e pedidos para cura de alguma enfermidade física ou espiritual.

Deste modo, é possível fazer um paralelo com o contexto da Idade Média, onde podemos perceber que fatores históricos e culturais culminaram na atual aceitação popular a respeito do fato de Benigna ter sido morta “virgem”, concedendo

---

<sup>2</sup> Jornal “o dia” matéria publicada em 16/01/2021. Acessada em 08/06/2021 às 09:52. <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2021/01/6065954-jovem-de-19-anos-e-estuprada-e-morta-a-facadas-na-rua-de-casa-em-caxias.html>

as mesmas características especiais e transcendentais. As pessoas já cultivavam o pensamento de que crianças ou mulheres que morriam virgens, como adesão à fé em Cristo, tinham uma certa afinidade ou identificação com a Virgem Maria, por isso eram consideradas santas. José Rivair Macedo (1999), ao destacar alguns textos literários sobre a Virgem Maria e o perfil da mulher medieval, observa que o ideal de perfeição era composto pela castidade e virgindade.

O autor afirma também que nas biografias de Georges Duby sobre mulheres santificadas no século XII, existem algumas características essenciais, destacando que algumas narrativas de hagiógrafos se compõem da descrição de virtudes, dos prodígios, da castidade em que essas mulheres viveram e dos milagres que lhes garantiram a santidade (ibidem, p.48). Por conseguinte, percebemos o martírio em quase todos os relatos como sinônimo dessa santidade, principalmente atrelado à castidade.

Logo, com o incentivo da Igreja e a construção de santidade em torno da “virgem mártir” a devoção a Benigna foi ganhando mais adeptos. Após um romeiro alcançar uma graça e iniciar uma pequena romaria do local do assassinato até a Igreja matriz de Santana, no ano de 2004, a devoção e o número de romeiros que fazem esse percurso aumenta a cada ano. Em 2019, por exemplo, mais de 40 mil pessoas participaram da romaria de acordo com dados da polícia militar.

Com o apoio da Igreja e do poder público local, a história de Benigna vem ganhando proporções gigantescas a ponto desta vir a tornar-se a primeira beata do Ceará. Sendo assim, propomos investigar sobretudo a relação entre violência e santidade feminina, tendo como eixo de problematização a ocultação do estupro sofrido por Benigna nas narrativas católicas. Portanto, utilizamos como fontes para essa pesquisa o processo crime de Raul Alves (1941), a biografia oficial de Benigna (2014) e o poema do autor Pedro Bandeira intitulado “A história da menina que foi matada a facção” (2012).

Este artigo está dividido em dois tópicos, o primeiro intitulado “*Sua honra vale mais que sua vida: Benigna Cardoso e a construção da “virgem mártir”*”. No qual pretendemos apresentar a construção da imagem de Benigna enquanto “virgem mártir” através dos relatos considerados oficiais pela Igreja Católica onde é destacado basicamente as virtudes e o ato de “heroísmo” da jovem. Sendo assim, analisamos as narrativas presentes na biografia oficial de Benigna e no poema de



Pedro Bandeira confrontando com o que está descrito no inquérito policial que retrata o caso, atentando principalmente para o fato da Igreja ocultar o fato de Benigna ter sido estuprada. Para isso, abordaremos o conceito de estupro a partir de Soares (2015).

No segundo tópico, intitulado “*A paixão não mata, o machismo sim!*” pretendemos discutir como ocorreu o assassinato, o depoimento do autor do crime e de outras testemunhas e problematizaremos a violência que assim como ocorreu com Benigna, infelizmente ocorre com outras mulheres na atualidade, para isso, iremos utilizar o conceito de violência a partir de Meneghel (2013) não dispensando também a problematização do contexto social em que estamos inseridos, onde o machismo possibilita que tantos casos como esses ocorram.

## 2. SUA HONRA VALE MAIS QUE SUA VIDA: BENIGNA CARDOSO E A CONSTRUÇÃO DA “VIRGEM MÁRTIR”

De acordo com os relatos orais de membros da Igreja Católica e pessoas que viveram na época do assassinato, a morte de Benigna causou grande comoção na cidade, entretanto, até hoje, em missas e orações, muito se fala da “santa” e nada sobre o crime de estupro que esta sofreu. É certo que a maioria dos relatos a respeito do assassinato de Benigna é reprodução do que os devotos escutam, geralmente transmitidos por membros da Igreja, assim como ressaltado na biografia *Benigna: um lírio no sertão cearense*, e no livro *Resgatando uma história de fé: Benigna* dos autores Sandro Cidrão e Ypsilon Félix respectivamente. Porém, mesmo que os autores tenham tido acesso ao inquérito policial para elaboração destes livros, percebemos, ao confrontar as narrativas, que muitas informações foram ocultadas, sobretudo a respeito do estupro, como podemos observar nesse trecho:

Certa vez, Benigna, com então treze anos de idade, dirigiu-se a um riacho, perto de casa, para pegar água numa cacimba...Raul Alves há muito já a vinha assediando... Nessa tarde, levado por um instinto demoníaco de perversidade, ficou à espera de Benigna, na cacimba onde ela iria apanhar água. Até ajudou-a a colocar o pote na cabeça, com aproximadamente nove litros, acompanhando-a pelo caminho. Num certo momento, tentou abordá-la sexualmente, atacando-a. Ela derrubou o pote no chão e se defendeu de todas maneiras, dizendo sempre que nada queria com ele, além da amizade. Mas ele continuou tentando, pois o que queria realmente era estuprá-la. Como ela não cedia, ele deferiu-lhes golpes de facão por todo o seu corpo. (CIDRÃO, 2014, p.20)

Observamos que essa narrativa é descrita em ambos os livros que relatam a vida de Benigna e é sempre lembrada da mesma forma por padres, devotos e leigos. Enfatizamos, sobretudo, a frase: “ele continuou tentando, pois o que queria realmente era estuprá-la”, esta frase está presente não apenas na biografia oficial de Benigna, mas em relatos orais, e falas dos devotos, nos quais enfatizam que Raul tinha o desejo de ter relações sexuais com Benigna e ela, por amor a cristo e aos mandamentos da Igreja, preferiu morrer a entregar-se. Por este motivo é considerada pela Igreja e por seus devotos virgem mártir, como afirma o Padre Paulo Lemos:

Casos como o de Benigna tem aos montes, por que que Benigna morreu qual foi o motivo, né? O vaticano chama de ódio a fé, então, ela naquele momento crucial, cada um se coloque na pele dela né, então ela teve aquela certeza, disse não, não vou ofender a Deus a quem amo, né, então o que a gente deve ver aí é a questão do martírio, a comprovação do martírio... esta fé de Benigna, madura, foi fruto de uma vivência no dia-a-dia né, da eucaristia que ela desejava muito receber, das missas que ela participava, das atitudes como cristã que ela tomava em defesa do próximo<sup>3</sup>.

Por conseguinte, é exatamente dessa forma que Benigna é representada para seus devotos: uma menina que teve a cabeça quase decepada, por honrar seu compromisso com Cristo e o algoz inconformado por não conseguir o que queria, optou por assassiná-la.

Essa construção de Benigna enquanto virgem mártir partiu sobretudo dos discursos da Igreja Católica de Santana do Cariri, instituição esta, que apoia a causa da beatificação e incentiva a devoção. Sendo assim, essas narrativas ganham maior respaldo perante o devoto e a história de vida de Benigna acaba ganhando novos significados e características de acordo com o ideal de santidade pregado pela Igreja, características como bondade, lealdade, amor a Deus sobre todas as coisas, são acrescentadas a história de Benigna.

Ao observarmos no poema *A história da menina que foi matada a facão* que relata o momento em que Benigna saiu de sua casa para confessar-se com o padre da paróquia avisando-o que estava sofrendo assédio de Raul dias antes do assassinato, percebemos a construção em torno da imagem da jovem;

---

<sup>3</sup> Entrevista realizada com Padre Paulo Lemos Pereira, concedida a Tatiana Olegário da Silva, dia 30/09/2018

Naquele momento o pároco  
Ficou de alma espantada!  
Venha estudar na cidade...  
Pegue esta Bíblia Sagrada  
Se entregue a Jesus Cristo  
Eu só posso fazer isso  
Lhe confessar e mais nada.

Benigna voltou para casa  
Foi a pé e veio a pé  
Da Bíblia beijou a foto  
De Jesus de Nazaré  
Disse: ninguém me desonra  
Morro pela minha honra  
Mas, não perco minha fé.  
(Pedro Bandeira, 2011, p.05)

Notamos que o ponto central deste poema é destacar o quanto Benigna foi fiel a sua religião e a Deus por não permitir que Raul a estuprasse, pois para a Igreja, a virgindade é uma virtude. Neste entendimento, Corbin (2008, p. 68) assinala: “aos olhos da Igreja, a virgindade é, ao mesmo tempo, um estado definido de integridade da carne, quer dizer, pela abstinência de todo ato venéreo consumado, ou seja, permanecer sempre em abstinência”. Posto isso, o estado de pureza atribuído à virgindade é uma das condições essenciais para alcançar a salvação e ter uma maior aproximação com Deus.

Analisando nesse poema, nas falas dos devotos e nos escritos da Igreja que fazem menção a Benigna, nessas narrativas, o estupro não ocorreu. Em nenhum momento, ao indagarmos os devotos e ao pároco da cidade sobre o crime, eles enfatizam que tudo não passou de tentativas de estupro. Por serem falhas, Raul optou por tirar a vida da jovem. Mas ao depararmos com o processo crime, obtivemos novos detalhes em que evidencia claramente que Benigna foi estuprada antes mesmo de ser assassinada:

Chegando ao meu conhecimento que ontem por volta das quatro horas da tarde mais ou menos **foi barbaramente estuprada e assassinada a menor impúbere Benigna Cardoso da Silva**, no Sítio “Oiti” deste Termo, cujo cadáver tendo sido transportado para esta cidade, onde se encontra nesta delegacia para o competente exame... (PROCESSO CRIME, 1941, p.1, grifo nosso).

No então processo crime há ênfase que foram notificados os peritos José Ulisses Coelho e Virgílio Nunes da Cruz, dois importantes nomes da medicina na

época, residentes na cidade de Crato, próxima a Santana do Cariri, para realizarem o exame de corpo delito anteriormente citado, no qual constataram que esta foi estuprada e que para além disso existiam alguns ferimentos no corpo da jovem:

passaram a examinar as partes genitais do referido cadáver e constataram o desmembramento por laceração do esfíncter anal interessando todo o períneo até a vulva deixando aparecer o intestino estando as bordas anais umedecidas por uma substância que presume ser esperma, aparentando assim ter havido copula carnal e que o hímen estava intacto havendo entretanto, em ambos os lados manchas arroxeadas dos pequenos para os grandes lábios tudo produzido por pênis em ereção e ao que parece auxiliado pelas armas naturais (os dedos) e por fim verificaram várias manchas de sangue nas coxas e pernas e arroxeadas toda região lombar. (PROCESSO CRIME, 1941, p.3, grifo nosso)

Deste modo, o processo deixa claro a barbaridade com que ocorreu o assassinato, enfatizando que foi um estupro anal não havendo assim o rompimento do hímen. Soares (2015, p.2) aborda que na atualidade entendemos que o “estupro é a coação feita pelo homem ou pela mulher que, mediante emprego de violência (física ou real) ou grave ameaça, compele a mulher ou o homem à cópula sexual ou à prática, ativa ou passiva, de ato libidinoso diverso da conjunção carnal”. Mas nem sempre o conceito de estupro foi tão abrangente assim, Sousa (2017, p.11) destaca: “por muito tempo, o entendimento de estupro concebeu apenas casos onde a conjunção carnal fosse comprovadamente forçada e com penetração vaginal.” Logo, o fato do hímen permanecer intacto leva os membros da Igreja Católica e aos demais que tiveram acesso ao processo crime afirmar que Benigna morreu virgem. Para além do rompimento do hímen, não é apenas um fator biológico, mas uma questão de honra, pois “com o cristianismo, a virgindade ganhou valor moral e espiritual, idealizada como um caminho para a santidade” (KNIBIEHLER, 2016, p.1016). Matos também escreve que:

Virgindade[...], estava vinculada diretamente ao caráter individual de uma mulher, por isso possibilitava a está um bom comportamento, agir corretamente em seus atos para não deturpar sua imagem e consequentemente sua conduta moral e de sua família. Para tanto, a honra sexual das mulheres estava diretamente ligada à honra moral da família. (MATOS, 2013, p.10)

Entendemos que além da aproximação com o ser superior, os valores de uma jovem virgem eram considerados diferentes. Seu comportamento moral e sua

imagem teriam que refletir em ações, de forma que a virgindade acabava por dar mais respaldo não apenas à jovem, mas também à sua família. O motivo pelo qual a Igreja Católica tende a ocultar uma parte do assassinato de Benigna tão importante seria esse conjunto de valores que estão arraigados no termo virgindade e que permanecem até hoje.

O fato das pessoas saberem que houve estupro tiraria a pureza que lhe é atribuída por ela ter sido tocada por um homem, por seu espaço sagrado (corpo) ter sido penetrado de forma tão brutal e, de certa maneira, ainda existe muito pré-conceito, além da desqualificação da figura feminina onde a vítima ainda é tachada como a culpada. Nesse sentido, Andrade (2018, p.73) afirma que: “o julgamento dos casos de estupro são experiências profundamente perturbadoras [...] pois ele o é (desde a fase policial) um processo de desqualificação das mulheres e uma celebração dos valores falocêntricos, relativos à exacerbada sexualidade masculina que distorcem a noção de consentimento”. Esses valores falocêntricos dizem espelham uma sociedade que ainda hoje é voltada para o masculino, associando briga, ódio, como sinal de força, como coisas inerentes ao homem, enquanto a mulher é tida como um ser passivo, paciente e, de uma certa maneira, inferior.

Em vista disso, o fato de Benigna ter sido estuprada, mesmo que ela continue sendo considerada “virgem mártir”, pesa diante o olhar das pessoas que conhecem sua história e não tinham conhecimento disso. Ela não será mais a virgem intocável, por mais que tenha resistido, seu corpo foi violentado, o que, de certa forma, tira a leveza com que foi construída sua “santidade”, dando espaço para questionamentos e julgamentos a respeito de sua pureza e de como ocorreu o crime.

Portanto, para as pessoas que tem acesso aos documentos referentes ao assassinato de Benigna e que também tem influência dentro da Igreja, deixar certas informações de lado permite que a imagem de Benigna continue intacta e livre de questionamentos. O que importa para estes é que o hímen não foi rompido, de acordo com o que consta no processo, e que sua virgindade foi mantida, glorificando sobretudo a maneira como ela se comportou perante seu assassino, “não deixando seduzi-la”. No entanto, quando estamos entre a vida e a morte, na maioria dos casos, nosso instinto de sobrevivência fala mais alto. Benigna era temente a Deus e respeitava os demais, porém em casos extremos como o de estupro, geralmente a mulher luta para não ser violentada ou morta. Isso torna questionável o discurso de

que diante da ameaça de violência, ela tenha “optado” pela morte em vez de escolher “perder a castidade”. Atribui-se escolha à vítima, como se diante do ocorrido houvesse escolhas. Ela estava, antes de tudo, lutando para sobreviver e para não sofrer o estupro.

Isso nos faz refletir como existem muitas histórias ocultas na vida de alguns santos, visto que só é propagado o que é conveniente para a Igreja. Logo, essas divergências de narrativas deixam subentendido que há interesse ao tentarem ocultar esses fatos que perpassam, sobretudo, o âmbito religioso, pois os membros da Igreja são os que mais sabem a respeito do crime, por terem acesso às fontes, porém, são também os que mais ocultam os fatos.

### 3. A PAIXÃO NÃO MATA, O MACHISMO SIM!

Em um contexto em que o patriarcado predomina, é importante refletir a respeito da violência sofrida por Benigna, uma vez que levando em conta a frieza que Raul demonstrou após assassinar a jovem, é quase que inevitável questionamentos como: o que de fato motivou Raul cometer tal crime? É notório que analisar o processo crime e o depoimento do acusado é de extrema importância para obtermos maiores informações a respeito da mentalidade do acusado. Contudo, vale destacar que para além do que estamos questionando, esse tipo de documento merece uma análise minuciosa, pois nos fornece informações do cotidiano da época e, sobretudo dos envolvidos:

O historiador deve ter, acima de tudo, sensibilidade e perspicácia para analisar a documentação. Obviamente, métodos são necessários para que não se imponha ao objeto uma leitura qualquer, “enxergando” na fonte apenas o que se quer ver. Os documentos nos fornecem informações que vão, muitas vezes, além da premissa do pesquisador, o que torna esta tarefa ainda mais complexa. É dessa forma que entendemos a análise dos processos criminais. Poucas fontes são tão ricas em detalhes para a análise da violência e das relações cotidianas quanto estas fontes (CALEIRO, 2011, p.304).

Assim sendo, essa fonte nos possibilita entender como as pessoas obtiveram conhecimento do crime através das narrativas das testemunhas e como o acusado era visto perante essas pessoas que foram depor. Segundo relatos orais, algumas pessoas já desconfiavam que Raul fosse o autor do crime. No dia 26 de outubro, este



compareceu à delegacia de Santana do Cariri para contar sua versão a respeito do ocorrido. E quando indagado pelo juiz como ocorreu o assassinato ele então relatou:

No dia de sexta-feira vinte e quatro do corrente mês, das três pras quatro horas da tarde vindo à roça de Irineu Sisnando no Sítio Oiti, vizinho ao Sítio Inhuma buscar um jumento do pai dele, declarante, armado de um facão, quando se encontra ele, declarante, na cacimba do mesmo sítio “Oiti”, com a menor Benigna Cardoso perguntando à mesma se ela queria casar, digo, se ela queria ter relações sexuais com ele, declarante, ao que respondeu dita menor que NÃO, chamando-o em seguida de ladrão e bandido; que a vítima pondo seu pote no chão, correu sendo agarrada pelo declarante que a derrubou e serviu-se da mesma à força; **que tendo se servido da vítima abandonou-a e esta declarando que ia dizer à titia, que é avó da vítima, correu em direção de sua própria casa e temendo, o declarante, ser descoberto o que fizera, correu à procura de sua vítima alcançando-a cerca de dez (10) braças aproximadamente, que logo, imediatamente desfechou com o facão com que se achava armado o golpe fatídico no pescoço da vítima.** (PROCESSO CRIME, 1941, pp.4-5, grifo nosso)

De acordo com esse depoimento, percebemos que o que motivou Raul assassinar Benigna foi o medo que este teve de ser descoberto. Notamos também que em uma sociedade machista na qual ele vivia e ainda vivemos, alguns homens tem dificuldades em aceitar um “não” de uma mulher, uma vez que a rejeição pode tornar duvidosa sua virilidade, o esperado é que a mulher acate e não diga não, sendo assim o estupro é a concretização da vontade do outro:

A concepção do masculino como sujeito da sexualidade e do feminino como seu objeto é um valor de longa duração da cultura ocidental. Com base no patriarcalismo, o masculino é visto como o lugar da ação, da decisão, da chefia da rede de relações familiares e da paternidade. Da mesma forma, o masculino é investido na posição social de agente do poder da violência, havendo, historicamente, uma relação direta entre as concepções vigentes de masculinidade e o exercício do domínio de pessoas, das guerras e das conquistas. (BALBINOTTI, 2018, pp.248-249)

Ao receber a recusa de Benigna em não querer ter relações sexuais, Raul abusou da moça e contrariado por ela ter dito que falaria para sua família, perseguiu há poucos metros dali e começou a golpeá-la. Deste modo podemos observar a perversidade do assassino e seu real desejo de matar a vítima visto que ele não a permitiu que ela tivesse a oportunidade de defesa e de sobrevivência, após o ocorrido abandonou o seu corpo no chão e seguiu para casa:

Por julgar que o ferimento não era capaz de produzir a morte da vítima, desfechou sobre a pá mais dois (2) golpes de facão; que o ferimento produzido na mão e o do rosto da vítima foi ocasionado quando lhe desfechou o golpe do pescoço, pois ela procurou defender-se com a própria mão; que ele, declarante, julgando-a morta saiu em direção de sua casa e notando o facão ensanguentado lavou com urina; que em seguida foi para sua casa. (PROCESSO CRIME, 1941, p.5)

No depoimento do referido réu, não percebemos nenhum tipo de arrependimento ou culpa, podemos observar que ele de fato queria ceifar a vida da jovem, uma vez que este só parou de golpeá-la após julgar que a mesma estaria morta, voltando para casa e agindo normalmente como se nada tivesse ocorrido. Esse depoimento também nos faz perceber que Benigna não aceitou passivamente as investidas de Raul, ela tentou se defender não apenas dizendo que ia contar para sua mãe, mas também dos golpes que foram desferidos contra ela.

Vale destacar que antes de acontecer o crime, testemunhas suspeitavam que o autor do crime seria Raul, pois tinham avistado ele entrando no local do delito. Este depoimento foi de suma importância para atestar a veracidade de que Raul foi de fato o assassino. João Cabral da Cruz, disse:

(sic) que sexta- Feira, vinte e quatro (24) do corrente por volta de quatro horas da tarde mais ou menos, vinha o depoente, do povoado de Inhuma para esta cidade e ao chegar próximo a uma baixa que fica na estrada, avistou um rapazinho da estatura do acusado Raul Alves, vestido com uma camisa cor de rosa e trazendo um (1) facão em uma das mãos e que vinha na mesma direção do depoente; que quando desceu o depoente, a baixa, viu que o referido rapazinho dobrou e entrou em uma cancela para o cercado de Irineu Sisnando, na direção do local onde se deu o crime; que devido à distância e por ter avistado o rapazinho apenas pelas costas, não pode afirmar se tratar do acusado; que seguindo para esta cidade, passado mais ou menos uma hora soube o depoente, que havia se dado o crime de que Trata o presente inquérito, justamente na direção para onde viu o depoente, seguir o rapazinho; que posteriormente soube o depoente, que o autor do bárbaro crime de que foi vítima a menor Benigna Cardoso, foi o indivíduo Raimundo Raul Alves Ribeiro, conhecido por Raul, que se achava vestido no momento da prática do crime com uma camisa de xadrez cor de rosa e é da estatura exatamente da do rapaz que o depoente avistou na estrada, tendo o crime sido praticado com um facão. (PROCESSO CRIME, 1941, p.9)

Depois de vários depoimentos pelos quais deixavam claro que Raul foi o assassino, a defesa dele praticamente não teve argumentos. Contudo, por Raul ter tido com doenças mentais, foi citado em alguns testemunhos: “Dada a palavra ao curador do denunciado e a repregunta este disse à testemunha: que não sabe dizer

se o denunciado sofre do juízo, porém sabe que dois dos seus tios, irmãos de seu pai, são loucos, tendo um deles morrido de loucura e o outro passou muito tempo louco a ponto de ser preciso amarrar”. No quarto depoimento,

Dada a palavra ao Curador do denunciado e a repregunta deste, disse a testemunha que o denunciado ao praticar os atos reprováveis a que já se referiu não parece ao depoente que agisse por loucura e sim que agiu de consciência; que não sabe se o denunciado sofreu qualquer doença ao tempo de criança, porém sabe que ele tem uns tios, irmãos do pai dele, denunciado, que são meio desequilibrado. (PROCESSO CRIME, p.18)

Foi então, partindo de tais argumentos que a defesa de Raul alegou que o mesmo teria problemas psíquicos e como uma tentativa de fazer com que o mesmo se livrasse da pena pediu ao juiz o exame de sanidade mental realizado pelos doutores Miguel Lima Verde e Antônio Macário de Brito. A alegação de loucura em casos de homicídios contra a mulher é bem recorrente, pois:

Embora a persecução penal de quem tenha tirado a vida de uma mulher por razões de gênero possa ser alcançada pela norma jurídica neutra do homicídio, não é possível visualizar o contexto em que essas mortes têm lugar, tampouco o caráter social e generalizado da violência baseada no gênero, já que são registradas simplesmente como homicídios, tendentes a ser tratadas como assunto pessoal ou privado, resultantes de problemas passionais, cujos agressores são retratados como “loucos”, “fora de controle” ou “animais”, quando, na realidade, há um caráter profundamente social e político, resultado de relações de poder entre homens e mulheres na sociedade. (CARCEDO CABAÑAS; SAGOT RODRÍGUEZ, 2002, p.69)

Para além da defesa afirmar insanidade mental do acusado, ainda enfatizou que o mesmo agiu por paixão: “Recebidos, foi dado curador ao acusado, o qual apresentou a contestação de folhas 23, na qual alega que o seu curatelado agiu impelido por violenta paixão, e ao mesmo tempo inconscientemente, pois não tinha bem normatizadas suas faculdades mentais”. (PROCESSO CRIME, 1941, p.24). Alegando o sentimento da paixão, dá-se a entender que o acusado agiu sem pensar, por força do sentimento, já que quem se apaixona não age movido pela razão e sim pela emoção.

Emoção é o fenômeno de vida afetiva que tem como característica uma comoção orgânica especial, que pode ser antecedente, concomitante ou consequente. Se não houver comoção corporal não existirá emoção, pois

esta é sempre condicionada aquela. Diferindo do sentimento e da paixão, a emoção é um fenômeno provocado por um choque brusco, o qual compreende um abalo mais ou menos profundo da Consciência. E o que também se designa por *coarse emotion* (emoção choque). (VIEIRA, 1997, p.152).

Destarte, essa emoção aliada a paixão, alegada pelo curador do menor Raul, pode causar danos psicológicos a ponto do acusado cometer crimes sem se dar conta do mal que está fazendo, pois “paixão é uma emoção mais irresistível, mais persistente e mais violenta. É caracterizado pela impetuosidade e persistência com que atua no espírito” (VIEIRA, 1997, p.152). Algo incapaz de ser controlado, um sentimento profundo e duradouro é uma “crise psicológica que ofende a integridade do espírito e do corpo, arrastando muitas vezes ao crime” (NORONHA, 1967, p.201). Destacamos que o fato da defesa alegar que o acusado agiu movido pela paixão não justifica de forma alguma ele ter assassinado Benigna, essa foi apenas uma das maneiras que seu curador encontrou para reverter a situação e tentar livrar o Raul da pena.

Mesmo enfatizando a paixão no decorrer do processo, percebemos que esse discurso não convenceu a população na época e muito menos os devotos de Benigna agora na atualidade. Nunca é comentado o que a defesa de Raul alegou perante o juiz, pois as pessoas dificilmente descrevem Raul como um rapaz apaixonado que agiu por impulso, no calor do momento. Percebemos uma construção da figura de Raul enquanto assassino, pelo qual algumas características presentes do processo crime são enfatizadas constantemente em discursos e falas de membros da Igreja e devotos, enquanto outras são esquecidas. O algoz é um homem frio, dissimulado, capaz de estuprar e assassinar uma jovem “indefesa”. Percebemos claramente nos depoimentos presentes no processo crime “que quanto ao estado moral do denunciado é o mais deplorável possível” e que:

O denunciado se faz de doido para melhor praticar as suas ruindades; que quanto ao estado moral do denunciado é o mais deplorável que se pode imaginar; [...] que o denunciado é conhecido como elemento péssimo e temido, devido os seus instintos bestiais, por todos os meninos e meninas daquela redondeza. (PROCESSO CRIME, 1941, p.17)

Esses discursos foram sendo perpetuados ao longo do tempo e conforme as pessoas vão conhecendo a história de Benigna reproduzem essa imagem que é

construída a respeito de Raul: “quando entrou para a juventude, Raul tornou-se um sertanejo rebelde, desconfiado, astuto, destemido, forte e sem limites. Raul teve sua vida marcada também por alguns distúrbios de comportamento social” (CIDRÃO, 2014, p.75). À medida que diminuem a figura do assassino, glorificam a imagem da “santinha” que por amor a Cristo foi capaz de livrar-se do mal.

A única ênfase que se dá a Raul além de seus pontos perversos é o fato do mesmo posteriormente ter vindo se arrepender e pedir perdão a Benigna no local onde ela foi martirizada, tornando-se devoto de sua vítima, o que demonstra uma certa aproximação com a história de outras santas<sup>4</sup> pelas quais seus assassinos arrependeram-se e algum tempo depois tornaram-se devotos e pediram perdão à família da vítima.

## 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi exposto, consideramos que o caso de Benigna infelizmente foi um entre inúmeros que aconteceram e continuam acontecendo em nossa sociedade, entretanto, o fato do assassinato ter ocorrido no ano de 1941 em uma cidade do interior causou grande comoção não apenas na cidade de Santana do Cariri como também em regiões circunvizinhas. Benigna tornou-se para seus devotos símbolo de fé e luta, atrelado ao fato da Igreja e poder público incentivar a devoção.

Sendo assim, percebemos que para além de questionarmos essa construção de santidade em torno da imagem Benigna, por parte da Igreja Católica, é de extrema importância problematizarmos os discursos que legitimam essa santidade, confrontando as narrativas orais com os depoimentos do processo crime, nos quais destacam pontos cruciais do assassinato que são desconhecidos pelo público geral e sobretudo pelos devotos.

Em vista disso, o estudo da santidade de Benigna nos permite observar como que a Igreja constrói uma santa de acordo com os modelos canônicos, além de possibilitar acompanhar de perto o processo de beatificação da mesma, levando em conta os ditos e não ditos que perpassam essa devoção que a cada ano vem

---

<sup>4</sup> Santa Maria Goretti é um desses casos que, de acordo com relatos, antes de morrer perdoou seu assassino.

ganhando maior visibilidade e possibilitando o turismo religioso para a cidade de Santana do Cariri.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Mailô de Menezes Vieira. **Ela não mereceu ser estuprada: A cultura do estupro, seus mitos e o (não)dito nos casos penais.** Belém, 2018.
- BALBINOTTI, Izabele. **A violência contra a mulher como expressão do patriarcado e do machismo.** Revista ESMESC, v.25, n.31, p. 239-264, 2018.
- CALEIRO, Regina Célia Lima. **Os processos-crime e os arquivos do Judiciário.** Dimensões, vol. 26, 2011, p. 302-320.
- CARCEDO CABAÑAS, Ana; SAGOT RODRÍGUEZ, Monserrat. **Femicídio en Costa Rica: balance mortal.** Medicina legal de Costa Rica, San José, v. 19, n. 1, mar. 2002.
- CORBIN, A. A influência da religião. VIGARARELLO, G. **História do corpo: da revolução à grande guerra.** 2º ed. Trad. João Batista Kreuch, Jaime Clasen. Petrópolis: vozes, 2008.
- KNIBIEHLER, Yvonne. **Virgindade, tema atual, tema de história.** São Paulo: Editora Contexto, 2016. trad. de Dilson Ferreira da Cruz. Paris: Odile Jacob, 2012.
- MACEDO, José Rivair. **A mulher na idade média.** 4º ed. São Paulo: contexto, 1999.
- MATOS, Paulo Roberto. **Virgindade, uma questão de honra: sexualidade feminina na São Luís republicana (1880-1920)** XXVII Simpósio Nacional de História conhecimento histórico e diálogo social. Natal-RN. 2013.
- MENEGHEL, S.N. *et al.* **Femicide: narratives of gender crimes.** Interface (Botucatu), v.17, n.46, p.523-33, jul./set. 2013.
- NORONHA, E. Magalhães. **Direito Penal.** 4. Ed. São Paulo: Saraiva, 1967. V.1.
- PORTELLA, Ana Paula. **Novas Faces da Violência contra as Mulheres.** Palestra proferida no Seminário Binacional Violência Contra a Mulher: Consequências Morais, Econômicas e Jurídicas. Recife, 02 a 04 de dezembro de 2004. UFPE.
- SOARES, D. B. **Análise jurídica do crime de Estupro.** Brasília mar. 2015. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.52686&seo=1>>. Acesso em: 09 de junho. 2021.
- SOUSA, Renata Floriano de. **Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra as mulheres.** Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. Estudos Feministas, Florianópolis, 2017.



TOMADA, José Manuel dos Santos Martins. **Virgens Mártires Discursos de religiosidade no cristianismo antigo**. UNIVERSIDADE DE LISBOA FACULDADE DE LETRAS, Dissertação Mestrado em História e Cultura das Religiões 2014.

VIEIRA, J. Alfredo Medeiros. **Noções de Criminologia**. São Paulo: Ledix, 1997.

# CAPÍTULO X

## EPILEPSIA: GÊNERO FEMININO NA PARAÍBA CONTEMPORÂNEA

DOI: 10.51859/AMPLLA.EGS297.1122-10

Maria Gorete Olimpio dos Santos <sup>1</sup>

### RESUMO

A pesquisa é voltada para as relações de gênero principalmente na historiografia que vem ganhando cada vez mais espaço. Assim como outros temas também começam a figurar, no campo da história, por exemplo a história das doenças. Esse movimento é de extrema importância pois possibilita conhecer e problematizar grupos esquecidos e marginalizados nas sociedades. Com esse objetivo, surge o nosso interesse em pensar nesses dois campos, e o recorte escolhido foi pensar a epilepsia na Paraíba a partir da experiência feminina. Selecionamos em particular uma entrevista realizada em 2013 na cidade de Pilões, trata-se de Rosa, mulher de 47 anos, casada e dona de casa. Mas, qual seria a importância de pensar a fala de uma mulher e a sua experiência com a neurose epilética? As experiências dos sujeitos estão atreladas a seus lugares sociais, a suas vivências e oportunidades ao longo de suas trajetórias, desta forma, a questão social, econômica, cultural e de gênero são fundamentais nesse processo de constituição dos sujeitos. Essas experiências marcam a construção de uma categoria chamada mulher que associadas a outras classificações pode tornar essas existências ainda mais difíceis, como é o caso das mulheres que possuem a neurose epilética. E é o que pretendemos analisar no decorrer desse artigo. Tentaremos problematizar os sentimentos de Rosa diante da doença. Para pensar nessa mulher, vamos dialogar com Jorge Larrosa (2002), com conceito de experiência Spivak (1942) com o conceito de subalternidade, Djamila Ribeiro (2020) com o conceito de lugar de fala e Angela Davis (1994).

**Palavras-chaves:** Relações de gênero. Epilepsia. Lugar social.

---

<sup>1</sup> Mestranda pelo Programa de pós-graduação em história (UFCG). anaguiaturismo@yahoo.com.br. Especialista em gênero e diversidade na escola, pela Universidade Federal da Paraíba. Professora concursada no município de Alagoa Grande/ PB. Guia de turismo regional/Nacional.

Não acredito que existam qualidades, valores, modos de vida especificamente femininos: seria admitir a existência de uma natureza feminina, quer dizer, aderir a um mito inventado pelos homens para prender as mulheres na sua condição de oprimidas. Não se trata para a mulher de se afirmar como mulher, mas de tornarem-se seres humanos na sua integridade.

Simone de Beauvoir

## 1. INTRODUÇÃO

Não é tão recente a produção em torno de pesquisas voltadas para as relações de gênero principalmente na historiografia. Com a abertura para pesquisas voltadas principalmente na área da história cultural, outros temas também começam a figurar, no campo da história, por exemplo a história das doenças. Esse movimento é de extrema importância pois possibilita conhecer e problematizar grupos esquecidos e marginalizados nas sociedades. Com esse objetivo, surge o nosso interesse em pensar nesses dois campos, e o recorte escolhido foi pensar a epilepsia na Paraíba a partir da experiência feminina.

A epilepsia até o século XIX era associada à loucura, já que os médicos desconheciam a rede neuronal, fundamental para o diagnóstico da doença. Além disso, muito do que se tinha acesso estava baseado nas manifestações clínicas e valores morais e cotidianos da época. Essa questão começa a mudar quando novas descobertas sobre o cérebro e seu funcionamento acontecem no século XX e a doença se distancia do quadro das doenças mentais. Na Paraíba esse movimento não foi diferente, apesar de ainda persistir discursos que associam a epilepsia a questões morais e até místicas. Na pesquisa monográfica elaborada em 2013 percebemos essas falas nos relatos dos entrevistados em que as causas da doença eram atribuídas muitas vezes, ao grau de parentesco entre os pais do paciente ou até mesmo possessão demoníaca. Foram vários entrevistados dentre eles mulheres e foram essas falas que nos chamaram a atenção para pensarmos a questão das relações de gênero e a experiência com a epilepsia.

Selecionamos em particular uma entrevista realizada em 2013 na cidade de Pilões na Paraíba, iremos chamar a entrevistada de Rosa mantendo assim em sigilo a sua identificação. Mas, antes de adentrarmos nas questões que iremos analisar, gostaríamos de enfatizar os objetivos e a importância de pensar a fala de uma mulher e a sua experiência com a neurose epilética. Qual seria a diferença entre um

homem e uma mulher ao falar de suas experiências associadas a epilepsia? Acreditamos que a própria historiografia e pesquisas em torno das relações de gênero já nos respondem em parte essa questão. As experiências dos sujeitos estão atreladas a seus lugares sociais, a suas vivências e oportunidades ao longo de suas trajetórias, desta forma, a questão social, econômica, cultural e de gênero são fundamentais nesse processo de constituição dos sujeitos. Poderíamos elencar uma série de discursos atribuídos ao longo de décadas que são associados ao feminino como a inferiorização de determinadas atividades como a doméstica, a diferença salarial entre homens e mulheres exercendo a mesma função e ainda os inúmeros discursos produzidos por uma sociedade patriarcal que inviabiliza uma série de experiências para as mulheres.

Se essas experiências por si só marcam a construção de uma categoria chamada mulher associadas a outras classificações pode tornar essas existências ainda mais difíceis, como é o caso das mulheres que possuem a neurose epilética. E é o que pretendemos analisar no decorrer desse artigo.

## 2. EPILEPSIA, RAÇA E GÊNERO

Santana (2006) ao analisar em seu trabalho, sobre a epilepsia, raça e gênero discorre como foi constituída uma fragilidade feminina relacionada com a emoção, tornando a mulher um objeto fragilizado. Assim, além das diferenças ligadas à classe social, a epilepsia também esteve atrelada por muito tempo à questão feminina. Muitos médicos associavam, o período menstrual como o mais propenso para as crises epiléticas, “nesse aspecto, a tese abre espaço para o imaginário tradicional sobre a doença, e para a crença popular da maior vulnerabilidade das mulheres às crises durante o período menstrual” (SANTANA, 2006, p. 66).

Logo a mulher era mais fraca e conseqüentemente menos racional que o homem, e por isso mais propensa para o aparecimento ou desenvolvimento da epilepsia. Neste sentido o gênero feminino de acordo com os discursos médicos até meados do século XIX, possuíam maior possibilidades de terem ou adquirir a doença epilepsia por sua condição biológica de “fragilidade”. Em outros relatos a medicina considerava a mulher histérica, o que gerava convulsões epiléticas.

Vários desses discursos criados para a epilepsia permaneceram no imaginário popular e atravessaram as décadas chegando ao século XXI. Poderíamos

falar que hoje a doença não é tratada mais dessa forma e que os/ as epiléticos podem ter uma vida normal, sem preconceitos em nossa sociedade. Mas não é bem assim que as coisas acontecem ou funcionam. Embora essas falas tenham mudado no discurso médico, ainda permanece no cotidiano de muitas pessoas que sentem vergonha e medo de assumirem enquanto doentes de epilepsia.

Araújo (2002) ao falar sobre a epilepsia sair das sombras e fazer parte das discussões nas escolas fala de uma situação-experiência dada por uma professora de ensino fundamental de uma escola pública na cidade de Campinas, São Paulo:

A turma era de quarta série e a professora Dirce estava percorrendo os grupos que faziam trabalhos sobre a independência do Brasil. De repente, ouviu-se o barulho forte de uma carteira e livros caindo no chão. Todos olharam para o local e logo perceberam que Marli, uma aluna da classe, estava ao solo se contorcendo, tremendo e se debatendo. [...]. Depois de alguns poucos minutos Marli começou a melhorar e se recuperar dos efeitos da crise epilética que havia sofrido. Só então a professora Dirce venceu seu quadro de paralisia e meio que sem saber o que fazer foi afastando as crianças, se aproximou de Marli e lhe levou para a Diretoria. Ninguém mais conseguiu assistir aulas naquele dia e a notícia rapidamente espalhou-se por toda a escola. A história, porém, não terminou por aí e suas consequências estenderam-se por muito tempo! A professora não sabia o que fazer e decidiu ignorar o que havia acontecido, nunca mais tocando no assunto. O mais grave, porém, foi a discriminação que passou a sofrer Marli, na sua turma e na escola. Além de ter perdido algumas amigas, cujas mães proibiram que brincassem com ela ou sentassem-se a seu lado na classe, ela passou a ser alvo de chacotas, brincadeiras e teorias variadas que as crianças traziam de casa para explicar sua situação. Alguns diziam que ela havia sido tomada por demônios; outros que ela era louca; ou que ela estava usando drogas escondido; e ainda que fosse deficiente mental. Infelizmente, o final desta história terminou com Marli, sentindo-se discriminada pelos colegas e acreditando nas teorias que lhe apresentavam para explicar o que tinha, decidindo abandonar a escola e não mais estudar. (ARAÚJO, 2002, p.1).

O relato é longo, mas necessário para pensarmos que questões como essas não são do início do século passado, que infelizmente estão cada vez mais presentes nas escolas, no espaço de trabalho, nas universidades, na sociedade. Marli, uma menina, desiste da escola, se esconde e se enclausura em sua própria casa. Marli não foi acolhida com a sua condição de ser menina e epilética. Quantas Marli desistiram de frequentar escolas, universidades e trabalhos? Quantas Marli desistiram de viver, bem como procuravam se enquadrar em padrões estabelecidos como verdades absolutas e normatizantes. Os discursos construídos e constituídos para meninas e mulheres do que é ser menina “normal” faz um caminho contrário da doença epilepsia. Quantas Marli, Marias, Rosas perderam possibilidades de serem aceitas

com suas particularidades, singularidades e pluralidades. E destacando que ter e ser epiléptica não é uma escolha é uma condição dada.

Pensando na condição de Marli, também conseguimos estabelecer algumas reflexões acerca das falas da nossa interlocutora.

Rosa, no momento da entrevista possuía 47 anos e afirmava ter a doença epilepsia desde a infância. Sua cor, segundo a mesma era parda, pertencia a religião católica, casada e possuía cinco filhos, que na sua fala eram saudáveis. Convivia com seu esposo, filhos e sua mãe. Sua residência na época da entrevista, era localizada na periferia da cidade de Pilões, sua profissão era dona de casa e agricultora.

A entrevistada está em um lugar historicamente construído para a subalternidade. A categoria mulher é pensada e colocada nesse espaço vista como inferior ao gênero masculino. O subalterno como sujeito feminino não pode ser ouvido SPIVAK (1942, p.162). E quando esse subalterno possui uma síndrome neurose? Essa subalternidade aumenta em todos os sentidos os preconceitos sociais, bem como inferioridade. Essa mulher não tem vez e fala. E o que era difícil em uma mulher considerada normal, neste campo, a mulher será vista como aquela que não merece credibilidade e respeito, assemelhando seu comportamento com o de uma criança.

Segundo SPIVAK (1942), o subalterno não pode falar. Não há valor algum atribuído à “mulher” como um item respeitoso nas listas de prioridades globais. Imagina uma mulher, e ainda mais com epilepsia? A nossa entrevistada é marcada e atravessada por esses padrões socialmente construídos e afirmados em cada instituição social.

Esses padrões a que nos referimos estão associados aos discursos que são produzidos e atravessam corpos como o de Rosa. Foucault em sua obra “A ordem do discurso” relata o quanto são perigosos já que eles criam experiências, formas de se sentir e estar no mundo.

Mas o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde afinal está o perigo?

{.....} Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seus acontecimentos aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1970, p.8).



E o autor ainda acrescenta: “Por mais que o discurso seja aparentemente pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder” (FOUCAULT, 1970, p.10). Assim, a epilepsia em si não era condição de engessamento, mas os discursos e práticas produzidos sobre ela sim, discursivos, estigmatizantes, pejorativos e insensíveis.

Em a ordem do discurso o autor ainda relata acerca da replicação discursiva.

Em primeiro lugar, o comentário. Suponho, mas sem ter muita certeza, que não há sociedade onde não existam narrativas maiores que se contam, se repetem e se fazem varia; fórmulas, textos, conjuntos ritualizados de discursos que narram, conformem circunstâncias bem determinadas; coisas ditas uma vez e que se conservam, porque nelas se imagina haver algo como um segredo ou uma riqueza. Em suma, pode se supor que há, muito regularmente nas sociedades, uma espécie de desnivelamento entre os discursos: os discursos que “se dizem” no correr dos dias e das trocas, e que passam com o ato mesmo que os pronunciou; e os discursos que estão na origem de certo número de atos novos de fala que o retomam, os transformam ou falam deles, ou seja, os discursos que, indefinidamente, para além de sua formulação, são ditos, permanecem ditos, e estão ainda por dizer (FOUCAULT, p.1984, p. 21).

Da mesma forma, ocorreu com a epilepsia, os saberes foram formulando discursos e ao longo do processo histórico esses discursos foram replicados, ditos, reditos, reformulados, ressignificados para cada contexto social, cultural e anseio de cada época. E esses discursos médicos e jurídicos estão em constante movimento e circulam no meio social e dependendo de cada sociedade e desejo da época esses enunciados podem ser perigosos para os sujeitos inseridos nessas falas.

A nossa interlocutora relata que não prosseguiu os estudos por sua família afirmar que “ela tinha o juízo fraco para estudar”, e que iria causar crises epiléticas a dedicação ao trabalho intelectual. Também relata que ouvia de sua família que seus filhos e filhas teriam a doença. E ela relatou, que sentiu muito medo de ser mãe e passar a doenças para seus filhos e filhas. Ela não estudou, porém casou e teve filhos, mas os discursos e práticas continuaram marcando sua trajetória de vida, bem como seu cotidiano.

A entrevistada ainda revela que durante muito tempo acreditou que nenhum homem iria querer constituir família com ela, por conta da doença. Acrescentou que não se percebia como outras mulheres consideradas normais. Pesquisas confirmam que entre as mulheres de menor poder aquisitivo e baixa escolaridade o casamento

é o principal desejo, principalmente porque representa a possibilidade de uma vida melhor. O que reforça a importância de pensar que as condições sociais e econômicas costumam pesar mais quando relacionadas ao gênero feminino. Para Rosa, ser uma mulher "normal" era ter um marido e filhos, valores que devia circular em seu contexto social.

Ainda sobre o medo da exclusão, os autores como Marchetti, Castro, Kurcgant, Cremonese, e Neto, citam as causas que provocam no portador de epilepsia medo, isolamento e exclusão social:

Epilepsia foi frequentemente considerada uma doença provocada por causas sobrenaturais, e como consequência, pessoas com epilepsia têm sido mantidas afastadas do resto da sociedade. Nos Estados Unidos, exclusão de pessoas com epilepsia de locais públicos e leis eugênicas proibindo o casamento de pessoas com epilepsia existiam até a década de 1970. Havia 18 estados com leis eugênicas de esterilização para pessoas com epilepsia até o ano de 1956. No Reino Unido, leis proibindo o casamento de pessoas com epilepsia foram abolidas apenas em 1970. Em algumas partes da Ásia, são ainda práticas comuns negação ou anulação do casamento por causa de epilepsia. Na China, 31% das pessoas pesquisadas recentemente consideraram que pessoas com epilepsia não deveriam ser empregadas (Kale, 1997; Who, 1997). Este estigma imposto sobre pessoas com epilepsia afeta as suas famílias, vida social, emprego, perspectivas conjugais e autoestima. As pessoas com epilepsia comumente escondem o seu problema. Pelo fato de ser uma doença oculta, a epilepsia persistiu como uma das mais negligenciadas condições médicas, o que explica, ao menos em parte, a importante lacuna de tratamento (ANDERMANN apud MARCHETTI, CASTRO, KURCGANT, CREMONESE, NETO, f/d, p.3).

Os autores se debruçam e tentam historicizar os caminhos e discursos que a epilepsia percorreu, trazendo dados de outros países quanto à forma de pensar e produzir o sujeito epilético. É importante salientar que esses discursos tornam o paciente de epilepsia como sujeito inútil, inválido, incapaz e o estigma afetando sua vida privada e social. Contudo, percebemos o quanto esses discursos ultrapassam gerações e produzem o medo, receio, depressão e recusas de aceitar o diferente. Rosa neste caso, sentia necessidade de aceitação da sociedade, mas esta não a aceitava. Sendo assim só lhe resta idealizar dias melhores.

Neste contexto, a nossa interlocutora busca se enquadrar em um lugar social para se identificar, o lugar de pertencimento. Com efeito, os discursos e práticas não permitem que a nossa interlocutora tenha um lugar social de identificação positiva.

As práticas e discursos a enquadram no lugar da louca, da doente, da anormal e da possuídas por demônios.

Rosa comentou que já procurou uma senhora do centro espírita. Percebemos que ela não consegue diferenciar as religiões, pois, falou de se tratar de uma mesa branca e tinha pai de santo, conseguimos identificar que seria uma religião de matriz africana. Como ela mesma menciona ao ser questionada: Já fez algum tratamento tipo caseiro, simpatia, ou procurou rezadeira? Pode nos relatar?

"Sim, eu já fiz. Fui ao centro espírita e a mulher do centro disse que eu tinha um encosto. Mandou parar de tomar os remédios, eu parei. E disse que meu problema seria resolvido. Pois ela iria tirar o encosto de mim". (Entrevistada (A), 2013, p.2).

Segundo a entrevistada, a mulher que a rezou lhe disse que iria retirar o suposto encosto que lhe causava a doença epilepsia. A entrevistada admite ter feito simpatias, no entanto se arrepende, pois segundo ela, "não adiantou nada". Embora a interlocutora admita que a melhor forma de tratar a doença seja o saber médico científico, já pensou, buscou explicação e práticas no divino, mítico, na religião, bem como, na simbologia e representações, porque embora o encosto não seja o próprio demônio, possui uma associação com o mal e, portanto, com o representante do mal, já que a patologia não seria benéfica, visto que as crises se aproximam das representações em torno das possessões diabólicas.

Esse pensamento possui uma eficácia, que denominamos simbólica. A cada previsão confirmada, a cada doente que se recupera através de uma representação mágica, enfim, quanto mais se acredita na força intrínseca do ritual, mais fortalecidos e eficazes se tornam os praticantes da magia. Quando as previsões não ocorrem, é sempre possível atribuir o insucesso à ação de forças contrárias. Assim o pensamento mágico somente se torna eficaz quando se acredita nele (CARRARA, 2007, p.2).

Neste contexto, para as pessoas que pensam e trabalham com os conceitos de simbologia e pensamentos mágicos, a cura ou o problema só é resolvido se existir credibilidade. O acreditar é o que faz a mágica acontecer.

A convulsão foi analisada por Foucault (2001) em os Anormais, sobre essa questão o filósofo cita:

A carne convulsiva é o corpo atravessado pelo direito de exame, o corpo submetido à obrigação da confissão exaustiva e o corpo eriçado contra esse direito de exame, eriçado contra a obrigação da confissão exaustiva. É o corpo que se opõe à regra do discurso completo seja o mutismo, seja, o grito. É o corpo que opõe a regra da direção obediente aos grandes abalos da revolta involuntária, ou também as pequenas traições das complacências secretas. A carne convulsiva é ao mesmo tempo o efeito último é o ponto de retorno desses mecanismos de investimentos corporais que a nova vaga de cristianização havia organizado no século XVI. A carne convulsiva é o efeito da resistência dessa cristianização no nível dos corpos individuais. (FOUCAULT, 2001, p. 270).

Desta forma, os discursos construídos tanto pela religião quanto pela ciência buscam controlar os sujeitos tidos como “anormais, diferentes, epiléticos”. Buscam o controle desses corpos rebeldes e indisciplinados. E assim, os discursos foram construídos como mecanismos de controle para dominar os sujeitos, não somente os seus corpos, mas também suas mentes, adquirindo com isso, poder e legitimação. Já que a neurose epilepsia descontrola o corpo, fugindo assim do controle da medicina considerada legal. E tudo que foge do controle da ciência, é inexplicável, e portanto, está na categoria do mal, das forças malignas.

Outro ponto que destacamos na referida entrevista foi sobre a falta de conhecimento da patologia por parte da sociedade, gerando assim no doente de epilepsia, tristeza, dor e exclusão social. Como menciona a entrevistada (Rosa):

As pessoas veem os “portadores” de epilepsia com preconceito. Existe muito preconceito, as pessoas pensam que a doença é transmitida pelo contato pela boca, pelos objetos utilizados pelo portador, aconteceu um caso comigo, eu estava chupando picolé, uma criança me pediu e quando eu dei, o pai tomou da mão da criança e disse que ela não podia chupar porque eu tinha colocado na boca. A criança chorou muito e eu também chorei por dentro de tristeza, foi muita tristeza, *pareceu que aquele homem me deu uma facada no peito, doeu muito! Meu coração ficou muito triste* (Grifo nosso: nesse momento fez uma pausa, seus olhos brilharam, senti muita emoção de sua parte e angústia. Ao relatar o acontecimento) (ROSA, 2013, p.3).

Rosa apesar de ser assumida como portadora de epilepsia para seus amigos, vizinhos(as), colegas, deixa evidente que sofre com os preconceitos sociais acerca de possuir a doença e lamenta os preconceitos que ela própria vivenciou e ainda vivência. Ainda acrescenta a falta de políticas públicas para o tratamento básico da patologia, como medicamentos para controlar as crises e um médico especialista na doença, no caso, um neurologista.

Observamos na entrevista, o medo de ter crises, apesar de afirmar ter avisos prévios com antecedência das crises, o que os médicos chamam de Aura, e as crises serem apenas noturnas. O medo de ter uma nova crise é evidente em suas palavras. O medo faz parte do cotidiano desses sujeitos que tentam conviver com ele.

Outra questão que nos chamou atenção naquela entrevista foi o ânimo, a força de vontade, a coragem e determinação, até porque, a entrevistada foi a única dos cinco (as) entrevistados(as) que afirmaram ser assumida enquanto doentes de epilepsia.

Analisando essa questão podemos pensar que tem relações com a aceitação familiar e o fato de as crises epiléticas serem apenas noturnas, davam maior segurança e tranquilidade à entrevistada. Além disso, ela é bem informada e sabe lidar com a patologia, fazendo separações do que faz parte da doença e o que é preconceito e discursos. Neste sentido, a interlocutora destaca na entrevista a necessidade de informações como ferramentas de combate aos preconceitos sociais.

Ao ser questionada acerca de políticas públicas e leis que ampare e auxilie os doentes de epilepsia quanto à questão do preconceito, a entrevistada relata:

Sim, claro, eu gostaria muito, assim não ia acontecer o que aconteceu comigo, como foi o caso do picolé. Seria evitado. Além disso, eu gasto muito com medicamentos, nunca tem na farmácia básica do município. Não conheço nenhuma mulher daqui que fale sobre a doença. Ninguém fala, todos tem medo de falar, mas sei que muita gente daqui da cidade tem a doença. (ROSA, 2013, p.1).

Sobre essa questão do lugar de fala, do medo de falar vamos dialogar com Djamila Ribeiro.

Existe nesse espaço uma disputa de narrativa, mas ainda aquém do ideal por conta de barreiras institucionais que impedem o acesso de vozes dissonantes. Como expressar – se não é um direito garantido a todos e todas- ainda há a necessidade de democratização e um rompimento de um monopólio (RIBEIRO, 2019, p.86).

Neste sentido a autora afirma que existem barreiras institucionais que impedem grupos e pessoas de falarem serem ouvidos, e essas falas não interessam ao poder, aos grupos construídos como hegemônicos.

A autora ainda acrescenta a importância dessas vozes na sociedade e o que elas causam e podem causar e principalmente demonstrar que existem grupos

diversos com necessidades plurais e que devem ser inseridos na sociedade como pessoas que tem lugar de fala e precisam ser ouvidos.

Friso que mesmo diante dos limites impostos, vozes dissonantes têm conseguidos produzir ruídos e rachaduras na narrativa hegemônica, o que muitas vezes desonestamente, faz com que essas vozes sejam acusadas de agressivas por lutarem contra a violência do silêncio (RIBEIRO, 2019, p.86).

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta feitura a nossa entrevistada foi ouvida e destacou pontos importantíssimos para sabermos acerca dos grupos que foram silenciados e ainda o são, em nome dos padrões, da cultura patriarcal e da normalidade. Logo o nosso trabalho enquanto pesquisador é tecer essas discussões no espaço acadêmico, bem como na sociedade e criar espaços para que esses grupos sejam ouvidos e principalmente terem um lugar de fala, saírem da subalternidade, da inferioridade e dos padrões estabelecidos como verdades, provocar rachaduras e até tremores com suas falas e demonstrar sua existência. Vivenciar e experienciar como relata Jorge Larrosa: “A experiência é o que nos passa, o que nos acontece. O que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém ao mesmo tempo, quase nada nos acontece.” (LARROSA, 2020, p.22).

Rosa foi passando pela experiência que a tocou e marcou sua história de vida e esperamos que sua vida também nos toque, que sua história possa nos atravessar e que possamos viver em um mundo mais sensível, empático e que as diferenças sejam apenas outras formas de estar no mundo tão válidas como qualquer outra.

### REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Ulisses S. Epilepsia e Educação: Perspectiva de prevenção e formação. Com ciência- Neurociência: Labjor – Unicamp, nº34, 2002.
- BONDÍA, Jorge Larrosa, Notas sobre a experiência e o saber da experiência. In: Revista Brasileira da Educação, Nº 19, Jan/Fev/Mar/Abr, Rio de Janeiro: ANPED, 2002.



- CARRARA, Douglas. O saber popular médico e conhecimento científico. 2007. Disponível em: <http://www.recantosdasletras.com.br/artigos/221103>. Último acesso 21/07/13 às 15:00 h.
- DAVIS Ângela, 1994. Mulheres, raça e classe/ Ângela Davis; Tradução Heci Regina Candiani, - 1.ed.-São Paulo: Boitempo, 2016.
- FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: Aula inaugural no collége de France, pronunciada em 02 de dezembro em 1970.19ed. São Paulo: edições Loyola 2009<sup>a</sup>.
- \_\_\_\_\_. Os Anormais: Curso no collége de France (1974-1975). Tradução Eduardo Brandão. Martins Fontes: São Paulo, 2001. (Coleção tópico).
- HOOKS, Bell. E eu, não sou mulher? Mulheres negras e feminismo/bel Hooks; Tradução Bhuvli Libanio. – 6<sup>a</sup>ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2020.
- MARCHERT, Renato Luiz; CASTO, Ana Paula Werneck; KURCGANT, Daniela; CREMONESE, Evelyn;NETO,josé Galluci. Transtornos mentais associados à epilepsia. Disponível em: <http://www.hcet.usp.br/ipg/%20revista/%20vol%2032,%20n3/%20170.%20Html>.
- RIBEIRO, Djamila. Lugar de fala/ Djamila Ribeiro. - São Paulo: Sueli Carneiro;Editora Jandaíra, 2020.
- SANTANA, Aderivaldo Ramos. Epilepsia: raça e gênero. Preconceito e pensamentos médicos brasileiro 1859-1906. Departamento de História – PUC-RIO, Rio de Janeiro: dezembro de 2006.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.

# CAPÍTULO XI

## MULHERES QUE CURAM: PRÁTICAS E EXPERIÊNCIAS COM AS REZAS

DOI: 10.51859/AMPLLA.EGS297.1122-11

Roberto Ramon Queiroz de Assis <sup>1</sup>

### RESUMO

Este texto tem por objetivo discutir sobre a dimensão da experiência feminina com a arte de cura das rezas. As problematizações partem da análise de um conjunto de trabalhos que versam sobre a temática, bem como das histórias narradas pela rezadeira Maria Josefa. Assim, buscamos notar os enquadramentos que são produzidos para a mulher que reza, tanto a partir da literatura quanto por meio de relatos que dizem respeito ao ofício da benzedura. A discussão tecida nesse texto fundamenta-se, sobretudo, no conceito de experiência postulado por Jorge Larrosa (2015), mas autoras como Gayatri Spivak (2010) e Judith Butler (2003) também foram acionadas para pensar a subalternidade das rezadeiras, suas impossibilidades de fala e a condição feminina nas artes de cura e; pensar a questão de gênero e da cultura como produtores de lugares para o feminino. Por fim, destacamos que a dimensão da experiência dessas mulheres foi muito importante para muitas famílias, principalmente ao considerarmos que o acesso aos serviços de saúde nem sempre foi como é atualmente. Contudo, ser rezadeira é conquistar um lugar para o feminino e manter viva uma cultura, é neste sentido que tal arte de cura está entrelaçada por relações de gênero que vão desde a transmissão até a promoção das curas.

**Palavras-chaves:** Mulher. Rezadeira. Artes de Cura. Experiência. Cultura.

---

<sup>1</sup> Graduado em História pelo Centro Formador de Professores de Cajazeiras da Universidade Federal de Campina Grande (CFP-UFCG), Especialista em Etnologia Indígena (FAVENI) e mestrando em História, Cultura e Sociedade no Centro de Humanidade da UFCG na linha de pesquisa História Cultural das Práticas Educativas.

# 1. INTRODUÇÃO

É importante dizer que cada ser humano carrega consigo uma cultura, bem como uma verdade que para ele se encaixa perfeitamente em sua vida atribuindo a mesma grandes significados. Desta maneira, não é apenas sobre verdade, mas sobre pontos de vista e perspectivas de vida. Neste sentido Foucault (1979, p. 113) faz a seguinte reflexão:

No fundo da prática científica existe um discurso que diz: "nem tudo é verdadeiro; mas em todo lugar e a todo o momento existe uma verdade a ser dita e a ser vista, uma verdade talvez adormecida, mas que, no entanto, está somente à espera de nosso olhar para aparecer, à espera de nossa mão para ser desvelada".

A partir deste pensamento podemos dizer que o historiador usa o seu saber para desvelar verdades que não foram ditas, pois a prática historiográfica implica possuir um olhar atento para desnaturalizar coisas, já que de tanto serem reproduzidas, aceitas, imitadas na forma que são dadas, estas acabam criando verdades que também escondem outras que poderiam ser ditas. No entanto, na pior das hipóteses, elas sucumbem à essência do "eu".

Assim, ao falar sobre o que é "verdadeiro" não podemos deixar de destacar a importância do discurso. Quando os discursos são construídos, seja para reforçar ou romper verdades, ele silencia alguém, pela incapacidade que temos de expressar as coisas em sua totalidade. E, por existir esse espaço entre o que é falado e sobre quem se fala, uma ausência é suprida por discursos, falas, imagens e até mesmo números estatísticos que muitas das vezes enquadram o outro em um cenário que o sufoca e retira sua voz (SPIVAK, 2010).

Desta forma, não se trata apenas de falar sobre o "verdadeiro", mas sobre o "eu" e acima de tudo sobre o que é verdadeiro para alguém. Neste sentido, devemos ser conscientes da incompletude dos nossos textos e sabermos que os seus discursos, que envolvem uma relação de saber/poder, produzem um dizer sobre o outro que nem sempre consideram o seu "eu".

Assim, o "eu" íntimo que aqui busco desvelar refere-se à experiência das mulheres que rezam. Chamá-las assim torna-se mais pertinente do que usar apenas rezadeira, pois estas agentes de cura não são apenas rezadeiras, mas também

mulheres e, por isso, desempenham outros papéis. Muitas delas são donas de casa, mães e mulheres que possuem seu espaço no mercado de trabalho e, por isso, desempenham outras funções que também as constituem enquanto pessoa.

Entretanto, notamos que pouco se fala sobre a sua vida e das experiências de uma mulher que reza. O conjunto de trabalhos que versam sobre a temática muitas vezes inviabiliza esse lugar de fala, por enquadrá-las em um cenário mágico e religioso onde não cabe a sua vida, suas experiências, o seu “eu”.

Mas o que é ser rezadeira? Falar da mulher que reza é, portanto, falar daquela que está por trás dos benzimentos. Sobretudo, daquela que busca nas orações um auxílio e um socorro para alguém. É sobre esta mulher que teve o seu corpo e o seu íntimo, escondido por outras camadas: sociais, culturais, políticas, familiares, econômicas e até mesmo acadêmicas, uma vez que se propuseram a produzir uma linguagem que busca gravar marcas no seu corpo que pouco definem sua essência.

Desta forma, é por carregar sincero afeto pela temática desenvolvida neste texto, que esta escrita é também uma queixa e parte de uma inquietação que considera as ideias de Michel Foucault (1979) que no texto *Microfísica do poder*, citado na epígrafe deste artigo, nos alertava para as verdades que são construídas sobre os objetos e as coisas, as verdades que dotam os corpos, práticas e os costumes de uma particularidade que nem sempre é natural a eles.

Portanto, é a partir desta inquietação sobre a falta de interpretação do “eu” das mulheres que rezam que pretendemos romper uma “verdade” e enxergar sob uma nova ótica aquilo que pouco se fala sobre as rezadeiras. Mostrar que as rezas podem ser entendidas também através das experiências que estão presentes em suas vidas e não apenas pela perspectiva religiosa. Assim, proponho um novo modo de vê-las e entendê-las, privilegiando, desta maneira, suas experiências enquanto rezadoras.

Este texto tem por objetivo problematizar e explorar a dimensão da experiência contida nas rezas. Para isso, tomamos como exemplo as histórias narradas por Maria Josefa do Nascimento, rezadeira que mora na cidade de São José de Piranhas na Paraíba, bem como um conjunto de trabalhos que versam sobre a temática.

Com o intuito de alcançar os nossos objetivos, optamos por distribuir o texto em duas partes. A primeira, denominada “*Os enquadros da reza*” trata das rezas,

como são efetivadas e como se destinam. E, a segunda, denominada “*A experiência de ser rezadeira*” busca explorar a dimensão das experiências de uma rezadeira. Para este segundo tópico consideramos as histórias narradas por Maria Josefa, praticante do ofício das rezas em uma comunidade rural do alto sertão paraibano, local em que viveu parte de sua vida.

## 2. OS ENQUADROS DA REZA

As artes de curar das rezadeiras na literatura regionalista do Nordeste são, costumeiramente, enquadradas dentro das tradições folclóricas. Muitas das vezes as pessoas que realizam esses atos, que são em sua grande maioria do gênero feminino, são vistas por olhos duvidosos, tendo, desta maneira, sua imagem distorcida. E, foi assim que diversas mulheres passaram de virtuosas a feiticeiras ao longo da história<sup>2</sup>.

Assim, diante deste caráter ambíguo das rezas, podemos destacar duas suposições, que são também interpretações diferentes sobre o ato da reza e dos benzimentos. A primeira diz respeito à ancestralidade das rezas, que sem dúvida possuem uma relação com a figura das mulheres tidas como bruxas no medievo por suas habilidades em lidar com os elementos da natureza. Estas mulheres faziam chás, unguentos e realizavam partos.

No entanto, o cristianismo foi um dos responsáveis por desqualificar esse saber popular e criar essa imagem sobre as curadoras. Já numa segunda compreensão da reza, foram essas mulheres e suas artes de curar que ofertaram saúde para toda uma população que delas precisavam (MIRANDA, 2017)<sup>3</sup>.

Diante do que foi acentuado, uma coisa é inegável: as pessoas, em tempos distintos, recorrem a elas para curar suas enfermidades. De acordo com Theotonio (2011, p. 34) “essa prática de cura se completa apenas com a junção de três elementos essenciais: a rezadeira, aquele que é rezado e a palavra portadora da

---

<sup>2</sup> Para mais considerações sobre as ressonâncias da imagem da bruxa no medievo com as rezadeiras na atualidade ver os artigos: “Das vassouras aos ramos: o arquétipo das benzedadeiras nas antigas bruxas medievais” (AZEVEDO, 2015) e “Das bruxas, saludadoras, santeiras, cuspidadeiras e meigas europeias às atuais rezadeiras tradicionais brasileiras” (CÂMARA, 2020).

<sup>3</sup> Outros aspectos podem ser citados acerca da perseguição e subjugação das artes de cura popular, como a das rezadeiras, das quais citamos o avanço das práticas biomédicas, que com seu saber calcado no cientificismo buscava a afastar cada vez mais as artes de cura do empirismo do saber popular, nesse contexto, rezadoras, curandeiros, sangradores e barbeiros passam a ser perseguidos.

cura”. Assim, cabe dizer que as rezadeiras utilizam de um conjunto de orações para curar as enfermidades e esse poder está intrinsecamente ligado à sua fé.

É interessante entender o que é a rezadeira e como as artes de cura são realizadas por elas. De acordo com Câmara Cascudo (2001, p. 641) “A rezadeira, mulher de virtude, feiticeira etc., é figura imutável no cenário psicológico, inseparável e fatal em todos os momentos de dor mais teimosa ou de mágoa mais resistente”. As rezadeiras curam um vasto grupo de doenças que vão desde problemas físicos, espirituais e acidentes. Este ritual inclui a invocação aos Santos e a utilização de instrumentos para auxiliar nas curas, como cordões, ramos, garrafas, remédios caseiros e naturais, simpatias, bem como utilização de gestos como o sinal da cruz, etc.

Para Lucas Santos (2019, p.24) a reza está envolta de uma tradição que se baseia na oralidade, nesta perspectiva o autor descreve o ato de rezar da seguinte maneira: “onde as orações que são rezadas pelas senhoras rezadeiras no momento do ritual é feito de maneira oral, em voz baixa, a fim de manter aquilo que é tradicional a elas e que é transmitido de geração em geração”.

Assim, observamos que a eficácia da arte de curar é promovida com base em um conjunto de elementos, dentre eles a palavra. A palavra em conjunto com outros elementos, como a crença, por exemplo, é que promovem uma eficácia simbólica, no que diz respeito à cura de enfermidades. A magia só é efetivada por que existe entre os seus praticantes rezado e rezadeira, uma crença de que de fato elas curam (QUINTANA, 1999; LÉVI-STRAUSS, 1991).

É pertinente dizer que a realização das rezas, bem como a utilização de ramos, plantas e a prescrição de chás precisam de muitas habilidades para ser realizadas, isso engloba tanto gestos quanto experiências. Os sujeitos que lidam com tais elementos são, sobretudo, mulheres que passam por um processo de formação. Estas mulheres são educadas para responder a um conjunto de valores da sociedade em que estão inseridas.

Mas como essas mulheres adquirem esse saber? Trata-se de um saber transmitido. Para melhor compreensão, destacamos duas vertentes distintas. A primeira está postulada no trabalho de Andrea Theotônio em que a mesma afirma que “O processo de iniciação pode ser pela transmissão de alguém da família que já rezava seja a mãe, tia, madrinha ou uma rezadeira da própria redondeza”



(THEOTONIO, 2011, p.37). Neste sentido, o conhecimento das rezas era transmitido através das relações familiares e foi assim que essa cultura se manteve viva na sociedade.

A segunda perspectiva de transmissão do saber das rezas trata de que as rezas são transmitidas apenas de mulher para homem e de homem para mulher. De acordo com Santos (2019, p.24) “esse fato, se contrariado, acabaria ocasionando o ‘enfraquecimento’ de suas orações”. Uma vez que no fundo das práticas de cura existe uma relação simbólica, por isso este cuidado vai desde o aplicar as curas até o ato de receber o ofício.

Diante dessas reflexões, cabe discorrer sobre como a igreja compreende as práticas das rezas e como as mulheres rezadeiras são vistas num cenário religioso. De acordo com Theotônio (2011, p. 94) a igreja reitera a sua classificação da rezadeira afirmando que “como exemplos de religiosidade popular inserida no universo católico e submisso a autoridade dos padres”. Além disso, a autora acrescenta que apesar de existir a representação da mulher religiosa “[...] a Igreja não reconhece o papel de liderança das mulheres, nem a respeitabilidade que estas possuem, ao serem reconhecidas pela comunidade, como portadoras de um saber específico e benéfico” (THEOTONIO, 2011, p.94).

Assim, embora ocupe o lugar de rezadeira, as mulheres não são reconhecidas como líderes. Essa visão enraizada sobre as mulheres ainda vive dentro da religião. Já que a cobrança feita sobre a mulher não se limita apenas ao espaço da igreja, pelo contrário, também as acompanha até seus lares. Desta forma, estamos diante de uma perspectiva de mulher que deve prezar por sua honra para ser futura mãe de família, devidamente apta para educar seus filhos segundo os preceitos católicos que as acompanham em sua vida.

A instrução para a conduta feminina é notada na educação das mulheres rezadeiras. Nos argumentos levantados observamos que existe uma correlação entre gênero, sociedade e sexo biológico. Judith Butler (2003) nos alerta que essa noção de gênero como uma construção social revela um determinismo da cultura sobre esses papéis.

Quando a ‘cultura’ relevante que ‘constrói’ o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é o

destino. Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino (BUTLER, 2003, p.26).

A partir desta reflexão, cabe ressaltar que quando falamos dos lugares que são resguardados para o feminino e para a rezadeira, devemos ter em mente que a cultura, mais que o sexo biológico, é quem reforça e constrói cada lugar que essa mulher deve ocupar.

É também neste contexto que aparece a figura da mãe cuidadora. Esta deve ser uma mulher apta a reconhecer as enfermidades dos seus filhos e saber tratá-las. Aqui vemos que “os valores da rezadeira e da medicina são reconhecidos e acessados conforme a necessidade e o reconhecimento que a família faz de cada situação” onde a mulher tem que saber lidar com as doenças dentro do ambiente familiar que “pressupõe um conjunto de saberes acumulados, além da interferência da comunidade: vizinhos, familiares, o próprio agente comunitário de saúde, que opinam sobre a melhor estratégia para enfrentar a doença” (THEOTONIO, 2011, p.71).

No que se refere à saúde das crianças “quando algo não está bem, mesmo que essa descrição não seja objetiva, a mãe percebe o início da apresentação dos sintomas de determinada doença” (THEOTONIO, 2011, p.72). Desse modo, concordamos com a autora ao afirmar que “esse cuidado com a saúde da família está associado à figura materna, é a mãe que observa os membros da família e, muitas vezes, percebe sinais sutis de que algo está fora do equilíbrio” (p.71)<sup>4</sup>.

A discussão realizada ao longo deste tópico, sem dúvida, nos deu informações para compreendermos um pouco sobre a rezadeira. O que/como elas fazem, os instrumentos utilizados, como este saber é transmitido e também como a cultura é uma grande influenciadora para este ofício. Notadamente essas mulheres estão marcadas pelos elementos da sua cultura, evidenciados na sua religiosidade e função social, em que se remete a ela a cura, a maternidade e o conhecimento ancestral.

---

<sup>4</sup> A princípio, a rezadeira não foge desses enquadres que são dados às mulheres (uma heterossexualidade, normativa e compulsória) e como sujeitos sociais, estão expostas aos julgamentos de valores e a moralização dos seus corpos pela cultura, onde se produz uma imagem de que as mulheres “estão à frente de tudo”, e apontam as mulheres rezadeiras como “uma expressão de fé” (THEOTONIO, 2011, p.95).

### 3. A EXPERIÊNCIA DE SER REZADEIRA

Sem dúvida, a vida das rezadeiras é marcada por uma experiência que está pautada em sua ancestralidade e seu conhecimento popular. Trata-se da experiência vivida por mulheres como Maria Josefa - rezadeira da cidade São José de Piranhas na Paraíba - que abrem as portas do seu lar para atender diversas pessoas que acreditam no seu ofício.

Maria Josefa que é rezadeira desde os seus 40 anos de idade, atualmente, aos 76 anos ainda permanece atuante no ofício. A mesma teve sua vida inteira ligada ao campo e a agricultura. Educada por seus pais, Maria não teve muito acesso a educação, apenas o suficiente para saber ler e escrever. Aos 15 anos de idade casou-se. Passou por grandes dificuldades, o que, infelizmente, era comum para as mulheres da última metade do século passado. Maria teve 16 gestações com partos feitos em casa por parteiras. Destas 16 sementes que foram plantadas no ventre de Maria apenas 12 vingaram. Rezadeira e mulher, cheia de marcas, mas também muitas experiências, esta é Maria Josefa.

Assim, é importante dizer que mulheres como Maria Josefa, ao encontrarem a reza tornam-se sujeitos da experiência e são essas mesmas experiências que tratam de adicionar marcas em suas memórias. A experiência a qual nos referimos aqui é entendida como algo “[...] que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca [...] Nunca se passaram tantas coisas, mas a experiência é cada vez mais rara” (LARROSA, 2015, p.18).

Diante do exposto é pertinente demonstrar que as experiências dessas mulheres são resultado dos seus encontros com a vida. Uma vez que as experiências nos tocam e produzem em nós reações e saberes que não se desfazem com o tempo, pois a experiência é singular ao indivíduo que a vive. Uma das principais exigências para que as experiências ocorram é o tempo, bem como a humildade do sujeito em saber absorver os acontecimentos e transformá-los em aprendizado e experiência.

Neste sentido, torna-se indispensável refletir sobre a experiência. Jorge Larrosa (2015) em sua obra intitulada “Tremores: escritos sobre experiência” ao analisar o elemento da “experiência”, evidencia quatro aspectos que impedem a sua efetivação, são eles:

O excesso de informações, por ela não deixar espaço para a experiência [...] excesso de opinião; Por falta de tempo. Tudo o que se passa demasiadamente depressa [...] é cada vez mais rara por excesso de trabalho. Esse ponto me parece importante porque às vezes se confunde experiência com trabalho (LARROSA, 2015, p.18-23).

A partir das ideias de Larrosa (2015) compreendemos que a experiência, embora aconteça naturalmente, faz parte de um processo complexo. Assim, observamos que a rezadeira é um sujeito protagonista da experiência e esta se expressa, nitidamente, nas particularidades do seu ofício.

No tocante ao ato da reza e considerando os aspectos expostos por Larrosa (2015) podemos destacar que essas mulheres são sujeitos da experiência. Em primeiro lugar porque a reza não é informação, pois ela não é acumulável ou substituível, mas sim formada e seguida conforme costumes e saberes construídos no social. Desta forma, o saber da reza não é para todos.

Em segundo lugar, a reza não faz juízo de valor, já que no ato da reza não há julgamentos ou opiniões que possam negar o outro. A rezadeira recebe aqueles que dela precisam sem fazer distinções.

Em terceiro lugar, a reza é uma pausa na rotina de vida das mulheres que a praticam. Assim, o tempo para elas é uma fonte de experiências, uma vez que estão dispostas em qualquer dia ou horário que sejam solicitadas. A dor do outro não escolhe momento e ser rezadeira é sempre estar pronta para receber o outro.

Em quarto lugar, a reza não é um trabalho, pois não é uma atividade realizada com fins lucrativos. As rezadeiras não cobram nada para realizar as rezas, pelo contrário, as rezas são praticadas como uma caridade ao enfermo. O que a rezadeira recebe em troca é apenas gratidão por ser um instrumento de cura e alívio para as pessoas.

## **4. SOBRE SER REZADEIRA: OS DITOS DE MARIA JOSEFA**

A nossa sociedade está permeada por práticas culturais que foram transmitidas de uma pessoa para outra através da oralidade. A dimensão da oralidade nas práticas de reza representa, dentro deste contexto, o elemento que possibilita que a tradição circule em diferentes tempos e alcance vários grupos sociais. Possibilitar a captura dessas práticas é permitir a apreensão cultural desse

saber e possibilitar um espaço que permita a fala e a coletivização das experiências das rezadeiras (RIBEIRO, 2019).

Ao escutar o outro prezamos pelo conhecimento manifestado através da oralidade a partir dos detalhes autoexplicativos da sua cultura e da sua vida (MEIHY, 2018, p. 40). A História Oral, como metodologia e fonte, permite que as experiências dessas mulheres rezadeiras possam ser compartilhadas pelo gesto da escuta, tal como foi realizado neste texto. Aqui damos vez e voz às experiências de Maria Josefa.<sup>5</sup>

Mulher agricultora, moradora da zona rural da cidade de São José de Piranhas-PB. Tornou-se mulher rezadeira aos seus 40 anos de idade. Segundo ela nos revelou por meio de uma entrevista, ser uma curadora era uma qualidade atribuível a uma mulher senhora de seus “30 e poucos anos”.

Ser rezadeira, além de uma escolha, pode ser também uma imposição social e familiar, mas muitas vezes é apenas uma demonstração de amor e cuidado para com os seus, como no caso relatado:

Aí comecei a rezar nos meus filhos e depois comecei a rezar nas crianças das vizinhas. Até hoje que eu carrego essa esperança de vida: que reza é amor, é esperança e é bom demais. Com reza a gente vence tudo e sem reza não existe Deus (JOSEFA, 2021).

A partir das falas de Maria Josefa observamos uma nova visão da reza que ainda não havia sido relatada. Neste momento, a reza nos é apresentada como uma forma de esperança, uma esperança de vida. Considerando que muitas enfermidades podem levar os indivíduos à morte, rezar, neste sentido, seria uma forma de despertar a esperança, afastar as enfermidades e permitir a cura.<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> A rezadeira, menina mulher, costureira, cozinheira e sabe rezar, ainda foi eximamente educada por sua mãe para ser uma dona de casa, cumpriu com todos os preceitos que uma “boa moça” de sua época poderia ter. Aos 15 anos de idade encontrava-se, aos olhos de sua família, mulher feita, pronta para casar-se e exercer um papel que a cultura local impôs de forma sutil e violentamente: casar-se, ser mãe de família e dona de casa. Trilhar esse caminho é uma sina, que não lhe permitiu outra escolha, elas foram educadas para esse fim. Ser mulher no alto sertão paraibano na década de 1950 era passar por esses desafetos violentos, que não precisavam necessariamente as ferir fisicamente para produzir cicatrizes.

<sup>6</sup> Notamos que as artes de cura das rezadeiras estão muito associadas a elementos de fé; o catolicismo e a crença nos santos e, em um Deus onipresente, que precisa de reza, é um dos elementos que sustenta e promove a eficácia das curas por meio da reza, onde a mulher torna-se o instrumento que media essas curas.

Dito isto, firmamos a ideia de que a crença na eficácia das rezas parte tanto da rezadeira quanto do sujeito rezado. A rezadeira Maria Josefa nos relata tais aspectos ao mostrar suas experiências em dois momentos distintos de sua vida: antes de ser rezadeira e depois de ser rezadeira.

Muitas vezes eu me deslocava da minha casa nas pressas para ir com eles para ela rezar. E graças a Deus, por causa da minha fé e a reza que é muito poderosa servia para as crianças muito mesmo (JOSEFA, 2021).

Dessa forma, sua fala reforça a importância da crença na reza. A entrevistada afirma ainda que:

Eu aprendi a rezar com 40 anos. Aí foi um senhor que me ensinou a rezar. [...] Eu que falei pra ele me ensinar, não sabe? Porque eu tinha muita vontade de aprender a rezar nas crianças, nas pessoas que eu achava que era, quem eu achava não, que eu acho que é muito valioso (JOSEFA, 2021).

Entre as palavras concedidas, podemos fazer uma constatação que diz respeito à sua condição de mulher. A idade que se avançava na sua vida despertava o desejo de aprender tal ofício e se tornar uma curadora, bem como exercer o papel análogo de uma mãe para as pessoas que dela precisam. A partir das palavras da entrevistada pudemos notar o tamanho do seu desejo por exercer a cura na forma de caridade.

A rezadeira ainda nos deixa revelar aspectos que dizem respeito à transmissibilidade do saber, mostrando que a reza não é para todos e muito menos passada de qualquer maneira, pois segundo a colaboradora “a reza só é positiva se for o homem que ensinar a mulher e a mulher ensinar ao homem”. Assim, ficamos com esse questionamento: porque a relação de transmissibilidade de rezas entre duas mulheres não seria fecunda?

Porque disse que a mulher ensinar a mulher, a reza fica mais sem valor, não sabe? Não serve igual sendo assim como um casal ensinando para outro. Quer dizer que no meu caso eu não posso ensinar a outra mulher. Só posso ensinar a um homem. No caso que o homem ensinou pra mim porque que diz-se que quebra a força. A força das orações tem que ser assim do homem para a mulher e da mulher para o homem (JOSEFA, 2021).



Desta forma, de acordo com a rezadeira entrevistada a razão pela qual o saber das rezas deve ser transmitido de mulher para homem e de homem para mulher é que só assim a reza possui maior valor, em outras palavras, a reza é mais forte e, portanto, mais eficaz. No entanto, Maria Josefa não sabe explicar o real motivo da reza perder o seu valor se for transmitida de outra maneira. Já que defende que a eficácia da reza depende de uma força que deve ser conservada através da transmissão do saber entre gêneros diferentes.

Essa informação nos permite uma interpretação interessante: que essa característica pode constituir-se como uma tática de resistência no ato de transmissibilidade das rezas, fazendo com que ela não se torne monopólio de um ou outro gênero. No entanto, as rezas foram se consolidando como um saber feminino muito atrelado à maternidade como falado anteriormente. Cabe ressaltar que, um homem pode ensinar a mais de uma mulher. E, apesar de muitos homens possuírem esse saber, as mulheres estão na liderança desta prática, principalmente das rezas que afastam maus olhados, enquanto que os homens se aproximam de outras práticas de cura.

Sousa (2014) afirma que a forma dos homens rezarem se distinguem das mulheres:

Os homens que rezam se diferenciam de algum modo das mulheres, pois as mesmas curam quebranto, espinhela caída, dor de dente e tantas outras mazelas, enquanto os homens rezam em seres humanos, mas também em animais ou de alguma forma, rezam em doenças de animais, poucas às vezes, segundo as fontes pesquisadas, esses homens rezaram em seres humanos, sendo que sua maior prática é em animais [...] (SOUSA, 2014, p.5).

O autor evidencia algumas especialidades das rezas. Diferenciando a prática da reza entre homens e mulheres, mostrando, portanto, que cada gênero possui um foco diferente para a cura. As rezas, deste modo, passam a ser marcadas pelo gênero de seus aplicadores. Assim percebemos que a força das rezas, de ambos os sexos, vem de um plano espiritual que, segundo a colaboradora, parte da fé cristã, bem como da crença nos santos, elementos que ajudam a efetivar reza como veremos a seguir.

O povo diz assim a história: que quem cura é a fé. Eu sei! Que eu sei que é assim mesmo, porque quando eu vou benzer eu tenho a fé em Deus que Deus vai vir me ajudar a curar essa criança. É a palavra de Deus que a gente fala. Depois que a gente benze a gente oferece aquela reza a um santo que a gente tem mais devoção, mas é confiando em Deus e que a gente chega lá. As palavras são muito fortes mais esse poder de Deus é mais é igual (JOSEFA, 2021).

A rezadeira Maria Josefa continua dizendo:

Quando eu vou rezar na criança, eu peço fé a Deus. Que aquela fé que tem no meu coração, eu estou benzendo aquela criança, naquela fé que aquela palavra está curando ele, mas que Deus que está ali comigo para eu transmitir aquelas palavras, aquelas rezas com muita fé no coração (JOSEFA, 2021).

Estas duas falas da interrogada nos colocam diante de um discurso muito poderoso realizado pelas mulheres rezadeiras. Neste discurso notamos o quanto a palavra aliada à fé possui uma ação milagrosa. As rezadeiras, assim como Larrosa (2015, p.16), creem “[...] no poder das palavras, na força das palavras, creio que fazemos coisas com as palavras e, também, que as palavras fazem coisas conosco”. Isto é tão verídico que podemos notar que o termo “palavra” aparece, nitidamente, nas falas da rezadeira Maria Josefa.

Assim, a palavra apresenta-se como desencadeadora para a cura. É através da palavra que as rezadeiras curam corpos enfermos e limpam almas sujas. “As palavras determinam nosso pensamento porque não pensamos com pensamentos, mas com palavras, não pensamos a partir de uma suposta genialidade ou inteligência, mas a partir de nossas palavras” (LARROSA, 2015, p.16).

Desta maneira, essas palavras são idealizadas pela rezadeira e neste momento, além da fé, há também um processo de concentração no objetivo que pretende ser alcançado. Isto se confirma na fala de Maria Josefa ao dizer que

A gente quando reza tá com um pensamento concentrado em Deus. As pessoas se concentram também e tendo fé a reza sempre serve viu?! Que a gente quando está rezando é Deus e sobre todas as coisas (JOSEFA, 2021).

No momento da reza as mulheres rezadeiras se desligam do seu mundo material e passam a se conectar com o mundo espiritual para suplicar a cura do sujeito que precisa de suas rezas.

Maria Josefa (Dona Tanta, como ela costuma ser chamada pelos seus vizinhos) quando questionada se havia alguma experiência que marcou sua história enquanto rezadeira, narra o seguinte acontecimento:

Tem meu filho, tem um caso que essa pessoa hoje já é rapaz... Ele era uma criança de 10 dias de nascido... Aí uma mulher foi lá na casa do menino, visitá-lo, ela o olhou e admirou-se dele, aí o menino começou a esmorecer e quando foi onze horas da noite bateram aqui na minha porta. Aí foi e vieram para eu benzer ele né?! Aí eu me levantei e o benzi. Quando eu estava benzendo ele pela segunda vez, ele abriu os olhinhos e ficou olhando. Né que chegou aqui que nem estava morto, esmuricidinho, não abria os olhos e nem nada. Ai foi eu disse assim a mulher: olhe Elena ele já está melhor, quando for amanhã, minha filha, ele já vai amanhecer bom. Hoje ele me chama é a doutora de Santiago. Porque eu o curei! (JOSEFA, 2021).

Neste relato de Maria podemos observar que a mesma refere-se ao "mau olhado". Tido popularmente como uma enfermidade que pode levar à morte de crianças, pelo risco que tal mal pode oferecer, o "mau olhado" é afastado das crianças através das rezas. A colaboradora nos fala sobre alguns sintomas e maus que podem ser ocasionados pelo "mau olhado".

As crianças que estão com mal olhado sente febre, sente disenteria, ânsia de vômito. E aí vai às vezes as pessoas que olha com aquele olhar vai aquele mau. Aquele mau olhado que se chama, ai só tira com reza (JOSEFA, 2021).

Aqui estamos diante de doenças de cunho espiritual, que têm o poder de afetar o corpo físico. Segundo a rezadeira, tais males não podem ser tratados com remédios convencionalmente prescritos por médicos. Ainda segundo a mesma, trata-se de "coisas botadas" com o mal olhado e isso só pode ser resolvido através das rezas.

Mas o que seria este mal olhado? Segundo os relatos, o mau olhado é um mal que se instala no corpo e pode causar muitos sintomas nas crianças, como já foi mencionado anteriormente. Um dos principais sintomas do mal olhado é o esmorecimento.

As rezadeiras utilizam de uma estratégia para afastar para longe o mau olhado. Vejamos o relato da rezadeira interrogada.

Quando você tá rezando para aquela criatura e está tirando aquele mau olhado você sente aquele ramo que você tá com ele na mão pesando. E na outra mão esquerda eu pego outro raminho. Aí do mesmo jeito que vem pra a criança vai para aquele raminho para não vir para mim, sabe? (MARIA, 2021, entrevistas de História Oral).

Contudo, notamos que este é um mal que pesa sobre as crianças e por isto deve ser destruído. E a rezadeira é o sujeito que se propõe a desmanchar esse mal. Desta forma, ser rezadeira é também se expor a males que podem acometê-las.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das discussões realizadas no decorrer deste texto, podemos dizer que, sem sombra de dúvidas, o papel e a função desempenhada pelas rezadeiras é muito importante para a sociedade, principalmente se tomarmos como base a sociedade antiga, que não tinha acesso à medicina, como a sociedade atual.

O papel da rezadeira é digno de admiração, pois para que esta realize seu ritual de cura, ela faz uma entrega de si mesma para resgatar o outro, procura se colocar no lugar do rezado para pedir sua cura. A súplica da cura é, portanto, uma forma de se solidarizar com o outro, entender a sua dor e adotar para si o seu objetivo.

Estudar essas experiências é muito importante, uma vez que mostra o quanto papel das mulheres que rezam foi ocupado, em boa parte, por sistemas oficiais de cura. Assim, realizar esta pesquisa e poder conversar com essas mulheres é um grande privilégio, pois além de toda compaixão, elas nos mostram que ser uma rezadeira, dentro desse contexto, também é um ato de resistência cultural. E, realizando suas rezas, essas mulheres permitem que os seus conhecimentos ancestrais ocupem seu lugar no tempo e sejam transmitidos para gerações futuras.

Assim, este trabalho também é uma forma de mostrar que as curas das rezas é um saber, que apesar de não estar nos ditos acadêmicos precisa ser valorizado, pois constrói vidas e experiências.

Aqui compreendemos a importância das rezas, a importância do saber, da crença, das experiências e também a importância do eu. Quando buscamos nos

aproximar de um “eu” íntimo da rezadeira notamos que existe uma sensibilidade que nos revela a empatia de ver e ler a dor do outro. Além disso, a experiência com as rezas nos foi apresentado como algo que está entrelaçado a relações de gênero, principalmente no que diz respeito ao ato de transmissão, prática e circulação do saber.

Por esse motivo destacamos a importância de estudos que privilegiam o valor das experiências como produtoras de saber. Essas experiências que promovem e produzem um saber só são possíveis graças a consideração das vivências. A rezadeira, ao adquirir o saber da benzedura está se doando para um ofício, e esse ato de doar-se é o que permite, em certa medida, a ocorrência dessas vivências.

## REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, G. X. Das vassouras aos ramos: o arquétipo das benzedadeiras nas antigas bruxas medievais. **Mandrágora**, v. 21, n. 21, p.119-133, 2015.
- BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CÂMARA, R. Das bruxas, saludadoras, santeiras, cuspideiras e meigas europeias às atuais rezadeiras tradicionais brasileiras. **Revista de Ciências da Religião**, v. 18, n. 2, p.502-514, 2020.
- CASCUDO, L. C. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. 10. ed. São Paulo: Global, 2001.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- LARROSA, Jorge. **Tremores**: escritos sobre experiência. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- LÉVI-STRAUSS, C. (1949b). A eficácia simbólica, in **Antropologia estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996, p.215-236.
- MIRANDA, C. A. C. **A arte de curar nos tempos da colônia**: limites e espaços da cura. –3. ed. rev. ampl. e atual. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2017.
- QUINTANA, A. M. **A Ciência da Benzedura**: mau olhar, simpatias e uma pitada de psicanálise. São Paulo: EDUSC, 1999.
- SANTOS, L. R. **“Em meio a tantos agravos rezava-se, e muito”**: as rezadeiras e suas práticas de reza e curas na comunidade rural de Caldeirão, São Jose de Piranhas - PB de 1984 à 2018. 2019.

SOUSA, R. F. B. **“Pra curar tem que ter fé”**: Curandeiros, Benzedeiras e Rezadores—memórias de indivíduos numa perspectiva Histórica. 2014.

SPIVAK, G. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

THEOTONIO, A. C. R. **Entre ramos de poder**: rezadeiras e práticas mágicas na zona rural de Areia-PB. 2010.

RIBEIRO, D. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

MEIHY, J. C. S. B; Holanda, F. **História oral**: como fazer, como pensar. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

JOSEFA, Maria. Entrevista de História Oral concedida a Roberto Ramon Queiroz de Assis. Entrevista realizada via Whatsapp, no dia 01 de julho de 2021.



# CAPÍTULO XII

## AS MULHERES NAS CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS: DESAFIOS DA ESCOLHA

DOI: 10.51859/AMPLLA.EGS297.1122-12

Rosilene Dias Montenegro <sup>1</sup>

### RESUMO

O presente trabalho propõe uma análise sobre a desigualdade de gênero no ambiente acadêmico. Objetiva-se o debate sobre a questão de gênero nas áreas das ciências exatas e engenharias, e desse modo contribuir para o conhecimento da história das mulheres e percepções de gênero. O estudo está delimitado ao período de 1960 a 2018 e às vivências de professoras cientistas ou engenheiras do campus universitário atual sede da Universidade Federal de Campina Grande. Parte-se da constatação de que a desigualdade de gênero constitui uma prática cultural de opressão que mantém e reproduz a dominação do gênero masculino em relação aos outros gêneros, especificamente o feminino, objeto deste trabalho. Objetiva-se conhecer as questões de gênero no ambiente acadêmico, *lôcus* da produção de conhecimento, atividade imprescindível ao processo civilizatório. Para essa finalidade foram utilizadas entrevistas de professoras das áreas das ciências exatas e das tecnologias (C&T). Os relatos foram analisados tomando como referências teóricas contribuições dos estudos de gênero, especialmente, Joan Scott (1995), e Angela Davis (2016). Os resultados obtidos apontam que a opressão de gênero foi percebida pelas entrevistadas, mas, que em suas vivências, optaram, consciente ou inconscientemente, por conviverem com os mecanismos de dominação. E estes são tão fortes que parecem ser naturais, ou mesmo sem solução, quando reconhecidos.

**Palavras-chave:** Ciências e Tecnologias. Engenheiras. Gênero. Mulheres Cientista.

---

<sup>1</sup> Professora Titular em História, na Unidade Acadêmica de História e Programa de Pós-Graduação em História - PPGH da UFCG. Coordenadora do Projeto Memória da Ciência e Tecnologia em Campina Grande.

# 1. INTRODUÇÃO

Este artigo é um dos resultados de nossa pesquisa de pós-doutoramento<sup>2</sup>. Propomos a partir da análise de trechos pontuais de entrevistas obtidas com professoras engenheiras e cientistas provocar questões para o debate sobre os desafios que estão contidos nas escolhas das professoras universitárias.

Inquieta-nos as mulheres continuarem ainda em situação de inferioridade em relação aos homens mesmo depois de tantas conquistas sociais e políticas. Nesse sentido, entendemos relevante analisar questões de gênero nos relatos de professoras tendo como foco a desigualdade de gênero na educação superior. Os relatos compõem o conjunto de entrevistas cedidas ao Projeto História e Memória da Ciência e Tecnologia em Campina Grande (Projeto Memória)<sup>3</sup>.

Algumas observações iniciais se fazem necessárias: quando realizamos as entrevistas com as professoras das áreas das ciências exatas e engenharias queríamos saber de suas memórias sobre sua carreira acadêmica. Infelizmente não fizemos perguntas sobre orientação sexual, sexualidade, questões étnico-raciais, autodeclaração racial e de classe social. E a ausência de perguntas diretas sobre esses temas cruciais aos estudos de gênero, limitam o alcance da interrogação à essa fonte documental. Não obstante, os relatos são rico material de estudo e nos permitem identificar as percepções de nossas colaboradoras sobre as questões de gênero, no sentido do “caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo”, nesse sentido, o uso do termo gênero aqui, para os objetivos deste trabalho (e dentro das limitações de interrogação da documentação utilizada, conforme

---

<sup>2</sup> O projeto do pós-doutorado foi intitulado *Desenvolvimento e gênero: dados sobre a presença das mulheres na ciência e tecnologia*, e teve como objetivo conhecer a presença das mulheres nos cursos de ciências e tecnologias da UFCG. O trabalho foi realizado na linha de pesquisa “Dinâmicas territoriais do desenvolvimento e regionalizações; Educação, cultura, política e inovação na produção contemporânea do espaço”, do PPGEU/UFPE, no período de 2019 a 2020, sob a supervisão da professora doutora Ana Cristina de Almeida Fernandes.

<sup>3</sup> O Projeto História e Memória da Ciência e Tecnologia em Campina Grande, conhecido por *Projeto Memória* foi criado em 2004 com o objetivo de contribuir para o conhecimento da história e da memória da ciência e tecnologia na cidade de Campina Grande, a partir da investigação da história e memória da Escola Politécnica da Paraíba e desde então tem sido um espaço de ação permanente em pesquisa. A partir de 2008, com a aprovação no edital da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ) começamos a realizar pesquisas sobre a história e memória de mulheres nas ciências e tecnologias por meio de projetos PIBIC, PIVIC, TCC, Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado. O Projeto Memória conta, atualmente (2021) em seu acervo, com trinta entrevistas de mulheres, professoras e/ou alunas do campus, da POLI aos tempos de UFCG.

exposto), “ênfatiza o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade” (SCOTT, 1995, p.72).

Entendemos que as variadas contribuições dos estudos de gênero nos permitem estabelecer igualmente variados recortes para a análise. Nesse sentido, o recorte aqui apresentado diz respeito às experiências e vivências de mulheres que se subvertendo aos valores e códigos sociais estabelecidos para as mulheres, fizeram escolhas não convencionais, ignoram o imaginário sobre lugar e papel social indicados às mulheres e ingressaram, sempre com alguma ou grandes dificuldades, em uma carreira profissional culturalmente dita como masculina. Nosso intento, portanto, é perceber nos relatos o leque de papéis e simbolismos sexuais na carreira e ambiente acadêmico, no recorte temporal proposto.

Destacamos que sendo um período relativamente grande, para os fins desta análise, encontramos algumas mudanças importantes nos valores e códigos sociais, que apontaremos no curso deste texto.

Cabe ainda ressaltar que usamos a categoria mulheres sabendo de sua imprecisão e que não é uma categoria universal. Mas escolhemos essa categoria e também a de “gênero feminino” por entender que são ferramentas analíticas que melhor nos auxiliam na compreensão de como nossas colaboradoras se percebem como indivíduos e como gênero. O que nos remete à reflexão de que o uso da categoria gênero implica em “uma ampla gama tanto de posições teóricas quanto de simples referências descritivas às relações entre os sexos.” (SCOTT, 1995, p.73).

Cabe ainda observar que as entrevistas que utilizamos nos foram cedidas por pessoas que se identificam como mulheres hétero e do gênero feminino (percebido pelas entrevistas com alguma ou completa negação ao determinismo biológico na relação dos sexos), por isso estamos mais à vontade com a descrição ou uma análise sem incursão teórica relevante.

Dentre as entrevistadas, somente uma tem cor parda ou negra (não pedimos a autodefinição racial). Ela foi a única de família de trabalhadores de baixa renda, as demais são originárias do que podemos chamar de classe média. Ou de classe B e C, se adotarmos o critério do IBGE. Por não termos feito perguntas sobre a auto declaração de orientação sexual das entrevistadas, inferimos pelos relatos que se identificam como gênero feminino.

Denominamos como colaboradoras as professoras que nos cederam seus relatos que se referem às suas vivências, em diferentes momentos no período de 1960 a 2018, ou seja, desde a criação do campus universitário, sede da antiga Escola Politécnica da Paraíba (POLI)<sup>4</sup> até a atual UFCG. As questões de gênero que trazemos dos relatos dessas professoras, engenheiras e cientistas, dizem respeito às motivações para a escolha da carreira profissional e suas percepções sobre a desigualdade de gênero, comuns às mulheres na carreira docente, particularmente, as das áreas tecnológicas e das ciências exatas. São analisados trechos de 8 (oito) entrevistas<sup>5</sup> em que relatam sobre a escolha do curso, os momentos de constrangimento, muitas vezes não identificados pelas colaboradoras como de assédio moral, enfim, momentos de seus relatos em que vemos suas percepções de identidade de gênero.

## 2. QUANTO DE DESAFIO E OUSADIA PODE TER NUMA ESCOLHA?

Escolher um curso para a formação profissional em nível superior deveria ser algo comum aos jovens e adultos, mulheres, homens, e todos os gêneros, em idade escolar ou não, em nosso país e no mundo. Deveria ser, mas não é, principalmente se a pessoa não for do gênero masculino, branco, hétero e de classe social de padrão econômico elevado.

As dificuldades para a continuidade dos estudos em nível superior e escolha da carreira profissional para as mulheres, em geral, e as que são de origem trabalhadora são ainda maiores e gigantescas quando os aspectos étnico-raciais estão envolvidos.

Nos relatos pudemos constatar as mudanças comportamentais ocorridas entre os anos 1960 e os dias de hoje. Nos anos sessenta e setenta do século passado os valores e códigos da ideologia da feminilidade enquadravam as mulheres em

---

<sup>4</sup> A Escola Politécnica da Paraíba (POLI), foi fundada em 06/10/1952, por Lei do Estado da Paraíba, tendo como seu primeiro curso Engenharia Civil. Foi a primeira instituição pública de ensino superior técnico na cidade de Campina Grande. Iniciou como instituição estadual de ensino público superior tendo sido transformada em unidade de ensino da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em 13/12/1960, quando da criação da UFPB. Em 1973 a POLI foi transformada no Centro de Ciências e Tecnologia (CCT) do campus II (Campina Grande), da UFPB. Atualmente os cursos da antiga Escola Politécnica da Paraíba estão distribuídos nos centros de ensino da área das ciências exatas e tecnológicas – CCT, CEEI e CTRN –, da UFCG (fundada, em 2002, a partir do desmembramento da UFPB).

<sup>5</sup> Até o momento (2021) o acervo do Projeto Memória conta com trinta entrevistas de mulheres, entre professoras e alunas, em sua grande maioria pertencentes às ciências exatas e às engenharias.

papéis fixos, culturalmente estabelecidos sendo os da “natureza” da mulher: o casamento (heterossexual), a maternidade, os cuidados domésticos – cozinhar, costurar, bordar, lavar, passar, e os cuidados com os familiares, para as mulheres que em tese não precisavam trabalhar fora de casa, uma vez que para as mulheres trabalhadoras a jornada de trabalho somava-se a jornada doméstica.

Ressaltando que nos referimos a vivências de mulheres de famílias que possuíam uma condição econômica para sustentá-las no estudo superior, registramos que na cidade de Campina Grande, interior do Nordeste, nos anos sessenta do século XX causou grande estranhamento uma mulher cursar Engenharia. Assim como era incomum mulheres que tinham coragem de usar uma minissaia, participar das rodas de conversa com homens para falar sobre política, beber bebida alcoólica e fumar e, das entrevistadas, somente duas mulheres professoras entre os anos de 60 e 70 o faziam. Os relatos nos mostram que esses comportamentos eram recriminados nos grupos sociais, embora não fossem explicitamente reprimidos na universidade. E o máximo que uma estudante de Engenharia dos anos sessenta fez foi fumar em sala de aula e usar uma minissaia na festa de formatura.

Da década de sessenta do século passado aos dias de hoje algumas mudanças importantes ocorreram, no entanto, permanecem as desigualdades de gênero e com ela a opressão masculina sobre as mulheres. Mas, antes de focarmos no objeto deste artigo, queremos mostrar dados relevantes à reflexão sobre a presença das mulheres nas ciências e tecnologias.

A presença de mulheres nas carreiras das ciências exatas ou nas Engenharias é ainda pequena se considerados os avanços políticos das conquistas por direitos, as lutas feministas e, também, as políticas afirmativas.

No Brasil, os programas de incentivo a mulheres e meninas para o ingresso em carreiras das ciências da computação, tecnologias, Engenharias e Matemática aconteceram de 2003 a 2015, período dos governos de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff. A socióloga Betina Stefanello Lima é uma das principais estudiosas do tema ações voltadas para o incentivo de mulheres e meninas para a ciência e tecnologia. Segundo Betina (2021), o *Programa Mulher e Ciência*, criado em 2005, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). “foi um vetor para uma série de medidas sobre o tema [mulheres na ciência]



e teve um efeito multiplicador, impulsionando outras iniciativas dentro e fora do governo federal.”<sup>6</sup> Essas ações resultaram no aumento de mulheres nas carreiras das ciências exatas, engenharias e tecnologias, mas ainda abaixo das metas estabelecidas devido a descontinuidade do programa e o abandono de outros programas e políticas afirmativas (LIMA; BRAGA; TAVARES, 2015).

Em termos gerais, “o acesso ao nível superior no Brasil é muito abaixo dos padrões internacionais”, e “continua muito restrito, estabilizado em 32,7% dos jovens de 18 a 24 anos”, segundo matéria de 06/11/2019 da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC)<sup>7</sup>. A matéria não faz menção aos avanços significativos, podem mesmo ser considerados *avanços extraordinários* à educação superior no Brasil quando dos governos de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff. Ressalte-se que de 2004 a 2010, durante o período do governo Lula, “as matrículas passaram de cerca de um milhão e setecentos mil, em 1995, para seis milhões e trezentos mil em 2010”<sup>8</sup>. Contudo, não obstante a importância estratégica da educação superior para o desenvolvimento social, econômico e político de um país, os programas institucionais voltados para o incentivo às mulheres e meninas foram, a partir do golpe de 2016, extintos ou abandonados.

Quando se trata de estatísticas sobre a presença das mulheres nos cursos e nas carreiras das áreas de C&T observamos também o desencontro das estatísticas, produzidas pelo IBGE e demais instituições que possuem credibilidade para a realização desse tipo de pesquisas, como a Fundação Getúlio Vargas.

O Brasil tem 49,95 milhões de pessoas na faixa etária entre 15 e 29 anos<sup>9</sup>, segundo pesquisa realizada pela FGV-Social. Desse contingente populacional, apenas 23,1% da população em idade escolar ingressou no ensino superior, em 2018, ou seja, somente cerca de 11,5 milhões (onze milhões e meio de pessoas).

O funil do ingresso no ensino superior se torna ainda mais estreito quando observamos que dentro desse quantitativo já reduzido (cerca de onze milhões e meio), o percentual de mulheres que ingressam no ensino superior é de 33,9%, ou

---

<sup>6</sup> Disponível em: <http://www.tonorumo.org.br/2019/02/ainda-ha-muito-espaco-para-mulheres-e-meninas-na-ciencia-e-tecnologia/>

<sup>7</sup> Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-11/acesso-nivel-superior-no-brasil-e-muito-abaixo-dos-padroes-internacionais> Acesso: em 9 Nov. 2021.

<sup>8</sup> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/4BhqdwbbvKRGRKPBwhH3QQN/?lang=pt> Acesso em: 9 Nov. 2021

<sup>9</sup> Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2021/06/4928698-populacao-de-jovens-de-15-a-21-anos-comecara-a-cair-a-partir-de-2021.html> Acesso em: 9 Nov. 2021.



seja, aproximadamente 3,9 milhões (três milhões e novecentos), das quais cerca de 1,19 milhões são mulheres negras. Os dados das desigualdades de gênero mostram, ainda, que do universo dos 33,9% de mulheres que estão no ensino superior, cerca de 27% estão cursando Engenharias, ou aproximadamente 1,05 milhão.

De forma bem resumida, os dados mostram a exclusão dos jovens na educação superior, e dentre os excluídos os percentuais maiores são de mulheres, e dentre as mulheres, as de cor negra. E dentre as áreas de conhecimento em que se tem menos presença de mulheres, e de mulheres negras são as das áreas denominadas pela sigla *STEM* (*Science, Technology, Engineering and Mathematics*).

Logo, se em 2021 a dificuldade para o ingresso em carreira de nível superior é difícil, imaginemos o quanto de dificuldades enfrentaram uma mulher em Engenharia Civil nos anos sessenta do século passado.

## 2.1. SOBRE AS MOTIVAÇÕES PARA O INGRESSO NAS CIÊNCIAS EXATAS E ENGENHARIAS

“Fui [para o Colégio Estadual da Prata] fazer científico já para estudar Engenharia; diziam que eu era meio doida porque eu ia estudar Engenharia [risos].” (CATÃO, 2013, p. 7), nos relatou que junto com outra colega da turma de Engenharia Civil, do ano de 1962, foram as primeiras engenheiras civis formadas pela Escola Politécnica da Paraíba, no ano de 1966.

A escolha de Ana Maria Catão, tinha a ver obviamente com sua facilidade para aprender Matemática, no antigo ginásio e científico, atual ensino fundamental 2 e ensino médio, respectivamente. Mas é também justificada pelo desejo de agradar ao seu pai.

“[...] meu pai disse: “ele [referindo-se a um sobrinho] não deveria estudar Engenharia; é muito difícil. Matemática é muito difícil”. (...) Aí, eu peguei e disse: “eu vou estudar esses negócios de Engenharia. Né difícil? Eu vou fazer”. (CATÃO, 2013, p. 10).

A jovem Ana Maria, com cerca de dezoito anos à época, decidiu fazer o curso de Engenharia Civil da antiga Escola Politécnica da Paraíba e, assim, alimentar seu ego de mulher com ideias avançadas para a realidade da pequena cidade em que morava à época, por um lado; e, proporcionar no seu pai, Juiz de Direito, homem

letrado e de ideias liberais, o orgulho por ter uma filha muito inteligente, uma filha que ia ser engenheira.

Os outros relatos dizem: “[...] Como eu sempre gostei muito de trabalhar com Matemática e com física, eu queria fazer Engenharia”, (BARBOSA, 2009, p.3). “[...] eu sempre fui muito estudiosa, muito boa de Matemática (...)” (CARVALHO, 2015, p.3). “[...] Eu fiz Escola Técnica (...) eu vi que me identificava demais com o curso (...), e aí eu não tive dúvidas, fui direto para Física” (MARQUES, 2019, p.6). “[...] eu escolhi [Geologia] foi por achar bonito o curso, tem uma ciência natural muito bonita, mas era, de fato, um curso masculino, predominantemente masculino” (LIMA, 2017, p.4).

Gostar de Matemática e Física foram as justificativas de nossas entrevistadas para ingressarem em Engenharia Civil, Engenharia Mecânica, Engenharia Elétrica, Física, Ciências da Computação, Geologia. Áreas de conhecimento e cursos que até hoje são culturalmente tidos como cursos tradicionalmente masculinos. Certamente a identificação com a Matemática é um motivo principal do interesse em fazer um curso nas áreas da C&T.

Outro motivo para ingressar nas engenharias e ciências exatas, ou na educação superior parece ser o fato de ter a aprovação paterna. Exceto uma colaboradora que nos relatou que fez seu primeiro vestibular para medicina para atender ao pedido de seu pai, mas que “felizmente não fui aprovada”, e pode em seu segundo vestibular escolher o curso que realmente queria fazer e no qual construiu sua carreira.

Uma colaboradora relatou que sua mãe não aceitava o fato dela querer continuar os estudos e, menos ainda, ela querer ser engenheira. Sua mãe achava que o “lugar” de mulher era “no lar”, nos cuidados da família, dos afazeres domésticos, e jamais se acostumou em a filha ter escolhido engenheira. Provavelmente essa mãe esperava que a filha aceitasse sua orientação e se conformasse aos valores e padrões sociais predominantes nas décadas de 60 e 70 do século passado.

Visão de mundo predominante à época. E mais do que na atualidade tinha fixos os valores e códigos sociais que diziam respeito às “características femininas”, “essência feminina”, “lugar da mulher”. Padrões que formavam homens e mulheres segundos a ideologia da feminilidade (DAVIS, 2016), ou seja, passividade, fragilidade, fraqueza física, fraqueza moral, submissão, intuição, sensibilidade (choro, afetação), sentimentalidade (CORRÊA, 1980). Ou ainda, as mulheres seriam

coração (e corpo), sentimento e subjetividade; e, os homens seriam razão e objetividade (KELLER, 2006).

Você sabe que eu não me choquei com nada porque eu estava afim de chocar os outros, sabe? (risos) Eu era muito feminista, eu fumava dentro da classe, eu era olhada por todo mundo; o povo parava, os veteranos paravam na sala de aula, para ver a menina dentro da classe assistindo aula, as duas meninas. (CATÃO, 2013, p. 9)

Essa colaboradora acostumou-se com o espanto dos outros e até gostava de mostrar sua coragem em ser “diferente” das mulheres de seu meio social. Enfrentou o estereótipos que relacionam construções de que as mulheres são intelectualmente inferiores aos homens com a definição de papéis sociais que estariam determinados biologicamente às mulheres, tais como, a reprodução humana, a maternidade, os cuidados com os filhos e familiares, os cuidados com a limpeza e organização da casa, etc. Em compreendendo os lugares de gênero desse modo, ter uma profissão de nível superior já era muita transgressão e ser engenheira era impensável.

Nesse sentido, cabe refletir sobre a construção dos estereótipos, ou,

[...] “a idéia que temos de...”, a imagem que surge espontaneamente, logo que se trate de... a representação de um objeto (coisas, pessoas, idéias) [...] partilhada pelos membros de um grupo social [...] Estrutura cognitiva e não inata (submetida à influência do meio cultural da experiência pessoa, de instâncias e de influências privilegiadas como as comunicações de massa), o estereótipo, no entanto, mergulha as suas raízes no afetivo e no emocional, porque está ligado ao preconceito por ele racionalizado, justificado ou engendrado. (BARDIN, 1977, p.51 *apud* ROSENTHAL, 2018, p. 24).

## 2.2. PERCEPÇÕES DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO

Como enfrentar os estereótipos se eles estão incutidos em nós?

Selecionamos nos relatos alguns trechos que mostram as percepções de gênero das mulheres entrevistadas:

[...] tem o outro lado que era revolucionário, que era o feminismo, não é? O feminismo nas cidades grandes (...) já rolava. Nos Estados Unidos, a Betty Friedan estava em uma passeata queimando os sutiãs porque as mulheres tinham que ser iguais [aos homens]. *Quer dizer, a palavra “igual” foi muito mal interpretada. Era igual nos direitos, nas oportunidades e aí, aquilo foi simbólico, um protesto para que as mulheres tivessem direitos,*

pudessem fazer os testes nas universidades, e eram as famílias que prendiam, as moças eram pra casar, e os homens, não, eles podiam sair. (CATÃO, 2013, p.5-6). (Grifo nosso)

Existe um limite possível para *direitos iguais*? Historicamente, sim, quase todos os limites às igualdades, dentre elas a de gênero. Esses limites se mantêm nas práticas culturais (DAVIS, 2016). A luta por direitos iguais carece ainda de muitos avanços. Principalmente quanto ao direito das mulheres sobre o próprio corpo, e a relação do desrespeito a esse direito com a violência contra a mulher, dentre os mais graves, o feminicídio, por exemplo.

O relato a seguir indica uma compreensão de feminismo menos marcada pelas reivindicações históricas das mulheres e mais focada na realidade dos comportamentos presentes nos grupos sociais dos anos setenta.

[...] Na minha época a questão da sexualidade feminina, da independência feminina, era uma coisa muito constrangedora, tudo se mistura aí porque o curso de Engenharia não ia ficar fora desse contexto social, então na minha época era assim olhe, tinha três tipos de mulher, né? A casadoura, a que você namorava pra casar; e, a que eles chamavam “garota de sarro”, ou seja, aquele “ficado” que não é esse “ficado” novo de vocês, porque não transava. Mas o “caba” pegava e dava uns amassos mais chegados, e as meninas que transavam eles diziam que a menina era garota de programa (...)! Só porque simplesmente ela tinha uma vida sexual ativa e transava com quem ela quisesse, e eles chamavam garota de programa. (CARVALHO, 2015, p.7).

Será um comportamento do passado ou vem se ressignificando?

São poucas e pontuais as referências a situações da percepção das questões de gênero. Uma professora no relatou que passou a perceber sua condição de gênero por meio de comentários no Facebook:

(...) então eu entrava muito no Facebook pra ver como estavam as coisas. E comecei a ver um comentário ou outro; e (...) comecei a ler coisas escritas por mulheres (...). E eu comecei a concordar com elas em praticamente tudo. (...) tenho muita paciência hoje, ainda, com as mulheres que ainda dizem que não existe machismo, que não existe desigualdade de gênero, porque eu própria demorei muito a enxergar, né? Eu acho que existem situações que são muito extremas: as daquelas mulheres pobres que são usadas como objetos sexuais; e muito extremas, como talvez a que eu vivi, que eu achava que minha mãe era feminista, e que tava tudo bem, e que eu nunca tinha sofrido nada. Mas, hoje eu sei que eu já sofri muito por ser mulher. (LOPES, 2015, p.18)

As práticas machistas, invariavelmente calcadas na ideologia de supremacia masculina, também desrespeitam a hierarquia e são percebidas: “[...] um aluno

esperou eu sair da sala de aula pra me dizer que aquele meu vestido (eu gostava de usar vestidos) estava muito bonito” (SAMPAIO, 2019, aos 00:17:28 do audiovisual). Teria alguma semelhança o sentido da abordagem desse aluno com os comentários do colega de trabalho, no relato a seguir?

Eu escutei, sim, foi específico de um colega, ele sempre comentava bem maldoso que aquilo [o trabalho em campo] não era ambiente para mulher, que as filhas dele não trabalhariam ali. O problema eram os termos que ele usava: “uma mulher de respeito não escolheria aquela profissão [Geóloga]”, “todo mundo sabe que mulher que está nessa profissão é mal falada”. E [eu] a gente na época tinha em média de 17 anos. E ele ficava [dizendo] “- saia dessa profissão”. Mas isso não nos atrapalhou, tínhamos consciência de quem a gente era, então isso não desviou nossa vontade de continuar na profissão. (LIMA, 2017, p.8).

Assédios morais são frequentes nos ambientes de trabalho, seja na assembleia de docente, nos corredores, nas salas de aula, no laboratório ou em outros espaços da relação interpessoal na academia,

[...] Então, quando eu estava sozinha no laboratório, ele fazia esses comentários. Eu comentava com meu orientador e ele dizia que eu não prestasse atenção nisso “porque na vida tem pessoas que realmente a índole, a cultura, não aceita determinadas situações”. Então, ele [o colega de laboratório] não aceitava porque eu era [mulher], do Nordeste, e tava tomando uma vaga de alguém. Ele era paulista, [...] que eu tava tomando a vaga de alguém lá de São Paulo. (CUTRIM, 2017, parte 2, 00:01:17).

Alguns desses relatos impactam mais pela ideologia da supremacia masculina. Pode ser, assim, considerado o caso de um professor de Engenharia Mecânica, em fins da década de setenta, que não admitia que uma mulher quisesse ser engenheira, ainda mais uma engenheira mecânica.

[...] a primeira coisa que ele [professor] disse [em tom ameaçador] quando eu entrei lá na oficina foi: “Se alguém cortar a chapa dela...” [vai ser ver comigo]. (...) a chapa era de meia polegada, que era pra ser cortada a mão, numa serra de mão, certo? Minhas mãos começaram a sangrar, (...) é óbvio. Eu não tava acostumada, era uma menina e eu não tinha aquela mão de homem pra tá serrando, e eu não tava fazendo Engenharia pra tá serrando uma chapa, né? Eu sei que pela primeira vez na vida eu desrespeitei um professor. Quando eu cheguei no outro dia com a mão cheia de esparadrapo (...). Aí o pessoal da oficina disse: “Olhe a gente não vai poder lhe ajudar não porque professor não deixou, disse que se eu cortasse, [...] ajudasse você com qualquer coisa a gente ia...”. (CARVALHO, 2015, p.10).

Para as pessoas que pensam como o professor acima, a desigualdade de gênero é uma consequência natural da diferença biológica. Um argumento de autoridade que a partir das ciências naturais se apresentava como “autoridade inigualável nas culturas ocidentais dos últimos séculos.” (LOPES, 2006, p.37).

Essa é uma das questões abordadas no estudo *“Qual foi o impacto do feminismo na ciência?”*, de Evelyn Fox Keller (2006), que mostra que as principais ideias que embasaram as pesquisas sobre os sexos visando comprovar a pretensa superioridade do sexo masculino tiveram seus resultados influenciados pela ideologia da supremacia masculina e contribuíram para fabricar um discurso científico de “confirmação da superioridade” dos homens sobre as mulheres.

[...] uma “associação historicamente onipresente” entre masculino e objetivo, caracterizada por ter simultaneamente um “ar de auto-evidente” no âmbito do conhecimento comum e por “não ter sentido” no âmbito do conhecimento científico. O silêncio virtual sobre o tema lhe sugeria que a associação entre masculinidade e pensamento científico possuía status de um mito que ou não podia ou não devia ser investigado a sério, uma vez que entrava em conflito com nossa imagem de ciência sexual e emocionalmente neutra. (KELLER, *apud* LOPES, 2006, p.40).

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os relatos apresentados neste texto mostram o que estamos cansadas(os) de saber: a predominância da cultura patriarcal (LERNER, 2019), sistema milenar de dominação de gênero, que mantém a visão por meio da continuidade das práticas justificadas nos papéis sociais bem definidos de homens e de mulheres. Papéis sociais que definem as mulheres como inferiores aos homens, em todos os sentidos.

A compreensão sobre os sexos biológicos que se fundamentam em um pretenso determinismo biológico para as diferenças entre os sexos, de tão naturalizada parece não mostrar solução. Assim, a naturalização da desigualdade de gênero, seja pelos imaginários acionados pela ideologia da feminilidade, seja pela ideologia da supremacia masculina, seja por outros discursos de dominação, constituem mecanismo de dominação, de opressão, cujos significados e implicações na vida das pessoas, particularmente das mulheres, carece de reflexão associada à ação como nos sugere Luce Irigaray (2002) ao ressaltar que “a mulher deve aprender a entrar em relação com o homem como outro, um outro diferente, mas



não hierarquicamente superior ou inferior”. Colocar-se na relação social segundo essa forma de compreender a questão de gênero, “representa também o gesto capaz de sustentar o conhecimento de todas as outras formas, sem hierarquia, privilégio nem autoridade sobre eles: que se trate de raças, idades, culturas, religiões”.

Como podem as mulheres, professoras universitárias, não serem todas feministas, defensoras da igualdade de gênero e da libertação das mulheres e, por conseguinte, da humanidade? Sem dúvida questões de classe social, de ideologia, de cor, dentre outras, explicam em parte o problema. Mas, é provavelmente também tem a ver com os mecanismos de opressão de gênero que ao longo do tempo se mantêm, ressignificam e se reproduzem de modo a fazer acreditar que existem mesmo diferenças e que essas diferenças são naturais, são biológicas, são psicológicas, porque somos responsáveis pela reprodução humana, porque somos mais sensíveis, cuidadoras, intuitivas, etcetera, e que podemos nos contentar com o que já avançamos (conquistas econômicas, políticas, sociais).

É óbvio que existem diferenças entre os sexos. Que os homens têm mais força muscular e que a reprodução humana é realizada no corpo da fêmea ou do sexo feminino (lembramos que já existem tecnologias para a reprodução humana no laboratório). Os avanços tecnológicos também podem praticamente equiparar a força muscular de mulheres ao de homens. Mas, o mais importante é poder prescindir do corpo feminino para a reprodução humana. São fatos do avanço tecnológico, já que são frágeis as teorias pretensamente científicas de que existiria a superioridade do sexo masculino em relação ao sexo feminino [KELLER, 2006].

Quanto desafio pode conter a escolha de uma mulher para seguir uma carreira profissional em nível superior, na engenharia, nas ciências exatas? Uma das respostas possíveis seria, talvez, a coragem de não desistir em persistir na carreira sabendo quão injustas podem ser as situações corriqueiras nos ambientes de trabalho, uma instituição de educação superior. Talvez, seja melhor mesmo não refletir sobre as desigualdades, afinal, como ter a consciência delas e conseguir viver em paz com colegas, com marido, com a maternidade?

Seria esperar demais que as professoras universitárias fossem mais sensíveis à luta pela igualdade de direitos? E isso se traduzisse em sororidade? Em atuação feminista? Em postura crítica em defesa da liberdade das mulheres e de todos os

gêneros? As entrevistas não apontam para além da simpatia com um ou outro aspecto das lutas feministas, questão que tentamos tratar em um próximo artigo.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Vilma. **Um balanço das políticas do governo Lula para a educação superior: continuidade e ruptura**. Revista de Sociologia e Política. 24(57). Mar.2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/4BhqdWbbvKRGRKPBwhH3QQN/?lang=pt>
- BARBOSA. M. Projeto Memória da Ciência e Tecnologia em Campina Grande [Entrevista concedida a] Raquel da Silva Guedes; R. P. Ribeiro. Campina Grande, pp.1-20. 2015.
- CATÃO, A.M.V.C. Projeto Memória da Ciência e Tecnologia em Campina Grande [Entrevista concedida a] Raquel da Silva Guedes; R. P. Ribeiro; C. Silva; G. Machado. Campina Grande, pp. 1-22. 6 Mai. 2013.
- CORRÊA, Mariza. **Cara, Cor, Corpo (especulação sobre a intuição feminina)**. Cadernos Pagu, V. 54, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/TkDffXJNpcRw3xgCp5MZcTB/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 3 Ago. 2021.
- CUTRIM, A. Projeto Memória da Ciência e Tecnologia em Campina Grande [Entrevista concedida a] Gioberlândia Pereira de Andrade; Rosilene Dias Montenegro; Leonardo Tavares. Campina Grande, [audiovisual], 2019.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.
- IRIGARAY, Luce. **A questão do outro**. Labrys, estudos feministas. No. 1-2, Jul/Dez. 2002. Disponível em: <http://www.historiacultural.mpbnet.com.br/feminismo/irigaray1.pdf> Acesso em: 10 Set. 2019.
- KELLER, Evelyn Fox. Qual foi o impacto do feminismo na ciência? In: **Cadernos Pagu**. n. 27, jul-dez 2006.
- LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo: Cultrix, 2019.
- LIMA, Betina Stefanello; BRAGA, M.L.S.; TAVARES, I. **Participação das mulheres nas ciências e tecnologias: entre espaços ocupados e lacunas**. In: Revista Gênero. V. 16, n.1, pp.11-31, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31222/18311> Acesso em: 14 Out. 2021

- LOPES, Maria Margaret. **Sobre convenções em torno de argumentos de autoridade.** In: Cadernos Pagu (27), julho-dezembro de 2006: pp.35-61. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/wRZMkWJGr3gp5qwXPk7LC5b/?format=pdf&lang=pt>
- LOPES, R. V. Projeto Memória da Ciência e Tecnologia em Campina Grande [Entrevista concedida a] Raquel da Silva Guedes; R. P. Ribeiro. Campina Grande, pp. 1-25, 10 Mar. 2015.
- MARQUES. G. A. Projeto Memória da Ciência e Tecnologia em Campina Grande [Entrevista concedida a] Gioberlândia Pereira de Andrade; Rosilene Dias Montenegro; Leonardo Tavares. Campina Grande, pp. 1-28, 7 Mai. 2019.
- MENDES, K. C. Projeto Memória da Ciência e Tecnologia em Campina Grande [Entrevista concedida a] Raquel da Silva Guedes; R. P. Ribeiro; Diodoro Soares; Heitor Medeiros. Campina Grande, pp. 1-25, 3 Set. 2015.
- MONTENEGRO, Rosilene Dias. **Desenvolvimento e gênero: dados sobre a presença das mulheres na ciência e tecnologia (1996-2018).** 322f. Trabalho de conclusão do Estágio Pós-Doutoral (Pós-Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.
- ROSENTHAL, Renata. **Ser mulher em Ciência da Natureza e Matemática.** Dissertação de Mestrado, PPGIE, USP. 2018.
- SAMPAIO, L. Projeto Memória da Ciência e Tecnologia em Campina Grande [Entrevista concedida a] Raquel da Silva Guedes; Gioberlândia Pereira de Andrade; Rosilene Dias Montenegro; Leonardo Tavares. Campina Grande, [audiovisual]. 2019.
- SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** In: Educação & Realidade. V.20(2), jul/dez, pp.71-99, 1995.
- Tô no Rumo.* **Ainda há muito espaço para mulheres e meninas na ciência e tecnologia.** Disponível em: <http://www.tonorumo.org.br/2019/02/ainda-ha-muito-espaco-para-mulheres-e-meninas-na-ciencia-e-tecnologia/> Acesso em: 28 Out. 2021.



